Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4

2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7

3.2 - Medições Não Contábeis 8

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 9

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 10

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 13

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 14

3.7 - Nível de Endividamento 15

3.8 - Obrigações 16

3.9 - Outras Informações Relevantes 17

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 19

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 36

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 38

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 77

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 81

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 82

4.7 - Outras Contingências Relevantes 84

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 87

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 88

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 90

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 92

5.4 - Programa de Integridade 94

5.5 - Alterações significativas 96

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 97

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 98

6.3 - Breve Histórico 99

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 101

6.6 - Outras Informações Relevantes 102

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 103

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 108

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 115

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 125

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 126

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 130

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 133

7.8 - Políticas Socioambientais 134

7.9 - Outras Informações Relevantes 136

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 137

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 138

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 139

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 140

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 141

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 142

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 144

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 145

9.2 - Outras Informações Relevantes 149

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 150

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 172

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 181

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 182

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 187

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 193

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 194

10.8 - Plano de Negócios 195

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 199

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 200

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 202

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 204

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 211

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 215

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 216

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 217

12.7/8 - Composição Dos Comitês 224

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 225

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 226

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 227

12.12 - Outras informações relevantes 229

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 230

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 235

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 239

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 241

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 242

13.6 - Opções em Aberto 243

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 244

13.8 - Precificação Das Ações/opções 245

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 246

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 247

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 249

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 250

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 251

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 252

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 253

13.16 - Outras Informações Relevantes 255

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 256

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 262

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 263

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 265

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 266

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 267

15.3 - Distribuição de Capital 275

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 276

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 277

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 278

15.7 - Principais Operações Societárias 279

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 281

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 282

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 283

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 342

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 343

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 344

17.2 - Aumentos do Capital Social 345

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 346

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 347

17.5 - Outras Informações Relevantes 348

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 349

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 350

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 351

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 352

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 353

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 357

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 358

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 359

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 360

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 365

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 366

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 367

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 368

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 369

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 371

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 373

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 374

20.2 - Outras Informações Relevantes 376

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 377

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 378

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 380

21.4 - Outras Informações Relevantes 381

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Benjamin Steinbruch**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

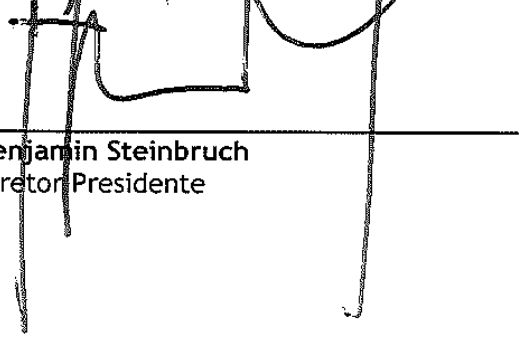
Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Marcelo Cunha Ribeiro**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1 - Identificação das Pessoas Responsáveis pelo Conteúdo do Formulário

1.1 Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas

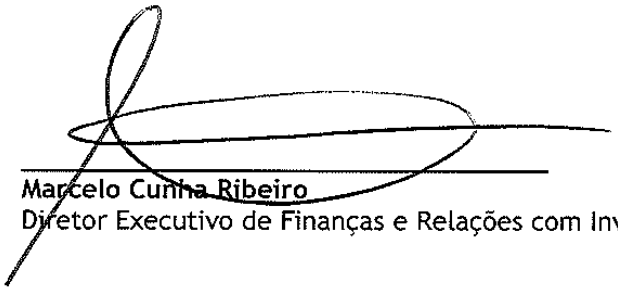
Benjamin Steinbruch, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade RG nº 3.627.815-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 618.266.778-87, na qualidade de Diretor Presidente e responsável pelo Formulário de Referência da Companhia declara que (i) reviu o Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Benjamin Steinbruch
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

MARCELO CUNHA RIBEIRO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n° 52.229.733-X e inscrito no CPF/MF sob n° 829.510.041-68, na qualidade de Diretor Executivo de Relações com Investidores e responsável pelo Formulário de Referência da Companhia, declara que: (i) reviu o Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM n° 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Marcelo Cunha Ribeiro
Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Delloite Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Data Início	13/03/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativa aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014, 2013 e 2012 de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, com emissão de parecer sobre referidas demonstrações financeiras e revisão das informações trimestrais – ITR com emissão de relatório de revisão sobre tais informações trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu pelos serviços de auditoria prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 foi de honorários relacionados à auditoria externa 8.719
Justificativa da substituição	A Deloitte substituiu a KPMG Auditores Independentes em 26 de março de 2012, tendo em vista o disposto no Art. 31 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores externos. A Deloitte concluiu seus trabalhos junto a CSN em novembro de 2017.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Gilberto Grandolpho	13/03/2012	007.585.878-99	Rua Alexandre Dumas, 1981, São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04717-906, Telefone (11) 51861000, e-mail: ggrandolpho@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1127-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Grant Thornton Auditores Independentes
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Data Início	07/12/2017
Descrição do serviço contratado	- Serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativa aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, com emissão de parecer sobre referidas demonstrações financeiras e revisão das informações trimestrais – ITR com emissão de relatório de revisão sobre tais informações trimestrais. - Trabalhos de certificação dos controles internos (cumprimento da “Section 404” da Sarbanes-Oxley Act de 2002. - Procedimentos para emissão de carta conforto em conexão com a oferta de títulos de dívida.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total da Grant Thornton pelos serviços de auditoria prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de: Valores referentes aos serviços prestados pelos auditores (R$ mil): - Honorários relacionados à auditoria externa: 4.544 - Honorários relacionados a outros serviços de auditoria: 684 - Total: 5.228 Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes. Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria Executiva declarou em 20/02/2019 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
Justificativa da substituição	A Grant Thornton substituiu a Deloitte Auditores Independentes, tendo em vista o disposto no Art. 31 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores externos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Nelson Fernandes Barreto Filho	07/12/2017	044.310.248-16	Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 12º andar, São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-010, Telefone (11) 38865100, e-mail: nelson.barreto@br.gt.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 Outras informações relevantes:

Não há.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	10.013.440.000,00	8.288.299.000,00	7.384.521.000,00
Ativo Total	47.327.524.000,00	44.520.997.000,00	44.153.623.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	22.968.885.000,00	18.524.601.000,00	17.148.949.000,00
Resultado Bruto	6.863.228.000,00	4.928.460.000,00	4.508.907,00
Resultado Líquido	0,00	0,00	-853.058.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	1.380.114.547	1.357.133.047	1.357.133.047
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	7,255510	6,107160	5,441270
Resultado Básico por Ação	3,694980	0,007570	-0,688760
	5.200.583,00	11.229.000,00	-843.497.000,00
	0,00	0,00	-9.561.000,00

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições Não Contábeis -

a) valor e b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

R$	Exercício Social 31/12/2018	Exercício Social 31/12/2017	Exercício Social 31/12/2016
Lucro Líquido/Prejuízo do exercício	5.200.583.000	111.229.000	(853.058.000)
Resultado das Operações Descontinuadas	-	-	9.561.000
Resultado Financeiro Líquido	1.495.643.000	2.463.627.000	2.522.427.000
Imposto de Renda e Contribuição Social	250.334.000	409.109.000	266.546.000
Depreciação e Amortização	1.175.107.000	1.408.765.000	1.278.816.000
Outras Receitas (Despesas), Líquidas	(2.705.337.000)	(177.342.000)	413.221.000
Resultado de equivalência patrimonial	(135.706.000)	(109.111.000)	(64.918.000)
Ebitda proporcional de controladas em conjunto	568.045.000	538.170.000	502.345.000
EBITDA Ajustado (*)	**5.848.669.000**	**4.644.447.000**	**4.074.940.000**

(*) A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, excluindo a participação em investimentos e outras receitas (despesas) operacionais, por entender que esses itens não devem ser considerados no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

O EBITDA Ajustado é a medição pela qual o principal gestor das operações da entidade avalia o desempenho dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional. O EBITDA Ajustado consiste no lucro líquido eliminad-se o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social, depreciação e amortização, o resultado de participação em investimentos, o resultado das operações descontinuadas e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais, acrescido do EBITDA proporcional das controladas em conjunto. Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos diferentes segmentos da Companhia, o EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelo IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social.

Debêntures

- **Décima emissão**

A Companhia autorizou em dezembro de 2018 a emissão de 2.000 debêntures, em série única, com garantia real e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R$1, com juros remuneratórios de 126,80% a.a do CDI, com vencimento final em dezembro de 2023 e com opções de resgate antecipado e aquisição facultativa, tendo a liquidação financeira sido concluída em 1º de fevereiro de 2019, totalizando R$1.950.000,00 equivalente à 1.950 debêntures efetivamente subscritas. Os recursos foram destinados (i) à liquidação total e amortização parcial de determinadas Cédulas de Crédito Bancário celebradas com a Caixa Econômica Federal (CEF) e (ii) à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Acordo de venda antecipada de minério de ferro

Em 20 de fevereiro de 2019 a Companhia concluiu as negociações para fornecimento de minério de ferro à trader suíça Glencore International AG ("Glencore"). A transação envolve adiantamento em dinheiro para a CSN Mineração no valor de US$ 500.000.000,00 referente a um contrato de fornecimento de minério de ferro de aproximadamente 22 milhões de toneladas a ser executado num prazo de 5 anos. O desembolso pela Glencore ocorrerá quando forem satisfeitas certas condições precedentes, que são habituais para este tipo de transação.

Emissão de título de dívida

Em abril de 2019 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo (“Notes”), por meio de sua controlada CSN Resources S.A., no valor de US$1 bilhão, com vencimento em 2023 e 2026 com taxa de juros de 7,625% ao ano. Os recursos serão utilizados na oferta de recompra (“Tender Offer”) dos Notes emitidos pela CSN Resources S.A., controlada da Companhia, com vencimentos em 2019 e 2020. As Notes são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 Política de destinação dos resultados dos 03 últimos exercícios sociais:

	2018	2017	2016
a) Regras sobre retenção de lucros	Nos termos do artigo 30, § 3˚ do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá propor à deliberação da Assembleia Geral Ordinária deduzir do lucro líquido do exercício uma parcela de ao menos 1% (um por cento) para a constituição de uma Reserva para Capital de Giro e Investimentos, que obedecerá aos seguintes princípios: (i) sua constituição não prejudicará o direito ao dividendo mínimo obrigatório; (ii) seu saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso, a critério da Assembleia Geral; (iii) a Reserva para Capital de Giro e Investimentos deverá ter por finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, a realização de investimentos em bens do ativo permanente e/ou complemento do capital de giro, inclusive por meio de amortizações de dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamento de capital; e (iv) seu saldo poderá ser utilizado (a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário, (b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento, (c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações autorizadas por lei e (d) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificação em novas ações.		
a.i) Valores de Retenções de Lucros	Foi apurado lucro líquido no montante de R$ 5.074.135.973,74, sendo destinado da seguinte forma: (i) R$ 1.291.688.999,34 para compensação de prejuízos acumulados em exercícios anteriores, com a amortização integral da Conta de Prejuízos Acumulados, conforme artigo 30, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia e artigo 189, caput, da Lei 6.404/76; (ii) R$ 189.122.348,72 para a constituição de reserva legal; (iii) R$ 898.331.156,42 para distribuição aos	Foi apurado lucro líquido no montante de R$ 10.272.120,82, sendo o referido lucro integralmente destinado para compensação de prejuízos acumulados em exercícios anteriores, com a respectiva amortização da Conta de Prejuizos Acumulados, conforme artigo 189, *caput*, da Lei 6.404 de 1976.	Foi apurado o prejuízo líquido no montante de R$ 1.214.120.757,10, sendo referido prejuízo integralmente alocado na Conta de Prejuízos Acumulados. Dessa forma, não foram retidos lucros provenientes do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, correspondente ao valor de R$ 0,65091 por ação; e (iv) R$ 2.694.993.469,26 para a reserva estatutária para Capital de Giro e Investimentos.		
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Percentual em relação ao lucro líquido: 17,7% Percentual em relação ao lucro líquido ajustado: 25%	N/A	N/A
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	De acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Além disso, a Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio imputando o montante dos juros pagos ao valor do dividendo mínimo obrigatório mencionado acima, nos termos do artigo 9º, §7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.		
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos anualmente, nos exercícios em que a Companhia apurar lucro,podendo o Conselho de Administração aprovar a distribuição de dividendos adicionais, intercalares ou intermediários, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, observadas as disposições legais e estatutárias.		
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Em 17 de agosto 2018 o Conselho de Administração, na forma do art. 31 do Estatuto Social, declarou dividendos intercalares. Em seguida, a Companhia recebeu uma ordem judicial determinando o bloqueio da referida distribuição de dividendos, contudo tal decisão já foi revertida.	Não houve	Não houve

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não há política de destinação de resultados formalmente aprovada, contudo conforme mencionado no item “b” acima, a Companhia observa o quanto disposto na Lei nº 6.404/76 e no seu Estatuto Social.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	3.593.324.625,68	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	58,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	898.331.156,42	0,00	0,00
Lucro líquido retido	2.694.993.469,26	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção	26/04/2019		

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
		0,00					
Ordinária				0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 Dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores:

Para os exercícios de 2018, 2017 e 2016, não houve dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	37.314.083.725,00	Índice de Endividamento	3,73000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		1.450.723.955,00	2.942.880.712,00	6.538.025.465,00	0,00	10.931.630.132,00
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Dívidas Quirografárias e Fidejussórias	4.202.715.166,00	7.204.587.842,00	2.031.674.089,00	4.456.467.400,00	17.895.444.497,00
Total			5.653.439.121,00	10.147.468.554,00	8.569.699.554,00	4.456.467.400,00	28.827.074.629,00

Observação

O valor evidenciado é o somatório das dívidas do passivo circulante e do passivo não circulante referentes às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018. Estão classificadas como garantia real as dívidas em que houve a constituição de garantia sobre ativo de titularidade da Companhia. Em obrigações de natureza quirografária estão classificadas dívidas garantidas com bens de terceiros, incluindo dívidas de controladas da Companhia, dívidas sem garantia real e dívidas com garantia fidejussória, de acordo com seus respectivos vencimentos.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 Outras informações relevantes:

Os principais contratos de financiamento da Companhia, bem como os valores mobiliários em circulação representativos de dívida de sua emissão, possuem cláusulas que determinam o vencimento antecipado das parcelas vincendas em caso de vencimento antecipado (*cross acceleration*) ou inadimplemento (*cross default*) de outro contrato financeiro do qual a Companhia e/ou suas controladas são parte, sujeitas a critérios de materialidade e prazos de cura. Em 2 de fevereiro de 2018 a Companhia concluiu o processo de alongamento de suas dívidas com o Banco do Brasil S.A. ("BB"). No âmbito desse alongamento de dívidas, a Companhia concedeu alienação fiduciária de parte de sua participação na Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas, tendo acordado que essas ações poderão ser liberadas para venda, devendo os recursos obtidos ser utilizados para amortização extraordinária das dívidas assumidas.

Adicionalmente, a Companhia concluiu processo similar com a Caixa Econômica Federal ("CEF") para alongamento de suas dívidas, sendo incluídas na relação com o banco garantias similares às entregues ao Banco do Brasil S.A.

Ainda no âmbito de referida renegociação, em janeiro de 2019, foram captados R$ 1.950.000.000,00 por meio da 10ª Emissão de Debêntures da Companhia, que utilizou parte desses recursos para amortização da dívida junto à CEF e o restante na gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Posteriormente, em abril 2019, a CSN Mineração S.A., subsidiária da Companhia, celebrou Contrato de Compra e Venda de Minério com a Glencore International AG, por meio do qual recebeu adiantamento de pagamentos de exportação em valor aproximado de US$ 500 milhões.

Foi concluída, também, a renegociação da dívida contraída pela Companhia junto à Caterpillar Financial Services, no valor de US$ 148 milhões, resultando na prorrogação de seu vencimento, originalmente previsto para 2020, até 2023.

Para mais informações sobre os níveis de endividamento e características das dívidas da Companhia, vide item 10.1, f) deste Formulário de Referência.

Em 13 de fevereiro de 2018, houve a captação de recursos adicionais no exterior, no valor de US$350 milhões, os quais foram utilizados na recompra de parte dos seguintes títulos de dívida: (i) 6,875% *Senior Unsecured Guaranteed Notes* com vencimento em 2019; e (ii) 6,50% *Senior Unsecured Guaranteed Notes* com vencimento 2020.

Em 17 de abril de 2019, foi lançada nova emissão de títulos de dívida no exterior, tendo sido captados US$ 1 bi, que também serão utilizados na recompra de parte

3.9 - Outras Informações Relevantes

das dívidas mencionadas acima, bem como, na gestão ordinária dos recursos da companhia.

Para mais informações sobre os valores mobiliários em circulação, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4 – Fatores de Risco

4.1 Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

a) Com relação à Companhia

Equipamentos com defeitos ou acidentes nas instalações da Companhia, minas, ferrovias ou portos podem diminuir ou interromper a produção, a logística interna ou a distribuição de seus produtos e/ou afetar adversamente seu negócio

Os processos de produção de aço e de minério de ferro dependem de alguns equipamentos cruciais, tais como altos-fornos, conversores de aço, máquinas de lingotamento contínuo, perfuradores, retomadoras, correias transportadoras, equipamentos de trituração e filtragem e carregadores de navio, além de logística interna e canais de distribuição, tais como ferrovias e portos. Esses equipamentos e infraestrutura podem ser afetados em caso de acidentes, defeitos ou danos, podendo acarretar em interrupções nos processos de produção da Companhia. Interrupções significativas nos processos de produção da Companhia, em sua logística interna ou em seus canais de distribuição, incluindo nossos portos e ferrovias, podem afetar a Companhia significativa e adversamente.

Adicionalmente, operações da Companhia envolvem o uso, manipulação, armazenamento, descarga e eliminação de substâncias perigosas no ambiente. Os negócios de mineração, siderurgia e cimento da Companhia estão, em geral, sujeitos a riscos e perigos significativos, incluindo incêndios, explosões, vazamentos de gases tóxicos, derramamento de substâncias poluentes ou outros materiais perigosos, incidentes com quedas de rochas em operações de mineração e acidentes envolvendo equipamentos móveis ou maquinários e acidentes envolvendo as barragens da Companhia. Esses eventos podem ocorrer por acidente ou por quebra de padrões de operação e manutenção, e podem resultar em impactos ambientais significativos, danos ou destruição das nossas propriedades minerais e/ou unidades de produção da Companhia, danos pessoais ou mortes, atrasos ou suspensões na produção, perdas monetárias e responsabilidades civis, penalidades administrativas, sanções criminais e ordens de fechamento. A Companhia tem padrões de saúde, segurança e meio ambiente, bem como programas e procedimentos de gestão de riscos que visam mitigar esses riscos, incluindo com relação às suas barragens. Não obstante padrões internos, políticas e controles, nossas operações estão sujeitas a incidentes ou acidentes que podem impactar negativamente e afetar adversamente a Companhia.

As apólices de seguro contratadas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir todos os riscos a que a Companhia se encontra exposta

A Companhia e suas Controladas contratam diferentes tipos de apólice de seguros, alinhadas com a gestão de risco dos seus negócios e conforme a prática de mercado para atividades similares. Nossa cobertura inclui transporte de cargas (marítimo, aéreo, rodoviário e ferroviário) nacional e internacional (importação e exportação), seguro de vida, acidentes pessoais, saúde, frota de veículos, D&O (seguro de responsabilidade civil dos administradores), responsabilidade civil geral, riscos de engenharia, riscos nomeados, crédito à exportação, seguro garantia e responsabilidade civil de operador portuário.

A Companhia também possui uma apólice de riscos operacionais que cobre a Usina Presidente Vargas, a CSN Mineração S.A., a Sepetiba Tecon S.A. Essa apólice foi renovada com seguros e resseguros nacionais e internacionais e está válida até 31 de março de 2020, com valor máximo de indenização de US$600 milhões para um risco total estimado de US$9,1 bilhões, com uma franquia de US$ 385 milhões para danos materiais e 45 dias para lucros cessantes.

A cobertura obtida com as apólices de seguro contratadas pode não ser suficiente para cobrir todos os riscos a que a Companhia está exposta. Além disso, a Companhia pode não obter sucesso em contratar ou renovar suas apólices em termos satisfatórios. A ocorrência de um ou mais desses eventos pode afetar adversamente os resultados financeiros da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia possui um alto nível de endividamento que pode dificultar ou encarecer o refinanciamento de sua dívida atual ou a contratação de novas dívidas ou garantias de terceiros

Em 31 de dezembro de 2018, o montante total de endividamento da Companhia era de R$ 28.827 milhões, dos quais R$ 5.653 milhões são dívidas de curto prazo e R$ 23.174 milhões são dívidas de longo prazo. Apesar de, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuir R$ 2.248 milhões em caixa e equivalentes de caixa, os planos de investimentos da Companhia nos diferentes segmentos de negócios irão demandar montantes significativos de recursos durante o ano de 2019 e anos subsequentes.

O nível de endividamento da Companhia pode afetar a avaliação de seu crédito, sua habilidade em obter financiamentos necessários no futuro e aumentar seu custo de empréstimo. Adicionalmente, seu nível de endividamento pode tornar a Companhia mais vulnerável em caso de eventual redução do nível de atividade de seus negócios.

Nestas e em outras circunstâncias, as obrigações relacionadas ao serviço da dívida da Companhia podem demandar recursos substanciais do fluxo de caixa das operações da Companhia, prejudicando sua condição financeira e resultados, e dificultando a realização de pagamentos de dividendos e outros proventos aos acionistas, bem como o financiamento das suas operações, capital de giro e investimentos necessários para a manutenção e expansão das atividades da Companhia.

Nossa capacidade de refinanciar nosso endividamento com vencimento em 2019 e 2020 está sujeito às condições de mercado e às aprovações de credores. Caso as condições não sejam favoráveis ou as aprovações não sejam obtidas, seremos obrigados a efetuar pagamentos significativos nos próximos 16 meses sob nossos financiamentos, o que afetaria negativamente nossa posição financeira e de caixa e poderia resultar em rebaixamentos em nossas classificações de crédito.

A Companhia pode não ser capaz de manter liquidez adequada e seu fluxo de caixa das operações e capital disponível pode não ser suficiente para satisfazer as suas obrigações

Enquanto o fluxo de caixa operacional e o capital disponível da Companhia têm sido suficientes para atender as despesas operacionais atuais, obrigações contratuais e serviço das dívidas atuais, nossa liquidez, fluxo de caixa operacional e capital disponível podem ser impactados negativamente pelo preço praticado para os produtos de aço e o minério de ferro da Companhia, pela taxa de câmbio, bem como pelos efeitos da continuidade de condições econômicas negativas no Brasil. Esses fatores impactaram adversa e materialmente a liquidez da Companhia, e a Companhia entende que essa tendência continuará. Cortes de custos implementados recentemente pela Companhia podem não ser suficientes para compensar esse efeito ou melhorar a liquidez da Companhia.

A Companhia anunciou medidas para melhorar sua liquidez e o perfil de sua dívida, incluindo a potencial venda de certos ativos e o prolongamento de algumas das suas linhas de crédito. Se a Companhia não tiver sucesso na venda desses ativos e/ou em reduzir sua alavancagem, poderá não manter parâmetros adequados de liquidez e seu fluxo de caixa operacional e capital disponível podem não ser suficientes para o cumprimento de nossas obrigações.

A Companhia não pode garantir que sua nota de crédito não será reduzida, suspensa ou revogada por agências de avaliação de notas de crédito

A avaliação da Companhia é limitada em seu escopo e não endereça todos os riscos materiais relacionados aos investimentos em nossos valores mobiliários, apenas refletindo a avaliação das diferentes agências de risco no momento em que realizada. Essas avaliações podem afetar os custos e outros termos pelos quais a Companhia é capaz de obter financiamentos, e estão sujeitas a alterações, seja por fatores específicos da Companhia, tendências nas indústrias nas quais operamos, ou nos mercados de crédito e de capitais em geral. Em 31 de dezembro de 2018 a nota de crédito da Companhia dada pela Fitch Ratings, Moody's e S&P era de B-, B3 e CCC+, respectivamente. As agências de crédito avaliam regularmente a Companhia e as avaliações de nossas dívidas de longo prazo são baseadas em diversos fatores, incluindo a estabilidade

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

financeira da Companhia. A Companhia não pode assegurar que as agências de risco não reduzirão ainda mais a nota de nosso crédito, ou que a avaliação atual continuará vigente por um determinado período, ou ainda, que não será revogada por completo pelas agências de risco, caso, no julgamento dessas agências, houver fundamento para tanto. Em vista da nossa atual nota de crédito e índice de alavancagem, a capacidade de obter financiamento da dívida e de ativos foi materialmente enfraquecida, nos tornando mais vulneráveis a eventos não inesperados ou a deterioração do ambiente operacional. Qualquer rebaixamento, suspensão ou revogação das notas de crédito da Companhia podem impactar negativamente e afetar adversamente a condição financeira da Companhia, nossos resultados operacionais e lucratividade, incluindo a habilidade da Companhia de refinanciar nossas dívidas existentes.

Os processos de governança e compliance da Companhia podem não conseguir evitar multas regulatórias e danos à sua reputação

A Companhia opera em um ambiente global e suas atividades se estendem por várias jurisdições, envolvendo marcos regulatórios complexos e atividades de fiscalização cada vez mais frequentes no mundo todo. Os processos de governança e compliance da Companhia, que incluem a identificação e mitigação de riscos por meio de controles internos, podem não ser suficientes para evitar violações à lei e/ou aos padrões de contabilidade e governança e a Companhia pode não identificar atividades ilícitas ou impróprias por membros de administração, por funcionários ou terceiros. A Companhia pode estar sujeita a infrações de seu Código de Ética e de protocolos de conduta de negócios, bem como a casos de comportamento fraudulento e desonesto por parte de seus funcionários, empreiteiros ou outros agentes. Se a Companhia, seus funcionários ou terceiros falharem em cumprir com as leis aplicáveis e outras normas, a Companhia poderá sofrer multas, perda de licenças operacionais e danos à sua reputação, bem como outras penalidades, o que pode afetá-la substancial e adversamente.

Falhas ou interrupções em nossas telecomunicações, sistemas de tecnologia da informação ou máquinas automatizadas podem prejudicar nossas operações.

Nossas operações são fortemente dependentes de telecomunicações, sistemas de tecnologia da informação e máquinas automatizadas. Interrupções nesses sistemas, causadas por obsolescência, falhas técnicas ou por atos intencionais, podem prejudicar nossas operações. Além disso, qualquer falha em nossos sistemas relacionadas a informações confidenciais, causadas por ataques cibernéticos ou ações internas, incluindo negligência ou má conduta de nossos funcionários, pode ter um impacto negativo em nossa reputação e em nossa interação com concorrentes e outros terceiros, incluindo órgãos governamentais ou reguladores, fornecedores, cliente e entre outros.

Nossos sistemas de informação possuem camadas de proteção de segurança, incluindo processos de monitoramento do ambiente e soluções, porém podem estar vulneráveis a fatores externos, como desastres naturais, vírus, ataques cibernéticos e outras falhas de segurança. Qualquer dano ou interrupção em nossos sistemas de informação podem prejudicar os resultados de nossos negócios e nos expor a multas e litígios.

A Companhia poderá falhar na manutenção de controles internos efetivos, o que poderá impedi-la de reportar de forma oportuna e adequada seus resultados financeiros

Os controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros podem não prevenir ou detectar erros de forma oportuna devido a limitações referentes ao processo, incluindo erro humano, não observância ou substituição de controles, ou fraude. Até mesmo controles internos efetivos apenas podem prover garantia razoável com relação à preparação e correta apresentação das demonstrações financeiras. Se a Companhia falhar em manter controles internos adequados, incluindo a falha na implementação de melhorias nestes controles ou na implementação de novos controles, acarretará na falha no cumprimento de suas obrigações de reporte financeiro.

Se os controles internos vigentes e a serem implementados não operarem de forma eficiente, ou se a Companhia não for bem-sucedida na implementação ou manutenção desses controles, as demonstrações financeiras da Companhia podem ser divulgadas fora do prazo ou com imprecisões, podendo, inclusive,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

impactar negativamente os resultados da Companhia. Para informações detalhadas sobre os controles internos da Companhia, vide item 5 deste Formulário de Referência.

Os projetos da Companhia estão sujeitos a riscos que podem resultar em maiores custos e/ou atrasos, bem como impedir que sua implementação seja bem-sucedida

A Companhia investe para aumentar a sua capacidade de produção de aço, minério de ferro e cimento, assim como sua capacidade logística. Estes projetos estão sujeitos a vários riscos que podem afetar adversamente suas perspectivas de crescimento e rentabilidade, incluindo:

(i) Atrasos, problemas de disponibilidade ou custos mais altos do que o esperado para obter os equipamentos, materiais ou serviços necessários para a construção e operação de um projeto;

(ii) Nossos esforços para desenvolver projetos de acordo com o cronograma podem ser dificultados pela falta de infraestrutura, incluindo indisponibilidade de áreas de rejeito de resíduos líquidos e sólidos e falhas no fornecimento confiável de energia e abastecimento de água;

(iii) Custos de remediação ambiental;

(iv) A Companhia pode não conseguir obter, perder, sofrer atrasos ou incorrer em custos maiores do que o esperado para obter ou renovar as licenças, autorizações, concessões e/ou aprovações regulatórias necessárias à construção ou continuidade de um projeto; e

(v) Mudanças nas condições de mercado, legislação ou regulamentação podem fazer com que um projeto seja menos rentável do que o esperado ou mesmo inviável economicamente.

Qualquer dos fatores descritos acima e/ou uma combinação dos mesmos pode afetar a Companhia substancial e adversamente.

A Companhia pode não ser capaz de implementar aquisições propostas ou integrar empresas e negócios adquiridos aos negócios já existentes

A Companhia avalia, com frequência, oportunidades de aquisição que se enquadram estrategicamente em seus objetivos de negócios. Caso a Companhia não seja capaz de concluir aquisições, integrar com êxito qualquer aquisição aos negócios já existentes, ou desenvolver tais negócios a fim de aumentar suas receitas e reduzir seus custos, os resultados financeiros da Companhia podem ser adversamente afetados. Aquisições também expõem a Companhia ao risco relativo à responsabilidade sucessória da empresa adquirida. Auditorias legais (due diligences) realizadas em conexão com a aquisição, bem como garantias contratuais ou indenizações que a Companhia venha a receber, podem não ser suficientes para protegê-la ou compensá-la por eventuais obrigações que tenha que arcar em razão da aquisição. Uma responsabilidade material associada a uma aquisição, como as relacionadas a questões trabalhistas e ambientais, pode afetar adversamente a reputação da Companhia e seus resultados financeiros, bem como reduzir os benefícios de uma aquisição.

Adicionalmente, a Companhia pode incorrer em perda do valor dos ativos relacionados a essas aquisições, o que pode reduzir sua lucratividade. As operações de aquisição da Companhia também podem apresentar riscos financeiros, gerenciais e operacionais, incluindo a perda de foco por parte da administração no negócio principal da empresa, dificuldades na integração ou segregação de sistemas de pessoal, financeiro ou outros sistemas, incapacidade de alcançar os benefícios operacionais antecipados na época da operação, efeitos adversos no relacionamento existente com fornecedores e clientes, estimativas imprecisas do valor de mercado auferidas na contabilização para a aquisição e/ou amortização de ativos intangíveis que poderiam reduzir os lucros futuros divulgados, perdas potenciais de clientes ou funcionários-chave das sociedades adquiridas, bem como indenizações e potenciais disputas entre os compradores e vendedores.

Finalmente, as aquisições propostas podem também ser objeto de revisão por parte das autoridades de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

concorrência dos países envolvidos na transação, as quais podem aprovar tal transação, aprová-la com restrições incluindo a venda de certos ativos, ou rejeitá-la. Qualquer um desses eventos ou decisões regulatórias adversas poderia afetar negativamente a reputação, as vendas dos produtos, condição financeira e/ou o resultado operacional da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Desastres naturais ou de outros tipos podem interromper as operações da Companhia

Os negócios e resultados operacionais da Companhia podem ser impactados negativamente por riscos sociais, técnicos e/ou físicos, tais como inundações, incêndios, falta de energia elétrica, falta ou redução de abastecimento de água, vazamentos, acidentes, bem como falhas em sistemas de telecomunicação e informática. Chuvas fortes na região sudeste do Brasil, bem como escassez no fornecimento de energia e abastecimento de água e programas de racionamento podem afetar as operações da Companhia e, por conseguinte, suas receitas. Estes eventos podem afetar a condução dos negócios da Companhia e, consequentemente, reduzir seus resultados e atingi-la adversamente de forma material.

Litígios trabalhistas ocorridos no passado interromperam as operações da Companhia e podem voltar a acontecer

Um número significativo de colaboradores da Companhia e alguns colaboradores de prestadoras de serviços à Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e resguardados por dissídios coletivos ou outros acordos trabalhistas, que estão sujeitos a renegociações periódicas. Greves e outras interrupções trabalhistas em quaisquer de nossas instalações ou interrupções trabalhistas envolvendo terceiros que fornecem bens ou serviços à Companhia afetaram no passado e podem voltar a afetar de forma material e adversa as operações da Companhia, bem como o prazo para a conclusão e o custo de nossos projetos.

A Companhia está exposta ao risco de litígio.

Atualmente, a Companhia é parte e poderá no futuro ser parte em processos e reclamações judiciais, arbitrais e/ou administrativos. Para alguns desses processos e reclamações, os quais estão avaliados como possível ou remota a possibilidade de perda, a Companhia não efetuou nenhuma provisão em suas demonstrações financeiras, ou apenas estabeleceu provisões para uma parcela dos valores em questão, com base em seu julgamento e na opinião de seus advogados externos, de que há a possibilidade de um resultado favorável à Companhia.

Apesar de estarmos contestando tais processos e reclamações, o resultado de cada processo é incerto e pode resultar em obrigações que podem afetar os negócios da Companhia e o valor de suas ações de forma material e adversa.

Certos processos judiciais ou administrativos podem afetar adversamente os acionistas da Companhia, especificamente quanto ao recebimento de dividendos. Em agosto de 2018, a juiz das execuções fiscais federais bloqueou a distribuição de dividendos extraordinários no valor de R$ 890 milhões para garantia de processo fiscal do qual a Companhia é parte. Referida decisão foi revogada em dezembro de 2018.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia.

Em situações específicas, existe a possibilidade de não haver pleno alinhamento dos interesses do acionista Controlador com os interesses dos minoritários

O acionista controlador da Companhia detém o poder de, entre outras deliberações, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado das deliberações que envolvam a aprovação dos acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, alienações, destinação e diversificação dos investimentos da Companhia, bem como o cronograma e pagamento de proventos aos acionistas, respeitando o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades Anônimas.

É possível que, eventualmente, em algumas das deliberações descritas acima, não haja pleno alinhamento entre os interesses do acionista controlador e dos demais acionistas. Além disso, os interesses dos controladores da Companhia eventualmente podem não estar alinhados com os da Companhia e conflitos que possam surgir podem afetá-la adversamente.

c) Com relação aos acionistas da Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os acionistas minoritários podem ter sua participação diluída em um eventual aumento de capital

Os acionistas da Companhia negociam livremente suas ações no mercado, observada a legislação aplicável. A Companhia não pode prever eventual efeito dessas negociações sobre o valor de mercado de suas ações, o qual pode ser impactado adversamente caso haja vendas de volumes substanciais de suas ações ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer.

d) Com relação às controladas e coligadas da Companhia

Algumas das atividades da Companhia se dão por meio de joint-ventures, controladas em conjunto, consórcios e outras formas de cooperação, e os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente em caso de impasse ou de não cumprimento de obrigações por qualquer das partes

A Companhia atualmente opera parte de seus negócios por meio das seguintes joint-ventures, alianças estratégicas e consórcios com outras companhias:

- CSN Mineração S.A.: No final de 2015 a Companhia estabeleceu uma aliança estratégica com um consórcio asiático em sua controlada CSN Mineração S.A. (anteriormente denominada Congonhas Minérios S.A.) para exploração do negócio de mineração de minério de ferro.

- MRS Logística S.A.: A Companhia estabeleceu uma joint-venture com outras companhias siderúrgicas e mineradoras brasileiras na MRS Logística S.A. para explorar o transporte ferroviário na região sudeste do Brasil.

- Transnordestina Logística S.A.: Projeto desenvolvido em parceria com certas entidades governamentais brasileiras por meio do qual a Companhia explorará o transporte ferroviário na malha nordeste do Brasil que está em construção.

- Itá Energética S.A.: Trata-se de uma *joint-venture* com a Engie Brasil Energia S.A. e a Companhia de Cimento Itambé para produção de energia elétrica.

- Usina Hidrelétrica de Igarapava: Consórcio estabelecido com a Votorantim Metais Zinco S.A., Aliança Geração de Energia S.A. (união entre Vale S.A. e CEMIG Geração e Transmissão S.A.) e AngloGold Ashant Córrego do Sítio Mineração S.A. para a produção de energia elétrica.

As previsões e planos para as atuais e novas formas de cooperação pressupõem que os parceiros da Companhia cumprirão com suas obrigações de prestar serviços, efetuar os aportes de capital, adquirir produtos e, em alguns casos, disponibilizar funcionários ou financiamento. Adicionalmente, muitos dos projetos contemplados pelas joint-ventures ou pelos consórcios da Companhia dependem de compromissos financeiros, que contêm certos pré-requisitos para cada desembolso. Se houver impasses e/ou alguma das partes não respeitar suas obrigações ou não cumprir com todos os pré-requisitos exigidos pelos compromissos de financiamento ou outros acordos societários, a *joint-venture*, consórcio ou outro projeto pode não ser capaz de operar de acordo com seus planos de negócios, ou a Companhia poderá ter que aumentar o nível de seus investimentos a fim de implementar esses planos. Além disso, alguns dos nossos acordos de *joint-venture* contêm mecanismos de resolução de impasses que se exercidos podem ensejar, em algumas circunstâncias, o direito à parte prejudicada de exercer opção de venda ou de compra, conforme o caso, da participação acionária da outra, o que pode exigir desembolsos por parte da Companhia. Qualquer um desses eventos pode ter um efeito adverso relevante para a Companhia.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia

A disponibilidade e o preço das matérias-primas necessárias para a produção de aço, em particular carvão e coque, podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia

Em 2018, os custos de matérias-primas corresponderam a 61% do custo total de produção siderúrgica da Companhia. As principais matérias-primas utilizadas incluem minério de ferro, carvão, coque, calcário, dolomita, manganês, zinco, estanho e alumínio. A Companhia depende de terceiros no suprimento de algumas de suas matérias-primas, incluindo a importação de todo o carvão necessário para a produção de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

coque. Adicionalmente, a Companhia requer quantidades significativas de energia, tanto em forma de gás natural quanto de eletricidade para abastecer suas plantas e equipamentos.

Qualquer interrupção prolongada no fornecimento de matérias-primas, gás natural ou eletricidade, ou um aumento substancial nos seus preços, pode afetar a Companhia material e adversamente. Estas interrupções e elevações de preço podem decorrer de mudanças em leis ou normas de regulamentação comercial, da disponibilidade e custo do transporte, do fato de fornecedores destinarem seus produtos para outros compradores ou interromperem sua produção, bem como de acidentes ou eventos similares nas dependências dos fornecedores ou ao longo da cadeia de suprimentos. A incapacidade da Companhia de repassar tais aumentos de custos aos seus clientes ou de atender suas demandas por indisponibilidade de matérias-primas pode afetá-la material e adversamente.

f) Com relação aos clientes da Companhia

A Companhia não tem controle sobre possíveis situações adversas que venham a afetar seus clientes

Podem ocorrer situações econômico-financeiras adversas com clientes da Companhia que, de alguma forma, afetem seus resultados e os impeçam de efetuar o pagamento no prazo acordado dos valores devidos à Companhia e/ou cumprimento de suas obrigações contratuais, o que pode afetar a Companhia material e adversamente.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia

A Companhia está exposta a oscilações significativas na demanda por aço e minério de ferro, o que impacta substancialmente os preços de seus produtos e pode afetar adversamente seus resultados operacionais

As indústrias de siderurgia e de mineração têm um comportamento altamente cíclico, tanto no Brasil quanto no exterior. A demanda por produtos de aço e de mineração e, por conseguinte, as condições financeiras e os resultados operacionais das empresas siderúrgicas e mineradoras, incluindo a Companhia, são geralmente afetados pelas flutuações macroeconômicas da economia mundial e das economias dos países produtores de aço. Isso inclui as tendências das indústrias automobilística, de construção civil, linha branca, embalagens e algumas outras indústrias que dependem da distribuição de aço.

Uma recessão global, um prolongado período de baixo crescimento econômico nos países desenvolvidos, ou uma desaceleração dos mercados emergentes que sejam grandes consumidores dos produtos da Companhia (tais como o mercado doméstico brasileiro para os produtos siderúrgicos e o mercado chinês para o minério de ferro) podem diminuir significativamente a demanda pelos produtos da Companhia.

Adicionalmente, o aço plano compete com outros materiais que podem ser usados como seus substitutos, como alumínio (particularmente nas indústrias automotiva e de embalagem), cimento, compósitos, vidro, plástico e madeira. Iniciativas regulatórias governamentais incentivando o uso destes materiais alternativos ao aço, por questões ambientais ou outras, bem como o desenvolvimento de novos materiais substitutos podem reduzir significativamente os preços de mercado e a demanda por aço e, dessa forma, reduzir a lucratividade e o fluxo de caixa da Companhia.

Qualquer diminuição substancial na demanda por aço e minério de ferro nos mercados doméstico e/ou externo abastecidos pela Companhia pode afetá-la material e adversamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia enfrenta concorrência significativa com relação a seus produtos siderúrgicos, inclusive no que se refere a preços de outros produtores nacionais ou estrangeiros, o que pode afetar adversamente sua lucratividade e participação no mercado

A indústria siderúrgica mundial é altamente competitiva com relação a preços, qualidade do produto e atendimento ao cliente, assim como em relação aos avanços tecnológicos que permitem a redução dos custos de produção. A exportação brasileira de produtos siderúrgicos sofre a influência de diversos fatores, incluindo políticas protecionistas de outros países, especialmente as impostas pelos Estados Unidos da América, disputas com relação a essas políticas perante a Organização Mundial do Comércio (OMC), política cambial do governo brasileiro e taxa de crescimento da economia mundial. Além disso, os avanços contínuos das ciências de materiais e as tecnologias resultantes facilitam o aperfeiçoamento de produtos como o plástico, o alumínio, a cerâmica e o vidro, permitindo que estes substituam o aço.

Devido aos altos custos de investimentos iniciais, a operação de uma planta siderúrgica de forma contínua pode encorajar as usinas a manterem altos níveis de produção até mesmo em períodos de baixa demanda, o que aumenta a pressão sobre as margens de lucro do setor. Uma pressão da concorrência que force a queda dos preços do aço também pode afetar a lucratividade da Companhia.

A indústria siderúrgica tem sofrido historicamente com o excesso de capacidade produtiva, que se agravou recentemente devido a um aumento substancial da capacidade produtiva nos países emergentes, principalmente China e Índia, bem como em outros mercados emergentes. A China é, atualmente, a maior produtora global de aço. Adicionalmente, a China e certos países exportadores de aço possuem condições favoráveis (excesso de capacidade de aço, moeda desvalorizada ou altos preços de mercado para produtos siderúrgicos em mercados fora destes países) que podem impactar significativamente o preço do aço em outros mercados. Se a Companhia não for capaz de se manter competitiva em relação à China ou outros países produtores de aço, seus resultados podem ser adversamente afetados no futuro.

As siderúrgicas brasileiras enfrentam também forte competição dos produtos importados, especialmente em razão da produção excessiva de aço no mundo, da demanda reduzida por produtos siderúrgicos nos mercados mais desenvolvidos, da valorização da taxa de câmbio e de alguns incentivos tributários em alguns dos principais países exportadores. Não obstante as medidas adotadas pelo governo brasileiro para conter a entrada de produtos importados no mercado, um volume substancial de produtos siderúrgicos ainda está sendo importado. Se o governo brasileiro deixar de atuar contra a entrada de aços importados subsidiados e as importações crescerem, os resultados operacionais da Companhia podem ser material e adversamente afetados. Além de importações diretas de aço, a indústria brasileira também enfrentou competição das importações de bens acabados, o que afeta toda a cadeia do aço.

A Companhia pode não ser capaz de ajustar seu volume de produção de mineração em tempo hábil e de forma economicamente eficiente para responder a alterações na demanda por seus produtos

A receita do negócio de mineração representou 27%, 23% e 25% do total da receita líquida da Companhia em 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Operar com uma capacidade ociosa significativa durante períodos de baixa demanda pode expor a Companhia a maiores custos unitários de produção, pois uma parte significativa de sua estrutura de custos é fixada no curto prazo devido à necessidade de capital intensivo nas operações de mineração. Adicionalmente, esforços para reduzir custos durante os períodos de baixa demanda podem ser limitados por regulamentações trabalhistas ou acordos governamentais e trabalhistas existentes.

Por outro lado, a capacidade de aumentar rapidamente a produção da Companhia é limitada, o que pode impedi-la de atender integralmente eventual aumento de demanda de minério de ferro por parte de nossos clientes. Quando a demanda excede nossa capacidade de produção, a Companhia pode suprir o excesso de demanda de seus clientes por meio de compra de minério de ferro de terceiros para revenda, o que gera um aumento de custos e diminuição de nossas margens operacionais. Se a Companhia não for capaz de atender eventual aumento de demanda, ela poderá perder clientes. Além disso, operar em níveis próximos a sua capacidade máxima pode expor a Companhia a custos mais elevados, inclusive em função

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de restrições de capacidade em seu sistema logístico.

As reservas minerais estimadas da Companhia podem diferir significativamente das quantidades de minerais recuperáveis; a estimativa da Companhia quanto à expectativa de vida da mina pode revelar-se imprecisa; as flutuações no preço de mercado e alterações nos custos operacionais e de capital podem tornar a exploração de certas reservas minerais economicamente inviáveis; a Companhia pode enfrentar crescentes custos de extração ou de investimentos ao longo do tempo na medida em que suas reservas se esgotem

As reservas de minério declaradas da Companhia são quantidades estimadas de minério e minerais, que podem ser economicamente exploradas e processadas conforme as condições atuais e previstas para extração de seu conteúdo mineral. Há várias incertezas inerentes à estimativa de quantidades de reservas e à projeção das possíveis taxas futuras de produção mineral, incluindo diversos fatores que estão além do controle da Companhia. A estimativa das reservas envolve a avaliação de depósitos minerais que não podem ser mensurados de maneira exata e a precisão de qualquer estimativa de reserva é uma função da qualidade dos dados disponíveis e da interpretação sobre questões geológicas e de engenharia. Consequentemente, não se pode garantir que a quantidade indicada de minério será recuperada ou que a mesma será recuperada na velocidade prevista pela Companhia. Estimativas de diferentes engenheiros e geólogos podem variar e os resultados de exploração e produção da Companhia após a data da estimativa podem levar a uma revisão das mesmas. Estimativas de reservas e de expectativa de vida da mina podem necessitar de revisão com base na produção real e em outros fatores. Por exemplo, flutuações nos preços de mercado de minerais e metais, taxas de recuperação reduzida, custos operacionais e de capital mais elevados em função da inflação, taxas de câmbio ou outros fatores, podem tornar economicamente inviável a exploração de reservas confirmadas e prováveis e, em última análise, resultar em ajuste das reservas.

Além disso, as reservas são gradualmente reduzidas no decurso das nossas atividades de exploração. Conforme as atividades de mineração progridem, as distâncias entre o britador primário e os depósitos de estéril tornam-se cada vez maiores e as cavas tornam-se cada vez mais íngremes. Adicionalmente, para alguns tipos de reservas, o grau de mineralização se reduz e a dureza aumenta conforme a profundidade. Como resultado, ao longo do tempo, podemos experimentar um aumento dos custos de extração por unidade em relação a cada mina, ou podemos ter que realizar investimentos adicionais, incluindo a adaptação ou construção de plantas de processamento e a expansão ou a construção de barragens de rejeito. Nossos programas de exploração também podem não resultar na expansão ou substituição das reservas esgotadas pela produção atual. Se não descobrirmos novas reservas, aumentarmos as reservas existentes ou desenvolvermos novas operações podemos não ser capazes de sustentar o nosso nível atual de produção.

Riscos de perfuração e de produção podem afetar adversamente os processos de mineração da Companhia

Após a descoberta de depósitos minerais, podem se passar vários anos desde as fases iniciais de perfuração e sondagem até que a produção seja possível, período em que a viabilidade econômica da produção pode mudar. Uma quantidade substancial de tempo e recursos é necessária para:

(i) Estabelecer reservas minerais através da perfuração e sondagem;

(ii) Determinar os processos metalúrgicos e de mineração apropriados para otimizar a recuperação do metal contido no minério;

(iii) Obter licenças ambientais e de outro tipo;

(iv) Construir unidades de mineração, processamento e infraestrutura necessárias para propriedades *greenfield (não exploradas)*; e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(v) Obter o minério ou extrair minerais a partir do minério.

Caso um projeto demonstre não ser economicamente viável no momento em que a Companhia estiver apta a explorá-lo economicamente, ela pode incorrer em perdas substanciais e ser obrigada a realizar baixas de ativos. Adicionalmente, mudanças potenciais ou complicações que surjam durante a duração do projeto envolvendo processos metalúrgicos ou outros processos tecnológicos podem resultar em atrasos e em custos excessivos, tornando o projeto economicamente inviável.

Preços do minério de ferro estão sujeitos à volatilidade. O preço mundial do minério de ferro tem sofrido redução significativa, o que pode causar um impacto negativo nas receitas, fluxo de caixa e rentabilidade da Companhia, bem como resultar na necessidade de alteração no modo em que a Companhia opera ou na suspensão de certos projetos e operações.

O preço do minério de ferro é baseado em diversas formas de precificação, as quais, em regra, consideram índices de preço de mercado para a determinação do preço ao cliente. Nossos preços e receitas de minério de ferro sofrem constantes alterações, o que pode afetar materialmente os resultados da Companhia e, consequentemente, nosso fluxo de caixa. Em 2018, o preço médio do minério de ferro caiu 2,6% para US$69,5/dmt, comparado com US$71,3/dmt em 2017. Em 2017, o preço médio do minério de ferro aumentou 22,0% para US$71,3/dmt comparado a US$58,4/dmt em 2016, de acordo com a média de Platts IODEX (62% Fe CFR China). Uma queda contínua no preço de mercado do minério de ferro pode resultar na necessidade de alteração do modo como a Companhia opera ou, dependendo do nível da queda de preços, na suspensão de determinados projetos e operações e na redução do valor recuperável de certos ativos, o que também pode afetar a posição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

As atividades da Companhia e de suas controladas dependem de autorizações, concessões, permissões e licenças. Alterações legislativas e de regulamentação podem afetar adversamente a Companhia

As atividades da Companhia, de suas controladas e das suas joint ventures, dependem de autorizações, permissões, licenças e concessões de agências reguladoras governamentais, incluindo licenças ambientais para nossos projetos de infraestrutura e concessões, tais como os terminais portuários que operamos e as ferrovias em que detemos participação societária.

Apesar de a Companhia esperar que tais autorizações, permissões, licenças e concessões sejam concedidas e/ou renovadas como e quando forem pleiteadas, a Companhia, suas controladas e suas joint ventures não podem garantir que serão capazes de manter, renovar ou obter qualquer autorização, permissão, licença ou concessão necessária, bem como que novas condições não serão impostas para tanto.

Além disso, as autorizações, permissões, licenças e concessões necessárias para o desenvolvimento das atividades da Companhia, de suas controladas e das suas joint ventures, podem prever determinadas obrigações e requerer que certos níveis de desempenho ou prazos de conclusão sejam alcançados.

Caso a Companhia, suas controladas ou suas joint ventures, não alcancem tais níveis de desempenho ou não cumpram os prazos e as obrigações previstos nos contratos e na legislação vigente, ela poderá perder, não obter ou ainda não conseguir renovar suas autorizações, permissões, licenças e concessões ou, nos termos da nova lei das concessões, negociar a rescisão contratual amigável e posterior relicitação de concessões.

A Companhia também não garante que ela, suas controladas ou suas joint ventures, que atuam como concessionárias de serviços públicos cumpram com seus compromissos e obrigações assumidos nos Contratos de Concessão ou em Termos de Ajustamento de Conduta (“TAC”) celebrados junto a órgãos e agências reguladoras no prazo e nas condições acordadas. Além disso, nós estamos expostos à supervisão,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

fiscalização e aplicação de penalidades pelos órgãos governamentais de controle, como, por exemplo, o Tribunal de Contas (TCU) e as agências reguladoras.

Uma violação relevante dessas obrigações pode resultar na declaração de caducidade ou rescisão antecipada da concessão, autorização, permissão e/ou licença, na restrição ao acesso a financiamentos públicos ou na amortização antecipada de um financiamento público antes que o projeto comece a operar, na aceleração de dívidas ou evento de descumprimento do contrato de financiamento relacionado ou não à concessão, autorização, permissão e/ou licença afetada, além da imposição de penalidades, tais como multas ou fechamento de instalações. No caso de declaração de caducidade, a indenização das autoridades concedentes por nossos investimentos em concessões, permissões ou licenças será restrita aos investimentos relacionados a bens reversíveis ainda não amortizados e podem ser pagos muito depois dos eventos que afetam nossas concessões, permissões ou licenças.

No caso de o poder concedente encampar a concessão ou for declarada a rescisão do Contrato de Concessão em razão da quebra de contrato por parte do governo, se tivermos direito a qualquer indenização por parte das autoridades concedentes por nossos investimentos em relação as concessões, autorizações, permissões ou licenças, essa indenização poderá ser insuficiente para cobrir nossos custos, despesas ou perdas e poderá ser paga muito tempo depois dos eventos que afetam nossas concessões, permissões ou licenças.

Além disso, caso as leis e regulamentos aplicáveis às essas autorizações, permissões ou licenças sejam alterados no futuro, modificações nas tecnologias utilizadas pela Companhia e em suas operações poderão ser exigidas, forçando-a a arcar com gastos inesperados e gastos inesperados já feito pela Companhia podem não gerar o retorno esperado.

Diante dos acidentes recentes, envolvendo outras mineradoras, nas cidades de Mariana e Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, relacionado ao rompimento das barragens de mineração a montante, que também são operadas pela Companhia (estando todas inativas), o Governo Federal, o Governo Estadual de Minas Gerais e outras autoridades impuseram e ainda podem impor requisitos de licenciamento e padrões ambientais, de saúde e segurança mais rigorosos, além da realocação de pessoas que moram perto das barragens da Companhia, bem como outras medidas que poderiam afetar adversamente a Companhia. A Agência Nacional de Mineração (ANM) determinou que todas as barragens do Brasil a montante devem ser descomissionadas ou adaptadas a outros métodos até 2021 (para as barragens inativas) e até 2023 (para as barragens ativas), e uma regulamentação similar foi aprovada pelo Estado de Minas Gerais e seus órgãos ambientais, exigindo o descomissionamento até 2022. Além disso, novos ou mais rigorosos requisitos de licenciamento ambiental para nossos projetos, operações e especialmente para nossas barragens, poderão ser impostos. Adicionalmente, os órgãos ambientais intensificaram a frequência das inspeções de barragens de rejeitos, incluindo a da Companhia.

Em julho de 2018, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro ingressou com uma ação civil pública contra a Companhia, a HARSCO e o Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA), para remoção imediata de pilhas de escória na cidade de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, adjacente ao rio Paraíba do Sul (sobre este e outros procedimentos ambientais relevantes, ver item 4.3).

Como resultado, o valor e o cronograma para esses e outros investimentos ambientais podem variar substancialmente daqueles atualmente previstos e poderemos sofrer com atrasos na obtenção de licenças ambientais e outras licenças operacionais, ou mesmo com a impossibilidade de obter e/ou renovar uma autorização, permissão e/ou licença e, dessa forma, poderemos ser expostos a responsabilidades civis, penalidades administrativas, sanções criminais e ordens de fechamento, pelo descumprimento das obrigações. Essas alterações e custos adicionais podem ter impacto negativo na lucratividade dos projetos da Companhia ou mesmo torná-los inviáveis, inclusive do ponto de vista econômico.

As atividades da Companhia também estão sujeitas à regulamentação governamental relativa a tributos e royalties que podem ter impactos financeiros significativos nas operações da Companhia. Nos países em que a Companhia opera, as entidades governamentais podem impor novos tributos ou royalties, aumentar

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

os já existentes, ou alterar as suas bases de cálculo de forma desfavorável para a Companhia

A Companhia está sujeita à incidentes ambientais, de saúde e de segurança. Adicionalmente, novos e mais rigorosos regulamentos ambientais, de saúde e segurança impostos à Companhia poderão resultar em acréscimo de obrigações e dispêndios de investimentos

As instalações de siderurgia, mineração, cimentos, logística e energia da Companhia estão sujeitas a diversas leis, regulamentos e licenças no Brasil, relativos principalmente à proteção e integridade da saúde, da segurança e do meio ambiente.

Os padrões brasileiros de prevenção, mitigação e remediação da poluição continuam a mudar, inclusive com novos parâmetros de lançamento de efluentes líquidos e emissões atmosféricas, regras para preservação da fauna e da flora, novos regulamentos de gestão hídrica e de resíduos sólidos, novas restrições por parte dos órgãos ambientais quanto às ampliações e expansão de negócios, bem como aumento das exigências de preservação de florestas nativas e criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs como compensação ambiental por projetos de expansão industrial e de mineração.

O governo brasileiro, no âmbito do acordo internacional que prevê metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), instituiu a "Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC" (Lei 12.187/2009), que prevê uma redução nas emissões de GEE para o setor industrial (incluindo siderurgia e cimento), e um plano de ação para o setor está sendo desenvolvido por um comitê técnico composto por representantes do governo, associações da indústria e acadêmicos. Para o setor de mineração, a meta de redução ainda não foi estabelecida.

Além disso, começou a vigorar no Estado do Rio de Janeiro uma lei regulamentada pelo Instituto Estadual de Ambiente – INEA, que exige dos empreendimentos em operação no Estado, dentre os quais as instalações siderúrgicas e de produção de cimento, a apresentação dos inventários de GEE verificados por terceiros e a elaboração de planos de mitigação de emissões para renovar ou solicitar novas licenças operacionais. Em relação as emissões de poluentes atmosféricos para as fontes, o Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") publicou a Resolução nº 436/2011, que estabelece certas restrições, as quais são exigíveis a partir 03, 05 e 07 anos à partir da publicação da resolução, ou seja, em 26 dezembro de 2018, todas as restrições serão aplicáveis para as siderúrgicas instaladas anteriormente a 2007. Em setembro de 2018 celebramos um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) relacionado a essa resolução. Qualquer falha no cumprimento destas ou de outras regulamentações podemos ser expostos a responsabilidades civis, penalidades administrativas, sanções criminais. O governo federal também instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabeleceu diretrizes mais rigorosas relativas à gestão integrada ao plano de gerenciamento de resíduos sólidos e metas setoriais relativas à logística reversa, como sendo parte do processo de licenciamento ambiental. Finalmente, o Novo Marco Regulatório da Mineração, que está sendo elaborado pelo Departamento de Geologia, Mineração e Processamento Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), poderá impor regras mais rigorosas às operações de mineração, incluindo pedidos de recuperação ambiental de áreas degradadas e investimentos mínimos para a outorga de concessão.

É inerente que as operações da Companhia envolvem o uso, manuseio, armazenamento, descarga que podem ter descarte de substâncias perigosas no meio ambiente e o uso de recursos naturais e estão geralmente sujeitas a riscos e perigos significativos, incluindo incêndio, explosão, vazamento de gases tóxicos, derramamento de substâncias poluentes ou outros materiais perigosos, deslizamentos de rochas, acidentes envolvendo barragens, falha de outras estruturas operacionais e acidentes envolvendo veículos, maquinários e equipamentos móveis. Isso pode ocorrer por acidente ou pela violação de normas de operação e manutenção, podendo resultar em impactos ambientais e sociais significativos, danos ou destruição dos bens minerais ou das instalações de produção, ferimentos, doença ou fatalidade de funcionários, prestadores de serviços ou de membros da comunidade circunvizinha às operações, danos ao

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

meio ambiente, atrasos na produção, prejuízos financeiros e possível responsabilidade civil. Não obstante normas, políticas e controles da Companhia, suas operações permanecem sujeitas a incidentes ou acidentes, que podem afetar adversamente seus negócios, stakeholders ou reputação.

Considerando que nosso negócio possui inúmeras variáveis, que podem contribuir para a ocorrência de incidentes, a Companhia conta com procedimentos corporativos preventivos, aplica os padrões, procedimentos e as legislações vigentes, que minimizam esta probabilidade.

Novas ou mais rigorosas normas ambientais de segurança e saúde impostas sobre a Companhia podem obrigá-la a aumentar os dispêndios e investimentos, criar áreas adicionais de preservação em suas propriedades, ou fazer modificações em práticas operacionais e projetos. Especialmente com relação à atividade de mineração da Companhia, novos ou mais rigorosos requisitos de licenciamento ambiental para nossos projetos, operações e especialmente nossas barragens, poderão ser impostos. Em 2019 entraram em vigor as seguintes legislações: Lei 23291/2019 institui a Política Estadual de Segurança de Barragens; Resolução Conjunta SEMAD/FEAM Nº 2.784/2019 determina a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos e resíduos, alteadas pelo método a montante, provenientes de atividades minerarias; Portaria SGM/MME N° 21/2019 determina que a Agência Nacional de Mineração (ANM) notifique os empreendedores de barragens de rejeitos de mineração quanto à segurança das barragens em razão do risco e do dano potencial; Resolução ANM Nº 04/2019 proíbe a utilização do método de construção ou alteamento de barragens de mineração denominado "a montante" e determina a desativação e descomissionamento ou descaracterização das estruturas existentes; Portaria IGAM N° 02/2019 estabelece a periodicidade de execução ou atualização e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem - PSB. Consequentemente, o montante e o momento das despesas ambientais ou relacionadas que deverão ser feitas pela Companhia podem variar substancialmente com relação às atualmente previstas, e podemos sofrer com atrasos na obtenção de licenças ambientais e outras licenças operacionais, ou mesmo com a inabilidade em obter e/ou renovar uma autorização, permissão e/ou licença. Esses custos adicionais também podem impactar negativamente a lucratividade dos projetos que a Companhia pretende implementar ou, até mesmo, torná-los economicamente inviáveis.

A Companhia também pode ficar exposta a responsabilidades civis, penalidades administrativas, sanções criminais e ordens de fechamento, na eventualidade de não cumprir a legislação ambiental, bem como encontrar obstáculos para obtenção de licenças ambientais e outras licenças operacionais. Práticas de eliminação de resíduos, emissões e readequações das operações podem obrigar a Companhia a realizar manutenções e aperfeiçoar suas instalações a custos significativos e/ou resultar em passivos consideráveis. Restrições da legislação ambiental impostas por mercados internacionais para os quais a Companhia exporta seus produtos também podem afetar substancial e adversamente a Companhia e suas exportações.

Por fim, a Companhia celebrou e poderá no futuro ter que celebrar novos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) junto aos órgãos e agências reguladoras brasileiras, obrigando-se a minimizar ou eliminar riscos de danos ambientais em áreas nas quais a Companhia atua ou já atuou. Se a Companhia não for capaz de cumprir com as obrigações assumidas em determinado TAC no prazo e condições acordadas, a Companhia poderá ficar exposta a penalidades, tais como multas, cancelamento de licenças e alvarás ou fechamento de instalações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Medidas protecionistas e de outra natureza adotadas por países estrangeiros podem afetar adversamente as exportações da Companhia.

Em resposta ao aumento de produção e exportação de aço por vários países, medidas antidumping, compensatórias e de salvaguarda foram impostas entre o final da década de 1990 e começo do ano 2000 pelos governos estrangeiros que representam os principais mercados para as exportações da Companhia. Em 2015, as autoridades dos Estados Unidos da América iniciaram investigações antidumping e compensatórias em chapas de aço e bobinas laminados a quente e laminados a frio importados do Brasil e de outros países. Restrições impostas pelo Canadá sobre as importações de laminados a quente provenientes do Brasil permanecem em vigor. Adicionalmente, medidas técnicas e de segurança, tais como aquelas adotadas pela União Europeia com relação à importação de certos compostos químicos encontrados em produtos usados tanto para proteger produtos de aço como para embalá-los podem criar barreiras às exportações de aço. A imposição destas e de outras medidas protecionistas por países estrangeiros podem afetar material e adversamente as exportações da Companhia. Em abril de 2017, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, solicitou uma investigação sob a seção 232 da Lei de Expansão do Comércio para determinar se as importações de aço estavam prejudicando a segurança nacional. Como resultado desta investigação, em março de 2018, o governo dos EUA estabeleceu a entrada em vigor da seção 232, que impõe uma tarifa ad valorem de 25% sobre o aço importado. No mesmo mês, motivada pela adoção pelos Estados Unidos das medidas da Seção 232, a União Europeia iniciou uma investigação de salvaguarda sobre as importações de 26 categorias de produtos siderúrgicos. Em fevereiro de 2019, uma regulamentação definitiva impôs medidas de salvaguarda às importações de determinados produtos siderúrgicos e impôs quotas para os próximos três anos. Nos Estados Unidos, a seção 232 nos sujeita a uma cota para exportação de placas, chapas de aço laminadas a quente e a frio, pré-pintadas e folhas de estanho. Na Europa, estamos sujeitos a uma cota de exportação de chapas de aço laminadas a quente e a frio e folhas de estanho. Como já estávamos sujeitos a um direito antidumping de US$53,4/tonelada de chapas laminadas a quente na Europa, esses acontecimentos não afetaram nossas exportações de chapas a quente para a Europa.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A existência de situações econômicas adversas na China e o aumento na capacidade da produção mundial de minério de ferro pode ter um impacto negativo nas receitas, fluxo de caixa e lucratividade da Companhia.

Nos últimos anos, a China foi o país com a maior demanda internacional por minerais e metais, direcionando os preços globais para o minério de ferro e o aço. Em 2018, o mercado chinês representou 71% da demanda global por minério de ferro no mercado transoceânico. A China também é a maior produtora de aço no mundo, representando, aproximadamente, 50% da produção global de aço.

Uma desaceleração do crescimento econômico chinês poderia resultar em uma menor demanda global por minério de ferro, com um acentuado impacto sobre os preços internacionais da commodity, e afetar, por conseguinte, as receitas, o fluxo de caixa e a lucratividade da Companhia. Um desempenho fraco do setor imobiliário chinês e uma eventual redução dos investimentos em infraestrutura, dois dos maiores segmentos consumidores de aço-carbono da China, ou uma menor disponibilidade de crédito para as usinas siderúrgicas, poderiam também afetar negativamente os resultados da Companhia. O PIB da China cresceu 6,6% em 2018, comparado com 6,8% em 2017 (revisado de 6,9% em janeiro de 2019), 6,7% em 2016 e 6,9% em 2015.

Adicionalmente, a recente estratégica dos principais produtores de minério de ferro em manter as metas de produção e planos de aumento de capacidade de produção podem afetar material e adversamente os resultados e operações da Companhia.

Desenvolvimento e percepção de riscos em outros países, especialmente advindos de novos mercados emergentes, podem afetar adversamente o preço de transação de valores mobiliários brasileiros

O valor de mercado de títulos mobiliários no Brasil é afetado em diversos graus por condições econômicas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e de mercado, especialmente em outros países de mercados emergentes. Embora a condição econômica desses países possa diferir significativamente da condição econômica do Brasil, reações de investidores com relação ao desenvolvimento desses países podem afetar adversamente o mercado de títulos mobiliários de emissores brasileiros. Crises ou políticas econômicas em outros países podem diminuir o interesse de investidores em emissores brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia. Essa situação pode afetar adversamente o valor de negociação das nossas ações, e até mesmo dificultar ou impossibilitar a Companhia de acessar os mercados de capitais e financiar nossas operações em termos aceitáveis.

j) Com relação às questões socioambientais

As instalações de siderurgia, mineração, cimentos, logística e energia da Companhia estão sujeitas a diversas leis, regulamentos e licenças no Brasil, relativos principalmente à proteção e integridade do meio ambiente, sendo que por estarem localizadas próximas a áreas urbanas, rurais e/ou industriais podem gerar impactos socioambientais devido à natureza de suas operações. Foi realizada uma Análise Geral de Riscos, destacando-se, dentre outros, os seguintes riscos associados a questões socioambientais:

- Necessidade de adequação do escopo do Projeto Transnordestina S.A. ("TLSA"), inicialmente elaborado pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), especificamente as denominadas variantes, as quais, por determinação do IBAMA durante a concessão da licença, implicaram na adequação de quatro variantes, desviando parte do trecho inicialmente definido de áreas urbanas. Em 2016 o licenciamento destas variantes foi repassado a esfera estadual, ampliando o número de stakeholders envolvidos diretamente nestes processos;
- Mudanças em diretrizes técnicas envolvendo, principalmente, o processo e o fluxo de licenciamento da TLSA/FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL") junto a órgãos como FUNAI (Fundação Nacional do Índio), IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Fundação Cultural Palmares e IBAMA, o que pode implicar em retrabalho e morosidade do processo;
- Dependência de implementação de políticas públicas para reintegração de posse das áreas de domínio da FTL invadidas pela população local, com alta exposição negativa devido a risco de acidentes, de atuação das unidades operacionais, invadidas pela população local, com alta exposição negativa devido a risco de acidentes;
- Pendência na finalização da desapropriação / apoio as famílias atingidas pela falta de estruturação dos agentes estaduais (TLSA);
- Exposição negativa da imagem da empresa na mídia e perante órgãos ambientais, instituições financeiras e comunidades locais, devido à existência de riscos ambientais;
- Emissão de material particulado pelas unidades de siderurgia e geração de poeira pela suspensão de partículas ocasionada pela ação do vento (velocidade e direção) e/ou atividades de mineração, que podem impactar a comunidade vizinha aos empreendimentos;
- Solicitação de revisão ou complementação de estudos ambientais por parte de autoridades podem acarretar atrasos na concessão das licenças, risco de embargos, perda de credibilidade junto aos stakeholders e/ou aumento dos custos caso os estudos precisem ser refeitos, afetando consequentemente o início das operações;
- Continuidade das ações de recuperação ambiental de áreas degradadas pela atividade estatal de mineração de carvão (pretérita e privatização) e de manutenção daquelas com obras concluídas, concomitante a realização de estudos de novas técnicas de remediação, atualizando as recomendações até então executadas, potencializando a eficácia dos resultados esperados;
- Dilação do prazo para execução das recomendações técnicas de recuperação ambiental das áreas de Santa Catarina.

Considerando o cenário atual de mineração no Brasil, mudanças nas leis ou regulamentos aplicáveis podem exigir modificações em nossas tecnologias e operações e dispêndios inesperados de capital. Além disso, novos ou mais rigorosos requisitos de licenciamento ambiental para nossas operações e projeto, especificamente para nossas barragens, podem ser impostos e podemos encontrar atrasos na obtenção de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

licenças ambientais ou outras licenças operacionais, ou não conseguir e / ou renová-las. Esses eventos e custos adicionais podem ter um impacto negativo sobre nós e o retorno de nossos projetos e podem tornar certos projetos economicamente ou de outra forma inviáveis.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 Descrever quantitativa e qualitativamente os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive riscos cambiais e taxa de juros:

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado naturais do negócio. Existem riscos decorrentes da variação nas taxas de juros, taxas de câmbio, bem como preços de matérias-primas e mercadorias que podem afetar adversamente o valor dos nossos ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa ou resultados futuros.

Principais Fatores de Risco
O Governo Brasileiro exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser adversamente afetados por estes e outros fatores econômicos, tais como: • Taxas de juros; • Controles monetários; • Flutuações cambiais; • Inflação; • Volatilidade dos preços de matérias-primas e dos produtos finais da Companhia; • Falta de infraestrutura no Brasil; • Escassez de água e energia e programas de racionamento; • Liquidez dos mercados de crédito e de capital; • Políticas regulatórias para os setores de mineração, siderurgia, cimento, logística e energia; • Políticas e leis ambientais; • Políticas e leis fiscais, incluindo frequentes alterações nas regulamentações fiscais que podem resultar em incertezas relacionadas a tributações futuras; e • Outros fatores políticos, sociais e econômicos. Incerteza se o Governo Brasileiro implementará mudanças políticas ou regulatórias, estes e outros fatores podem contribuir com instabilidades econômicas no Brasil e podem levar a um aumento da volatilidade de títulos mobiliários no mercado brasileiro e de títulos emitidos no exterior por empresas Brasileiras. Estes e outros desenvolvimentos na economia brasileira e políticas governamentais podem afetar adversamente a Companhia, os negócios e resultados operacionais e podem afetar adversamente o valor de mercado das nossas ações. Crise política, escândalos de corrupção e greves no Brasil afetaram no passado e continuam afetando o desenvolvimento da economia brasileira e a confiança de investidores estrangeiros, bem como o público em geral. Nos últimos três anos, recentes insatisfações populares resultaram em grandes manifestações, tendo a população brasileira expressado sua crescente insatisfação com o clima político do país, a corrupção, aumento da inflação, lento crescimento do produto interno bruto e altas taxas de juros. O PIB brasileiro registrou alta de 1,1% em 2018 e 1.0% em 2017, comparado com queda de 3,5% em 2016. O resultado das operações e a condição financeira da Companhia podem ser afetados pela taxa do PIB. A Companhia não pode garantir que o PIB irá aumentar ou permanecer estável. A evolução da economia brasileira pode afetar o crescimento das taxas no Brasil e, consequentemente, o uso dos produtos e serviços da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A instabilidade da taxa cambial pode afetar adversamente a condição financeira, os resultados operacionais e a cotação das ações da Companhia

A moeda brasileira experimentou, durante a última década, freqüentes e substanciais variações em relação ao dólar dos EUA e outras moedas estrangeiras. Em 2017, o real se valorizou frente ao dólar norte-americano, alcançando R$ 3,29 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2017. Em 2018, o real desvalorizou e foi de R$ 3,84 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018.

A desvalorização do Real frente ao dólar americano cria pressões inflacionárias no Brasil e causa aumentos nas taxas de juros, o que afeta negativamente a Companhia e o crescimento da economia brasileira, restringindo o acesso aos mercados financeiros estrangeiros e provocando a intervenção do governo, inclusive com políticas recessivas. A desvalorização do Real frente ao dólar americano, no contexto de uma desaceleração econômica, levou a uma diminuição nos gastos do consumidor, pressões deflacionárias e crescimento reduzido da economia como um todo.

Por outro lado, a valorização do Real em comparação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras pode levar à deterioração das contas correntes do Brasil, assim como afetar o crescimento induzido pelas exportações. Dependendo das circunstâncias, tanto a depreciação quanto a valorização do Real podem afetar material e adversamente o crescimento da economia brasileira e a Companhia, bem como impactar o valor do dólar americano em distribuições de dividendos e o valor equivalente em dólares americanos no preço de mercado de nossas ações.

No caso de desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, o custo em reais de nossos empréstimos em moeda estrangeira e importações de matérias-primas, principalmente carvão e coque, aumentará. Por outro lado, se o real se valorizar em relação ao dólar norte-americano, fará com que os custos de produção denominados em real aumentem como uma porcentagem dos custos totais de produção e façam com que nossas exportações sejam menos competitivas. Temos um endividamento total em dólares norte-americanos ou vinculado de R$ 15.951 milhões, o que representa 55% do total de nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2018.

Esforços do governo para combater a inflação podem impedir o crescimento da economia brasileira e prejudicar os negócios da Companhia

Historicamente, o Brasil registrou altas taxas de inflação. A inflação e certas medidas tomadas pelo Banco Central para contê-la tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira. A inflação conforme medido pelo índice de preços ao consumidor nacional (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou IPCA, foi de 6,3%, 3,0% e 3,8% em 2016, 2017 e 2018, respectivamente, e 7,2%, (0,5)% e 7,8%, respectivamente, medido pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

A taxa básica de juros para o sistema bancário brasileiro é a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central, ou taxa SELIC. Em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, a taxa SELIC era de 13,65%, 7,00% e 6,50%, respectivamente.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, principalmente a política monetária do Banco Central, tiveram e podem ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e sobre nós. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros restringiram e podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, as políticas do governo e do Banco Central mais brandas e a diminuição da taxa de juros provocaram e podem desencadear aumentos na inflação, e, consequentemente, a volatilidade do crescimento e a necessidade de aumento dos juros repentina e significativa, o que poderia nos afetar negativamente e aumentar os pagamentos em nosso endividamento.

4.3 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Apresentamos abaixo, a relação dos processos judiciais e procedimentos administrativos em que a Companhia e suas controladas são partes, e que são considerados relevantes, segundo o critério de materialidade estabelecido pela Companhia (data-base 31/03/2019).

Para os fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação aplicável, (i) os processos cujo valor envolvido seja superior a 0,75% da Receita Líquida Consolidada de Vendas da Companhia; e (ii) os processos cuja matéria envolvida possa influenciar a decisão do investidor, por envolver riscos de imagem da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

i. Trabalhistas

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
0013500-50.2008.5.01.0342	2ª VT - Volta Redonda/RJ	2ª Instância	30/01/2008	Ministério Público do Trabalho x CSN	Valor Ilíquido	O MPT pleiteia que seja proibida: i) a execução de horas extras além de duas por dia; ii) a execução de horas extras em local insalubre; iii) a redução do intervalo intrajornada; iv) a redução do intervalo interjornada; e v) a falta de descanso semanal dentro dos 7 dias da semana. Processo foi julgado procedente na primeira instância e no TRT/RJ referida sentença foi anulada, baixando os autos a origens para decretação de novo julgamento. Houve a prolação de nova sentença parcialmente procedente e interposição de recuso ordinário pelas partes. Os recursos foram julgados, tendo o parcial provimento. Aguarda-se julgamento do Recurso de Revista interposto pelas partes. Paralelamente, a Cia. ingressou com ação cautelar para atribuição de efeito suspensivo ao Recurso, sendo concedido liminar para que o pagamento efetivo dos valores inicie apenas após o trânsito em julgado da cautelar.	Possível	Valor Ilíquido	Não há.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
0231000-34.1997.5.01.0342	2ª VT - Volta Redonda/RJ	1ª Instância	13/08/1997	Ministério Público do Trabalho X CSN	Valor Ilíquido	O MPT investiga eventual descumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, analisando possível contado dos tralhadores ao calor, ruído, poeira e benzeno, bem como suposta contratação de terceirizados para o desenvolvimento de atividade fim. A defesa da CSN foi apresentada, sendo determinada a realização de perícia técnica. Após apresentação do laudo pericial houve a realização de audiência de instrução, realizada em setembro de 2017, ocasião que o MPT sugeriu a celebração de um Termo de Compromisso, tendo apresentado uma proposta/minuta de um TAJ após a referida audiência. As partes iniciaram a negociação para a celebração de termo de compomisso, apresentando manifestações às propostas da CSN e do MPT, mas não houve um consenso quanto às bases do acordo, de modo que o processo seguirá o seu curso normal. Designada audiência para oitiva das testemunhas para o dia 12.06.2019. Aguarda-se instrução processual e tratativas de composição entre as partes.	Possível.	Valor Ilíquido	Não há.
0100289-31.2018.5.01.0462	2ª VT - Itaguaí/RJ	1ª Instância	25/04/2018	Ministério Público do Trabalho x Sepetiba Tecon	R$ 2.240.000,00	O MPT investiga o acidente de trabalho ocorrido em 2014, pleiteando: i) a garantia de que as normas de saúde e segurança do trabalho são respeitadas, em especial a NR29; ii) a obrigação de não permitir a execução de horas extras além de duas diárias; iii) a concessão do descanso semanal remunerado; iv) a concessão de tutela antecipada e interdição da operação em caso de risco aos trabalhadores; e v) o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). O pedido de antecipação de tutela foi indeferido, iniciando a instrução processual. A defesa da Sepetiba Tecon foi apresentada. A perícia técnica foi realizada. Aguarda-se a designação de audiência de instrução.	Possivel	Valor ilíquido Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 2.240.000,00 .	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
0101772-05.2017.5.01.0342	2ª VT - Volta Redonda/RJ	2ª Instância	16/11/2017	Ministério Público do Trabalho X CSN	Valor Ilíquido	O MPT pleiteia que a CSN se abstenha de alterar o turno de revezamento de 6 horas para 8 horas na unidade de Volta Redonda. O pedido de antecipação de tutela foi indeferido, iniciando a instrução processual. A defesa da CSN foi apresentada demonstrando a legalidade da alteração, a votação em assembleia dos trabalhadores e a celebração de ACT com o Sindicato da categoria, além de comprovar o cumprimento das normas de SST. Processo julgado improcedente. Interposto Recurso ordinário pelo MPT, aguarda-se julgamento.	Possível	Valor Ilíquido	Não há.

ii. Tributários

COMPANHIA COMO RÉ:

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
Execução Fiscal nº 0033412-82.2017.4.03.6182	10ª Vara de Execuções Fiscais da Justiça Federal em São Paulo	1ª instância Judicial	27/11/2017	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 8.468.638.855,85	Execução Fiscal ajuizada para cobrança da parcela referente ao principal, juros e multa de 75% controlada originamente no processo nº 19515.723039/2012-79, abaixo descrito. Foi lavrado termo de penhora com os bens ofeceridos pela empresa. No mérito, pretende que seja reconhecida a legalidade de sua operação que gerou a lavratura do Auto de Infração, requerendo o cancelamento da cobrança. Execução Fiscal foi suspensa.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 8.468.638.855,85	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
Processo Administrativo nº 10600.720070/2018-18	Delegacia da Receita Federal do Brasil	1ª instância administrativa	30/11/2018	Secretaria da Receita Federal do Brasil X CSN Mineração	R$ 994.440.304,04	Auto de Infração lavrado sob o pretexto de a Companhia ao apurar o lucro real do exercício deixou de adicionar dedução de que se valera através de ajustes do RTT, atribuída a "amortização de ágio na incorporação da BIG JUMP"; a qual, supostamente, se revelou Indedutível frente as normas que regem o aproveitamento fiscal do ágio adicionar ao lucro real. Foi apresentada a Impugnação.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 994.440.304,04	Não há
Processo Administrativo nº E-04/211/002638/2018	SEFAZ- RJ	1ª instância administrativa	17/12/2018	Estado do Rio de Janeiro X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 478.241.367,32	Auto de Infração lavrado pela SEFAZ – RJ para cobrança de ICMS em razão dos questionamentos sobre vendas feitas para clientes que se encontram na Zona Incentivada. Foi apresentada a Impugnação.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 478.241.367,32	Não há
Mandado de Segurança nº 5003433-08.2018.4.03.6100	11ª Vara Cível da Justiça Federal de SP	1ª instância judicial	09/02/2018	Delegado da Receita Federal-DERAT/SP X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 191.445.377,81	Mandado de segurança que objetiva a anulação parcial de decisão proferida nos autos do processo administrativo n. 10768.008689/2009-49, de forma a assegurar o cumprimento, pela Receita Federal do Brasil, de decisões proferidas pelo CARF no processo administrativo n. 10768.008689/2009-49, que reconheceram a integral quitação de pedido de parcelamento por ela realizado nos termos da MP n. 470/2009, a fim de que não seja obrigada ao pagamento de saldo residual indevidamente apurado.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 191.445.377,81	Não há
Processo Administrativo nº E-04/38100127/2018	SEFAZ- RJ	1ª instância administrativa	19/09/2018	Estado do Rio de Janeiro X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 181.077.304,67	Auto de Infração lavrado pela SEFAZ – RJ para cobrança de ICMS em razão dos questionamentos sobre vendas feitas para clientes que se encontram na Zona Incentivada. Foi apresentada a Impugnação.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 181.077.304,67	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
Processo Administrativo nº 19515.723039/2012-79	Delegacia da Receita Federal do Brasil	2ª instância administrativa	28/12/2012	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 3.484.463.170,96	Auto de Infração lavrado sob o pretexto de a Companhia ter supostamente realizado a venda de 40% das ações da sua controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. ("Namisa") para um grupo de investidores japoneses, deixando de apurar o ganho de capital decorrente dessa alienação. Decisão da Delegacia Regional de Julgamento ("DRJ") julgou improcedente o auto de infração. O Recurso de Ofício foi parcialmente provido pelo CARF. Foram opostos Embargos de Declaração pela CSN, os quais foram rejeitados. A parcela referente à qualificação da multa está aguardando formalização do acórdão no CARF do julgamento que reabriu prazo para a PGFN emendar seu Recurso Especial. Já a parcela referente ao principal, juros e multa de 75% foi desmembrada para o processo nº º 16151-720.074/2017-29, que foi objeto da Execução Fiscal nº 0033412-82.2017.4.03.6182. No mérito, pretende que seja reconhecida a legalidade de sua operação.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 3.484.463.170,96	Não há
Processo Administrativo nº 15504.727972/2017-06	Delegacia da Receita Federal do Brasil	2ª instância administrativa	08/09/2017	Secretaria da Receita Federal do Brasil X CSN MINERAÇÃO	R$1.968.764.415,79	Processo decorrente do desmembramento do processo nº 19515.723053/2012-72 para a cobrança da parcela referente ao principal, juros e multa de 75%, encaminhada para a cobrança judicial. Desta forma, a Companhia impetrou Mandado de Segurança questionando ilegalidades durante o curso do processo administrativo, onde foi concedida liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário. Aguarda-se análise meritória.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 1.968.764.415,79	Não há
Processo Administrativo nº 10314.727982/2015-95	Delegacia da Receita Federal do Brasil	1ª instância administrativa	30/11/2015	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	R$369.994.877,56	Auto de infração que exige IRPJ/CSLL, bem como IRRF, sobre a dedutibilidade dos juros do pré-pagamento dos contratos operacionais, pagos pela CSN à NAMISA, durante o ano de 2010.Foi apresentada Impugnação, que foi julgada improcedente. Dessa forma, foi protocolizado Recurso Voluntário para o CARF, do qual aguarda-se julgamento.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 1.369.994.877,56	Não há
Processo Administrativo nº	Delegacia da Receita Federal do	1ª instância administrativa	28/12/2016	Secretaria da Receita Federal do	R$ 814.470.333,5	Auto de infração que exige IRPJ/CSLL, bem como IRRF, sobre a dedutibilidade dos juros do pré-pagamento dos contratos operacionais, pagos pela CSN à NAMISA,	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
10314.722715/2016-11	Brasil			Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	7	durante o ano de 2011.Foi apresentada Impugnação, que foi julgada improcedente. Dessa forma, foi protocolizado Recurso Voluntário para o CARF, o qual aguarda-se julgamento.		perda, a Companhia terá que pagar R$ 814.470.333,57	
Processo Administrativo nº 16561-720.043/2016-65	Delegacia da Receita Federal do Brasil	2ª instância administrativa	28/12/2016	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 843.162.785,80	Trata-se de auto de infração lavrado contra a Companhia por supostamente deixar de tributar para fins de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os lucros apurados nos balanços de suas controladas no exterior no ano de 2011. Foi apresentada Impugnação à qual foi dado provimento parcial. Foram apresentados Recurso Voluntário da CSN e Contrarrazões ao Recurso de Ofício da DRJ O CARF deu provimento ao recurso voluntário em relação à tributação dos rendimentos das controladas na Espanha (Tratado) e sobrestou o julgamento do processo até que sejam julgados os processos administrativos: 19515.723039/2012-79; 10314.72849/2014-99; 10314.728430/2014-13; 16561.720063/2014-74.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 843.162.785,80	Não há
Processo Administrativo nº 19515.723053/2012-72	Delegacia da Receita Federal do Brasil	2ª instância administrativa	28/12/2012	Secretaria da Receita Federal do Brasil X CSN MINERAÇÃO	R$ 792.817.067,08	Exigência de IRPJ e CSLL decorrentes das glosas das despesas de ágio utilizadas na forma prevista pelos artigos 7° e 8° da Lei n° 9532/97 (período 2009 a 2011), provenientes da incorporação da Big Jump Energy Participações S.A. Decisão favorável em 1ª instância (DRJ) e 2ª instância (CARF). Em 30/03/2015 a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial. Em julho/15 fomos intimados a apresentar contrarrazões ao Recurso da Fazenda. Em 05/05/2016, o processo foi sorteado para o Relator André Mendes Moura, da 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais - CSRF. O Recurso Especial da PGFN foi provido e a autuação foi restabelecida. A parcela referente à qualificação da multa encontra-se na esfera administrativa para julgamento. Já a parcela referente ao principal, juros e multa de 75%, foi desmembrada e atualmente é controlada pelo processo nº 15504-727.972/2017-06, acima descrito.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 792.817.067,08	Não há
Execução Fiscal nº 0017549-68.2010.8.19.	3ª Vara Cível - Cartório da Dívida Ativa	1ª instância judicial	09/07/2010	Secretaria do Estado da Fazenda do RJ	R$ 783.856.014,22	Exigência do ICMS, substituição tributária nas operações interestaduais de aquisição de energia elétrica consumida no processo industrial (período abr/2003 a dez/2006). Opusemos Embargos à Execução Fiscal, os	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
0066	da Comarca de Volta Redonda			X Companhia Siderúrgica Nacional		quais foram julgados procedentes em primeira instância judicial. Nesta discussão, o laudo pericial realizado foi favorável à Companhia indicando que a energia elétrica foi efetivamente empregada no processo produtivo. Em seguida, foi proferida sentença que julgou favorável o pedido para determinar o cancelamento do crédito tributário. Foi negado provimento ao Recurso de Apelação interposto pelo Estado do Rio de Janeiro.		Companhia terá que pagar R$ 783.856.014,22	
Processo Administrativo nº 16561.720063/2014-74	Delegacia da Receita Federal do Brasil	1ª instância administrativa	30/06/2014	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 645.022.506,27	Trata-se de Auto de Infração lavrado contra a Companhia por supostamente deixar de tributar para fins de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os lucros apurados nos balanços de suas controladas no exterior no ano de 2010. O julgamento de 1ª instância foi convertido em diligência, a qual foi encerrada de forma favorável à Cia. Posteriormente, a CSN foi intimada sobre o início de nova diligência sobre este mesmo caso. Finda a diligência, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento houve por bem julgar parcialmente procedente a Impugnação da CSN. Dessa forma, foi interposto Recurso Voluntário, o qual aguarda-se julgamento.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 645.022.506,27	Não há
Processo Administrativo nº 10070.002100/2001-90	Delegacia da Receita Federal do Brasil	2ª instância administrativa	09/12/2006	Companhia Siderúrgica Nacional X Secretaria da Receita Federal do Brasil	R$ 451.026.533,31	PIS/PASEP Semestralidade (LC 07/70 e 08/70) - Pedido de Compensação de débitos mediante utilização de valores pagos a maior a título de PIS/PASEP. Foi apresentada Manifestação de Inconformidade, julgada improcedente pela DRJ, razão pela qual foi interposto Recurso Voluntário ao CARF. O Recurso foi julgado parcialmente procedente, razão pela qual a Fazenda Nacional recorreu na parte que lhe foi desfavorável. O Recurso Especial da Fazenda Nacional não foi conhecido. Aguarda-se formalização do acórdão. Em maio de 2018 houve a formalização do acórdão.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 451.026.533,31	Não há
Processo Administrativo nº 10880.728246/2012-87	Delegacia da Receita Federal do Brasil	2ª instância administrativa	21/08/2012	Secretaria da Receita Federal do Brasil X CSN MINERAÇÃO	R$ 365.090.996,82	LUCROS NO EXTERIOR - Exigência de IRPJ e de CSLL sobre lucros apurados no ano de 2008 pela empresa Namisa Europe Ltd. (“NAMISA EUROPE”), antiga NMSA Madeira Ltd., situada em Portugal, Ilha da Madeira, na qual tem participação indireta por meio de sua controlada Namisa International Minerios SL (“NAMISA INTERNATIONAL”), antiga INVERSIONES CSN ESPANHA SL, com sede em Madri, Espanha. Decisão desfavorável em	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 365.090.9	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						1ª instância (DRJ). Foi protocolizado Recurso Voluntário. O Recurso Voluntário foi julgado improcedente. Foram opostos Embargos de Declaração, que foram providos quanto à tempestividade, mas rejeitados quanto ao mérito. Foi apresentado Recurso Especial, que foi parcialmente conhecido, razão pela qual foi interposto Agravo.		96,82	
Processo Administrativo nº 10314.728429/2014-99	Delegacia da Receita Federal do Brasil	2ª instância administrativa	08/12/2014	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 330.795.484,41	Trata-se de auto de infração que exige IRPJ decorrente da glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI (Sistema de acompanhamento de prejuízos e lucros inflacionários) realizados pela Receita Federal em razão de autos de infração lavrados no período de 2008 a 2010. Decisão da DRJ manteve o lançamento. Atualmente aguardamos análise do Recurso Voluntário, mas o seu julgamento está sobrestado até decisão definitiva nos do processo nº 19515.723039/2012-79. Proferida decisão nos autos do processo supracitado, o Recurso Voluntário foi distribuído e teve o provimento negado. Foram opostos Embargos de Declaração e Recurso Especial. Aguarda-se o julgamento.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 330.795.484,41	Não há
Processo Administrativo nº 10070.001870/00-63	Delegacia da Receita Federal do Brasil	2ª instância administrativa	10/12/2008	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 302.026.333,86	Compensação visando extinção de créditos tributários de COFINS, CSLL, PIS e IPI, com o saldo negativo do IRPJ, retida pelas fontes pagadoras de rendimentos no ano calendário de 1999, e 1º e 3º tri/2000. O pedido foi indeferido sob a alegação de que ainda não eram créditos tributários líquidos e certos, como previsto no artigo 170-A do CTN (ganho de capital na alienação de participação societária ocorrida em dez/2000). Após ser negado provimento ao Recurso Especial da Fazenda, os autos baixaram para a Delegacia da Receita Federal em São Paulo para apuração do quantum referente ao direito creditório reconhecido pela decisão do CARF. Finalizada a dilgência, a DERAT houve por bem emitir novo despacho decisório, razão pela qual foi apresentada nova Manifestação de Inconformidade. Após o julgamento negativo, a Cia. interpôs novo Recurso Voluntário, que atualmente aguarda distribuição.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 302.026.333,86	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
Mandado de Segurança nº 2001.004.01193 (0027370-18.2001.8.19.0000)	6° Câmara Cível	2ª instância judicial	23/10/2001	Secretaria do Estado da Fazenda do RJ X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 233.795.647,57	A declaração do direito líquido e certo da impetrante de ter reconhecido os efeitos dos acórdãos proferidos pelo Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro nos autos de cinco processos administrativos. Foi concedida a segurança pleiteada no sentido de cancelar as decisões proferidas pelo Conselho de Contribuintes. A Fazenda interpôs Recurso de Apelação, o qual teve o provimento negado. Ante a negativa, a Fazenda interpôs Recurso Especial. Aguarda-se o exame de admissibilidade.	Remoto	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 233.795.647,57	Não há
Processo nº 0005394-73.2017.4.01.3800	22ª Vara da Seção Judiciária de Belo Horizonte	1ª Instância Judicial	27/01/2017	CSN MINERAÇÃO X União Federal	R$ 245.777.419,00	Ação Anulatória visando a desconstituição do crédito tributário de IRRF na aquisição da CFM, formalizado nos autos do processo n ° 15504.726890/2012-21. A Cia conseguiu suspender a exigibilidade do crédito tributário via liminar e, no mérito, ainda não há sentença para o presente caso.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 245.777.419,00	Não há
Processo Administrativo n° 10070.000.522/98-55	Delegacia da Receita Federal do Brasil	2ª instância administrativa	28/04/1998	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 210.186.725,53	Pedido de restituição vinculado com declaração de compensação de débitos mediante o aproveitamento dos saldos negativos de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, apurados nos anos calendários de 1995 e 1996. Em fevereiro de 2019, foi dado provimento ao Recurso Voluntário da Cia.	Remoto	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 210.186.725,53	Não há
Processo Administrativo nº 10314.728430/2014-13	Delegacia da Receita Federal do Brasil	1ª instância administrativa	03/12/2014	Secretaria da Receita Federal do Brasil X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 190.790.719,30	Trata-se de auto de infração que exige CSLL decorrente da glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI (Sistema de acompanhamento de prejuízos e lucros inflacionários) realizados pela Receita Federal em razão de autos de infração lavrados no período de 2008 a 2010. Decisão da DRJ manteve o lançamento. Atualmente aguardamos análise do Recurso Voluntário, mas o seu julgamento está sobrestado até decisão definitiva nos do processo nº 19515.723039/2012-79. Proferida decisão nos autos do processo supracitado, o Recurso Voluntário foi distribuído e teve o provimento negado. A Cia. interpôs Recurso Especial.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 190.790.719,30	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
Execução Fiscal nº 0000016-53.2012.4.02.5104 (0022058-83.2014.8.19.0007)	Justiça Estadual do Rio de Janeiro	2° Instância Judicial	10/02/2012	União Federal X Companhia De Emb Metálicas - MMSA	R$ 186.808.551,61	Trata-se de execução fiscal visando à cobrança de supostos débitos de PIS/COFINS e FINSOCIAL, inscritos em dívida ativa da União. Foi proferida decisão do TRF determinando que o processo seja remetido à Justiça Estadual. Processo baixado no TRF 2ª Região e encaminhado para Justiça Estadual.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 186.808.551,61	Não há
Processo nº 0056925-38.2016.4.01.3800	Departamento Nacional de Produção Mineral	1ª Instância Judicial	23/09/2016	Departamento Nacional de Produção Mineral X CSN MINERAÇÃO	R$ 185.772.172,62	Ação Anulatória de Ato Administrativo de Lançamento de débito de CFEM - Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais - CFEM com pedido de Tutela Provisória, para suspender a exigibilidade do débito consubstanciado no processo de cobrança nº 930.889/2006. Ainda não há sentença para o presente caso.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 185.772.172,62	Não há
Processo Administrativo nº E040380004862017	Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro	1ª Instância Administrativa	06/12/2017	Fazenda Estadual X CSN	R$ 185.012.248,31	Auto de Infração lavrado pela SEFAZ – RJ para cobrança de ICMS em razão dos questionamentos sobre vendas feitas para clientes que se encontram na Zona Incentivada. Foi apresentada a Impugnação, que resultou na retificação do lançamento. Dessa forma, foi protocolada nova impugnação.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 185.012.248,31	Não há
Execução Fiscal nº 2002.045.000720-4 (0000431-26.2002.8.19.0045)	1º Cartório da Dívida Ativa da Comarca de Resende-RJ	1ª instância judicial	15/03/2012	Fazenda Estadual X RIMET	R$ 180.146.307,98	Execução Fiscal visando a cobrança de multa aplicada em razão de transferência de créditos de ICMS realizada sem respaldo legal para a Light. Aguardando decisão do recurso apresentado em face do julgamento exceção de pré- executividade Tacoma Participações.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 180.146.307,98	Não há
Execução Fiscal nº 2009.066.005087-7 (0004668-	4ª Vara Cível - Cartório da Dívida Ativa	1ª instância judicial	17/02/2009	Secretaria do Estado da Fazenda do RJ	R$ 181.968.976,30	Glosa de créditos de ICMS pelo Estado do RJ, apropriado no período de 04/99 a 07/02 nas transferências de minérios entre Casa de Pedra e Usina Presidente Vargas. Aguardando julgamento da ação anulatória nº 0029246-57.2008.8.19.0066 (2008.066.029280-9). A Apelação e o	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
93.2009.8.19.0066)				X Companhia Siderúrgica Nacional		Agravo Retido foram interpostos, pela Cia., na Ação Anulatória. Os recursos tiveram o provimento negado. Opostos Embargos de Declaração.		terá que pagar R$ 181.968.976,30	
Execução Fiscal nº 0003443-62.2012.8.19.0024	02º Vara Cível TJ/RJ	2º Instância Judicial	04/04/2012	Secretaria do Estado da Fazenda do RJ X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 167.777.805,11	Cobrança de ICMS em razão da Nota fiscal de saída estar com preço inferior ao de entrada - Redução de base de cálculo na transferência interna entre estabelecimentos da empresa. Provimento de Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário e remessa ao tribunal de origem em cumprimento ao artigo art. 543- B do Código de Processo Civil. Negado provimento aos Embargos à Execução Fiscal. Em face dessa decisão, foram opostos Embargos de Declaração, não acolhidos. Dessa forma, foi apresentado o Recurso de Apelação, ao qual foi negado provimento. Foram opostos Embargos de Declaração, pendentes de análise.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 167.777.805,11	Não há
Execução Fiscal nº 0017547-98.2010.8.19.0066	3ª Vara Cível da Comarca de Volta Redonda/RJ	1ª instância judicial	15/11/2010	Fazenda Estadual X Companhia Siderúrgica Nacional	R$ 156.771.203,09	ICMS - ENERGIA ELÉTRICA - Execuções Fiscais ajuizadas para exigir da CSN, na qualidade de responsável, o ICMS (e acréscimos legais) supostamente incidente nas aquisições interestaduais de energia elétrica utilizadas no processo de industrialização de produtos siderúrgicos. Foram opostos Embargos à Execução Fiscal, que foram julgados procedentes em 1ª instância. A Apelação foi interposta pela Fazenda Estadual. Foi negado provimento ao Recurso Fazendário.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 156.771.203,09	Não há
Processo Administrativo nº 16561.720.057/2019-21*	Delegacia da Receita Federal do Brail	1ª Instância Administrativa	16/10/2019	Secretaria da Receita Federal do Brasil x CSN	R$ 1.033.035.379,02	Processo administrativo decorrente de auto de infração por meio do qual pretende a RFB exigir Imposto de Renda e Contribuição Social, referentes ao ano calendário 2014, em razão da ausência da adição dos lucros auferidos pelas controladas da Cia. localizadas no exterior. Foi apresentada Impugnação administrativa a qual encontra-se pendente de julgamento.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 1.033.035.379,02	Não há
Processos Administrativos nºs 930.667/2019 ; 930.668/2019 e	Agência Nacional de Mineração (ANM – MG)	1ª Instância Administrativa	23/12/2019	União (ANM) X CSN MINERAÇÃO	R$ 689.467.532,84	CFEM – 3 Cobranças de CFEM (Compensação Financeira pela exploração de Minério) relativas ao período de 2009 a 2017, referentes à exploração de direitos minerários de 3 minas localizadas em Congonhas-MG. Foram apresentadas Defesas Administrativas as quais estão pendentes de julgamento.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
930.669/2019 *								689.467.532,84	

***Pela equidade da informação, tendo em vista informações divulgadas no mercado americano, foram incluídos os últimos dois casos tributários. Importante ressaltar que os demais casos estão atualizados até a data base 31/03/2019.**

COMPANHIA COMO AUTORA:

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
Ação Ordinária 2000.51.01.000579-0	15ª Vara da Justiça Federal do RJ	2º Instância judicial	16/12/1994	Companhia Siderúrgica Nacional X Secretaria da Receita Federal	R$ 750.000.000,00	ELETROBRÁS - CSN pleiteia reaver o valor recolhido à Eletrobrás entre 1989 - 1993 a título de Empréstimo Compulsório corrigido até a data da devolução. Por se tratar de uma empresa eletro intensiva, há um valor significativo a ser restituído. No mérito, a Cia sagrou-se vencedora e apresentou petição de liquidação de sentença. Aguarda-se a manifestação da parte contrária.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia deixará de receber o valor do ativo.	Não há
Processo nº 99.001.160680-1 (0170796-56.1999.8.19.0001)	11ª Vara da Fazenda Pública do RJ	2º Instância judicial	16/12/1994	Companhia Siderúrgica Nacional X Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	R$ 314.281.500,00	SEMI ELABORADOS – restituição do ICMS dos valores pagos sobre bens exportados, relativo ao período entre 15/06/92 a 11/11/96, afastando as inconstitucionais restrições dos incisos II e III do artigo 16 da Resolução da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) nº 2.455/94, uma vez que os produtos fabricados pela e exportados não se enquadram na definição de semielaborados. Sentença	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia deixará de receber o valor do ativo.	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						improcedente, razão pela qual foi apresentado Recurso de Apelação. O Recurso foi julgado improcedente e dessa forma interpusemos Recurso Especial, pendente de juízo de admissibilidade. Foi proferida decisão inadmitindo os recursos. A Cia. interpôs Agravo em REsp e RE.			
Processo Administrativo nº 10680.915986/2018-01	Delegacia da Receita Federal do Brasil	1ª instância administrativa	14/08/2018	CSN Mineração X Secretaria da Receita Federal do Brasil	R$ 215.280.448,93	Pedido de restituição do saldo negativo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), ano-base 2012, da empresa incorporada NAMISA, decorrente do entendimento consubstanciado na decisão proferida pela 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), nos autos do processo nº 19515.723039/2012-79. Foi indeferido o pedido de restituição. A Cia. apresentou Manifestação de Inconformidade.	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia terá que pagar R$ 215.280.448,93	Não há
0003419-15.2006.8.19.0066	4º Cartório da Dívida Ativa de Volta Redonda	1ª Instância judicial	24/11/2009	Companhia Siderúrgica Nacional X Prefeitura Municipal de Volta Redonda	R$ 191.815.000,00	Ação Civil Pública proposta pela Anacont para declarar inconstitucional a cobrança de IPTU progressivo. Ação julgada procedente e iniciado o processo de Liquidação por Artigos de forma a apurar o valor do indébito (03/2006). Sentença julgou totalmente procedente o pedido e na decisão dos EDs restou definido que os juros incidiriam a partir da citação do Município para pagamento. Não houve recurso desta decisão e o trânsito em julgado ocorreu em 02/2008. Em 2007 o Município propôs Ação Rescisória para anular a decisão favorável proferida na ACP e requereu a suspensão a citação do Município até decisão final na rescisória. Instruído o Mandato de Citação com os cálculos para citação do Município. Após intimação da Prefeitura, aguardamos a	Possível	Impacto patrimonial. Em caso de perda, a Companhia deixará de receber o valor do ativo	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Análise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						manifestação da Procuradoria, principalmente em face da coisa julgada existente neste processo – de que os juros incidem somente após a citação e não antes. O Ministério Público emitiu parecer desfavorável à Cia.			

iii. Previdenciário

Não há processos previdenciários considerados relevantes para os negócios da Companhia.

iv. Cíveis

COMPANHIA COMO AUTORA:

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0018394-92.2012.8.26.0565	3ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul/SP 3ª Turma dp Superior Tribunal de Justiça – STJ	Instância Superior	05/11/2012	CSN, Florestal Nacional e DIPLIC x Grupo Ternium (CONFAB, PROSID, SIDERAR e TERNIUM)	R$ 4.324.305.497,31	Trata-se de ação ordinária movida pela CSN, CSN Cimentos, Florestal Nacional e DIPLIC em face do Grupo Ternium, na qual se requer sejam as rés obrigadas a realizar a OPA de que trata o art. 254-A da Lei das S.A., ou que sejam as rés condenadas a comprar as ações de titularidade da CSN, existentes ao tempo da alienação de controle e por ela ainda detidas no momento da execução de sentença por 80% do preço de aquisição de cada ação de controle (R$ 36,00).	Possível	Não há, tendo em vista que, em caso de perda, no limite, teremos verba de sucumbência	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0003843-28.2005.4.02.5101	5ª Turma Especializada do TRF-2	2ª Instância	03/03/2005	CSN x RFFSA - REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A	R$ 501.636.769,05	Ação proposta pela CSN visando à restituição dos valores pagos a maior, a título de frete, de abril de 1994 até março de 1996.	Possível	Não há, tendo em vista que, em caso de perda, no limite, teremos verba de sucumbência	Não há
0153056-85.1999.8.19.0001	35ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro/RJ	1ª Instância	22/10/1999	CSN x INDUMILL S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	R$ 341.687.599,68	Execução de título judicial movida pela CSN, e que advém de acordo (homologado em Juízo).	Possível	Não há	Não há
0129629-98.1995.8.19.0001	3ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro/RJ	1ª Instância	14/11/1995	CSN x LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	R$ 658.774.695,25	Ação ajuizada pela CSN em face da Light, visando à reparação de danos materiais decorrentes de quedas de tensão que ocasionaram a interrupção total ou parcial da linha de produção no período periciado (jan/91 a jun/02)	Possível	Não há	Não há

COMPANHIA COMO RÉ:

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0057441-49.2008.8.13.0024	13ª Turma do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG	2ª Instância	06/05/2008	INDUMILL S/A INDUSTRIA E COMERCIO X	R$ 202.550.936,9	Trata-se de ação indenizatória ajuizada pela INDUMILL, através da qual pleiteia reparação pelos prejuízos decorrentes de suposto	Possível	Pagamento de indenização, além de ônus sucumbenciais.	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
				CSN		inadimplemento de contrato de fornecimento de bobinas de aço para beneficiamento, além de lucros cessantes e perdas e danos decorrentes do suposto descumprimento, pela INDUMILL, de compromissos assumidos junto a terceiros, bem como pela redução de seu faturamento.			

v. Ambientais

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0000084-81.2004.4.02.51.04	3ª Vara Cível de Volta Redonda/RJ	2ª Instância	22/09/1988	Ministério Público Federal e outros x Companhia Siderúrgica Nacional	Ilíquido	Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF em razão de suposta contaminação e poluição do meio ambiente e bacia do Rio Paraíba do Sul pela CSN, requerendo a condenação da empresa à reparação dos danos ambientais causados ao ecossistema pela sua atividade industrial. Nesta demanda, após extensa fase recursal, foi dado provimento ao recurso da CSN ao Superior Tribunal de Justiça, para determinar o retorno dos autos à fase inicial de conhecimento para realização de prova pericial, tornando nulas as decisões anteriores e desfavoráveis à CSN, com a consequente perda de objeto de execução da sentença condenatória.	Possível	Não há	Não há
0003455-43.2010.4.02.5104	1ª Vara Federal de Volta Redonda	1ª Instância	10/12/2010	Ministério Público Federal x Companhia Siderúrgica Nacional	iliquido	Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF devido à suposta contaminação por resíduos siderúrgicos do aterro denominado “Márcia 1”. Realizado estudos ambientais na área, as partes apresentaram alegações finais e aguarda-se a sentença.	Possível	Não há	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0001446-40.2012.4.02.5104	3ª Vara Federal de Volta Redonda	1ª Instância	03/07/2012	Ministério Público Federal x Companhia Siderúrgica Nacional e Outros	Ilíquido	Ação Civil Pública proposta pelo MPF em razão de suposta contaminação e poluição do solo e água subterrânea (depósito de resíduos sólidos industriais) na área do Condomínio Volta Grande IV. Devido à existência de ação análoga na Justiça Estadual, foi suscitado conflito de competência, tendo o STF declarado competente o juízo federal. Aguarda-se retomada da instrução.	Possível	Não há	Não há
0023334-40.2012.8.19.0066	3ª Vara Cível de Volta Redonda	1ª Instância	11/07/2012	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro x Companhia Siderúrgica Nacional e Outros	Ilíquido	Ação Civil Pública proposta pelo MPE/RJ em razão de suposta contaminação e poluição do solo e água subterrânea (depósito de resíduos sólidos industriais) na área do Condomínio Volta Grande IV, na qual é pleiteada, entre outros pedidos, a remoção de duas células de resíduos industriais e de 750 residências. Devido à existência de ação análoga na Justiça Federal, foi suscitado conflito de competência, tendo o STF declarado competente o juízo federal. O juízo Estadual deverá encaminhar o processo ao juízo competente, que julgará a ação.	Possível	Não há	Não há
0066962-02.2015.4.02.5104	1ª Vara Federal de Volta Redonda	1ª e 2ª Instâncias	24/06/2015	Ministério Público Federal x Companhia Siderúrgica Nacional e Outros	Ilíquido	Ação Civil Pública proposta pelo MPF devido ao suposto descumprimento de legislação ambiental relacionada à emissão de particulados (Resoluções CONAMA n. 382/2006 e 436/2011), pelas Unidades de Sinterização 2, 3 e 4 da Usina Presidente Vargas UPV/VR. Demanda em fase de instrução, após concessão de medida liminar em favor da CSN, foi interposto recurso pelo MPF, o qual aguarda julgamento no Tribunal.	Possível	Não há	Não há
0114197-62.2015.4.02.5104	1ª Vara Federal de Volta Redonda	1ª Instância	08/09/2015	Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro x Companhia Siderúrgica	Ilíquido	Ação Civil Pública ajuizada conjuntamente pelo MPF e MPE/RJ em face da CSN e proprietários dos imóveis dos aterros denominados Márcia II, III e IV, Wandir I e II em razão de suposta contaminação dessas áreas e danos ao meio ambiente, devido ao depósito de resíduos industriais oriundos da CSN. Apresentada defesa. Processo em fase de instrução.	Possível	Não há	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
				Nacional e Outros		Observação: a CSN vem conduzindo estudos ambientais que determinarão a extensão dos possíveis danos ambientais decorrentes da contaminação, bem como implementando medidas para cumprir com as leis aplicáveis.			
0068428-94.2016.4.02.5104	1ª Vara Federal do Rio de Janeiro	1ª Instância	30/05/2016	Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual X Companhia Siderúrgica Nacional e Outros	Ilíquido	Ação Civil Pública proposta em conjunto pelo MPF e MPE em face da CSN e AMH Empreendimentos Ltda. em razão de suposta contaminação e poluição do solo e água subterrânea (depósito de resíduos sólidos industriais), em área denominada "Aterro Panco". Busca-se liminarmente a adoção de medidas emergenciais e ao final a condenação das empresas à recuperação da área degradada, reparação dos danos ao meio ambiente e indenização pelos danos materiais e morais coletivos. Apresentada defesa pela CSN, o processo encontra-se em fase inicial.	Possível	Não há	Não há
0024822-16.2016.4.02.5104	3ª Vara Federal de Volta Redonda	1ª Instância	09/03/2016	Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual X Companhia Siderúrgica Nacional e Outros	Ilíquido	Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo MPF e MP/RJ em face da CSN e outros, por meio da qual se pretende a responsabilização pela suposta contaminação de área de depósito de resíduos industriais e consequente recuperação ambiental, onde operava a empresa Reciclam. O processo encontra-se em fase inicial de instrução.	Possível	Não há	Não há
5000405-88.2018.4.04.7204	4ª Vara Federal de Criciúma/SC	1ª Instância	05/04/1993	Ministério Público Federal x Companhia Siderúrgica Nacional e Outros	R$ 9.928.146,59	Ação Civil Pública proposta pelo MPF em face da CSN, União e diversas Carboníferas visando a recuperação ambiental dos danos ambientais ocasionados pela mineração de carvão na Região Sul de Santa Catarina. A ação foi julgada procedente, reconhecendo a responsabilidade das carboníferas pelos danos causados pela mineração do carvão, condenando-as solidariamente à recuperação ambiental das áreas afetadas. Em março de 2018, foi firmado novo Termo de Acordo Judicial (TAJ), em substituição aos acordos estabelecidos em 2009 e 2010, no qual se estabelece as responsabilidades e cronogramas pela recuperação dos passivos ambientais de áreas específicas.	Remoto	Não há	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
						Atualmente o cronograma de obras, estudos e ampliação dos critérios técnicos para a recuperação ambiental das áreas está em andamento, conforme previsto no TAJ.			
0000689-17.1995.8.19.0066	3ª Vara Cível de Volta Redonda	1ª Instância	20/01/1995	Município de Volta Redonda x Companhia Siderúrgica Nacional	25MM (conforme acrodo celebrado pelas partes em dezembro/18)	Ação Civil Pública ajuizada pelo Município de Volta Redonda pleiteando a condenação da CSN ao cumprimento de 26 itens do PAC Programa Ambiental Compensatório. Após a defesa pela CSN, as partes celebraram uma Transação homologada judicialmente (TAC/1995) fixando as obrigações da CSN. Em maio/2008, a CSN informou o cumprimento integral do TAC e investimentos no valor aproximado de R$16MM, tendo o Município discordado do referido cumprimento, e pleiteado o adimplemento das obrigações pendentes. Após ampla discussão sobre o cumprimento do TAC, o Município apresentou petição para execução dos itens supostamente não cumpridos, tendo indicado o valor de R$172MM, o qual foi impugnado pela CSN. Foi então determinada a apuração das obrigações pendentes e liquidação do valor envolvido. Em dezembro de 2018 foi celebrado novo acordo entre a CSN e o Município de Volta Redonda. Aguarda-se homologação pelo do juízo.	Possível/Provável	Não há	R$ 668.606,63

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
Processo Administrativo nº E-07/00213888/2015	Conselho Diretor do Órgão Ambiental - CONDIR INEA	Órgão Administrativo	30/12/2016	INEA x Companhia Siderúrgica Nacional	Não se aplica	As questões relacionadas ao TAC 03/2016 foram consolidadas no acordo formalizado pelo TAC 07/2018, bem como tramitam no processo administrativo próprio, ora citado.	Não se aplica	Não há	Não há
E-07/002.1380/2018	Conselho Diretor do INEA (CONDIR)	Administrativo	18/09/2018	Secretaria do Estado de Ambiente e Sustentabilidade (SEA) x Instituto Estadual do Ambiente (INEA) x CSN	R$ 303.380.000,00	Trata-se de procedimento administrativo com objetivo de estabelecer os prazos e condições para que a CSN promova as adequações de suas atividades em suas instalações da UPV às normas ambientais, mediante adoção das ações preventivas, corretivas, mitigadoras e compensatórias descritas no TAC nº 07/2018 e no respectivo Plano de Ação (Anexo I) e o pagamento das multas decorrentes do inadimplemento do TAC 03/2016, além de medida compensatória. Em janeiro/2019 a CSN apresentou ao INEA o primeiro relatório trimestral de acompanhamento do valor e quantidade das garantias ofertadas no TAC. Em março/2019 foi realizada pelo INEA vistoria para acompanhar o cumprimento do TAC. O valor total destimado do investimento previsto no TAC foi de R$ 303.380.000,00	Possível	Não há	Não há
5001706-22.2018.4.02.5104	3ª Vara Federal da Comarca de Volta Redonda	1ª Primeira Instância	27/07/2018	Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual X Companhia Siderúrgica Nacional e Outros	Ilíquido.	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF e MP/RJ em face da CSN, da Harsco Metals e INEA, com o Município de Volta Redonda, na qualidade de assistente litisconsorcial ativo, por meio do qual se pretende a adoção de medidas para regularização ambiental do Pátio de Agregados Siderúrgico. Por meio de decisão liminar concedida ao juízo de 1ª instância, exige-se, dentre outras medidas, o rebaixamento das pilhas de agregados, sob à altura de 4m, tendo sido fixada pena de multa diária (R$20.000/dia) a partir de 28/03/19, o que é objeto de recurso por parte da Companhia. O processo encontra-se	Possível	Não há	Não há.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
						em fase inicial de instrução.			
0018095-28.2018.8.19.0007	1ª Vara Civil de Barra Mansa	1ª Primeira Instância	08/03/2019	Associação Ecocidade x CSN e Outros	Ilíquido	Trata-se de Ação Civil Pública de autoria da Associação Ecocidade em face da CSN, da Comercial Rio Claro (CRC), da GFL Transporte e serviços Ltda. (GFL), do Município de Barra Mansa (MBM) e do Instituto Estadual do ambiente (INEA). A associação requer a remoção / remediação imediata dos resíduos oriundos do processo industrial da CSN e, supostamente dispostos no imóvel da CRC de forma irregular. Em Abr/2019, a Desembargadora Relatora deferiu o pedido da CSN de atribuição de efeito suspensivo à decisão liminar proferida pelo Juízo de Barra Mansa.	Possível	Não há	Não há
0019667-21.2016.8.13.0180	2ª Vara Cível da Comarca de Congonhas	1ª Instância	21/03/2016	Estado de Minas Gerais e FEAM x Congonhas Minérios	Ilíquido	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Estado de Minas Gerais e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) em face da Nacional Minérios, respaldando-se no Auto de Infração nº 51091/2015, relacionado à estabilidade do Dique do Engenho, localizado em Congonhas-MG.	Possível	Não há	Não há
1.22.000.003644/2016-11	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	30/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito Dique do Bichento III-A. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Não se aplica	Não há	Não há
1.22.000.003645/2016-57	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	30/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito Dique da Vila II. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Não se aplica	Não há	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
1.22.000.003563/2016-11	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	29/08/2016	Ministério Público Federal X Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito B4. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Não se aplica	Não há	Não há
1.22.000.003564/2016-57	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	29/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito B5. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Não se aplica	Não há	Não há
1.22.000.003566/2016-46	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	29/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito Dique do Esmeril IV. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Não se aplica	Não há	Não há
1.22.000.003565/2016-00	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	29/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito de Casa de Pedra. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Não se aplica	Não há	Não há
1.22.024.000164/2016-11	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	30/08/2016	Ministério Público Federal X Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito do Vigia. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Não se aplica	Não há	Não há
1.22.024.000174/2016-57	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	30/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito Auxiliar do Vigia. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Não se aplica	Não há	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
1.22.000.003663/2016-61	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	30/08/2016	Ministério Público Federal x Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito B2. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Não se aplica	Não há	Não há
1.22.000.003661/2016-40	Procuradoria da República em Minas Gerais	Instância Administrativa	30/08/2016	Ministério Público Federal X Congonhas Minérios	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito B2 Auxiliar. Apresentada a documentação solicitada, aguarda-se andamento.	Não se aplica	Não há	Não há
1.31.000.000496/2016-54	Procuradoria da República em Rondônia	Instância Administrativa	23/05/2016	Ministério Público Federal x Estanho de Rondônia S/A	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito do Taboquinha 1. Apresentados esclarecimentos, aguarda-se manifestação do MPF.	Não se aplica	Não há	Não há
1.31.000.000232/2017-92	Procuradoria da República em Rondônia	Instância Administrativa	20/04/2017	Ministério Público Federal x Estanho de Rondônia S/A	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito do Taboquinha 2. Apresentados esclarecimentos, aguarda-se manifestação do MPF.	Não se aplica	Não há	Não há
1.31.000.000497/2016-18	Procuradoria da República em Rondônia	Instância Administrativa	23/05/2016	Ministério Público Federal x Estanho de Rondônia S/A	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito do Taboquinha 3. Apresentados esclarecimentos, aguarda-se manifestação do MPF.	Não se aplica	Não há	Não há
1.31.000.000233/2017-37	Procuradoria da República em Rondônia	Instância Administrativa	20/04/2017	Ministério Público Federal x Estanho de Rondônia S/A	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito do Taboquinha 4. Apresentados esclarecimentos, aguarda-se manifestação do MPF.	Não se aplica	Não há	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
1.31.000.000231/2017-48	Procuradoria da República em Rondônia	Instância Administrativa	20/04/2017	Ministério Público Federal x Estanho de Rondônia S/A	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apuração da observância da Política Nacional de Segurança de Barragens em relação à Barragem de Rejeito PIT 01. Apresentados esclarecimentos, aguarda-se manifestação do MPF.	Não se aplica	Não há	Não há
0188.18.002639-8	2ª Vara Cível da Comarca de Nova Lima	1ª Instância	12/02/2018	MPMG x Minérios Nacional	Ilíquido	O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) para obrigar a Minérios Nacional a tomar medidas de segurança nas barragens de Fernandinho. Em 15/03/18, a liminar foi parcialmente deferida para determinar a adoção de medidas de segurança e controle. A liminar foi cumprida e foi apresentada contestação. Aguarda-se a apresentação de impugnação por parte do MPMG.	Não se aplica	Como todas as medidas solicitadas na Inicial estão sendo adotadas pela Cia, o impacto em caso de perda não é significativo.	Não há.
5001077-13.2018.8.13.0188	2ª Vara Cível da Comarca de Nova Lima	1ª Instância	12/02/2018	MPMG X Minérios Nacional	Ilíquido	A FEAM e o Estado de Minas Gerais ajuizaram uma Ação Civil Pública (ACP) para obrigar a Minérios Nacional a tomar medidas de segurança nas barragens de Fernandinho. Em 15/03/18, a liminar foi parcialmente deferida para determinar a adoção de medidas de segurança e controle. A liminar foi cumprida e foi apresentada contestação. Aguarda-se a apresentação de impugnação por parte do MPMG.	Não se aplica	Como todas as medidas solicitadas na Inicial estão sendo adotadas pela Cia, o impacto em caso de perda não é significativo.	Não há.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
IC MPMG – 0180.19.00028-1	1ª Promotoria de Congonhas	Instância Administrativa	01/03/2019	MPMG x CSN Mineração S/A.	Ilíquido	O Ministério Publico de Minas Gerais apresentou recomendação para a adoção de medidas relacionadas ao bem estar da população que reside no entorno das barragens. O assunto este em sede de negociação entre as partes envolvidas.	Não se aplica	Em negociação, Não se aplica por hora.	Não há
IC MPF – 1.22.000.003661/2016-40	Procuradoria da República em Minas Geraiss	Instância Administrativa	10/04/2019	MPMG X CSN Mineração S/A. e Minérios Nacional	Ilíquido	O Ministério Publico Federal apresentou recomendação para a adoção de medidas de segurança das barragens B2, B2 Auxiliar da Minérios Nacional, B4, B2 Águas Prestas e Casa de Pedra da CSN Mineração. Firmado Termo de Acordo Preliminar para a adoção e medidas.	Não se aplica	Não há impacto em razão das obrigações já constarem na legislação pertinente à espécie.	Não há
0020966-28.2019.8.13.0180	Vara da Infância e da Juventude de Congonhas/MG	1ª Instância	29/04/2019	MPMG x CSN Mineração	R$ 524.376.000,00	Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) para obrigar a CSN Mineração a tomar medidas realocando os moradores, que assim queiram, que residam nos Bairros Gualter Monteiro e Cristo Rei.	Não se aplica	Ainda em estudo em razão de termos recebido a açaõ em 08/05/2019	Ainda não há provisão em razão de termos recebido a açaõ em 08/05/2019

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0188.17.000011-4	MPMG	Instância Administrativa	12/01/2017	MPMG X Minérios Nacional	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apurar a observância do Decreto 46.993/2016 que instituiu a Auditoria Extraordinária para barragens alteadas pelo método montante. Foram apresentados os relatórios de auditoria extraordinária que não concluíram pela estabilidade das barragens B2 e B2-Auxiliar. Está sendo diligenciado junto ao MPMG a marcação de uma reunião para explicar o projeto de adequação dessas barragens.	Não se aplica	Não há	Não há
0188.09.000113-5	MPMG	Instância Administrativa	05/06/2009	MPMG X Minérios Nacional	Ilíquido	Inquérito Civil instaurado para apurar dano ambiental decorrente de poluição hídrica com carreamento de sólidos no córrego Capivara. O Inquérito Civil acabou se desenvolvendo para apurar as condições de segurança das barragens B2 e B2 Auxiliar. Está sendo diligenciado junto ao MPMG a marcação de uma reunião para explicar o projeto de adequação dessas barragens.	Não se aplica	Não há	Não há

COMPANHIA COMO AUTORA:

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0001085-22.2017.8.19.0066	2ª Vara Cível de Volta Redonda	1ª Primeira Instância	24/01/2017	Companhia Siderúrgica Nacional x Instituto do Meio Ambiente - INEA	R$ 1.974.906,30	Ação anulatória contra auto de infração lavrado pelo INEA pelo não cumprimento do Item 04 do Plano de Ação do TAC 03/16 (ruído UPV – Fábrica de Cal - não atendimento à NBR 10.151:2000), por meio do qual foi aplicada multa moratória no valor de R$ 1.974.906,30. Em Out/18, a CSN requereu a desistência da ação, bem como a extinção do processo, tendo em vista a celebração do TAC 07/2018, que previu o pagamento da multa pela CSN.	Não se aplica	Não há	Não há
0023736-48.2017.8.19.0066	1ª Vara Cível de Volta Redonda	1ª Primeira Instância	26/09/2017	Companhia Siderúrgica Nacional x Instituto do Meio Ambiente - INEA	R$ 506.250,00	Ação anulatória contra auto de infração lavrado pelo INEA pelo suposto não cumprimento do Item 11 do Plano de Ação do TAC 03/16 (substituição das guias, raspadores e vedação de vazamentos em calhas de transferência visando evitar a queda de material nos equipamentos da sinterização), por meio do qual foi aplicada multa moratória no valor de R$ 506.250,000. Em Out/18, a CSN requereu a desistência da ação, bem como a extinção do processo, tendo em vista a celebração do TAC 07/2018, que previu o pagamento da multa pela CSN.	n/a	Não há	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
0023739-03.2017.8.19.0066	5ª Vara Cível de Volta Redonda	1ª Primeira Instância	26/09/2017	Companhia Siderúrgica Nacional x Instituto do Meio Ambiente - INEA	R$ 168.750,00	Ação anulatória contra auto de infração lavrado pelo INEA pelo suposto não cumprimento do Item 12 do Plano de Ação do TAC 03/16 (manter, nas unidades de sinterização, sistema de limpeza de vias, pisos, plataformas com aspiradores industriais e varredeiras mecânicas), por meio do qual foi aplicada multa moratória no valor de R$ 168.750,00. Em Out/18, a CSN requereu a desistência da ação, bem como a extinção do processo, tendo em vista a celebração do TAC 07/2018 que previu o pagamento da multa pela CSN.	n/a	Não há	Não há
0001676-13.2019.8.19.0066	5ª Vara Cível de Volta Redonda	1ª Primeira Instância	29/01/2019	Companhia Siderúrgica Nacional x Instituto do Meio Ambiente - INEA	R$ 13 MM	Trata-se de ação ordinária proposta pela CSN em face do INEA, pleiteando a condenação do órgão ambiental à restituição do valor de R$13 milhões, relacionados à garantia contratada junto ao Banco Santander (Carta de Fiança nº 180307910 de 01.09.10, aditada em 03.10.13) e prestada pela Cia. ao INEA, indevidamente executada em razão de suposto descumprimento das ações previstas nos itens 07, 26, 27, 29 e 34 do Termo Aditivo nº 16/2013 ao TAC nº 026/2010.	n/a	Não há	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

vi. Criminais

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
Ação Penal n° 0500121-31.2016.4.02.5104	02ª Vara Federal de Volta Redonda/RJ	1ª instância	10/032016	MPF x CSN (PJ), Benjamin Steinbruch, Enéas Garcia Diniz, Sander Eskes, Cláudio Boscov Graffunder, José Carlos Gouveia	Ilíquido	Visa apurar a suposta prática do delito capitulado no §3º do artigo 54 da Lei 9.605/98, pela CSN e seus representantes legais, por entender que "teriam deixado de adotar medidas de precaução exigidas pelo INEA em caso de risco de dano ambiental grave no Bairro Volta Grande IV e de dano irreversível à saúde de seus moradores". Em Julho/2017, foi proferido acórdão concedendo a ordem de Habeas Corpus em face de Benjamin Steinbruch. Em Julho/2018 foi concedida a ordem em MS a fim de suspender a Ação Penal em 1ª instância, após as audiências de testemunhas de defesa, por um ano, podendo ser renovado pelo juiz enquanto não realizadas as perícias na	Possível	Reflexos ambiental e criminal. Eventual Responsabilidade criminal das pessoas físicas e da pessoa jurídica	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
						ACP que trata dos mesmos fatos.			
Ação Penal n° 0000203-95.2011.4.02.5104	Juízo de origem 1ª VF/Volta Redonda	Aguarda julgamento do RESP e REXT	30/09/2015	MPF x CSN (PJ)	Ilíquido	"Vazamento na ETE do alto forno II" em 27/11/2010 com o despejo de cerca de 18,3 milhões de litros de substância de cor escura no Rio Paraíba do Sul, o que teria ocasionado a interrupção do abastecimento de água nas estações de Pinheiral/RJ e Vargem Alegre/RJ. Alegou-se negligência da Companhia na operação de efluentes e na condução da política ambiental. Ainda, afirmou-se que a substância carreada continha lama, carvão, finos de minério de ferro, bem como que, após o acidente, os níveis de chumbo, cobre, mercúrio, zinco, manganês, ferro, fenóis, fósforo, nitrogênio amoniacal dissolvido e óleos e graxas do Rio Paraíba estariam mais elevados do que os permitidos pela legislação ambiental". **Andamentos:** CSN (PJ) absolvida em sede de apelação. Contra essa decisão o MPF interpôs Recursos Especial e Extraordinário.	Remota	Reflexos ambiental e criminal. Eventual Responsabilidade criminal das pessoas jurídica.	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

vii. Regulatório

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
Processo ANTT nº 50525.095332/2015-16	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Administrativa	23/12/2015	Transnordestina. Logística S.A - TLSA e Ferrovia Transnordestina - FTL (Autores do pleito) e ANTT (órgão competente para análise)	Ilíquido	Trata do pleito de repactuação da concessão da outorga de exploração dos serviços de transporte de carga na Malha Ferroviária Nordeste. A repactuação se fundamenta em alegação de desequilíbrio contratual decorrente de descumprimentos das obrigações de responsabilidade do governo, tanto em relação ao cronograma do funding quanto execução de medidas necessárias à implementação da obra e tem como principais pedidos a adequação dos prazos do contrato de concessão e melhor definição da responsabilidade das Partes, ajustes no Termo de Ajustamento de Conduta, devolução de bens operacionais e envolvimento dos órgãos de controle no acompanhamento dos projetos. Em 17/03/2016 o pleito foi encaminhado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil em face do pedido de vinculação do prazo de execução das obras da Transnordestina à liberação de recursos do *funding*.	Possível	O eventual não acolhimento da nossa tese poderá dar ensejo à declaração de descumprimento contratual por parte da concessionária. Nessa hipótese, será aplicada penalidade que pode variar entre multa e a declaração de caducidade da Concessão. A CSN figura como tomadora do crédito ou garantidora nos contratos de financiamento, bem como detém a maior parte do capital social da Transnordestina e pode ser afetada em caso de declaração de caducidade ou inidoneidade.	Não há
Processo ANTT nº 50500.027190/2012-91 e 50501.307239/2018-72	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Administrativa	27/02/2012	Transnordestina Logística S.A - TLSA e Ferrovia Transnordestina - FTL (jurisdicionados) e ANTT (órgão competente)	Ilíquido	Apuração de descumprimento do contrato de Concessão Malha I para aplicação de penalidade. O processo em teve seu trâmite suspenso em 13/11/2012 em vista da reestruturação da concessão e implementação do Projeto Nova Transnordestina. O processo teve seu prosseguimento retomado em 13/05/2016 diante da declaração de descumprimento do TAC celebrado para a	Possível	A eventual conclusão desfavorável deste processo poderá dar ensejo à declaração de descumprimento do contrato de concessão. Nessa hipótese, será aberto processo de aplicação de penalidade, que pode ser	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
						implementação do Projeto. A avaliação sobre a pertinência de aplicação de pena, que pode variar desde a aplicação de multas contratuais à caducidade da Concessão, está em avaliação pela Comissão Processante constituída em julho/2018. O respectivo relatório está em fase final de elaboração.		graduada desde a aplicação de multa até a declaração de caducidade da concessão. A CSN figura como tomadora do crédito ou garantidora nos contratos de financiamento, bem como detém a maior parte do capital social da Transnordestina e pode ser afetada em caso de declaração de caducidade ou inidoneidade.	
Processo ANTT nº 50500.156492/2016-08	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Administrativa	29/04/2016	Transnordestina. Logística S.A - TLSA e Ferrovia Transnordestina – FTL (Autores do pleito) e ANTT (órgão competente para análise)	Ilíquido	Pedido de Reconhecimento de excludentes de responsabilidade da Transnordestina em face das falhas no repasse do *funding* e pleitos complementares ao Pedido de Repactuação. Este pleito é encaminhado em caráter complementar ao Pleito de Repactuação (Processo ANTT nº 50525.09532/2015-16) e tem por objeto apresentar elementos que comprovem que a Concessionária não incorreu em culpa nos fatos que culminaram no atraso do repasse do *funding* do projeto. Pedido não acolhido pela ANTT.	Provável.	O não acolhimento da nossa tese de defesa pode ensejar o julgamento desfavorável de processos administrativos e, consequentemente, dar ensejo à declaração de descumprimento contratual relevante. Nessa hipótese, será aplicada penalidade pode variar desde a aplicação de multas pela ANTT até a declaração de caducidade da Concessão pelo Presidente da República. A CSN figura como tomadora do crédito ou garantidora nos contratos de financiamento, bem como detém a maior parte do capital social da Transnordestina e pode ser afetada em caso de	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
								declaração de caducidade ou inidoneidade.	
Processo ANTT 50525.004267/2016-09	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Administrativa	13/02/2017	Ferrovia Transnordestina - FTL (Autor do pleito) e ANTT (órgão competente para análise)	Ilíquido	Pedido de dilação de prazo formulado pela FTL, para adequação da Malha I operacional aos parâmetros técnicos exigidos para transporte de produtos perigosos. A Superintendência de Transporte de Cargas indeferiu o pleito da Concessionária. Esgotada a instância administrativa. A FTL pode apresentar pedido de reconsideração desta decisão, para avaliação discricionária da ANTT, tendo em vista o cumprimento de todas as metas de segurança e produção nos anos de 2014, 2015 e 2016 e 2017.	Possível.	A eventual conclusão desfavorável deste processo poderá ensejar a determinação de suspensão, pela ANTT, do transporte de produtos perigosos na Malha I, bem como a suspensão da Licença de Operação do referido trecho, pelo órgão ambiental, até posterior adequação da via, o que pode ensejar declaração de caducidade da concessão por descumprimento do contrato. A CSN figura como tomadora do crédito ou garantidora nos contratos de financiamento, bem como detém a maior parte do	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
								capital social da Transnordestina e pode ser afetada em caso de declaração de caducidade ou inidoneidade.	
TC nº 012.179/2016-7	Tribunal de Contas da União	Administrativa	28/04/2016	Transnordestina. Logística S.A - TLSA e Ferrovia Transnordestina – FTL (representados) e MPTCU ANTT (representante)	Ilíquido	Representação do MPTCU sobre a ilegalidade do contrato de concessão da Ferrovia Transnordestina. Em vista do amplo escopo deste processo, está sobrestado o processo TC 010.453/2014-8, que trata da avaliação da conformidade de fiscalização da ANTT em relação ao Contrato de Concessão. Aguarda-se encerramento da instrução.	Possível	A eventual conclusão desfavorável este processo pode declarar anulação da repactuação ocorrida em 2013 para implementação do Projeto nova Transnordestina, com a consequente anulação de todos os atos administrativos realizados para esta finalidade. É possível que esta declaração culmine na caducidade da Concessão, bem como declaração de inidoneidade da empresa e sua controladora e improbidade de seus administradores. A CSN figura como tomadora do crédito ou garantidora nos contratos de financiamento, bem como detém a maior parte do capital social da Transnordestina e pode ser afetada em caso de declaração de caducidade ou inidoneidade.	

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
50501.302990/2018-82 (proseguimento do processo 50500.225927/2017-44)	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Administrativa	12/07/2018	Transnordestina Logística S.A - TLSA (jurisdicionada) e ANTT (órgão competente)	Ilíquido	Apuração de descumprimento do contrato de Concessão Malha II para aplicação de penalidade. Em agosto de 2018 a ANTT concedeu prazo de saneamento das irregularidades relativas à concessão (conclusão das onras). Em vista da não conclusão das obras, em fevereiro de 2019 a ANTT declarou o prazo de cura infrutífero, o que pode ensejar a criação de Comissão Processante para avaliar a pertnencia de apicão de penalidade, que pode varir desde a aplicação de multa pela ANTT até a declação de caducidade pela Presidencia da república.	Possível	A eventual conclusão desfavorável deste processo pode dar ensejo à declaração de descumprimento relevante do contrato. Nesta hipótese será graduada a pena respectiva, que pode variar desde a aplicação de multas contratuais pela ANTT até a declaração de caducidade pela Presidencia da República. A CSN figura como tomadora do crédito ou garantidora nos contratos de financiamento, bem como detém a maior parte do capital social da Transnordestina e pode ser afetada em caso de declaração de caducidade ou inidoneidade.	Não há
Processo ANTAQ nº 50300.012859/2017-10	Agência Nacional de Transportes Aquaviários	Administrativa	19/12/2017	Sepetiba Tecon S.A e ANTAQ (órgão competente para análise)	R$ 600.000.000,00	Trata-se de pleito de prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento de exploração do terminal portuário de contêineres do Porto de Itaguaí por mais 25 anos, totalizando o prazo de exploração em 50 anos, mediante a realização de novos investimentos pelo Sepetiba Tecon, cujo montante não poderá ser amortizado nos primeiros 25 anos de Contrato.	Remota	O eventual não acolhimento da nossa tese impedirá a prorrogação antecipada, entretanto, novos pedidos de prorrogação poderão ser realizados posteriormente.	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº	a. juízo	b. instância	c. data de distribuição	d. partes no processo	e. valores, bens ou direitos envolvidos	f. principais fatos	g. chance de perda (provável, possível ou remota)	h. análise do impacto em caso de perda do processo	i. valor provisionado (se houver provisão)
Processo ANTAQ nº 50000.013715/2017-57	Agência Nacional de Transportes Aquaviários	Administrativa	25/10/2017	Sepetiba Tecon S.A, CSN Mineração S.A, Secretaria Nacional de Portos e ANTAQ (órgão competente para análise)	R$ 58.000.000,00	A CSN Mineração (TECAR) e o Sepetiba Tecon (TECON) foram autorizados pela Secretaria Nacional de Portos a realizar a dragagem de manutenção no Porto de Itaguaí, cuja responsabilidade é do Poder Concedente. Desta forma, as partes irão pleitear junto ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil o reequilíbrio dos respectivos contratos de arrendamento com o posterior ressarcimento/compensação dos valores.	Remota	O eventual não acolhimento da nossa tese impedirá a compensação dos valores investidos na dragagem.	Não há

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Valor de provisão no risco provável: R$ 668.606,63.

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas:

Apresentamos abaixo, a relação dos processos judiciais e procedimentos administrativos que não estão sob sigilo, em que a Companhia e suas controladas são partes e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas, e que são considerados relevantes, segundo o critério de materialidade estabelecido pela Companhia (data-base 31/03/2019).

Para os fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação aplicável, (i) os processos cujo valor envolvido seja superior a 0,75% da Receita Líquida Consolidada de Vendas da Companhia; e (ii) os processos cuja matéria envolvida possa influenciar a decisão do investidor, por envolver riscos de imagem da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

COMPANHIA COMO RÉ

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
0128600-67.2006.5.02.0060	60ª VT - São Paulo/SP	2ª Instância	22/08/2006	A.M.M.S. x CSN	R$ 89.479,33	Trata-se de reclamação trabalhista na qual pleiteia o pagamento de: 1) diferenças salariais por acúmulo de função; 2) horas extras ou pagamento de 40% sobre a remuneração; 3) diferenças salariais pelos reajustes normativos nos anos de 2004, 2005 e 2006; PLR e PLRE de 2004 até o desligamento; 4) declaração de nulidade de dispensa e reintegração ou indenização; 5) multa do art. 477 e 467 da CLT; 6) reembolso de despesas médicas; 7) entrega de guia de seguro-desemprego; e 8) indenização por danos morais. Apresentada defesa às alegações da reclamante, seguida da elaboração de prova testemunhal e pericial com resultado favorável à Companhia. No dia 29/11/2013 a sentença deu procedência parcial à ação. Opostos embargos de declaração em razão da existência de omissões e contradições na sentença. Anulado o julgamento anterior, sendo prolatada nova sentença, parcialmente procedente. Concedido parcial provimento ao recurso interposto pela CSN reduzindo a condenação. Aguarda-se julgamento do Recurso de Revista.	Possível	Patrimonial, se a decisão for mantida, a Companhia terá que pagar R$89.479,33 (valor do risco total).	Não há.
0000888-70.2015.5.03.0054	VT - Congonhas/MG	1ª Instância	04/05/2015	F.C.M x CSN Mineração	R$ 16.705.835,42	Trata-se de reclamação trabalhista pleiteando: 1) o pagamento de indenização por danos morais; 2) o pagamento de ajudas de custo e diárias com seus reflexos; 3) a integração ao salário das verbas descritas nos itens anteriores; 4) a equiparação salarial, indenização por acúmulo de funções e retificação de CTPS; 5) Pagamento da PPR referente	Possível	Patrimonial. A Companhia poderá ser onerada em R$ 16.705.835,42 (valor do risco total). Valor do risco possível R$ 771.604,80.	Não há

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						a abril de 2014; 6) Multa do Art. 477, § 8°, CLT; 7) Demais pedidos de praxe, ofícios, honorários, juros e atualização monetária. Apresentada defesa contra as alegações do reclamante. Audiência de instrução realizada em 2017 e processo julgado parcialmente procedente, condenando a Cia. a integração da ajuda de custo e diferenças de PLR no ano de 2014. Todos os demais pedidos foram considerados improcedentes. Interposto recurso pelas partes. O recurso da CSN foi julgado parcialmente procedente, reduzindo a condenação. Aguarda-se julgamento do Recurso de Revista interposto pelas partes.			

COMPANHIA COMO AUTORA

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
0046660-74.2005.8.19.0001	1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	2ª Instância	10/08/2007	CSN x José Paulo Oliveira Alves	R$ 1.814.025,85	Trata-se de ação de reparação de danos. O réu era diretor executivo da CSN e foi transferido para os Estados Unidos da América, para administrar a CSN LLC. Determinou a emissão de dois cheques, nos valores de US$ 114.350,00 e US$ 103.400,00, que teriam sido depositados em conta corrente particular do réu. Os valores teriam sido indevidamente utilizados	Possível	Não há, tendo em vista que em caso de perda, no limite, teremos verbas de sucumbência a serem apuradas.	Não há.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						pelo Réu. O Réu apresentou defesa, alegando que os recursos foram usados para pagamento de despesas da companhia. Foi proferida sentença de improcedência, apontando: (i) que a simples movimentação bancária pessoal não comprova conduta ilícita do réu, pois seu pagamento abrangia, além do salário, diversas outras verbas pagas por meio de transferências; (ii) a quitação dada pela CSN abrangeria os cheques emitidos em nome do réu. A CSN interpôs Apelação em 01.02.2016. Recurso da CSN foi provido em 31.10.2017, condenando o réu ao pagamento do valor dos cheques (cotação do dia do pagamento), corrigidos desde a compensação e juros a partir da citação 08/09/2005. Tudo a ser apurado em liquidação de sentença. Aguarda interposição de recurso pelo réu.			

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas:

Apresentamos abaixo, a relação dos processos judiciais e procedimentos administrativos que não estão sob sigilo, em que a Companhia e suas controladas são partes e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas, e que são considerados relevantes, segundo o critério de materialidade estabelecido pela Companhia (data-base 31/03/2019).

Para os fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação aplicável, (i) os processos cujo valor envolvido seja superior a 0,75% da Receita Líquida Consolidada de Vendas da Companhia; e (ii) os processos cuja matéria envolvida possa influenciar a decisão do investidor, por envolver riscos de imagem da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

COMPANHIA COMO RÉ

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
0128600-67.2006.5.02.0060	60ª VT - São Paulo/SP	2ª Instância	22/08/2006	A.M.M.S. x CSN	R$ 89.479,33	Trata-se de reclamação trabalhista na qual pleiteia o pagamento de: 1) diferenças salariais por acúmulo de função; 2) horas extras ou pagamento de 40% sobre a remuneração; 3) diferenças salariais pelos reajustes normativos nos anos de 2004, 2005 e 2006; PLR e PLRE de 2004 até o desligamento; 4) declaração de nulidade de dispensa e reintegração ou indenização; 5) multa do art. 477 e 467 da CLT; 6) reembolso de despesas médicas; 7) entrega de guia de seguro-desemprego; e 8) indenização por danos morais. Apresentada defesa às alegações da reclamante, seguida da elaboração de prova testemunhal e pericial com resultado favorável à Companhia. No dia 29/11/2013 a sentença deu procedência parcial à ação. Opostos embargos de declaração em razão da existência de omissões e contradições na sentença. Anulado o julgamento anterior, sendo prolatada nova sentença, parcialmente procedente. Concedido parcial	Possível	Patrimonial, se a decisão for mantida, a Companhia terá que pagar R$89.479,33 (valor do risco total).	Não há.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
						provimento ao recurso interposto pela CSN reduzindo a condenação. Aguarda-se julgamento do Recurso de Revista.			
0000888-70.2015.5.03.0054	VT - Congonhas/MG	1ª Instância	04/05/2015	F.C.M x CSN Mineração	R$ 16.705.835,42	Trata-se de reclamação trabalhista pleiteando: 1) o pagamento de indenização por danos morais; 2) o pagamento de ajudas de custo e diárias com seus reflexos; 3) a integração ao salário das verbas descritas nos itens anteriores; 4) a equiparação salarial, indenização por acúmulo de funções e retificação de CTPS; 5) Pagamento da PPR referente a abril de 2014; 6) Multa do Art. 477, § 8°, CLT; 7) Demais pedidos de praxe, ofícios, honorários, juros e atualização monetária. Apresentada defesa contra as alegações do reclamante. Audiência de instrução realizada em 2017 e processo julgado parcialmente procedente, condenando a Cia. a integração da ajuda de custo e diferenças de PLR no ano de 2014. Todos os demais pedidos foram considerados improcedentes. Interposto recurso pelas partes. O recurso da CSN foi julgado parcialmente procedente, reduzindo a condenação. Aguarda-se julgamento do Recurso de Revista interposto pelas partes.	Possível	Patrimonial. A Companhia poderá ser onerada em R$ 16.705.835,42 (valor do risco total). Valor do risco possível R$ 771.604,80.	Não há

COMPANHIA COMO AUTORA

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Processo	a) Juízo	b) Instância	c) Data da Instauração	d) Partes do Processo	e) Valores, bens ou direitos envolvidos	f) Principais Fatos	g) Chance de Perda	h) Analise do impacto em caso de perda do processo	i) Valor provisionado se houver provisão
0046660-74.2005.8.19.0001	1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	2ª Instância	10/08/2007	CSN x José Paulo Oliveira Alves	R$ 1.814.025,85	Trata-se de ação de reparação de danos. O réu era diretor executivo da CSN e foi transferido para os Estados Unidos da América, para administrar a CSN LLC. Determinou a emissão de dois cheques, nos valores de US$ 114.350,00 e US$ 103.400,00, que teriam sido depositados em conta corrente particular do réu. Os valores teriam sido indevidamente utilizados pelo Réu. O Réu apresentou defesa, alegando que os recursos foram usados para pagamento de despesas da companhia. Foi proferida sentença de improcedência, apontando: (i) que a simples movimentação bancária pessoal não comprova conduta ilícita do réu, pois seu pagamento abrangia, além do salário, diversas outras verbas pagas por meio de transferências; (ii) a quitação dada pela CSN abrangeria os cheques emitidos em nome do réu. A CSN interpôs Apelação em 01.02.2016. Recurso da CSN foi provido em 31.10.2017, condenando o réu ao pagamento do valor dos cheques (cotação do dia do pagamento), corrigidos desde a compensação e juros a partir da citação 08/09/2005. Tudo a ser apurado em liquidação de sentença. Aguarda interposição de recurso pelo réu.	Possível	Não há, tendo em vista que em caso de perda, no limite, teremos verbas de sucumbência a serem apuradas.	Não há.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não há valor provisionado.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos (data-base 31/03/2019).

A Companhia informa que é autora de um procedimento arbitral perante a International *Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce* – ICC, no bojo do qual pleiteia o ressarcimento de danos no valor total de R$ 522.403.990,00 (quinhentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e três mil, novecentos e noventa reais). Em caso de perda, cujo risco é classificado pela Companhia e seus advogados externos como "*possível*", não haverá impacto significativo à Companhia, que, no limite, terá de arcar com as verbas de sucumbência a serem apuradas.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando (data-base 31/03/2019):

TRIBUTÁRIO	
Causas semelhantes	Compensação de Tributos
Valor envolvido	R$ 1.614.883.839,84
Valor provisionado (se houver)	N/A
Prática da Companhia que causou tal contingência	Compensações de tributos realizadas pela Companhia que, por motivos diversos, não foram homologadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Causas semelhantes	ICMS (TECAR)
Valor envolvido	R$ 298.256.741,50
Valor provisionado (se houver)	N/A
Prática da Companhia que causou tal contingência	Transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação. A operação gerou crédito a maior na Usina Presidente Vargas, que foi glosado pelo fisco.

Causas semelhantes	ICMS (Energia Elétrica)
Valor envolvido	R$ 985.687.893,36
Valor provisionado (se houver)	N/A
Prática da Companhia que causou tal contingência	Divergência de entendimento entre a Companhia e a SEFAZ/RJ sobre a incidência de ICMS na entrada de energia elétrica adquirida de Usina Produtora e totalmente consumida no processo de industrialização.

Causas semelhantes	ICMS (Transferência de minério)
Valor envolvido	R$ 535.571.116,23
Valor provisionado (se houver)	N/A
Prática da Companhia que causou tal contingência	Divergência de entendimento entre a Companhia e a SEFAZ/RJ em relação aos créditos de ICMS no período de 04/99 a 07/02 na transferência de minério entre a mina de Casa de Pedra e a Usina Presidente Vargas.

Causas semelhantes	IRPJ E CSLL (Dedutibilidade de Juros de pré-pagamento)
Valor envolvido	R$ 2.184.465.211,13
Valor provisionado (se houver)	N/A
Prática da Companhia que causou tal contingência	Divergência de entendimento entre a Companhia e a RFB envolvendo conceitos relacionados à dedutibilidade de juros pagos em decorrência de adiantamento de clientes.

Causas semelhantes	CFEM
Valor envolvido	R$ 315.673.844,88
Valor provisionado (se houver)	N/A
Prática da Companhia que causou tal contingência	Divergência de entendimento entre a Companhia e a DNPM envolvendo conceitos relacionados à base de cálculo da CFEM.

TRABALHISTA

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Causas semelhantes	Responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferença da multa de 40% sobre o FGTS referente ao período anterior à aposentadoria e em decorrência de planos econômicos do governo federal, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003.
Valor envolvido	R$ 1.567.553.779,43
Valor provisionado (se houver)	R$ 348.208.927,45
Prática da Companhia que causou tal contingência	Divergência de interpretação entre a Companhia, seus empregados e sindicatos quanto a diversos fatos, dispositivos legais e instrumentos normativos relacionados aos objetos mencionados acima.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Valor provisionado: R$ 348.208.927,45

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7. Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores:

Foi firmado em 04.10.2010 um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 026/2010) entre CSN e a Secretaria do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, a Comissão Estadual de Controle Ambiental -CECA e o Instituto Estadual do Ambiente – INEA com o compromisso de a empresa realizar novos estudos e investimentos para atualizar os equipamentos de controle ambiental da Usina Presidente Vargas (UPV). O TAC 026/2010 estimou inicialmente um investimento no montante de R$ 216 milhões, o qual, após a obtenção de informações mais específicas e detalhadas sobre os custos dos projetos, foi atualizado para R$ 260 milhões.

Em 04.10.2013 foi celebrado um aditivo ao TAC 026/2010, referente a algumas obrigações previstas, bem como para a inclusão de novas obrigações determinadas pelo órgão ambiental (INEA - Instituto Estadual do Ambiente), o que resultou em investimento adicional de R$ 165 milhões, já realizado pela CSN.

Diante do prazo final do TAC 26/2010, que findaria em 2015, foi celebrado um novo TAC entre CSN e a Secretaria do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Estadual do Ambiente INEA e o a Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, como Interveniente (TAC 03/2016), o qual determinou entre outras obrigações (i) novos investimentos no valor da ordem de R$ 178,4 milhões relativos às adequações da UPV, (ii) o pagamento de multas ambientais no montante de R$ 15,9MM e (iii) o pagamento de medida compensatória no valor de R$ 6 milhões, valor este que deverá ser destinado a programas ambientais na região de Volta Redonda/RJ. Durante a vigência do TAC 03/2016, o pleno funcionamento da UPV foi autorizado pela Autorização Ambiental de Funcionamento nº IN034283 (“AAF”).

No contexto do TAC 03/2016, diante do prazo final da AAF, foi obtida Autorização Ambiental nº IN042958, por meio da Deliberação CECA/CFL nº 6.141, de 07/12/2017 (“AA”), cuja íntegra foi publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro de 08/12/2017, página 13, que mantém provisoriamente a plena operação da UPV até 20/06/2018 (180 dias).

Nesse período, a Companhia continuou em tratativas com as Autoridades Ambientais do Estado do Rio de Janeiro com vistas à solução consensual para as questões ambientais da planta, sendo que em 19 de setembro de 2018, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro a Deliberação CECA/CLF Nº 6.216 de 18/09/2018, autorizando a celebração de um novo TAC entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro – por meio da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), o INEA e a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), sendo mantido, dessa forma, o pleno funcionamento das operações da UPV (“TAC 07/2018”). Em paralelo o INEA emitiu a Autorização Ambiental de Funcionamento (“AAF”) nº IN 002019, com validade até outubro de 2024, que tem por objeto autorizar o regular funcionamento da UPV durante o cumprimento do TAC 07/2018.

Em relação às atividades de mineração, em março de 2016, a CSN foi notificada sobre uma Ação Civil Pública movida pelo Estado de Minas Gerais e pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) questionando a estabilidade da estrutura de contenção denominada BAIA 4, instalada dentro da área industrial para a coleta de finos oriundos do processo de filtragem de minério de ferro. Essa ação baseou-se em informação desatualizada. A CSN apresentou sua contestação, esclarecendo os fatos e comprovando a estabilidade da estrutura BAIA 4, em concordância com o relatório de auditoria. Em razão dos esclarecimentos prestados pela Companhia houve desistência da demanda pelos autores.

Na data de 10 de maio de 2017, perante a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, a CSN celebrou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em face da formalização do pedido de licença de instalação de caráter corretivo, para promover adequações ambientais relacionadas ao empreendimento CMAI 01 e Filtragem 01 (atividade A-05-01-0 – Unidade de Tratamento de Minerais), implantados e em operação próximo as barragens de rejeitos, com capacidade licenciada de

4.7 - Outras Contingências Relevantes

produção de 1,5 Mtpa, por meio do atendimento das solicitações técnico-jurídicas emitidas pela SEMAD por meio do Processo Administrativo 07079/2009/003/2017, tendo em vista que a Diretoria de Adequação Ambiental da SEMAD, através da Papeleta DREG nº 183/2017 atestou a viabilidade técnica do empreendimento, desde que atendidas as medidas de controle prevista no instrumento em tela. Com a obtenção da Licença de Instalação Corretiva (LIC) 021/2018, em 02 de março de 2018, encerrou-se o TAC em referência. Em sequência o empreendimento iniciou sua operação através do processo 7079/2009/006/2018, LAS/RAS 083/2018.

Em 19 de junho de 2017, perante a Secretaria de Estado do Meio Ambiental e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, a CSN celebrou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em face da formalização do pedido de licença de operação de caráter corretivo, para promover as adequações ambientais visando a atividade "Reaproveitamento de bens minerais dispostos em barragens" (A-05-09-5), para 9.400.000 toneladas/ano e "Obras de infraestrutura – pátio de resíduos e produtos e oficina" (A-05-02-9) para 40 hectares, respectivamente, referentes ao reaproveitamento de material da Barragem B4, acesso até os Pátios Fraile e TQ 2014 e disposição temporária do material nesses pátios, por meio do atendimento das solicitações técnico-jurídicas emitidas pela SEMAD por meio do Processo Administrativo 07079/2009/003/2017.Em 11 de agosto de 2017 foi emitida a Licença De Operação Corretiva (LOC) 036/2017, por meio do processo 7079/2009/004/2017, encerrando o TAC citado acima.

Na data de 11 de outubro de 2017, a CSN Mineração, controlada da Companhia, celebrou Termo de Compromisso junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, se comprometendo a adotar certas medidas, dentre elas algumas especificadas no parecer técnico elaborado pela Central de Apoio Técnico do Ministério Público – CEAT/MPMG do Ministério Público, referente ao Complexo de Barragens Casa de Pedra, situada no Município de Congonhas/MG, de forma a adotar medidas atinentes ao Plano de Ações Emergenciais de Barragens de Mineração (PAEBM). Também apresenta recomendações gerais acerca da localização, obras, tipos de barragens e auditorias, referentes ao Complexo de Barragens Casa de Pedra, B4 e B5. O referido Termo foi devidamente cumprido.

Em agosto de 2016, a CSN Mineração foi notificada sobre uma Ação Civil Pública relacionada à estrutura denominada DIQUE DO ENGENHO. Realizada reunião com a FEAM e o Estado de Minas Gerais, a CSN, em 2018, apresentou os documentos comprobatórios da estabilidade e segurança da estrutura. Aguarda-se análise e em seguida a desistência pelos demandantes e encerramento do processo.

A Companhia é investigada em inquéritos policiais em curso que apuram supostas (i) emissões de poluentes atmosféricas em níveis inadequados; (ii) despejo de efluentes irregulares; (iii) poluição da água e do solo e transporte; e (iv) armazenamento e disposição inadequada de resíduos.

Para maiores informações sobre os fatores de risco e contingências das companhias abertas controladas/controladas em conjunto pela CSN (TLSA, FTL e MRS), vide os itens correspondentes aos Fatores de Riscos de cada uma das companhias, divulgados em seus respectivos Formulários de Referência.

Investigação Independente

Considerando a citação de um executivo da Companhia em notícias divulgadas pela imprensa em abril de 2017, a partir de depoimentos prestados em um processo criminal, que não envolve a Companhia, no contexto de uma delação premiada relacionada a um suposto pagamento de R$ 16.5 milhões para financiamento eleitoral irregular, o Comitê de Auditoria decidiu contratar serviço forense especializado para conduzir investigação externa e independente acerca do relacionamento contratual relativo à construção da Planta de Aços

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Longos da CSN (contrato no qual, segundo alegações, teria havido supostos pagamentos indevidos, a título de bônus, como forma de reembolso a pagamentos efetuados a partidos políticos), bem como para analisar a extensão da relação comercial entre as contratantes.

A investigação independente foi realizada por um período de sete meses, devidamente orientada pelo nosso Comitê de Auditoria. Os especialistas contratados tiveram pleno acesso à nossa Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente, e demais diretores e gerentes relacionados ao assunto, bem como a informações e documentos relativos aos contratos, partes e períodos envolvidos nas alegações. Em novembro de 2017, a investigação, com base nos dados analisados, concluiu que não foram identificados elementos que confirmassem as alegações dos delatores. Por conseguinte, não existe fundamento para justificar a constituição de qualquer provisão para perdas ou divulgação de contingência.

Em outubro de 2017, fomos informados que o Ministério Público abriu uma investigação sobre o Diretor Presidente da Companhia acerca das mesmas alegações judiciais. Em fevereiro de 2018 o Supremo Tribunal Federal remeteu o processo para a Justiça Eleitoral, tendo em vista que o caso estava relacionado a supostas violações de natureza eleitoral e, dessa forma, não era de competência do Supremo Tribunal Federal. Atualmente, a Companhia não é parte em nenhuma investigação por parte de agências governamentais ou de fiscalização sobre alegações dessa natureza. Além disso, desde que o caso foi encaminhado à Justiça Eleitoral, nenhuma evidência ou depoimento foi solicitado até o presente momento e nenhum novo documento foi apresentado.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não há.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

5.1a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia ainda não adota uma política formal de gerenciamento de riscos, porém, possui um manual de riscos ("Manual de Riscos"), utilizado diretamente pela Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance*, além da norma interna de *Compliance* e Integridade, que estabelecem as diretrizes para identificar, avaliar, reportar e mitigar os riscos inerentes às operações da Companhia, tomando-se como base as metodologias definidas pela ISO 31.000 e framework do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*.

5.1b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

As avaliações periódicas de riscos da Companhia, previstas no seu Manual de Riscos, contemplam a identificação, avaliação, reporte e mitigação dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e regulamentares. O detalhamento dos riscos identificados pela Companhia está descrito no item 4.1.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os riscos identificados pela Companhia são avaliados e classificados quanto à probabilidade de ocorrência e a magnitude dos impactos decorrentes de sua materialização, permitindo que riscos considerados de maior relevância sejam tratados com prioridade. A Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance* conduz o processo de elaboração dos planos de ação junto às áreas responsáveis, com objetivo de mitigar os riscos identificados, bem como audita os processos de negócios, conforme Plano Anual de Auditoria, tendo seu resultado periodicamente reportado ao Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento do Conselho de Administração. Os critérios para o monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está exposta estão estabelecidos no Manual de Riscos. Dessa forma toda a estrutura organizacional da Companhia se relaciona direta ou indiretamente com o processo de gerenciamento de riscos.

Com base no mapeamento, as áreas e unidades de negócio são responsáveis pela implantação dos planos de ação para os riscos, visando mitigá-los ou reduzi-los a níveis aceitáveis, buscando evitar impactos significativos.

Cabe destacar ainda que, além de manter ações listadas em São Paulo (B3) a Companhia possui também ações listadas na bolsa de Nova York (NYSE) e, portanto, em atendimento à lei Sarbanes-Oxley (Seção 404), avalia anualmente, tanto internamente quanto por meio de auditores independentes, de maneira obrigatória, os riscos decorrentes de suas atividades e a efetividade dos seus controles internos, cujo resultado da avaliação é reportado ao Comitê de Auditoria tanto pela Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance* quanto pelos auditores externos. Ademais, os trabalhos de monitoramento e asseguração do ambiente de riscos seguem os valores e princípios éticos estabelecidos no Código de Ética da Companhia.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

O **Conselho de Administração** e **Comitê de Auditoria** atuam no processo de gerenciamento de riscos, conforme responsabilidades descritas no item 12.1 ”a” deste Formulário de Referência.

A **Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance**, vinculada ao Conselho de Administração da Companhia, é responsável pelos controles de gerenciamento de riscos da Companhia. Tais controles são monitorados pela Gerência de Riscos Corporativos, subordinada a esta diretoria, e que tem como principais atribuições mapear e avaliar, junto aos gestores dos processos, os controles internos necessários para mitigar os riscos estratégicos, operacionais, financeiros e regulamentares inerentes às operações da Companhia, bem como assegurar a aderência às leis/regulamentações e políticas internas. A diretoria tem ainda como responsabilidade o reporte dos resultados desta avaliação ao Comitê de Auditoria, além de acompanhar os planos de ação elaborados para mitigar quaisquer deficiências identificadas nos processos. Adicionalmente, a Diretoria de Riscos e Compliance é responsável pela gestão das atividades do Programa de Compliance. Além disso, a Gerência de Auditoria Interna, vinculada a essa diretoria, realiza testes independentes quanto aos controles internos, reportando o seu resultado ao Comitê de Auditoria. Atua de forma objetiva e independente na condução de seus trabalhos para avaliação da efetividade e integridade dos controles e possui metodologia e ferramentas próprias para exercer suas atividades, essas alinhadas às melhores práticas de mercado. Além disso, apura todas as denúncias reportadas via Canal de Denúncias CSN de maneira independente e assegurando o sigilo do denunciante.

5.1c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Para verificação da efetividade da política adotada, a Companhia utiliza a estrutura organizacional descrita acima, na qual a Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance* conduz testes independentes a fim de assegurar que as políticas e normas internas estão sendo cumpridas, bem como a efetividade dos controles internos desenhados para prevenir ou detectar a materialização dos riscos.

Além disso, com o objetivo de avaliar e mitigar riscos que possam impactar em suas demonstrações financeiras, a Companhia possui uma estrutura de controles internos que são avaliados e reportados ao comitê de auditoria e atende aos princípios estabelecidos pelo COSO. A estrutura é certificada anualmente pelos auditores externos, em atendimento à Lei Sarbanes Oxley (SOx).

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

5.2a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia ainda não adota uma política formal para gerenciamento de riscos de mercado, porém, possui uma Norma Geral de Aplicação de Recursos (NG1102.02), que tem como objetivo nortear os limites de concentração de risco de crédito e a aplicação dos recursos financeiros da Companhia (investimento do caixa).

Além disso, a Companhia possui Manuais de Políticas e Práticas Contábeis (MPPC's) referentes a Instrumentos Financeiros Derivativos, *Hedge Accounting* e Investimentos em participações (ações). Esses manuais visam assegurar que as informações para identificar, contabilizar e divulgar operações financeiras sejam realizadas conforme os requerimentos contábeis e apresentadas adequadamente nos relatórios financeiros da Companhia.

5.2b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

A despeito da Companhia não possuir atualmente uma política de gerenciamento de riscos de mercado, esta segue os seguintes objetivos e estratégias voltadas para o gerenciamento destes riscos:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção:

- Risco de taxa de câmbio decorrente da existência de ativos e passivos em Dólar ou Euro que é denominada exposição cambial natural. A exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial pelos instrumentos de hedge adotados pela Companhia;
- Risco de taxa de juros decorrente de passivos de curto e longo prazo com taxas de juros pré ou pós fixados e índices de inflação;
- Riscos de liquidez de caixa e de endividamento;

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia possui uma exposição cambial natural, decorrente de suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e outros instrumentos financeiros, que é medida por meio da diferença entre ativos e passivos em moedas estrangeiras e que podem ser protegidas por meio de instrumentos derivativos de moeda, hedge accounting e net investment hedge.

Com objetivo de proteção de variações de taxa de juros de ativos ou passivos referenciados em DI, a Companhia pode contratar instrumentos derivativos que transformam as obrigações ou direitos de pré fixadas em pós fixadas ou de pós fixadas em pré fixadas.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Para a proteção do risco cambial e de juros, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de hedge, do tipo Termos de Moeda, Contrato Futuro de Dólar, Contrato Futuro de DI e Opções.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia busca compreender os riscos de mercado, reduzir a probabilidade de perdas financeiras e diminuir a volatilidade de resultados financeiros por meio de ferramentas de gerenciamento de riscos, entre elas:

- "Análise de Sensibilidade", que mede o impacto que os movimentos no preço de diferentes variáveis de mercado, tais como taxas de juros e câmbio, podem exercer sobre os resultados e fluxos de caixa da Companhia;

- "Testes de Stress", que medem a pior possibilidade de perda decorrente de um conjunto de cenários aos quais as probabilidades não foram atribuídas. Os cenários são escolhidos deliberadamente para incluir mudanças extremas nas taxas de juros e câmbio.

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia pode, quando necessário, operar instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial, tais como volatilidade de exposição cambial, índices de taxas de juros e *commodities*, conferindo maior estabilidade aos fluxos de caixa da Companhia, de acordo com o limite aceitável de risco corporativo.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance* é responsável por monitorar a efetividade dos controles internos desenhados para garantir o cumprimento das atividades sob responsabilidade da área Financeira.

5.2c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A despeito da Companhia não possuir atualmente uma política de gerenciamento de riscos de mercado, esta possui estruturas operacional e de controles internos adequadas à verificação da efetividade do gerenciamento destes riscos:

As ferramentas utilizadas pela área Financeira, tais como, Análise de Sensibilidade e Teste de Stress geram resultados para gerenciamento dos riscos de mercado para avaliação quanto a eventuais necessidades de se buscar mecanismos de proteção, os quais são aprovados pelo Conselho de Administração.

A Companhia possui ainda controles internos desenhados para monitorar a efetividade de tais atividades. Este monitoramento é realizado de forma independente pela Diretoria Auditoria, Riscos e *Compliance*, além da Auditoria Interna e Auditoria Externa, conforme processo de avaliação da estrutura de controles descrita no item 5.3.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar

5.3a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Com base nos critérios estabelecidos pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras (COSO) em Controle Interno – Estrutura Integrada (2013), a Companhia avalia os riscos que possam impactar em suas demonstrações financeiras e mantém uma estrutura de controles internos para mitigá-los. Baseado em uma estratégia de Control Self Assessment (CSA), as áreas de negócio realizam a autoavaliação de seus controles e quando identificadas deficiências elaboram um plano de ação, em conjunto com a Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance*, para garantir que a deficiência seja tratada adequadamente. Além da autoavaliação, a Gerência de Riscos e *Compliance* avalia os controles internos por meio de testes independentes a fim de assegurar o correto desenho e funcionamento dos controles da Companhia, e a Gerência de Auditoria Interna auxilia neste processo de avaliação independente. A estrutura de controles internos é avaliada ainda pelo Auditor Externo que testa o desenho e efetividade dos controles para reporte independente em seu parecer.

Todas as deficiências identificadas pelas áreas de negócio, pela Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance* e pela Auditoria Externa, são consolidadas e classificadas quanto à sua severidade. As deficiências de maior severidade, considerando aquelas com possibilidade razoável de permitir que um erro material nas demonstrações financeiras não seja prevenido ou detectado em tempo hábil, ou ainda aquelas que a administração julgue como relevantes, embora não associadas a possibilidade de erros materiais, são apresentadas ao Comitê de Auditoria.

A avaliação quanto a efetividade dos controles findo em 31 de dezembro de 2018 foi aprovada pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia, atestando a veracidade e a qualidade das informações divulgadas ao mercado.

5.3b. as estruturas organizacionais envolvidas

A **Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance,** vinculada ao Conselho de Administração da Companhia, é responsável pela estrutura de controles internos da Companhia e define os controles junto às áreas de negócios de acordo com a avaliação dos riscos que possam impactar as demonstrações financeiras. Também é responsável por executar testes independentes para avaliar a efetividade dos controles internos, além de acompanhar os planos de ação elaborados para remediar quaisquer deficiências identificadas nos processos. A Gerência de Auditoria Interna, vinculada à essa diretoria, também auxilia na condução de testes independentes quanto ao desenho e efetividade dos controles internos. O resultado da avaliação quanto à efetividade dos controles internos seja pelas áreas de negócios no processo de autoavaliação, ou por meio de testes independentes realizados pela Diretoria de Riscos e Compliance e Diretoria de Auditoria Interna são reportados ao Comitê de Auditoria.

5.3c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Atualmente, a Companhia adota a metodologia de autoavaliação, onde as áreas de negócio devem reportar a efetividade e evidências dos seus controles em ferramenta específica. A Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance* possui em seu cronograma anual de atividades etapas para realização de testes de controles independentes a fim de validar e assegurar que as informações concedidas pelas respectivas áreas internas estão íntegras e completas. Os

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

controles avaliados são aqueles classificados como de maior risco para a Companhia, garantindo assim um conforto razoável sobre as atividades executadas. Cabe à Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance* o reporte das principais deficiências ao Comitê de Auditoria.

5.3d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foram identificadas deficiências e recomendações relevantes que pudessem afetar de forma material as Demonstrações Financeiras no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

5.3e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia manteve a estrutura de controles internos efetivos, baseados nos critérios estabelecidos pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras em Controle Interno – Estrutura Integrada (COSO 2013), não tendo sido identificadas pelo auditor independente deficiências e recomendações relevantes que pudessem afetar de forma material as demonstrações financeiras.

A administração da Companhia avalia que os controles internos são efetivos para assegurar que suas demonstrações financeiras apresentam em todos seus aspectos relevantes, sua posição financeira, resultados operacionais, posição de capital e fluxo de caixa.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

A Companhia possui mecanismos para monitorar o cumprimento dos princípios estabelecidos em seu Código de Ética e procedimentos de integridade, considerando principalmente sua Norma de Detecção, Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção; Norma de Brindes, Presentes e Entretenimentos e Norma de Doações e Patrocínios. Dentre estes mecanismos que compõem o Programa de Compliance, podemos destacar principalmente (i) a aplicação periódica de treinamentos formais aos seus funcionários e terceiros; (ii) avaliação da integridade (*due diligence*) de seus terceiros, considerando fornecedores e prestadores de serviços, incluindo eventuais agentes intermediários e associados; (iii) aplicação de mecanismos para detectar eventuais situações de conflitos de interesses; e (iv) condução de investigações para apurar os relatos recebidas por seus canais de denúncias ou solicitações internas da administração.

Cabe destacar ainda que os contratos da Companhia junto a terceiros estabelecem cláusulas para garantir o fiel e integral cumprimento de práticas das leis anticorrupção vigentes nos locais de nossa atuação.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A **Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance** é responsável pela condução das atividades de treinamentos de compliance, avaliação de integridade dos fornecedores e aplicação de mecanismos para detectar conflitos de interesses, por meio da Gerência de Riscos e Compliance, enquanto a Gerência de Auditoria Interna é responsável pela condução das investigações recebidas nos canais de denúncias ou solicitações internas da administração. Os resultados dos monitoramentos realizados por estas gerências são reportados ao Comitê de Auditoria, que atua como órgão de supervisão das atividades de governança corporativa, assegurando a independência do processo. Os mecanismos e procedimentos internos de integridade são avaliados também pelos Auditores Externos.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- ***se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;***
- ***se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;***
- ***as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;***

5.4 - Programa de Integridade

• ***órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.***

A Companhia possui um código de ética aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2016, após revisão para contemplar os princípios aplicados em cumprimento à Lei Anticorrupção (12.846/13). O código é aplicável a todos funcionários, diretores e conselheiros de administração e fiscal e estabelece ainda princípios éticos e responsabilidades para terceiros, considerando fornecedores, prestadores de serviços e eventuais agentes intermediários e associados.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- ***se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;***
- ***se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;***
- ***se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;***
- ***órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.***

A Companhia possui Canal de Denúncias disponível para relatos internos ou de terceiros por meio de: (i) correspondência eletrônica; (ii) correspondência física, (iii) telefone e (iv) website. O recebimento das denúncias por telefone é realizado por empresa especializada que, em contato com o denunciante, coleta e transcreve o relato de maneira a obter as melhores informações possíveis para viabilizar a investigação. Cabe ao denunciante escolher por relatar a denúncia de forma identificada ou anônima, sendo mantidos o sigilo e a política de não retaliação para todos os casos, conforme disposição do Código de ética da CSN.

A **Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance*** é responsável pela condução das investigações recebidas nos canais de denúncias ou solicitações internas da administração. Os resultados das investigações são reportados ao Comitê de Auditoria que atua como órgão de supervisão das atividades de governança corporativa.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas;

A norma de Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção da Companhia estabelece a obrigatoriedade de execução prévia de *due diligence* para qualquer operação societária de fusões e aquisições, visando a identificação e avaliação de eventuais práticas irregulares nas pessoas jurídicas, objeto da operação. A Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance* e a Diretoria Jurídica são responsáveis pela avaliação do processo de *due diligence*, podendo contar ainda com a assessoria de escritórios de advocacia e/ou consultorias especializadas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido"

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme citado no item 5.4.

5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	09/04/1941
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	26/02/1943

6.3 - Breve Histórico

6.3 Breve histórico da Companhia:

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi fundada em 1941, pelo então presidente Getúlio Vargas.

A CSN iniciou suas operações em 1946, com a produção de coque, ferro-gusa e produtos siderúrgicos na Usina Presidente Vargas, principal planta siderúrgica da Companhia, que está localizada na cidade de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

Três grandes expansões foram realizadas na Usina Presidente Vargas durante as décadas de 70 e 80. A conclusão dessas expansões aumentou a capacidade instalada de produção anual para 4,5 milhões de toneladas de aço bruto.

A Companhia foi privatizada em 1993 quando o governo brasileiro vendeu sua participação de 91%.

Em 2001 a capacidade instalada de produção de aço bruto da Companhia atingiu 5,6 milhões de toneladas anuais.

Atualmente, a CSN é uma empresa altamente integrada, com negócios em siderurgia, mineração, cimento, logística e energia. A Companhia atua em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro, até a produção e comercialização de uma diversificada linha de produtos siderúrgicos de alto valor agregado.

A mina própria de Casa de Pedra, localizada no município de Congonhas, em Minas Gerais, abastece a Usina Presidente Vargas com minério de ferro de alta qualidade para a produção siderúrgica.

A partir de 2007 a CSN passou a comercializar minério de ferro no mercado transoceânico, juntamente com sua controlada em conjunto Nacional Minérios S.A., (“Namisa”).

Com reservas provadas e prováveis de 2,6 bilhões de toneladas, a mina de Casa de Pedra tem capacidade atual de produção de 33 milhões de toneladas por ano, incluindo a planta central com capacidade de produção de 23 milhões de toneladas e plantas à seco com capacidade de produção de 10 milhões de toneladas.

Já a mina de Engenho possui reservas calculadas em 300 milhões de toneladas de minério.

A CSN administra ainda dois terminais portuários em Itaguaí (RJ), o terminal de granéis sólidos (Tecar), por onde é embarcado o minério de ferro para o mercado transoceânico e o terminal de contêineres, administrado diretamente pela sua controlada Sepetiba Tecon S.A.

A complementaridade da indústria cimenteira com a siderurgia levou a CSN a ingressar em 2009 no mercado de cimento, agregando valor à escória gerada em sua produção de aço bruto.

A Companhia é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do país e vem investindo desde 1999 em projetos e ativos de geração de energia elétrica, visando garantir sua autossuficiência. A capacidade de geração média de 446 MW da CSN atende a necessidade total de energia elétrica do grupo.

Com a aquisição da Stahlwerk Thüringen GmbH (“SWT”), localizada na Alemanha, em 2012 a CSN ingressou no segmento de aços longos.

Ao final de 2013, a Companhia deu início às operações da planta de aços longos na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda/RJ.

6.3 - Breve Histórico

Em 2015, a CSN concluiu a combinação de seus negócios de mineração com o Consórcio Asiático de quem já era sócio na Namisa, resultando na atual estrutura da CSN Mineração, que inclui minas e respectivos ativos em Casa de Pedra, Engenho e Pires, direitos de operar o terminal portuário Tecar e 18,63% das ações da MRS Logística S.A.

Além disso em 2015, foi inaugurada uma nova planta de cimento, em Arcos (MG), abrindo novos mercados na região Sudeste do país.

Ao longo de 2016, a Companhia concluiu a negociação com a Can-Pack S.A. (“Can-Pack”), para a venda de sua controlada Cia. Metalic do Nordeste (“Metalic”), empresa produtora e comercializadora de embalagens metálicas por R$372,5 milhões.

Em 28 de junho de 2018 a nova empresa Companhia Siderúrgica Nacional, LLC (“LLC”), passou a ser subsidiária integral da CSN Steel. Em 29 de junho de 2018, a Heartland Steel Processing, LLC., foi vendida para a Steel Dynamics, Inc. (“SDI”). O preço da transação foi de US$400.000.000,00. Tendo a Companhia mantido suas atividades comerciais de importação e distribuição no mercado norte-americano por meio da LLC.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 Pedidos de Falência Fundados em Valor Relevante e Pedidos de Recuperação Judicial ou Extra Judicial:

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 Outras Informações Relevantes:

Não há.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7 - Atividades do Emissor:

7.1 Descrição sumária das atividades principais desenvolvidas pela Companhia e por suas Controladas:

A Companhia tem por objeto a fabricação, a transformação e a comercialização, incluindo a importação e a exportação, de produtos siderúrgicos e dos subprodutos derivados da atividade siderúrgica, bem como a exploração de quaisquer outras atividades correlatas e afins, que direta ou indiretamente digam respeito às finalidades da Companhia, incluindo com relação às indústrias de mineração, de cimento e de carboquímicos, à fabricação e montagem de estruturas metálicas, à construção, ao transporte, navegação e atividades portuárias, bem como geração, gestão e comercialização de energia em diferentes formas e modalidades; e, ainda, a participação no capital de outras sociedades nacionais ou internacionais constituídas sob qualquer forma societária. É uma empresa altamente integrada, atuando em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro até a produção e comercialização de bobinas, folhas metálicas, perfis e embalagens de aço, possuindo também participações em ferrovias e empresas de energia elétrica e terminais portuários.

A Companhia busca sempre maximizar o retorno aos seus acionistas por meio de uma atuação concentrada em cinco atividades-chave: (i) mineração; (ii) siderurgia; (iii) logística; (iv) cimento; e (v) energia.

7.1.1. Mineração

Minério de Ferro

CSN Mineração

Em 30 de novembro de 2015, foi estabelecida uma aliança estratégica entre a Companhia e um consórcio asiático formado pelas empresas ITOCHU Corporation, JFE Steel Corporation, POSCO, Kobe Steel, Ltd., Nisshin Steel Co, Ltd. e China Steel Corp. (“Consórcio Asiático”).

A transação consistiu na combinação de negócios de minério de ferro e logística correlata da Companhia e da Nacional Minérios S.A. (“Namisa”) em um empresa controlada pela Companhia, a CSN Mineração S.A. (“CSN Mineração”, anteriormente denominada Congonhas Minérios S.A.), que envolveu as minas e os respectivos ativos de Casa de Pedra, que abastece a Companhia com minério de ferro de alta qualidade necessário à produção siderúrgica, Engenho e Pires, 18,63% de participação na MRS Logística S.A. (“MRS”) e direitos de operar o terminal portuário do TECAR, no Porto de Itaguaí (RJ).

Considerando a posição dos ativos da CSN Mineração, os aportes da Companhia e do Consórcio Asiático na transação, bem como ajustes decorrentes das negociações entre as partes, ajustes de dívida, caixa e diferença de capital de giro, as participações finais da Companhia e do Consórcio Asiático ficaram definidas em, respectivamente, 87,52% e 12,48% do capital social da CSN Mineração ao final da transação.

Uma parte da produção de minério de ferro da CSN Mineração é vendida para os membros do Consórcio Asiático e para a Companhia. Esses direitos estão refletidos em contratos de fornecimento de longo prazo celebrados em 30 de novembro de 2015. A maior parcela da receita líquida da CSN Mineração referente à comercialização de minério de ferro provém das exportações, efetuadas principalmente para a Ásia, em especial à China.

Em 2014, foi concluída, por empresa de auditoria especializada, uma avaliação independente das reservas das minas de Casa de Pedra e do Engenho. A análise apontou reservas provadas e prováveis de 2,7 bilhões de toneladas de minério de ferro para a mina de Casa de Pedra, com teor de 41,36% de Fe e 36,46% de SiO2, significativamente superiores às reservas de 1,6 bilhão de toneladas certificadas em 2006. Já a certificação da mina do Engenho apontou reservas provadas e prováveis de 317 milhões de toneladas, com teor de 39.48% de Fe e 40.01% de SiO2.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Casa de Pedra, Mina do Engenho e Planta de Beneficiamento de Pires

Casa de Pedra é uma mina a céu aberto localizada na Cidade de Congonhas, no Estado de Minas Gerais, importante região produtora de minério ferro no Brasil.

A mina de Engenho é também uma mina a céu aberto localizada na região sudoeste do Quadrilátero Ferrífero, cujo minério é processado na planta de beneficiamento de Pires e na própria unidade de Casa de Pedra.

A capacidade global de produção atual é de 35,0 milhões de toneladas anuais de minérios de ferro, sendo 23,0 milhões de toneladas na planta central e 12,0 milhões nas plantas à seco.

Minérios Nacional S.A.

- **Mina de Fernandinho, Direitos Minerários de Cayman e Pedras Pretas**

A empresa Minérios Nacional S.A., controlada pela CSN, detém a mina de Fernandinho, nas cidades de Itabirito, Rio Acima e Nova Lima, no Estado de Minas Gerais, o direito minerário de Cayman localizado nas cidades de Rio Acima e Itabirito, no Estato de Minas Gerais e o de Pedras Pretas localizado na cidade de Congonhas, no Estado de Minas Gerais. O minério de ferro da mina de Fernandinho é processado em suas próprias instalações, com capacidade anual de processamento de 700 mil toneladas de minério de ferro. A Minérios Nacional possui ainda mais de 600 ativos minerários em fase de pesquisa, espalhados por todo o Brasil, em especial nas regiões Nordeste, Sul e Triângulo Mineiro, de calcário e argila voltados para o desenvolvimento da indústria de cimento.

TECAR

A CSN Mineração detém o direito de exploração do TECAR nos termos do Contrato de Arrendamento do terminal portuário de granéis sólidos situado no Porto de Itaguaí (Rio de Janeiro), abrangendo uma área total de 740.761 mil m², por meio do qual é exportado minério de ferro. O período de arrendamento para operação do TECAR termina em 2047, mediante a realização de novos investimentos.

Calcário e Dolomita

A mineração Bocaina, mina de calcário localizada em Arcos, no Estado de Minas Gerais, é responsável pelo suprimento de calcário calcítico e calcário dolomítico, aproximadamente 2,5 milhões de toneladas, fundentes consumidos pela Companhia na produção de aço na Usina Presidente Vargas (“UPV”), localizada em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, a mina também fornece calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos, matéria prima necessária à fabricação de cimento pela Companhia.

No segundo semestre de 2016 entraram em operação uma nova britagem e o novo forno de clínquer, ampliando a capacidade instalada da Planta de Arcos para 15 milhões de toneladas por ano.

A mina possui uma capacidade instalada de produção anual de 12,0 milhões de toneladas, com reservas de calcário e dolomita para suprir adequadamente a nossa produção de aço, nos níveis atuais, por aproximadamente 38 anos.

Estanho

Uma das matérias-primas essenciais para a produção de folhas de flandres é o estanho, produzido pela Estanho de Rondônia S.A (“ERSA”), controlada da Companhia, com capacidade de produção instalada de aproximadamente 3.600 toneladas/ano de estanho. A ERSA é composta pela Mineração Santa Bárbara, em Itapuã do Oeste, de onde se extrai a cassiterita, e por uma fundição em Ariquemes, de onde se obtém o estanho, ambas no Estado de Rondônia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O estanho produzido pela ERSA é consumido pela Companhia na produção de folhas de flandres na UPV.

Além da cassiterita, a mina também possui extração de tantalita, columbita e ilmenita.

7.1.2. Siderurgia

Dominando toda a cadeia produtiva do aço, a Companhia atende a diferentes segmentos da indústria, com uma diversificada linha de produtos de alto valor agregado. A Companhia produz os mais diversos tipos de materiais revestidos galvanizados, resistentes à corrosão.

Os principais mercados atendidos pela Companhia são: automotivo; construção civil; grande rede (distribuição); linha branca (eletrodomésticos); OEM (bens de capital) e embalagens metálicas.

A UPV, principal unidade siderúrgica da Companhia, possui capacidade instalada de 5,6 milhões de toneladas anuais de aço bruto (5,2 milhões de aços planos e 0,4 milhões de aços longos), contando com dois altos fornos, uma aciaria com três conversores a sopro de oxigênio, três unidades de lingotamento de placas e instalações completas de laminação a quente e a frio, revestimento e acabamento de aços planos.

A Companhia também produz folhas de flandres em sua unidade em Volta Redonda, as quais são utilizadas no setor de embalagens, com capacidade instalada de produção de 810 mil toneladas anuais.

Ao final de 2013 foi inaugurada uma unidade para produção de aços longos na UPV, construída para atingir uma capacidade de produção de 400 mil toneladas anuais, entre vergalhões e fios-máquina. A planta possui um forno elétrico a arco, lingotamento contínuo para tarugos e um laminador a quente para produtos longos de seção redonda.

A Companhia possui cinco linhas de galvanização no Brasil, assim distribuídas: três na UPV, uma na filial da Companhia localizada em Porto Real, também no Estado do Rio de Janeiro e outra na filial da Companhia localizada em Araucária, no Estado do Paraná.

A filial da Companhia situada em Porto Real está localizada no eixo entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, atendendo principalmente o setor automotivo, com uma ampla gama de produtos e serviços de padrão internacional. Conta com uma linha de galvanização por imersão a quente, centro de serviços para realização de cortes e produção de *blanks* e um moderno centro de solda a laser para produção de *blanks* soldados.

A filial da CSN instalada em Araucária, região metropolitana de Curitiba/PR é uma unidade que possui processos de decapagem, laminação a frio, galvanização, pré-pintura e centro de serviços para realização de cortes e produção de *blanks*. Seus principais produtos são o aço com revestimento de liga 55%Al-Zn, que conjuga brilho e durabilidade e o aço pré-pintado, ambos muito aplicados nos setores de construção civil e linha branca. Ainda, esta unidade pode produzir o aço galvanizado com revestimento de zinco puro.

A CSN conta ainda com duas controladas no exterior: (i) a Lusosider Aços Planos S.A., em Paio Pires, Portugal, que atuam na decapagem, laminação a frio e galvanização de aços planos, e (ii) a Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT"), localizada em Unterwellenborn, na Alemanha, especializada na produção de perfis de aço, com capacidade anual de 1,1 milhão de toneladas de perfis de aço. A aquisição da SWT em janeiro de 2012 marcou a entrada da Companhia no segmento de aços longos.

Companhia Metalúrgica Prada ("Prada")
No segmento de embalagens, a Prada possui duas plantas localizadas no Estado de São Paulo, onde está localizado seu parque litográfico e sua fábrica de embalagens de aço para produtos químicos e aerossóis, e uma planta em Uberlândia/MG, dedicada a embalagens de alimentos. A Prada é um

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

importante cliente de folhas metálicas da CSN.

A Prada está capacitada a atender os volumes e as especificações técnicas demandadas pelas indústrias de alimentos, química e de aerossóis. Sua ampla gama de serviços inclui corte, conformação e logística, oferecendo serviços de pronta entrega e sob encomenda, agregando valor ao portfólio de produtos.

A Prada atua também no mercado de beneficiamento e distribuição de aços, cobrindo todo o território nacional. Atualmente, possui, na região Sudeste, um Centro de Serviços e seis centros de distribuição de produtos, incluindo bobinas, chapas, *blanks*, rolos, perfis UDC, tubos com costura, *steel deck* e telhas metálicas para os mais diversos segmentos da indústria de manufatura, destacando-se a automotiva e a construção civil.

7.1.3. Logística

Portos

TECON

O TECON, terminal de contêineres localizado no Porto de Itaguaí/RJ, é administrado pela Sepetiba Tecon S.A., uma das controladas da Companhia, e está posicionado como o maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil. O TECON possui capacidade atual de 660.00 TEUs (*Tweenty-Foot Equivalent Unit*) anuais.

Em 2018, a CSN deu continuidade aos investimentos de modernização de suas instalações operacionais com a aquisição de novos equipamentos (balanças, câmeras e OCR) e melhorias na segurança com obras no sistema de proteção e combate a incêndio (SPCI) e no sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA).

Ferrovias

A Companhia tem participação acionária em três companhias ferroviárias:

MRS Logística S.A. ("MRS")

A MRS opera a ferrovia que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, e conecta a mina de Casa de Pedra em Congonhas/MG à UPV e aos terminais do Porto de Itaguaí/RJ.

A CSN possui, direta e indiretamente, 34,94% (ou 37,27% antes da participação dos acionistas não controladores) do capital total da MRS, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"), no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Minas Gerais.

O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados *heavy haul* (cargas de minério, carvão e coque), tendo transportado, em 2018, cerca de 119 milhões de toneladas desses produtos, o equivalente a 68,2% do total transportado pela MRS.

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro exportado pela CSN Mineração, e a totalidade do carvão, coque e minério de ferro consumidos pela UPV é transportada pela MRS, bem como parte do aço e do cimento produzidos pela Companhia.

Transnordestina Logística S.A.("TLSA")

A TLSA, com o apoio do Governo Federal, está construindo a ferrovia Nova Transnordestina, com

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

extensão de 1.753 km, que interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos Estados do Piauí, Pernambuco e Ceará. A capacidade de operação projetada da ferrovia será de 30 milhões de toneladas/ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste, criando uma opção logística para os setores de óleo e derivados, agricultura e mineração, entre outros. Em 31/12/2018 a participação da CSN na TLSA era de 46,30%.

Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL")

Em 31/12/2018, a CSN detinha participação de 90,78% na FTL, operadora da antiga malha nordeste da RFFSA, que percorre sete Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com extensão total de 4.534 km e capacidade atual de transporte de cerca de dois milhões de toneladas/ano, com destaque para o transporte de combustível, cimento e celulose, entre outros.

7.1.4. Cimento

A indústria cimenteira possui alta complementaridade com a siderurgia e abastece todo o segmento de construção civil, setor de importância fundamental para o desenvolvimento econômico do país. A Companhia implantou em 2009 sua primeira planta de moagem de cimento em Volta Redonda, com capacidade de 2,4 milhões de toneladas por ano. Em Arcos/MG, a primeira linha de produção de clínuquer foi instalada em 2011, entraram em operação duas novas moagens de cimento em 2015 e uma nova linha de clínquer em 2016, adicionando 2,3 milhões de toneladas por ano de capacidade de produção de cimento.

O cimento produzido pela Companhia é comercializado nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Atualmente a Companhia conta com treze centros de distribuição, fator essencial para aumentar a pulverização das vendas e garantir sua competitividade. Atualmente a Companhia tem 4,7 milhões de toneladas de capacidade de produção de cimento.

7.1.5. Energia

A Companhia é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do país, o que a coloca em posição de destaque ao lado de outros grandes grupos eletrointensivos. Em função disso, a Companhia vem investindo, desde 1999, em projetos de geração de energia elétrica, visando garantir sua autossuficiência com baixo custo de produção.

Seus ativos neste segmento são (i) a Usina Hidrelétrica de Itá, localizada na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, empresa na qual a Itá Energética S. A. possui 60,5% de participação acionária, detendo a Companhia 48,75% de participação na Itá Energética, o que garante à CSN 197 MW médios; (ii) 17,9204%, de participação acionária na Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada na divisa entre Minas Gerais e São Paulo, o que garante para Companhia 24,37 MW médios, e (iii) a Central Termoelétrica de Cogeração, instalada na UPV, com capacidade instalada de 235,2 MW. A Central Termoelétrica de Cogeração utiliza como combustível para geração de energia elétrica e vapor os próprios gases residuais da produção siderúrgica.

Estes ativos asseguram atualmente à Companhia uma capacidade de geração suficiente para atender as necessidades de energia do grupo CSN. Pensando no atendimento às suas futuras expansões, a Companhia realiza com frequência a prospecção e análise de viabilidade de novos ativos de geração, com o objetivo de manter o seu patamar de autossuficiência dentro de valores considerados adequados à competitividade de seu custo de produção.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 Em relação a cada segmento operacional divulgado nas últimas demonstrações financeiras da Companhia:

a) produtos e serviços comercializados

7.2.1 – Mineração

Minério de Ferro

Em 2018, foram comercializadas pela CSN 34,6 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo que 5,2 milhões de toneladas tiveram como destino a Usina Presidente Vargas ("UPV"), localizada em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 2017, foram comercializadas pela CSN 32,9 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo que 5,2 milhões de toneladas tiveram como destino a UPV.

Em 2016, foram comercializadas pela CSN 37,0 milhões de toneladas de minério de ferro, sendo que 4,1 milhões de toneladas tiveram como destino a UPV.

Os principais produtos obtidos a partir do minério de ferro extraído da mina de Casa de Pedra e Engenho são granulado, *sinter feed* e *pellet feed*:

- Granulado: possui altos teores de ferro e granulometria entre 50,0 e 6,3 mm. Na usina siderúrgica o granulado é adicionado diretamente aos fornos de redução, não sendo necessário nenhum processo de aglomeração.
- *Sinter Feed*: representa a maior parcela da produção da planta de beneficiamento. Possui altos teores de ferro e distribuição granulométrica entre 6,3 e 0,15 mm. Por apresentar uma granulometria mais fina, o minério passa por um processo de sinterização, para que seja aglomerado antes de ser adicionado aos fornos de redução.
- *Pellet Feed*: possui altos teores de ferro e devido à sua granulometria fina, inferior a 0,15 mm, o pellet Feed é submetido a um processo de pelotização, para que seja aglomerado antes de ser adicionado aos fornos de redução.

A unidade do Pires disponibiliza no mercado os seguintes produtos de minério de ferro: granulado e sinter feed.

- Granulado: possui altos teores de ferro e granulometria entre 50,0 mm e 6,3 mm, sendo adicionado diretamente aos fornos de redução.
- Sinter Feed: representa a maior parte da produção da planta de beneficiamento, possuindo granulometria entre 6,3 mm e 0,15 mm. Antes de ser adicionado aos fornos de redução o minério passa por um processo de sinterização.

TECAR

Em 2018, foram embarcadas pelo TECAR 29,4 milhões de toneladas de minério de ferro próprio e de terceiros e foram desembarcados 3,5 milhões de toneladas de carvão, coque e outros redutores.

Em 2017, foram embarcadas pelo TECAR 26,8 milhões de toneladas de minério de ferro próprio e de terceiros e foram desembarcados 3,3 milhões de toneladas de carvão, coque e outros redutores.

Em 2016, foram embarcadas pelo TECAR 32 milhões de toneladas de minério de ferro ferro próprio e de terceiros e foram desembarcados 2,3 milhões de toneladas de carvão, coque e outros redutores.

Calcário e Dolomita

Os principais produtos obtidos a partir do calcário e da dolomita que são transferidos para a UPV são:

- Calcário e dolomita (calcinação): possuem granulometria entre 32 e 76 mm, e são utilizados na

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

fábrica de cal em Volta Redonda/RJ para fabricação de cal calcítica e cal dolomítica, para posterior utilização nos processos de aciaria e sinterização. No processo de aciaria, a cal é utilizada no controle químico da escória líquida com o objetivo de preservar o refratário dos conversores e auxiliar na estabilização das reações químicas que ocorrem durante o processo de fabricação do aço. Na sinterização, o objetivo da cal é aumentar a performance do processo e a qualidade final do sínter produzido.

- Calcário e dolomita (sinterização): possuem granulometria menor que 3,36 mm e são utilizados na produção do "sinter", no processo de sinterização na UPV. O sínter é composto por finos de minério, combustível sólido e fundentes que viabilizam a semi-fusão e aglomeração do minério. O sínter é utilizado em altos-fornos como fonte de ferro para a produção de gusa.

A partir de 2009, com a entrada da Companhia no mercado de cimentos, a mina localizada em Arcos, no Estado de Mina Gerais passou a responder também pelo fornecimento de calcário para o processo de fabricação de cimentos em Volta Redonda/RJ.

Em 2018, a mineração Bocaina produziu 4,760 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 1,725 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a UPV; (ii) 2,562 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos; (iii) não houve envio de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na UPV; (iv) 0,270 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de cimento em Arcos; e (v) 0,382 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

Em 2017, a mineração Bocaina produziu 5,181 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 1,784 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a UPV; (ii) 2,610 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos; (iii) não houve envio de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na UPV; e (iv) 0,251 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

Em 2016, a mineração Bocaina produziu 3,42 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 1,284 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a UPV; (ii) 1,508 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos; (iii) 0,029 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na UPV; e (iv) 0,158 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

Estanho

O estanho produzido pela Estanho de Rondônia S.A. ("ERSA") atende a exigência de especificação do mercado atual com teor de chumbo menor que 100 ppm.

Em 2018 foram transferidas 504 toneladas de estanho para a UPV, enquanto em 2017 e 2016 foram enviadas 375 e 190 toneladas, respectivamente. O estanho produzido pela ERSA é consumido pela Companhia na produção de folhas de flandres na UPV.

7.2.2 – Siderurgia

Aços planos

A Companhia produz uma variada gama de produtos laminados, entre eles:

Produtos Laminados a Quente

A Companhia tem capacidade para produzir materiais nas espessuras entre 1,2 mm e 12,7 mm. Essas bobinas são utilizadas na fabricação de peças estruturais de automóveis, tubos e perfis para construção mecânica, entre outras aplicações. Os laminados a quente são também utilizados na fabricação de

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

contêineres de gás, rodas automotivas, compressores e perfis leves formados a frio para a indústria da construção.

Produtos Laminados a Frio

Tratam-se de bobinas e chapas laminadas a frio, com espessura uniforme e melhor qualidade de superfície, sendo utilizadas em carrocerias de automóveis, eletrodomésticos, tambores, tubos e perfis de uso geral. Além disso, os produtos laminados a frio servem de base para os produtos estanhados. A Companhia fornece bobinas laminadas a frio com espessuras de 0,30 a 2,99 mm.

Produtos Galvanizados

Os produtos galvanizados consistem em aço laminado plano revestido, de um lado ou ambos, com zinco ou uma liga de zinco, aplicados por imersão a quente ou por processo eletrolítico. A Companhia utiliza o processo de imersão a quente, que é aproximadamente 20% mais econômico em relação ao processo eletrolítico. A galvanização é um dos processos mais eficazes e de baixo custo utilizados na proteção do aço contra a corrosão. Os produtos galvanizados são altamente versáteis e podem ser utilizados na fabricação de uma ampla gama de produtos, tais como:

- Carrocerias de automóveis, caminhões e ônibus;
- Produtos manufaturados para o setor de construção, tais como painéis para coberturas e paredes externas, telhas, “dry wall” e estruturas para suporte de coberturas, portas, janelas, grades e componentes de estruturas leves;
- Produtos do setor de linha branca (eletrodomésticos);
- Dutos de ar condicionado e peças para sistemas de ar quente, ventilação e resfriamento;
- Tanques de armazenamento, recipientes para grãos e equipamentos agrícolas;
- Painéis de sinalização; e
- Produtos pré-pintados para os segmentos de linha branca, construção civil e automotivo.

As chapas galvanizadas, tanto pintadas como não pintadas, também são utilizadas em sarjetas e calhas, tubos, gabinetes externos e internos de todos os tipos de eletrodomésticos e em aplicações semelhantes. A Companhia produz chapas e bobinas galvanizadas em linhas de processamento contínuo, por imersão a quente, com espessuras de 0,30 a 3,00 mm. O processo contínuo resulta em produtos com revestimentos de zinco altamente aderentes e uniformes, capazes de serem processados em praticamente todos os tipos de máquinas de conformação e manufatura industrial.

Além dos produtos galvanizados de uso geral, a Companhia produz o aço *galvannealed*, que é o aço galvanizado sujeito a um processo de recozimento após o revestimento por imersão a quente. Esse processo de recozimento faz com que o ferro do aço base migre para o revestimento de zinco, formando uma liga de zinco-ferro que permite melhor desempenho na soldagem e na pintura. A combinação dessas qualidades faz com que o aço galvanizado seja principalmente apropriado para fabricação de peças automotivas.

A Companhia produz também o aço com revestimento 55%Al-Zn, cujo processo de produção é semelhante ao revestimento galvanizado por imersão a quente. O aço revestido com a liga 55%Al-Zn tem no mínimo o dobro da resistência à corrosão do aço galvanizado padrão, sendo utilizado principalmente em aplicações de construção civil expostas a intemperismo severo, como corrosão em meio ácido e em ambientes onde há maresia.

Os processos de galvanização permitem à Companhia a obtenção de um produto com maior valor agregado.

Também são produzidas chapas de aço pré-pintadas por meio de uma linha contínua de pintura. Na linha de produção, uma camada de tinta é aplicada sobre materiais bases (chapas laminadas a frio ou galvanizadas). O material pré-pintado é empregado principalmente nos segmentos de construção civil e eletrodomésticos.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Usina Presidente Vargas

No ano de 2018 a CSN produziu 4,2 milhões de toneladas de aço bruto, sendo 4,0 milhões de aços planos e 0,2 milhão de aços longos, enquanto a produção de laminados atingiu 3,8 milhões de toneladas. Em 2017, a produção de aço bruto atingiu 4,4 milhões de toneladas, sendo 4,2 milhões de toneladas de aços planos e 0,2 milhão de aços longos e a produção de laminados atingiu 2,8 milhões de toneladas. Em 2016, a produção de aço bruto atingiu 3,0 milhões de toneladas e a produção de laminados registrou 2,3 milhões de toneladas.

Em 2016, a produção de aço bruto atingiu 3,0 milhões de toneladas e a produção de laminados registrou 3,2 milhões de toneladas.

Filial Paraná

A produção da filial Paraná totalizou 548 mil toneladas em 2018, 530 mil toneladas em 2017 e 491 mil toneladas em 2016.

Filial Porto Real/RJ

A produção da filial Porto Real atingiu 313 mil toneladas em 2018, 302 mil toneladas em 2017 e 329 mil toneladas em 2016.

Lusosider Aços Planos (“Lusosider”)

No ano de 2018, a Lusosider produziu 368 mil toneladas de produtos galvanizados, laminados a frio e Decapado/Oleado, enquanto nos anos de 2017 e 2016, estes volumes atingiram 381 mil e 355 mil toneladas, respectivamente.

Folhas Metálicas para Embalagens

As folhas metálicas consistem em bobinas ou fardos de folhas metálicas planas de baixo carbono, tendo, conforme definido pelas normas brasileiras, espessura máxima de 0,45 mm, podendo ou não ser revestidas. Os revestimentos podem ser de estanho ou cromo, aplicados por processos eletrolíticos. A durabilidade propiciada pelo revestimento torna os produtos estanhados entre os de maior valor agregado. Existem três tipos de folhas metálicas, todas produzidas pela Companhia em forma de bobinas e folhas:

- Folha-de-flandres (chapa estanhada): revestida em uma face ou em ambas, com fina camada de estanho metálico, além de uma camada de óxido de cromo, coberta com uma película protetora de óleo;
- Folhas cromadas: revestido em ambas as faces com uma camada muito fina de cromo metálico, além de uma camada de óxido de cromo, coberta por uma película protetora de óleo;
- Folha não revestida: produto utilizado como base das folhas metálicas revestidas.

As folhas metálicas para embalagens são utilizadas principalmente na fabricação de latas e outros recipientes. Atualmente, a Companhia conta com seis linhas de revestimento eletrolítico.

Em 2018 foram produzidas 475 mil toneladas de folhas metálicas pela CSN, frente a 521 e 539 mil toneladas produzidas em 2017 e 2016, respectivamente.

Companhia Metalúrgica Prada (“Prada”)

As unidades de embalagens de aço da Prada, localizadas no Estado de São Paulo/SP e em Uberlândia/MG, constituem-se em importantes clientes de folhas metálicas da Companhia.

As linhas de produção da Prada estão capacitadas a atender os elevados volumes e especificações técnicas

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

demandados pelas indústrias química, de aerossóis e alimentícia (óleos, gorduras, conservas, derivados de tomate, frigoríficos, doces, achocolatados, leite em pó, entre outras).

Em 2018 foram comercializadas 24 mil toneladas. Em 2017 e 2016, foram comercializadas 31 mil toneladas e 37 mil toneladas, respectivamente, neste segmento.

A unidade de distribuição da Prada atua na área de beneficiamento e distribuição de aços planos com uma diversificada linha de produtos e fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, *blanks*, folhas metálicas, perfis UDC, tubos, telhas, forma laje (*steel deck*) e aços longos, entre outros produtos. É também especializada na prestação de serviços de processamento de aço, atendendo a empresas de todo o país.

A Prada comercializou em 2018, por meio do segmento de distribuição, 162 mil toneladas de aço. Em 2017 e 2016, foram comercializadas 176 mil e 279 mil toneladas, respectivamente, neste segmento.

Aços longos

Perfis metálicos

A Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT"), cujo principal mercado é o continente europeu, especialmente a Alemanha, produz uma ampla variedade de perfis metálicos, com aplicação na indústria de construção civil e obras de infraestrutura, bem como dormentes de aço. No total, mais de 200 tipos de perfis são produzidos de acordo com padrões internacionais diversos. Em 2018, a SWT comercializou 806 mil toneladas de perfis de aço, enquanto em 2017, foram comercializadas 808 mil toneladas de perfis de aço e em 2016 foram 782 mil toneladas.

Ao final de 2013, foi inaugurada uma unidade de aços longos na UPV, em Volta Redonda/RJ, construída para atingir uma capacidade de produção de 500 mil toneladas anuais, entre vergalhões e fios-máquina. Em 2017, esta unidade produziu 211 mil toneladas de aço bruto e 202 mil toneladas de vergalhões e fios máquina e em 2016, 197 mil toneladas de aço bruto e 186 mil toneladas de vergalhões e fio máquina.

7.2.3. Logística

Portuária:

O TECON, terminal de contêineres e carga geral do Porto de Itaguaí, é administrado pela Sepetiba Tecon S.A., controlada da CSN, tendo movimentado, em 2018, 247 mil contêineres, 778 mil toneladas de produtos siderúrgicos e 15 mil toneladas de carga geral. Em 2017, 188 mil contêineres, 989 mil toneladas de produtos siderúrgicos e 9 mil toneladas de carga geral. Em 2016, foram movimentados 140 mil contêineres, 804 mil toneladas de produtos siderúrgicos e 14 mil toneladas de carga geral. Nesse sentido, o TECON foi impactado positivamente no volume de contêineres, principalmente pela movimentação de transbordo (aumento de 89%), que no Estado do Rio de Janeiro está concentrado no Sepetiba Tecon, devido às suas características de acessos com águas profundas. As exportações de contêineres também apresentaram aumento de 32%, em linha com o cenário brasileiro: segundo dados do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), em 2018, houve um crescimento de 9,6%, sendo o maior registro dos últimos cinco anos no Brasil. Além disso, o cenário de crise no sistema de transporte rodoviário brasileiro em 2018 impactou a movimentação de cabotagem de contêineres, que apresentou aumento de 21% com relação a 2017, proporcionando a manutenção de clientes nesse modal.

Ferroviária:

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: a MRS Logística S.A. ("MRS"), a FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL") e a Transnordestina Logística S.A. ("TLSA").

MRS

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

A CSN detém, direta e indiretamente, 34,94% (ou 37,27% antes da participação dos acionistas não controladores) do capital da MRS Logística, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro – São Paulo - Belo Horizonte.

O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados *heavy haul* (cargas de minério, carvão e coque), tendo transportado cerca de 119 milhões de toneladas em 2018, equivalente a 68,2% do total transportado pela Companhia.

No setor de contêineres a MRS manteve sua posição entre os maiores transportadores do setor ferroviário nacional, transportando em volume 1,98 milhão em 2018 ante o volume transportado de 1,84 milhão de contêineres em 2017 e de 1,78 milhão em 2016.

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro, carvão e coque consumidos pela UPV é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN.

FTL

A CSN detém participação de 91,69% na FTL, operadora da antiga malha nordeste da RFFSA, que percorre sete estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com extensão total de 4.534 km e com capacidade atual de transporte de cerca de 2 milhões de toneladas/ano, com destaque para o transporte de combustível, cimento, alumínio e minério, entre outros produtos.

TLSA

O projeto da ferrovia prevê a extensão de 1.753 km da malha, que interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos estados do Piauí, Pernambuco e Ceará.

A capacidade de operação projetada da ferrovia é de 30 milhões de toneladas por ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste e criar uma opção logística para o desenvolvimento econômico local, nos setores de óleo e derivados, grãos, mineração e agricultura, entre outros.

7.2.4. Cimento

As novas moagens de cimento de Arcos entraram em operação em 2015 e o novo forno de clínquer em 2016. A Companhia atualmente comercializa o cimento dos tipos CP-II e CP-III, abastecendo o Estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

7.2.5. Energia

O portfólio de ativos de geração e consumo de energia das unidades industriais, bem como as atividades de comercialização e desenvolvimento de políticas e procedimentos que objetivam fomentar o uso eficiente da energia em todas as etapas de produção, tem como premissa o aperfeiçoamento contínuo, que tem gerado um alto valor agregado à Companhia.

b) receita proveniente dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

R$ Milhões

	2018		2017		2016	
Receita Líquida	**22.969**	**100%**	**18.525**	**100%**	**17.149**	**100%**
Siderurgia	15.634	68%	12.959	70%	11.516	67%
Mineração	5.985	26%	4.621	25%	4.582	27%
Demais	1.350	6%	945	5%	1.051	6%

	2018		2017		2016	
CPV	**-16.106**	**100%**	**-13.596**	**100%**	**-12.640**	**100%**
Siderurgia	-12.613	78%	-10.538	78%	-9.393	74%
Mineração	-3.586	22%	-3.006	22%	-3.099	25%
Demais	93	-1%	-53	0%	-148	1%

	2018		2017		2016	
Lucro Bruto	**6.863**	**100%**	**4.928**	**100%**	**4.510**	**100%**
Siderurgia	3.020	44%	2.421	49%	2.123	47%
Mineração	2.399	35%	1.615	33%	1.483	33%
Demais	1.444	21%	892	18%	904	20%

c) lucro ou prejuízo resultante dos segmentos e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não apresenta Lucro Líquido/prejuízo por segmento.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 Produtos e serviços

a) características do processo de produção

7.3.1- Mineração

Casa de Pedra, Mina do Engenho e Planta de Beneficiamento do Pires

As minas de Casa de Pedra e Engenho estão situadas na porção sudoeste do Quadrilátero Ferrífero (QF), a 60 km ao sul da cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais, e são detidas pela CSN Mineração S.A., controlada pela Companhia.

A mina de Casa de Pedra lavra minério de ferro em quatro cavas a céu aberto, operando com caminhões fora de estrada e escavadeiras/carregadeiras de grande porte, controlados por um sistema de alocação dinâmica de caminhões. O minério é destinado ao processo de tratamento e o estéril é destinado para os depósitos, localizados em áreas fora da cava final.

A mina do Engenho lavra minério de ferro a céu aberto em encostas, em bancos com altura aproximada de 10 m, operando hora com caminhões rodoviários de 32 toneladas e escavadeiras de médio porte e hora com caminhões fora de estrada e carregadeiras de grande porte. O minério é destinado ao processo de tratamento e o estéril destinado aos depósitos e disponibilizado de maneira controlada em pilhas e em áreas fora da cava final.

Com a combinação de negócios de minério de ferro e logística correlata da Namisa as operações da Mina Casa de Pedra e do Engenho passaram a ser integradas e o minério oriundo da lavra é destinado para a Planta Central, UPMs (Unidades de Processamento Móveis) ou ITM (Instalação de Tratamento de Minério), que é a Planta de Beneficiamento do Pires.

No caso da Planta Central, inicialmente, o ROM ("*run of mine*") é descarregado em duas unidades de britagem primária, passando também por estágios de britagens secundária e terciária, seguindo para os pátios de homogeneização por meio de transportadores de correias e empilhadeiras, sendo disposto em grandes pilhas visando à adequação da qualidade do minério. Por meio de retomadoras de caçambas é transferido para a planta de classificação, onde é classificado nas frações típicas de granulados, *sinter feed* e superfinos. A fração de superfinos passa por deslamagens em hidrociclones e segue para concentração pelo processo de flotação. O concentrado da flotação com alto teor de ferro segue para desaguamento em espessadores e filtros a discos, obtendo-se o produto "*pellet feed*". Os produtos granulados, *sinter feed* e *pellet feed* seguem para os pátios de estocagem via correias transportadoras até o Terminal Ferroviário de Casa de Pedra. No terminal os produtos são retomados e transferidos para composições ferroviárias, com destino ao mercado interno e ao Porto de Itaguaí para exportação. Os rejeitos gerados nos processos de deslamagens e flotação são dispostos em barragens de rejeitos.

As Plantas Móveis, que processam somente minério rico, consistem em um processo de britagem e peneiramento a seco gerando granulado e *sinter feed*. O produto gerado é transportado por caminhões rodoviários pela estrada Engenho-Pires até o Terminal Ferroviário Itacolomy (TFI) no Complexo Pires onde são embarcados em vagões com destino ao Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro.

No complexo Pires, também detido pela CSN Mineração, encontram-se as plantas de tratamento do minério, as Barragens de Rejeito do Pires, Infraestruturas (escritórios, restaurante, laboratório etc.), e o Terminal Ferroviário (TFI). O complexo está localizado na BR 040, km 590, Zona Rural do Distrito de Miguel Burnier, pertencente ao Município de Ouro Preto/MG.

O ROM é transferido para a usina de beneficiamento de Pires (Instalação de Tratamento de Minério - ITM) por meio de caminhões rodoviários, onde passa por uma britagem primária, sendo em seguida peneirado. O material retido segue para uma britagem secundária. Após este processo o material passa pela classificação em peneiras inclinadas onde se separam dois produtos: o Granulado e o Sinter Feed. O descarte desse processo é concentrado por gravimetria em uma planta, composta por espirais e ciclones (Instalação de Tratamento de Finos por Ciclonagem - ITFC/ Instalação de Tratamento de Finos por

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Gravimetria ITFG) a fim de produzir o concentrado.

Depois desses processos, o minério de ferro produzido é transportado por caminhões e estocado em pátios previamente definidos. Após um período de secagem, o minério de ferro é transportado para o Terminal Ferroviário Itacolomy, para que seja embarcado em vagões com destino ao Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro.

Mina de Fernandinho

Localizada no município Itabirito/MG, a Mina de Fernandinho lavra minério de ferro a céu aberto em encostas, em bancos de 10 m, operando com caminhões de 32 toneladas e escavadeiras de médio porte. O minério é destinado ao processo de tratamento e o estéril destinado para os depósitos em áreas fora da cava final. A mina de Fernandinho é detida pela Minérios Nacional S.A., controlada pela Companhia.

O ROM é descarregado em uma pilha de homogeneização, retomado por pás carregadeiras e transferido à planta de beneficiamento. Passa por um processo de britagem primária e em seguida é classificado em peneiramento úmido, onde o retido no 1º deck é encaminhado para uma britagem secundária. Após a britagem, é novamente peneirado a úmido. O material retido no 2º deck é empilhado como sinter feed. O material que passa no 2º deck é concentrado em um separador magnético de baixo campo e num classificador espiral, sendo o produto empilhado como sinter feed silicoso. O rejeito da produção é destinado por gravidade para barragens de contenção. A produção de sinter feed é embarcada para o Terminal Ferroviário Itacolomy (TFI), em Pires/MG, sendo em seguida encaminhada ao Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro/RJ.

As operações na Mina de Fernandinho foram retomadas em 2018, no entanto a prioridade ainda é a alimentação pela retomada das pilhas de finos.

7.3.2 Siderurgia

As principais matérias-primas para a produção de aço em uma siderúrgica integrada são minério de ferro, carvão, coque e fundentes, tais como calcário e dolomita. O minério de ferro consumido na UPV é extraído, britado, classificado e transportado por ferrovia desde a mina Casa de Pedra localizada na cidade de Congonhas/MG, a 328 km da UPV. A alta qualidade dos minérios de ferro extraídos na mina Casa da Pedra, com grau de pureza de aproximadamente 60% e seu baixo custo de extração, são alguns dos fatores que mais contribuem para o baixo custo de produção de aço da Companhia.

Em razão da falta de qualidade dos carvões siderúrgicos no Brasil, a Companhia importa todo o carvão necessário para a produção do coque. O carvão é carregado em baterias fornos que produzem coque por meio de destilação. O processo de destilação produz também gás como subproduto, que a Companhia utiliza como fonte de combustível para sua usina de cogeração termoelétrica. Depois de britado, o coque é transportado para os altos-fornos onde é usado como fonte de combustão e como um componente para transformar minério de ferro em ferro gusa. Nas unidades de sinterização, os finos de minério de ferro e de coque ou outros combustíveis sólidos finos são misturados com fundentes (calcário e dolomita) para produzir o sínter. O sínter, o minério granulado, os fundentes e o coque são então carregados para os dois altos-fornos em operação na Companhia para serem fundidos. A Companhia opera uma instalação para injeção de carvão pulverizado (“PCI”), que injeta carvão de baixo custo diretamente dentro dos altos-fornos, substituindo aproximadamente um terço do coque.

O minério de ferro é reduzido para ferro-gusa por meio de sucessivas reações químicas com monóxido de carbono (proveniente do coque e do PCI) em dois altos-fornos que operam 24 horas por dia. O minério é gradualmente reduzido, depois se funde e flui para baixo. As impurezas são separadas do ferro e formam a escória juntamente com os fundentes carregados (calcário e dolomita). Periodicamente, o ferro gusa líquido e a escória são retirados pela parte inferior do alto-forno. A escória é granulada e usada para

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

fabricar cimento.

O ferro-gusa é então transportado para a aciaria, em carros-torpedo com cerca de 350 toneladas de capacidade e carregado em conversores de refino a oxigênio, com sucata e fundentes.

Nos conversores, o oxigênio é injetado na carga líquida para oxidar as impurezas restantes e reduzir o conteúdo de carbono, produzindo assim, o aço líquido. O aço líquido é vertido dos conversores a oxigênio em panelas de 230 toneladas e transportado para as máquinas de lingotamento contínuo, onde é solidificado na forma de placas.

Na laminação a quente, as placas provenientes das máquinas de lingotamento contínuo são reaquecidas e abastecem o laminador de tiras a quente, onde a espessura é reduzida de 250 mm para uma faixa entre 1,2 e 12,7 mm. No final do processo de laminação de tiras a quente, uma tira de aço longa e fina proveniente de cada placa é bobinada e transportada para uma área onde possa ser resfriada ao ar. Algumas bobinas laminadas a quente são despachadas diretamente aos clientes nesta condição. Outras são processadas na linha de decapagem, em banho de ácido clorídrico diluído para limpeza e remoção da camada de óxido. Após decapadas, as bobinas laminadas a quente programadas para produzir materiais mais finos são encaminhadas para serem laminadas a frio. As melhores características da superfície dos produtos laminados a frio aumentam seu valor, em comparação com os produtos laminados a quente. A UPV opera três laminadores a frio.

Uma parte da produção programada para ser laminada a frio é recozida e encruada, em processos que lhe garantirão as propriedades mecânicas finais desejadas. Outra parte da produção é destinada para as linhas de revestimento, para produção de laminados zincados, iniciando-se com o material laminado a frio, ainda não recozido. Todas as linhas da Companhia utilizam o processo de zincagem a quente, no qual a tira é imersa em um banho de zinco líquido e em seguida a espessura do revestimento é ajustada por sopro controlado de ar comprimido. As linhas de zincagem também possuem fornos de recozimento e laminação de encruamento, garantindo o desempenho desejado do material.

Na linha de pintura é utilizado como substrato aço laminado a frio ou aços revestidos com zinco puro, liga Zn-Fe e liga 55%Al-Zn, aplicando uma camada de revestimento orgânico, que vai lhe conferir beleza, cor e excelente resistência à corrosão.

O processo de estanhamento consiste em depositar uma camada de estanho ou de cromo sobre o material laminado a frio, usando uma corrente eletrolítica para precipitar o metal sobre o aço e aplicar um tratamento térmico à chapa que vai lhe garantir condições de conformação. O estanho e o cromo são metais nobres que impedem o processo de corrosão do aço pelos alimentos ou produtos químicos, possibilitando seu uso na confecção de embalagens.

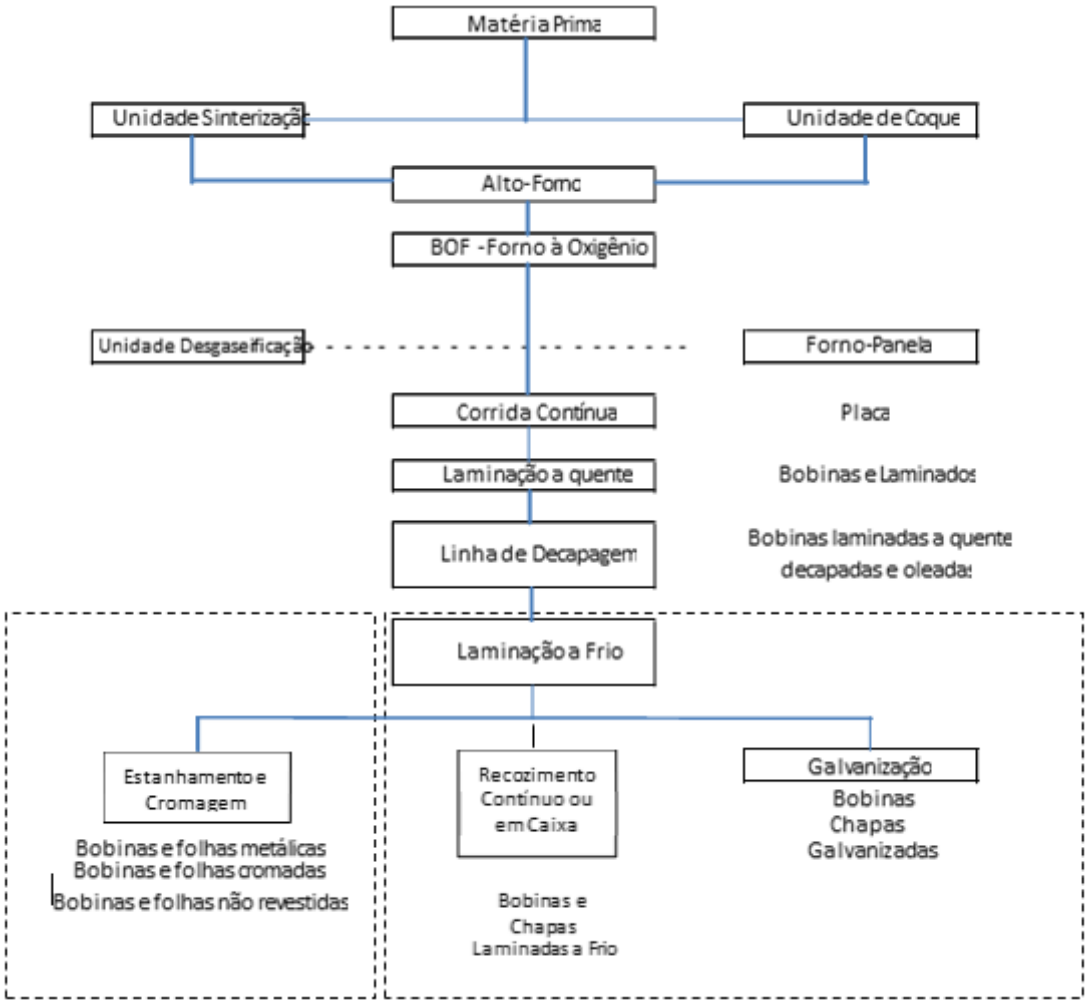
Os equipamentos siderúrgicos passam regularmente por paralisações para manutenção preventiva. Normalmente os laminadores e as linhas de revestimento têm manutenção semanal ou mensal e os altos-fornos e outros equipamentos especiais são programados para manutenção de rotina semestral ou anual.

As atividades operacionais do negócio de siderurgia da Companhia estão a cargo do setor de produção, composto de duas unidades:

- Unidade de Produção – responsável pelas operações produtivas de aço, oficinas de reparo, transporte interno ferroviário e rodoviário e desenvolvimento de processos em Volta Redonda/RJ;
- Unidade de suporte – responsável pelo planejamento de produção, armazenamento e embarque de produtos, instalações de energia e outras utilidades, assistência à fábrica e segurança da força de trabalho na UPV.

O setor de produção também é responsável pela consultoria ambiental e de qualidade, desenvolvimento de novos produtos, investimento de capital para as operações de processamento do aço, assim como a supervisão das operações realizadas nas filiais da CSN em Porto Real/RJ e em Araucária/PR.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



A Prada fabrica embalagens metálicas de aço (latas) e faz litografia em folhas de flandres.

Sua unidade de distribuição tem capacidade para processar aproximadamente 450 mil toneladas/ano em seu Centro de Serviços de Mogi das Cruzes/SP. Esta unidade de serviços é equipada com equipamentos de processamento de última geração (linhas de corte longitudinal para a produção de rolos e tiras, linhas de corte transversal para a produção de chapas e *blanks*, bem como linha formadora de telhas e *steel decks*).

Os materiais fabricados são produzidos a partir de laminados a quente, laminados a frio, zincados por imersão, folhas de flandres, cromadas, não revestidas, aço pré-pintado e aço revestido com liga 55%Al-Zn.

A unidade da SWT, na Alemanha, inicia seu processo fabril com matéria-prima reciclada, a sucata metálica. A sucata chega à usina pelos meios ferroviário ou rodoviário. Dois pórticos são usados para transferir a sucata para um pátio de estocagem, de onde segue para o processo de refino primário (aciaria) composto de um forno elétrico a arco com capacidade de produção de 150 t/h de aço líquido. No processo posterior, no forno panela, o aço é refinado e em seguida é lingotado continuamente em função da aplicação final. O produto resultante deste processo, *Beam Blank,* é então transportado para o processo de lingotamento contínuo. Os semi-acabados produzidos são acondicionados no pátio de estoque, aguardando o momento de serem conduzidos ao forno de reaquecimento, sendo em seguida laminados a quente para produção dos perfis.

Na unidade de aços longos, em Volta Redonda, o processo da aciaria elétrica se inicia com a chegada da sucata por meio de vagões e caminhões. Após ser beneficiada, a sucata é destinada ao Pátio de Preparação de Cestões. Neste Pátio de Preparação de Cestões - PPC o cestão é preparado em função do

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

aço que será fabricado na Aciaria. O cestão é levado para dentro da aciaria onde, por meio de ponte rolante, é feito o carregamento do forno elétrico a arco. Após o carregamento do forno inicia-se o processo de fusão. A fusão da sucata é feita através de eletrodos, queimadores e injetores de oxigênio. No forno a sucata se transforma em aço líquido e após atingir a temperatura adequada o aço é vazado em uma panela previamente preparada. No vazamento são adicionadas ligas para o processo seguinte, o refino do aço no forno panela. No forno panela são feitas as correções necessárias na composição química e temperatura do aço para atendimento ao processo de Lingotamento Contínuo. No Lingotamento Contínuo se dá o processo de solidificação e transformação do aço em tarugos. Depois de solidificados, os tarugos são cortados em tamanhos programados de acordo com a aplicação a que se destinam. Após passar pelo leito de resfriamento os tarugos são estocados no pátio de tarugos.

No processo seguinte, a laminação a quente, os tarugos são conduzidos ao forno de reaquecimento, sendo em seguida laminados a quente para produção de fio máquina ou vergalhão (em rolos e em barras). A unidade de aços longos da UPV, em Volta Redonda, foi construída para atingir uma capacidade anual de laminação a quente de 400 mil toneladas anuais, incluindo vergalhões e fios-máquinas.

7.3.3 Cimento

A Companhia produz cimento nas fábricas de Volta Redonda/RJ e Arcos/MG, com moagem de insumos (clínquer, gesso, calcário e escória) em uma instalação de moinhos verticais, possuindo duas linhas de moagem, para produção do cimento CP III 40 em Volta Redonda e duas linhas de moagem para produção de cimento CP II 32 e CP III 32 em Arcos.

Utilizamos o clínquer produzido nos fornos de clínquer instalados em Arcos, aproveitando o calcário da nossa mina no mesmo site, sendo atualmente autossuficiente na produção de clínquer e cimento. A escória utilizada na produção do cimento é um subproduto de ferro e aço, produzido no alto-forno.

Os moinhos verticais têm um sistema hidráulico de rolos, que usa pressão para moer a camada de material em uma plataforma giratória. Gás quente, derivado da combustão de gás natural ou coque de petróleo, é usado nas plantas para secar os materiais.

b) características do processo de distribuição

Mineração

No mercado externo, a CSN Mineração comercializa seus produtos por meio de equipes comerciais próprias, localizadas no Brasil e no exterior. Além das equipes de vendas internacionais, em Portugal e em Hong Kong, os escritórios no exterior também contam com uma equipe especializada, permitindo à CSN Mineração permanecer em contato direto com seus clientes estrangeiros, acompanhando suas necessidades e a execução dos contratos firmados, além do desenvolvimento de novos mercados.

As vendas da CSN Mineração para o mercado doméstico são realizadas por uma equipe alocada em Casa de Pedra.

Siderurgia

Mercado Interno

A Companhia oferece a seus clientes um diversificado portfólio de aços. Além das linhas de laminação a quente e laminação a frio, a Companhia possui cinco linhas de galvanização no Brasil, assim distribuídas: três na UPV; uma na filial da Companhia localizada em Porto Real, também no Estado do Rio de Janeiro; e outra na filial da Companhia localizada em Araucária, no Estado do Paraná, que também realiza laminação a frio e pré-pintura.

Os produtos chegam ao mercado saindo das unidades produtoras, dos centros de serviço ou dos centros de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

distribuição, via transporte ferroviário, rodoviário ou uma combinação de ambos. Com cinco centros de serviço e dezessete centros de distribuição localizados estrategicamente, a Companhia atua de forma eficiente em todo o território nacional oferecendo serviços de pronta entrega, sob encomenda, além de assistência técnica especializada. A Companhia mantém parcerias com destacadas empresas de serviços de transporte para tornar ágil o recebimento de matérias-primas e a entrega de seus produtos em todas as regiões do país.

Mercado externo

A maior parte das vendas no exterior da Companhia é efetuada diretamente aos seus clientes, sem a utilização de intermediários (agentes ou *"tradings"*) ou por meio das equipes de vendas de suas controladas: Lusosider Aços Planos S.A. em Portugal, que produz laminados revestidos e a Stahlwerk Thüringen GmbH, na Alemanha, que produz perfis metálicos.

Cimento

O cimento produzido pela Companhia é comercializado principalmente nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo via centros de distribuição e por meio de venda direto da fábrica. Para o abastecimento desses centros, utilizam-se preferencialmente o transporte ferroviário prestado pela MRS Logística S.A., além de transporte rodoviário.

São clientes da Companhia neste segmento: lojas de materiais de construção, concreteiras, construtoras, indústrias de argamassas e artefatos de cimentos, entre outros. O foco comercial está na distribuição via varejo, ou seja, lojas de materiais de construção.

c) características dos mercados de atuação:

(i) Participação em cada um dos mercados

2018

31/12/2018

Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Toneladas (mil) (*)	5.068.758	34.780.756					(4.961.345)	
Receitas líquidas								
Mercado interno	10.328.372	972.360	266.378	1.506.114	410.606	588.230	(2.718.623)	11.353.437
Mercado externo	5.305.771	5.012.421					1.297.256	11.615.448
Total receita líquida (nota 22)	**15.634.143**	**5.984.781**	**266.378**	**1.506.114**	**410.606**	**588.230**	**(1.421.367)**	**22.968.885**
Custo produtos e serviços vendidos	(12.613.216)	(3.585.691)	(189.999)	(1.049.071)	(286.734)	(544.266)	2.163.320	(16.105.657)
Lucro Bruto	**3.020.927**	**2.399.090**	**76.379**	**457.043**	**123.872**	**43.964**	**741.953**	**6.863.228**
Despesas vendas e administrativas	(984.980)	(144.754)	(35.423)	(106.412)	(27.948)	(95.893)	(1.362.301)	(2.757.711)
Depreciação (nota 23)	609.274	366.547	20.368	258.985	17.285	115.411	(212.763)	1.175.107
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							568.045	568.045
EBITDA ajustado	**2.645.221**	**2.620.883**	**61.324**	**609.616**	**113.209**	**63.482**	**(265.066)**	**5.848.669**
Vendas por área geográfica								
Asia	40.681	4.422.377					1.297.256	5.760.314
América do Norte	1.506.041							1.506.041
América Latina	369.830							369.830
Europa	3.330.991	590.044						3.921.035
Outras	58.228							58.228
Mercado externo	**5.305.771**	**5.012.421**					**1.297.256**	**11.615.448**
Mercado interno	**10.328.372**	**972.360**	**266.378**	**1.506.114**	**410.606**	**588.230**	**(2.718.623)**	**11.353.437**
TOTAL	**15.634.143**	**5.984.781**	**266.378**	**1.506.114**	**410.606**	**588.230**	**(1.421.367)**	**22.968.885**

2017

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

31/12/2017

Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Toneladas (mil) (*)	4.921.719	32.576.843					(5.359.571)	
Receitas líquidas								
Mercado interno	7.818.552	829.268	238.240	1.416.612	407.671	487.129	(2.491.006)	8.706.466
Mercado externo	5.140.471	3.791.703					885.961	9.818.135
Total receita líquida (nota 22)	**12.959.023**	**4.620.971**	**238.240**	**1.416.612**	**407.671**	**487.129**	**(1.605.045)**	**18.524.601**
Custo produtos e serviços vendidos	(10.537.547)	(3.005.840)	(156.997)	(1.024.696)	(285.085)	(512.762)	1.926.786	(13.596.141)
Lucro Bruto	**2.421.476**	**1.615.131**	**81.243**	**391.916**	**122.586**	**(25.633)**	**321.741**	**4.928.460**
Despesas vendas e administrativas	(963.822)	(158.958)	(27.943)	(94.921)	(27.098)	(80.823)	(877.383)	(2.230.948)
Depreciação (nota 23)	658.587	490.805	15.752	294.571	17.265	121.801	(190.016)	1.408.765
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							538.170	538.170
EBITDA ajustado	**2.116.241**	**1.946.978**	**69.052**	**591.566**	**112.753**	**15.345**	**(207.488)**	**4.644.447**
Vendas por área geográfica								
Ásia	23.364	3.592.226					885.961	4.501.551
América do Norte	2.009.337							2.009.337
América Latina	506.951							506.951
Europa	2.564.823	197.701						2.762.524
Outras	35.996	1.776						37.772
Mercado externo	**5.140.471**	**3.791.703**					**885.961**	**9.818.135**
Mercado interno	**7.818.552**	**829.268**	**238.240**	**1.416.612**	**407.671**	**487.129**	**(2.491.006)**	**8.706.466**
TOTAL	**12.959.023**	**4.620.971**	**238.240**	**1.416.612**	**407.671**	**487.129**	**(1.605.045)**	**18.524.601**

2016

31/12/2016

Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Toneladas (mil) (*)	4.857.174	36.983.297				2.814.476	(4.062.774)	
Receitas líquidas								
Mercado interno	6.980.087	542.028	207.722	1.319.907	269.095	490.608	(2.079.534)	7.729.913
Mercado externo	4.535.821	4.039.875					843.340	9.419.036
Total receita líquida (nota 21)	**11.515.908**	**4.581.903**	**207.722**	**1.319.907**	**269.095**	**490.608**	**(1.236.194)**	**17.148.949**
Custo produtos e serviços vendidos	(9.393.237)	(3.099.236)	(141.542)	(914.361)	(195.994)	(467.373)	1.571.701	(12.640.042)
Lucro Bruto	**2.122.671**	**1.482.667**	**66.180**	**405.546**	**73.101**	**23.235**	**335.507**	**4.508.907**
Despesas vendas e administrativas	(914.927)	(185.149)	(25.180)	(83.020)	(25.196)	(74.528)	(907.128)	(2.215.128)
Depreciação (nota 22)	679.074	461.287	13.430	227.792	17.140	73.030	(192.937)	1.278.816
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							502.345	502.345
EBITDA ajustado	**1.886.818**	**1.758.805**	**54.430**	**550.318**	**65.045**	**21.737**	**(262.213)**	**4.074.940**
Vendas por área geográfica								
Ásia	30.815	3.519.713					843.340	4.393.868
América do Norte	1.891.865							1.891.865
América Latina	259.640							259.640
Europa	2.324.580	434.378						2.758.958
Outras	28.921	85.784						114.705
Mercado externo	**4.535.821**	**4.039.875**					**843.340**	**9.419.036**
Mercado interno	**6.980.087**	**542.028**	**207.722**	**1.319.907**	**269.095**	**490.608**	**(2.079.534)**	**7.729.913**
TOTAL	**11.515.908**	**4.581.903**	**207.722**	**1.319.907**	**269.095**	**490.608**	**(1.236.194)**	**17.148.949**

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto.

(ii) condições de competição nos mercados

Mineração

A grande variedade de produtos de minério de ferro permite à CSN Mineração suprir a demanda de diferentes mercados e regiões. As vendas de minério de ferro da CSN Mineração em 2018 totalizaram 35 milhões de toneladas, das quais 29.6 milhões de toneladas foram exportadas, principalmente para a Ásia.

Em 2017, o mercado transoceânico de minério de ferro intensificou a recuperação iniciada em meados de 2016 com a manutenção do alto nível de investimentos em infraestrutura e construção civil na China. Adicionalmente, o fechamento de usinas ilegais e com alta emissão de poluentes resultou num aumento da utilização da capacidade siderúrgica que, associada à maior demanda por aço, possibilitou melhora das

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

margens e maiores preços de minério de ferro. Nesse cenário, a cotação do minério apresentou alta de 22% em 2017 frente ao ano de 2016, atingindo uma média de US$71,32/dmt (Platts, Fe62%, N. China).

O fechamento de usinas de baixa eficiência resultou num aumento da utilização da capacidade siderúrgica que, associada à maior demanda por aço, possibilitou uma melhora das margens e maiores preços de minério de ferro. Nesse contexto, a cotação do minério apresentou uma alta de 5,3% em 2016 frente ao ano de 2015, atingindo uma média de US$58,45/dmt (Platts, Fe62%, N. China).

Siderurgia

Os mercados siderúrgicos globais e brasileiro são intensamente competitivos. Os fatores competitivos nesses mercados incluem qualidade, preço, condições de pagamento e atendimento ao consumidor.

Para competir em termos globais, a Companhia se posicionou com um diversificado mix de produtos de alto valor agregado que atendem a diferentes segmentos da indústria entre os quais se destacam o Automotivo, Construção Civil, Linha Branca/Eletrodomésticos, Tubos, OEM e embalagens.

A alta integração de seus negócios, com minas próprias de minério de ferro de alta qualidade, calcário e dolomita, logística ferroviária e portuária, bem como geração própria de energia, além do atendimento de alto nível a seus clientes, permitem à Companhia alcançar um importante diferencial competitivo.

Cimento

A CSN Cimentos S.A. iniciou suas atividades em maio de 2009 e, em um curto espaço de tempo, a marca Cimento CSN® passou a ser reconhecida e bem aceita no mercado nacional.

A produção de cimento da Companhia é voltada para o mercado interno, e tem registrado crescimento nos últimos anos. O fato de a Companhia ser altamente integrada, com reservas de calcário, bem como aproveitamento da escória de alto-forno, faz com que o produto da Companhia seja competitivo.

Em maio de 2015 a CSN Cimentos S.A. foi incorporada pela Companhia , passando a Companhia a atuar diretamente no segmento de cimentos.

d) eventual sazonalidade

Mineração

Mercado Interno

No mercado interno não foram identificados períodos expressivos de sazonalidade.

Mercado Externo

Os preços de minério de ferro no mercado transoceânico são impactados por fatores relacionados à oferta e demanda. Do lado da demanda, temperaturas extremas no auge do inverno ou do verão na China podem afetar negativamente as atividades de construção ou o andamento das obras de infraestrutura, com impacto sobre a demanda de aço, reduzindo as compras do minério pelas siderúrgicas. Por outro lado, feriados prolongados, como o Ano Novo Chinês, podem desencadear processos de reestocagem pelas siderúrgicas, com impacto positivo sobre os preços do minério de ferro.

Do lado da oferta, o inverno rigoroso na China, concentrado entre os meses de dezembro e fevereiro, afeta a produção doméstica de minério de ferro, com impacto positivo sobre os prêmios aplicados a seus substitutos diretos ou indiretos. Já os verões no Brasil e na Austrália são períodos com maior incidência de chuva, o que impacta negativamente as atividades de extração e transporte do minério, resultando normalmente numa queda dos volumes exportados. A queda sazonal da oferta pode resultar em uma pressão positiva sobre os preços do minério de ferro no mercado transoceânico. Os volumes de produção e, consequentemente, de vendas do minério de ferro concretizadas pela CSN Mineração podem se

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

reduzir em períodos com maior intensidade de chuvas.

Siderurgia

Mercado Interno

No mercado interno não foram identificados períodos expressivos de sazonalidade.

Mercado Externo

No mercado externo há períodos de sazonalidade que provocam oscilações na demanda, como, por exemplo, o inverno no hemisfério norte e o Ano Novo Chinês. Porém, como as vendas de produtos siderúrgicos da Companhia são direcionadas principalmente para o mercado interno, a exposição da Companhia a estes fatores sazonais acaba sendo reduzida.

Cimento

Períodos chuvosos, como o verão na Região Sudeste, que compreende os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março e o inverno na Região Nordeste, nos meses centrais do ano, são períodos em que o consumo de cimento é menor.

e) principais insumos e matérias-primas:

As principais matérias-primas utilizadas pela Companhia para a produção siderúrgica são: minério de ferro (*sinter feed* para as Plantas de Sinterização e minério bitolado para os Altos-Fornos), pelota de minério de ferro, carvões metalúrgicos (carvão de coqueria, *"hard coking coal"*, para as Baterias de Fornos de Coque e carvão de PCI, *"Pulverized Coal Injection"*, para injeção nas ventaneiras dos Altos Fornos, em substituição parcial ao coque), coque, fundentes (calcário e dolomita), ferro ligas (Fe.Mn, Fe.C.Mn, Fe.Cr, Fe.Ti, etc.), além de metais como alumínio, estanho e zinco. Também são utilizados gases criogênicos (nitrogênio, argônio e oxigênio), gás natural, sucata ferrosa e materiais refratários. Cumpre destacar que a Companhia possui produção própria nas principais matérias-primas para a produção siderúrgica, como minérios de ferro, estanho, calcário e dolomita, atendendo à maior parte de sua necessidade total dessas matérias-primas. Com relação à mineração, um dos principais insumos é o óleo diesel.

Para a produção de aços longos, as principais matérias-primas são a sucata, obtida por meio de geração própria e no mercado nacional, e ferro-gusa, que é adquirido no mercado nacional.

Para a produção do cimento, os principais insumos e matérias-primas são a escória de alto-forno, obtida nos processos dos altos-fornos da Companhia e clínquer, que é produzido na unidade própria de Arcos.

(i) Descrições das relações mantidas com fornecedores inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável:

Em geral, as relações da Companhia com os fornecedores das principais matérias-primas utilizadas são mantidas por meio de contratos de fornecimento ou acordos comerciais. A Companhia busca sempre um relacionamento de longo prazo com seus principais fornecedores de matérias-primas, que atualmente são os informados abaixo:

Carvão Contura, BHP Billiton, Carbo One Limited, Vale, Warriore e Trafigura. Os carvões de coqueria e os carvões de PCI são as principais matérias primas adquiridas pela Companhia, sendo totalmente importados;

Coque: CI Milpa, Sinochem, Trafigura e Noble;

Alumínio: Ibrame, Latasa e Nova Metais.

Zinco: Votorantim Metais, Reciclyn, Zinco Ligas, Trafigura e Latasa;

Estanho – ERSA e Melt Metais;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Peças sobressalentes: Sotreq, Komatsu, Mason, Minas Maquinas, e CVB;

Refratários: RHI Magnesita, Saint Gobain e Vesuvius;

Sucata: Trufer, RFR, Sudeste Paulista, Super Laminação, Piraferro e Cofarja;

Lubrificantes: Ipiranga e Cosan.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Com relação a suas necessidades de gás natural, a Companhia depende das concessionárias de cada Estado em função dos monopólios legais. Porém, tais concessionárias possuem legislação específica que garante o abastecimento de produtos para os clientes contratados (vide item 4.1 (e) deste formulário).

Nos casos em que dependemos de um único fornecedor, geralmente, são negociados acordos comerciais de fornecimento, além da realização de um trabalho contínuo para desenvolvimento de alternativas e busca por novos fornecedores.

(iii) eventual volatilidade de preços

A indústria siderúrgica está sujeita à volatilidade dos preços de certas matérias-primas utilizadas no processo produtivo, tais como minério de ferro, carvão siderúrgico, coque, além de metais como alumínio, estanho e zinco, pois as matérias-primas são commodities e têm preços cotados no mercado internacional, além da variação cambial.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida da Companhia):

a) montante total de receitas provenientes do cliente
Não há nenhum cliente no mercado nacional ou internacional responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.
b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente
Não há nenhum cliente no mercado nacional ou internacional responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações
A Companhia e suas controladas, ao longo do curso dos seus negócios, mantêm uma relação próxima com os órgãos governamentais responsáveis por autorizações em geral, buscando sempre atender suas exigências. As atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas - siderurgia, mineração, logística, fabricação de cimento e geração de energia – demandam uma série de autorizações governamentais, estando as principais detalhadas abaixo. A Companhia e suas controladas estão sujeitas às leis e regulamentações ambientais nos níveis federal, estadual e municipal que regulam emissões atmosféricas, descarte de efluentes líquidos, manejo e tratamento de resíduos sólidos e perigosos, entre outros assuntos. A Companhia está comprometida com a mitigação e o controle do impacto ambiental causado pelas suas operações e está em conformidade com a legislação ambiental aplicável. A Constituição Federal confere aos governos federal e aos governos estaduais e municipais poderes para elaboração e regulamentação de leis que envolvam questões de proteção ambiental. Enquanto o governo federal tem poderes para elaborar leis ambientais estabelecendo padrões mínimos de proteção ambiental, os governos estaduais e locais têm o poder de estabelecer obrigações mais restritivas sobre a proteção e conservação do meio ambiente. A Companhia está sujeita às mudanças e determinações impostas por uma nova legislação ambiental. Os governos estaduais e municipais revisam, com frequência, as leis e os regulamentos envolvendo questões ambientais, na maioria das vezes tornando-os mais restritivos e rígidos. Condições específicas de funcionamento estão estabelecidas nas licenças de operação ou em termos de compromissos ambientais celebrados individualmente por cada uma das empresas, unidade de operação ou unidade produtiva. Essas condições específicas de operação complementam os padrões e regulamentos de aplicabilidade geral, devendo ser observadas durante toda a vigência das licenças ou acordos. Todas as instalações da Companhia atualmente possuem licenças/autorizações de operação ou estão em processo de obtenção/renovação de suas licenças. A Companhia mantém o compromisso firmado na Política Ambiental da empresa de atendimento da legislação ambiental, para que todas as suas instalações estejam regularizadas em conformidade com a regulamentação específica do local onde está localizada cada unidade produtiva. Dentre as atividades desenvolvidas pela Companhia, a mineração, logística e energia demandam uma série de autorizações governamentais, estando as principais listadas abaixo: **Mineração** De acordo com a legislação brasileira, a União detém a propriedade dos recursos minerais. Nessa linha, para explorar e lavrar minério de ferro, a União concede à Companhia Direitos Minerários denominados Autorização de Pesquisa e Concessão de Lavra. As concessões e autorizações são outorgadas pelo Ministério de Minas e Energia via Agência Nacional de Mineração (ANM). As operações de mineração da Companhia são regidas pela Constituição Federal e pelo Código de Mineração, estando sujeitas às leis, normas e regulamentos promulgados de acordo com a Constituição e o referido Código. As atividades de mineração em Casa de Pedra se baseiam em um regime excepcional, chamado de Regime de Manifesto de Mina, o qual garante a propriedade plena sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites de propriedade da Companhia. Já as atividades de mineração

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

desenvolvidas nas minas de Engenho e Fernandinho baseiam-se no regime comum de autorização/concessão que lhe assegura o direito de exploração dos recursos minerais, de titularidade da União, por um período indeterminado, até a exaustão da mina. As atividades de mineração da Companhia em Arcos (na mina Bocaina) e em Rondônia (desenvolvidas pela sua controlada ERSA, na mina Santa Bárbara), baseiam-se também em concessões, sob as mesmas condições.

Logística portuária

Compete à União a exploração de portos marítimos, direta ou mediante autorização, concessão ou permissão, conforme o que dispõe o artigo 21, inciso XII, alínea "f" da Constituição Federal de 1988. A exploração dos portos é regida pela Lei 12.815, de 05 de junho de 2013, que determina no artigo 1º, parágrafo 1º que a exploração indireta do porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante concessão e arrendamento de bem público. Os contratos de arrendamento das instalações portuárias exploradas pela Companhia e suas controladas foram celebrados, mediante processo licitatório, sob a regência da antiga Lei de Modernização dos Portos, lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993.

A concessionária do Porto Organizado de Itaguaí, onde estão localizadas as instalações portuárias das empresas controladas da Companhia, CSN Mineração e Sepetiba Tecon, é a Companhia Docas do Rio de Janeiro ("CDRJ").

A atividade portuária no Brasil é regulada pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), criada pela lei 10.233, de 5 de junho de 2001 e pelo Ministério da Infraestrutura, reestruturado pelo Decreto 9.676 de 02 de janeiro de 2019. No porto de Itaguaí, a CDRJ atua como autoridade portuária e a Receita Federal do Brasil como autoridade aduaneira autorizando e fiscalizando o alfandegamento das instalações portuárias.

As controladas da Companhia, CSN Mineração, na qualidade de arrendatária de instalação portuária para a movimentação granéis sólidos (TECAR), e Sepetiba Tecon, na qualidade de arrendatária de instalação portuária para a movimentação de contêineres e outras cargas (TECON), exploram a atividade portuária nos termos dos contratos de arrendamento e sob a fiscalização da CDRJ, Ministério da Infraestrutura, ANTAQ e Receita Federal.

Logística Ferroviária

Compete à União a exploração dos serviços de transporte ferroviário, direta ou mediante autorização, concessão ou permissão, conforme o que dispõe o artigo 21, inciso XII, alínea "d" da Constituição Federal de 1988. A exploração de ferrovias é regida pela Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, e determina nos seus artigos 12, I, 13, I e 14, I, que constitui diretriz geral do gerenciamento da infraestrutura e da operação do transporte ferroviário a transferência da exploração a atividade para empresas pública ou privadas mediante regime de concessão de outorga de exploração. A concessão da outorga de exploração dos serviços de transporte ferroviário foi realizada mediante processo licitatório, sob a regência do Programa Nacional de Desestatização - Lei nº 9.491 de 09 de setembro de 1997.

A atividade de transporte ferroviário no Brasil é regulada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), criada pela lei 10.233, de 5 de junho de 2001.

As empresas Transnordestina Logística S.A – TLSA e Ferrovia Transnordestina S.A – FTL e MRS Logística S.A, na qualidade de concessionárias de serviços públicos, exploram as atividades de transporte ferroviário de cargas nos termos dos contratos de concessão e sob a fiscalização da ANTT.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

internacionais de proteção ambiental:

Promover uma gestão socioambiental responsável faz parte das atividades da Companhia, que prioriza investimentos em tecnologias modernas e confiáveis para o monitoramento e controle de riscos ambientais. A Companhia possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), em atendimento aos requisitos da ISO 14001:2015, gerenciado pelo Comitê Interno de Gestão Ambiental, formado por especialistas de diversas áreas das diferentes unidades da Companhia, que atua de forma pró-ativa a fim de prevenir possíveis danos ambientais. Periodicamente o SGA é avaliado pela alta gestão da Companhia por meio das reuniões de análise crítica, específicas para cada site que possui o SGA implantado e certificado. Os controles ambientais implementados desde 2006, decorrentes da Lei Sarbanes-Oxley, também contribuem para a mitigação de riscos ambientais relacionados às operações da Companhia.

Para melhor entender os potenciais riscos sociais e ambientais em suas operações, a Companhia utiliza critérios de mapeamento, de acordo com a Global Reporting Initiative (GRI Standards) e framework do Relato Integrado <IIRC>. O resultado desse mapeamento e os indicadores ambientais, sociais e econômicos permitem à Companhia acompanhar sua performance e a estruturar e monitorar planos de ação, visando aprimorar e aperfeiçoar seus resultados.

A partir de 2010, a Companhia passou a realizar um inventário anual de emissões de gases de efeito estufa em suas operações, seguindo as diretrizes do GHG *Protocol*. Nos últimos quatro anos, a Companhia também recebeu a qualificação de Padrão Ouro, do GHG *Protocol*, o qual confirma o atendimento aos padrões de reporte impostos pelo GHG *Protocol*. Desde 2012, participamos do Fórum Clima promovido pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social. Adicionalmente, a Companhia vem atendendo a Resolução INEA n° 64 de 12 de dezembro de 2012, que exige que as indústrias siderúrgicas e cimenteiras apresentem um inventário verificado por terceira parte. A Companhia pretende utilizar essas informações para o desenvolvimento de uma estratégia de gestão de carbono para mitigação de emissões, bem como para identificar riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.

Considerando os potenciais riscos associados à escassez hídrica, especialmente no Sudeste do Brasil, região na qual estão as operações mais significativas, a Companhia deu continuidade a diversas ações com o objetivo de aumentar a eficiência na utilização da água e de seus sistemas de tratamento de efluentes no processo produtivo, com ênfase na reutilização da água em até 94% na UPV (“UPV”). Em 2014, a Companhia realizou o primeiro inventário de água em algumas unidades, permitindo um melhor entendimento sobre a gestão hídrica dessas operações, o qual vem sendo atualizado. Desde 2013 a UPV promove anualmente em Volta Redonda, com a parceria da FIRJAN o Fórum Sul Fluminense sobre Águas, para comemorar o dia mundial da água (22 de março). No evento são apresentados estudos e projetos por agencias públicas e empresas, sobre o uso sustentável da água, além de se discutir formas de controle, tratamento e reúso deste importante recurso natural.

A Companhia também desenvolve projetos de educação relacionados ao patrimônio histórico e natural, principalmente nas unidades de Arcos, CSN Mineração em Minas Gerais e TLSA. Para reafirmar seu compromisso na transformação de valores e atitudes por meio de novos hábitos e informações, a Companhia iniciou, em algumas unidades, o Programa de Educação Ambiental (PEA), com atividades realizadas em parceria com a Fundação CSN, que utiliza a arte como diálogo entre os estudantes, professores e colaboradores.

A CSN busca constantemente inovações e tendências para enfrentar os desafios que afetam seus diversos setores de atividade, assim, a Companhia tem ampliado seu conhecimento e disseminando as práticas da Economia Circular, entendendo que a reutilização de materiais já produzidos é importante para reduzir o consumo de novas matérias-primas e fontes de energia. Desta forma, a CSN fornece o descarte adequado dos resíduos de suas operações, transformando a maioria dos subprodutos em co-produtos tais como escória de alto forno, placas de aço não-aplicadas e

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

produtos carboquímicos

Desde a privatização, a Companhia vem realizando investimentos em programas de proteção e recuperação ambiental. No ano de 2018, os gastos com meio ambiente (incluindo capitalização e custeio) atingiram R$ 354 milhões, dos quais R$ 12 milhões referem-se a dispêndios de capital (CAPEX) e R$ 342 milhões a dispêndios operacionais (OPEX). Os gastos totais com meio ambiente atingiram R$ 326 milhões em 2017 e R$ 369 milhões em 2016. Os investimentos ambientais em 2019 foram relacionados principalmente a: (i) operação e manutenção dos equipamentos de controle ambiental; (ii) desenvolvimento de estudos ambientais para obtenção de licenças; (iii) controle e monitoramento ambientais; (iv) recursos humanos (time ambiental), (v) Sistema de Gestão Ambiental (SGA), (vi) projetos de sustentabilidade e (vii) programas de compliance.

As diretrizes ambientais da Companhia também compreendem o monitoramento das barragens, que são utilizadas para conter rejeitos do processo de beneficiamento das atividades de mineração. De acordo com a classificação da barragem (Portaria 70.389/2017 do DNPM), todas as barragens da Companhia são auditadas por empresas independentes e especializadas no assunto. O Plano de Segurança de Barragem e o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) da CSN Mineração encontra-se com todos os volumes necessários consolidados em atendimento à portaria do DNPM, bem como entregue aos órgãos competentes.

Provisões para Passivos Ambientais

A Companhia reserva uma provisão para custos de recuperação e processos ambientais quando há probabilidade de perda e o valor pode ser razoavelmente estimado. Essa provisão é incluída nas Demonstrações Financeiras da Companhia como “Outras Despesas Operacionais”. A Companhia não registra em suas demonstrações financeiras os passivos ambientais relacionados à ERSA, por serem passivos suportados pelos acionistas anteriores, conforme obrigação contratual.

Em 31 de dezembro de 2018 foram provisionados R$198.4 milhões a título de contingências ambientais, valor que a Companhia entende ser suficiente para cobrir todas as perdas prováveis. As principais provisões para contingências ambientais em 31 de dezembro de 2018 estavam associadas à gestão de passivos ambientais decorrentes de operações passadas, especialmente prévias à privatização, como a remediação de antigas minas de carvão no Estado de Santa Catarina, desativadas em 1989 e de obrigações de remediação ambiental decorrentes de operações pregressas em Volta Redonda/RJ.

Esse provisionamento compara-se a R$ 255,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R$ 273,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução em nossa contingência para passivos ambientais em 2018, comparado com 2017, deve-se principalmente à revisão das estratégias de remediação e gestão ambiental para as áreas de antigos aterros externos em Volta Redonda/RJ, das áreas das antigas minas de carvão no Estado de Santa Catarina com obrigações de remediação ambiental e gestão de unidades de conservação pela CSN Arcos, no Estado de Minas Gerais.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não há

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 2018, a receita líquida da Companhia proveniente do país sede atingiu R$ 11.353 milhões, representando 49% da receita líquida total da Companhia.

Em 2017, a receita líquida da Companhia proveniente do país sede atingiu R$ 8.706 milhões, representando 47% da receita líquida total da Companhia.

Em 2016, a receita líquida da Companhia proveniente do país sede atingiu R$ 7.730 milhões, representando 45% da receita líquida total da Companhia.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

2018

31/12

Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consoli
			Portuária	Ferroviária				
Toneladas (mil) (*)	5.068.758	34.780.756					(4.961.345)	
Receitas líquidas								
Mercado interno	10.328.372	972.360	266.378	1.506.114	410.606	588.230	(2.718.623)	11.353
Mercado externo	5.305.771	5.012.421					1.297.256	11.615
Total receita líquida (nota 22)	**15.634.143**	**5.984.781**	**266.378**	**1.506.114**	**410.606**	**588.230**	**(1.421.367)**	**22.968**
Custo produtos e serviços vendidos	(12.613.216)	(3.585.691)	(189.999)	(1.049.071)	(286.734)	(544.266)	2.163.320	(16.105
Lucro Bruto	**3.020.927**	**2.399.090**	**76.379**	**457.043**	**123.872**	**43.964**	**741.953**	**6.863**
Despesas vendas e administrativas	(984.980)	(144.754)	(35.423)	(106.412)	(27.948)	(95.893)	(1.362.301)	(2.757
Depreciação (nota 23)	609.274	366.547	20.368	258.985	17.285	115.411	(212.763)	1.175
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							568.045	568
EBITDA ajustado	**2.645.221**	**2.620.883**	**61.324**	**609.616**	**113.209**	**63.482**	**(265.066)**	**5.848**
Vendas por área geográfica								
Ásia	40.681	4.422.377					1.297.256	5.760
América do Norte	1.506.041							1.506
América Latina	369.830							369
Europa	3.330.991	590.044						3.921
Outras	58.228							58
Mercado externo	**5.305.771**	**5.012.421**					**1.297.256**	**11.615**
Mercado interno	**10.328.372**	**972.360**	**266.378**	**1.506.114**	**410.606**	**588.230**	**(2.718.623)**	**11.353**
TOTAL	**15.634.143**	**5.984.781**	**266.378**	**1.506.114**	**410.606**	**588.230**	**(1.421.367)**	**22.968**

2017

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consol
			Portuária	Ferroviária				
Toneladas (mil) (*)	4.921.719	32.576.843					(5.359.571)	
Receitas líquidas								
Mercado interno	7.818.552	829.268	238.240	1.416.612	407.671	487.129	(2.491.006)	8.70
Mercado externo	5.140.471	3.791.703					885.961	9.81
Total receita líquida (nota 22)	**12.959.023**	**4.620.971**	**238.240**	**1.416.612**	**407.671**	**487.129**	**(1.605.045)**	**18.52**
Custo produtos e serviços vendidos	(10.537.547)	(3.005.840)	(156.997)	(1.024.696)	(285.085)	(512.762)	1.926.786	(13.59
Lucro Bruto	**2.421.476**	**1.615.131**	**81.243**	**391.916**	**122.586**	**(25.633)**	**321.741**	**4.92**
Despesas vendas e administrativas	(963.822)	(158.958)	(27.943)	(94.921)	(27.098)	(80.823)	(877.383)	(2.23
Depreciação (nota 23)	658.587	490.805	15.752	294.571	17.265	121.801	(190.016)	1.40
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							538.170	53
EBITDA ajustado	**2.116.241**	**1.946.978**	**69.052**	**591.566**	**112.753**	**15.345**	**(207.488)**	**4.64**
Vendas por área geográfica								
Ásia	23.364	3.592.226					885.961	4.50
América do Norte	2.009.337							2.00
América Latina	506.951							50
Europa	2.564.823	197.701						2.76
Outras	35.996	1.776						3
Mercado externo	**5.140.471**	**3.791.703**					**885.961**	**9.81**
Mercado interno	**7.818.552**	**829.268**	**238.240**	**1.416.612**	**407.671**	**487.129**	**(2.491.006)**	**8.70**
TOTAL	**12.959.023**	**4.620.971**	**238.240**	**1.416.612**	**407.671**	**487.129**	**(1.605.045)**	**18.52**

2016

Resultado	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas / Eliminação	Consol
			Portuária	Ferroviária				
Toneladas (mil) (*)	4.857.174	36.983.297				2.814.476	(4.062.774)	
Receitas líquidas								
Mercado interno	6.980.087	542.028	207.722	1.319.907	269.095	490.608	(2.079.534)	7.72
Mercado externo	4.535.821	4.039.875					843.340	9.41
Total receita líquida (nota 21)	**11.515.908**	**4.581.903**	**207.722**	**1.319.907**	**269.095**	**490.608**	**(1.236.194)**	**17.14**
Custo produtos e serviços vendidos	(9.393.237)	(3.099.236)	(141.542)	(914.361)	(195.994)	(467.373)	1.571.701	(12.64
Lucro Bruto	**2.122.671**	**1.482.667**	**66.180**	**405.546**	**73.101**	**23.235**	**335.507**	**4.50**
Despesas vendas e administrativas	(914.927)	(185.149)	(25.180)	(83.020)	(25.196)	(74.528)	(907.128)	(2.21
Depreciação (nota 22)	679.074	461.287	13.430	227.792	17.140	73.030	(192.937)	1.27
Ebitda proporcional de controladas em conjunto							502.345	50
EBITDA ajustado	**1.886.818**	**1.758.805**	**54.430**	**550.318**	**65.045**	**21.737**	**(262.213)**	**4.07**
Vendas por área geográfica								
Ásia	30.815	3.519.713					843.340	4.39
América do Norte	1.891.865							1.89
América Latina	259.640							25
Europa	2.324.580	434.378						2.75
Outras	28.921	85.784						11
Mercado externo	**4.535.821**	**4.039.875**					**843.340**	**9.41**
Mercado interno	**6.980.087**	**542.028**	**207.722**	**1.319.907**	**269.095**	**490.608**	**(2.079.534)**	**7.72**
TOTAL	**11.515.908**	**4.581.903**	**207.722**	**1.319.907**	**269.095**	**490.608**	**(1.236.194)**	**17.14**

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em co

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 2018, a receita líquida da Companhia proveniente do mercado externo atingiu R$ 11.616 milhões, representando 51% da receita líquida total da Companhia.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

Em 2017, a receita líquida da Companhia proveniente do mercado externo atingiu R$ 9.818 milhões, representando 53% da receita líquida total da Companhia.

Em 2016, a receita líquida da Companhia proveniente do mercado externo atingiu R$ 9.419 milhões, representando 55% da receita líquida total da Companhia.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes e de que modo tal regulação afeta os negócios da Companhia:

As receitas relevantes da CSN Mineração oriundas do mercado externo são provenientes da venda de minério de ferro, principalmente para a Ásia, em especial a China, não estando sujeitas a qualquer regulação daquele país. É importante destacar que a China possui produção relevante de minério de ferro e uma eventual redução dos impostos que incidem sobre as atividades minerárias locais podem impactar negativamente as receitas da Companhia. A aplicação de impostos sobre a importação do minério de ferro poderia exercer efeito similar sobre nossos resultados operacionais.

Já no mercado de aço, medidas antidumping, compensatórias e de salvaguarda foram impostas entre o final da década de 1990 e começo de 2000 pelos governos estrangeiros que representavam os principais mercados para as exportações de aço da Companhia.

Tal cenário voltou a vigorar a partir de 2015, quando as autoridades dos Estados Unidos da América (EUA) iniciaram investigações antidumping (AD) e compensatórias (CVD) em chapas de aço e bobinas laminados a quente e laminados a frio importados do Brasil e de outros países, em 2016, como resultado destas investigações foram impostas margens AD e CVD de 21,65% para laminados a frio e 40,38% para laminados a quente. Ainda em 2016, as autoridades da União Europeia iniciaram investigação antidumping para chapas de aço e bobinas laminadas a quente do Brasil e outros países, em outubro de 2017 foi divulgada a determinação final para esta investigação, como tarifa para a CSN como tarifa depósitos de 53,40 EUR/ton líquida.

Em complemento a essas medidas AD e CVD, os EUA, em março de 2018, divulgaram a entrada em vigor da Seção 232, sob justificativa de defesa da segurança nacional norte-americana, qual impôs uma tarifa ad valorem de 25% para o aço importado. O Brasil obteve uma suspensão temporária da medida até 31/05/18, enquanto negocia um acordo de quotas com os EUA.

Em resposta à Seção 232, a União Europeia iniciou em 26/04/18 uma investigação de Salvaguardas para produtos de aço.

Além das restrições mencionadas acima permanecem em vigor restrições impostas pelo Canadá sobre as importações de laminados a quente provenientes do Brasil. Adicionalmente, medidas técnicas e de segurança, tais como àquelas adotadas pela União Europeia com relação à importação de certos compostos químicos encontrados em produtos usados tanto para proteger e/ou embalar produtos de aço podem representar barreiras às exportações de aço para os países da União Europeia.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar

7.8a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A CSN mantém instrumentos de Gestão Socioambiental e de Sustentabilidade visando a criação de valores sustentáveis e gestão dos riscos socioambientais, a otimização e eficiência no uso de recursos naturais e controle dos potenciais impactos, bem como o estabelecimento, consolidação, troca e compartilhamento de boas práticas empresariais relacionados ao tema. Por meio da Fundação CSN, a Companhia também estabelece o vínculo e o compromisso com as comunidades nas regiões em que atua. As informações sobre os projetos estão disponíveis no site da Fundação CSN - www.fundacaocsn.org.br.

A Companhia reafirma o seu compromisso contínuo com as questões socioambientais e com o desenvolvimento sustentável global por meio das seguintes ações:

- Contribuição com dados para o Instituto Aço Brasil, para composição do relatório de sustentabilidade, informações ambientais do setor siderúrgico no Brasil e inciativas governamentais;

- Realização de inventário das emissões de gases de efeito estufa seguindo as diretrizes do GHG Protocol com o objetivo de subsidiar a gestão de carbono, mitigação de riscos e adaptação às mudanças climáticas, tendo recebido Selo Ouro nos últimos 4 anos, qusalificando o reporte imposto pelo Protocolo. https://registropublicodeemissoes.com.br/participantes/166
-

- Reporte ao CDP (Carbon Disclosure Project) da gestão de mudanças climáticas, cadeia de suprimentos e água da Companhia. O CDP é a principal entidade que divulga informações sobre os riscos decorrentes de externalidades ambientais empresariais que influenciam os investimentos de longo prazo. www.cdp.net

Além disso, a CSN tem participação nos Grupos de Trabalho do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP).

Finalmente, a CSN vem desenvolvendo um mapeamento constante de stakeholders e, desde 2012, utiliza critérios de mapeamento dos impactos ambientais, sociais e econômicos de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI Standards) e adota a metodologia do Relato Integrado (IR) para composição interna de seus indicadores para todas as suas operações. A Companhia, entretanto, ainda não publica o relatório de sustentabilidade. Os dados e indicadores obtidos neste processo permitem acompanhar o desempenho e avaliar a exposição da Companhia a riscos socioambientais e oportunidades futuras.

7.8b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Para a elaboração das informações sócio ambientais a CSN segue as respectivas práticas e metodologias recomendadas por cada uma das instituições e centros de estudos listados abaixo. O detalhamento das práticas, padrões, metodologias e governança de cada entidade está disponível nos seus respectivos sites.

7.8 - Políticas Socioambientais

- GHG Protocol;
- CDP (Carbon Disclosure Project);
- Instituto Ethos de Responsabilidade Social;
- Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP);
- Global Reporting Initiative (GRI Standards);
- Integrate Reporting <IIRC>

7.8c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente:

O inventário das emissões de gases de efeito estufa é auditado pela Green Domus.

7.8d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

http://www.csn.com.br

www.fundacaocsn.org.br

https://registropublicodeemissoes.com.br/participantes/166

www.cdp.net

http://gvces.com.br/iscv-sustentabilidade-na-gestao-de-fornecedores-ciclo-2014?locale=pt-br

http://www.inovacaonacadeiadevalor.com.br/iscv-sustentabilidade-na-gestao-de-fornecedores-protocolo-de-matriz-de-risco-ciclo-2015?locale=pt-br

http://inovacaonacadeiadevalor.com.br/inovacao-e-sustentabilidade-na-cadeia-de-valor-2015-logistica?locale=pt-br

http://www.gvces.com.br/iscv-grupo-de-trabalho-de-gestao-de-fornecedores-ciclo-2016?locale=pt-br

http://gvces.com.br/inovacao-e-sustentabilidade-na-cadeia-de-valor-iscv-ciclo-2017-2018?locale=pt-br

http://gvces.com.br/id-local-2015-monitoramento-do-desenvolvimento-local-e-avaliacao-de-impacto?locale=pt-br

http://www.idlocal.com.br/inovacao-em-desenvolvimento-local-3?locale=pt-br

http://www.idlocal.com.br/geracao-de-valor-compartilhado-a-partir-da-protecao-integral-de-criancas-e-adolescentes-idlocal-ciclo-2014?locale=pt-br

http://gvces.com.br/pilotos-tese-2014?locale=pt-br

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há.

8.1 - Negócios Extraordinários

8 – Negócios Extraordinários

8.1. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia:
Não houve aquisição ou alienação de qualquer

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia:
Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não há qualquer contrato celebrado pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionado com as atividades operacionais da Companhia.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Outras informações relevantes:

Não há outras informações relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9 – Ativos Relevantes

9.1 Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia:

Todos os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia estão descritos nos itens 9.1.a, 9.1.b e 9.1.c.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Centro de Serviços - Mogi das Cruzes	Brasil	SP	Mogi das Cruzes	Própria
Centro de Serviços - Bebedouro	Brasil	SP	Bebedouro	Própria
Planta de Embalagens Metálicas - São Paulo	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Planta de Embalagens Metálicas - Uberlândia	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Centro de Serviços - Uberlândia	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Planta de Beneficiamento Pires	Brasil	MG	Ouro Preto	Alugada
Mineração Minério de Ferro - Fernandinho	Brasil	MG		Alugada
Mineração Minério de Ferro - Cayman	Brasil	MG		Própria
CSN LLC	Estados Unidos			Alugada
Lusosider	Portugal	Se	Seixal	Própria
SWT	Alemanha	Sa	Unterwellenborn	Própria
Usina de Geração Termoelétrica	Brasil	RJ	Volta Redonda	
Planta de Embalagens Metálicas - Resende	Brasil	RJ	Resende	Alugada
Planta de Embalagens Metálicas - Lins	Brasil	SP	Lins	Alugada
Planta de Embalagens Metálicas - Luziânia	Brasil	GO	Luziânia	Alugada
Planta de Embalagens Metálicas - Pelotas	Brasil	RS	Pelotas	Alugada
Usina Hidrelétrica de Igarapava	Brasil	RJ		Própria
Usina Hidrelétrica	Brasil	RS	Aratiba	Própria
Centro de Serviços - Jaboatão	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Alugada
Centro de Distribuição - Piracicaba	Brasil	SP	Piracicaba	Alugada
Centro de Distribuição - Contagem	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Escritório e Fundição	Brasil	RO	Ariquemes	Própria
Centro de Distribuição - Canoas	Brasil	RS	Canoas	Alugada
Mineração de Estanho - Santa Bárbara	Brasil	SP		Própria
TECAR - Terminal de Carvão	Brasil	RJ	Itaguaí	Alugada
TECON - Terminal de Conteiners	Brasil	RJ	Itaguaí	Alugada
Planta de Cimentos - Volta Redonda	Brasil	RJ	Volta Redonda	Própria
Planta de Aços Longos - Volta Redonda	Brasil	RJ	Volta Redonda	Própria
Planta de Clínquer - Arcos	Brasil	MG	Arcos	Própria
Ferrovia - Logística ferroviária	Brasil			Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Usina Presidente Vargas	Brasil	RJ	Volta Redonda	Própria
Centro de Distribuição de Aço	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Centro de Distribuição Cimento	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Centro de Distribuição Cimento	Brasil	MG	Varginha	Alugada
Planta de Aços Longos	Brasil	MG		Própria
Centro de Distribuição Cimento	Brasil	RJ		Alugada
Centro de Distribuição Cimento	Brasil	SP	Jacareí	Alugada
CSN Paraná	Brasil	PR	Araucária	Própria
CSN Porto Real	Brasil	RJ	Porto Real	Própria
Centro de Serviços	Brasil	SP	Mogi das Cruzes	Própria
Centro de Distribuição - Cimento	Brasil	MG	Juiz de Fora	Alugada
Companhia Siderúrgica Nacional - Cimento	Brasil	SP	Mauá	Alugada
Centro de Distribuição - Cimento	Brasil	RJ		Alugada
Centro de Distribuição - Cimento	Brasil	SP	Americana	Alugada
Centro de Distribuição - Cimento	Brasil	RJ	Queimados	Alugada
Centro de Distribuição - Cimento	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
Mina Arcos - Mineração de Calcário	Brasil	MG	Arcos	Própria
Ferrovia - Logística ferroviária	Brasil			Alugada
Ferrovia - Logística ferroviária	Brasil			Alugada
Centro de Serviços	Brasil	BA	Camaçari	Própria
Centro de Distribuição - Cimento	Brasil	SP	Osasco	Alugada
Centro de Distribuição - Cimento	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Centro de Distribuição - Cimento	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Centro de Distribuição - Aço	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada
Planta de Beneficiamento Pires	Brasil	MG	Ouro Preto	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SWT	10 anos, podendo ser renovada	Não há	(i) Provável redução no volume de venda dos produtos; (ii) Aquisição da marca SWT por terceiros, o que poderia prejudicar as vendas/imagem da companhia; (iii) Impossibilidade de reconhecimento dos produtos SWT caso a marca seja cancelada; e (iv) Dificuldade em estabelecer uma nova marca no mercado para representar os produtos SWT
Marcas	Mina do Engenho, Fernandinho e Cayman (*)	Exaustão da mina	Descumprimento do Código de Mineração	Redução da produção, Perda de ativo da empresa, Suspensão temporária do direito

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Companhia Florestal do Brasil S.A.	18.368.414/0001-33	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Reflorestamento	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2018	7,090000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	33.386.097,84
31/12/2017	3,830000	0,000000	0,00			
31/12/2016	-6,870000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Companhia Metalúrgica Prada	56.993.900/0001-31	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos.	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	85.567.875,23
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Companhia Siderúrgica Nacional LLC	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Siderurgia	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2018	100,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	192.957.815,88
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
CSN Energia S.A.	03.537.249/0001-29	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Comercialização de energia elétrica.	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2018	1,940000	0,000000	38.636.964,80	**Valor contábil**	31/12/2018	92.866.129,36
31/12/2017	30,820000	0,000000	39.738.871,65			

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2016	16,360000	0,000000	29.366.717,97					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

CSN Mineração S.A.	08.902.291/0001-15	-	Controlada	Brasil	MG	Congonhas	Mineração e participações societárias.	87,520000
				Valor mercado				
31/12/2018	4,530000	0,000000	1.334.243.731,27	**Valor contábil**	31/12/2018	9.045.141.653,25		
31/12/2017	6,870000	0,000000	0,00					
31/12/2016	5,850000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

CSN Steel S.L.U.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Espanha			Participações societárias e operações financeiras	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	46,520000	0,000000	4.871.607.557,32	**Valor contábil**	31/12/2018	3.520.372.518,27		
31/12/2017	591,990000	0,000000	358.767.431,16					
31/12/2016	-1,180000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Estanho de Rondônia S.A.	00.684.808/0001-35	-	Controlada	Brasil	RO	Ariquemes	Mineração de Estanho	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2018	-40,180000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	2.974.411,39		
31/12/2017	-55,850000	0,000000	0,00					
31/12/2016	-1,740000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	17.234.244/0001-31	-	Controlada	Brasil	CE	Fortaleza	Logística ferroviária	91,690000

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
				Valor mercado				
31/12/2018	-0,030000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	280.402.801,53		
31/12/2017	-21,620000	0,000000	0,00					
31/12/2016	8,470000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Itá Energética S.A.	01.355.994/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração de energia elétrica	48,750000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	16.575.000,00	**Valor contábil**	31/12/2018	242.546.995,43		
31/12/2017	-2,860000	0,000000	27.300.000,00					
31/12/2016	-10,800000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Portugal			Participações societárias e comercialização de produtos	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-3,710000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	435.867.066,17		
31/12/2017	29,270000	0,000000	0,00					
31/12/2016	-14,490000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.

MRS Logística S.A.	01.417.222/0001-77	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Transporte ferroviário	18,640000
				Valor mercado				
31/12/2018	8,130000	0,000000	41.363.817,84	**Valor contábil**	31/12/2017	662.682.960,45		
31/12/2017	7,640000	0,000000	37.444.482,65					
31/12/2016	10,620000	0,000000	13.263.227,63					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.								
Sepetiba Tecon S.A.	02.394.276/0001-27	-	Controlada	Brasil	RJ	Itaguaí	Serviços portuários	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2018	6,080000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	317.433.255,86		
31/12/2017	8,410000	0,000000	0,00					
31/12/2016	5,670000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.								
Stalhwerk Thüringen GmbH	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Alemanha			Produção e comercialização de aços longos e atividades afins	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	3,050000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	1.096.782.146,59		
31/12/2017	-12,420000	0,000000	0,00					
31/12/2016	-17,860000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.								
Transnordestina Logística S.A.	02.281.836/0001-37	-	Controlada	Brasil	CE	Fortaleza	Logística ferroviária	46,300000
				Valor mercado				
31/12/2018	-1,390000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	1.452.868.927,87		
31/12/2017	-1,210000	0,000000	0,00					
31/12/2016	-22,730000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A aquisição e a manutenção de participações societárias estão integradas às estratégias da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 Outras Informações Relevantes:

Participação minoritária na Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas:

Além das participações descritas no item "9.1.c" acima, a companhia possui uma participação minoritária na Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas ("Usiminas"), que, em 31 de março de 2019, era de 15,19% nas ações ordinárias e 20,29% nas ações preferenciais.
Em 09 de abril de 2014, o CADE expediu sua decisão sobre a participação acionária da Companhia na Usiminas e um Termo de Compromisso de Desempenho (TCD) foi celebrado entre o CADE e a CSN. De acordo com a decisão do CADE e com o TCD, a Companhia deverá reduzir sua participação na Usiminas dentro de um prazo especificado. Em 20 de março de 2019, foi firmado um aditivo ao TCD celebrado entre o CADE e a CSN, para estabelecer novo prazo para que a Companhia reduza sua participação na Usiminas. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos da Companhia na Usiminas permanecerão suspensos até que seja atingido o limite de participação estabelecidos no TCD.

Importante mencionar que, no âmbito do alongamento das dívidas da Companhia junto ao Banco do Brasil, mencionado no item 3.9 deste Formulário de Referência, foi concedida alienação fiduciária de parte das ações da Usiminas detidas pela Companhia, tendo ficado acordado que referidas ações poderão ser liberadas para venda, devendo a Companhia utilizar os recursos obtidos na amortização extraordinária das dívidas assumidas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 – Os comentários a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício encerrado em 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A CSN é um grupo industrial diversificado que atua por meio de unidades de negócios que se integram e complementam, criando sinergias e integração vertical e horizontal nas suas cadeias de atuação industrial. As principais atividades da CSN se concentram na exploração e comercialização de minério de ferro, produção de aços planos e longos, fabricação de cimento, dentre outros produtos, integrados por meio de ativos de logística como participações em ativos ferroviários, portuários e no segmento de energia. A elevada qualidade dos ativos e produtos, associada à forte gestão de custos e integração de unidades produtivas no Brasil e exterior, permitem a geração de valor superior aos concorrentes setoriais e reduzem a volatilidade dos seus resultados.

As informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas disponíveis em nosso site (www.csn.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou índice de liquidez corrente de 1,05, 31 de dezembro de 2017 foi de 1,11 e em 31 de dezembro de 2016 foi de 2,26. Ocorreu uma queda menor na variação no índice de liquidez em 31 de dezembro de 2018 de 6 % em relação a 2017 em comparação com a queda acentuada de 51% em 2017 em relação a 2016. Isso se deveu à concretização das renegociações de rolagem de dívida junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal que deslocaram os vencimentos ao longo de 2018 a 2023 para vencimentos até 2024, com isso aumentando suas dívidas de longo prazo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12 Empréstimos e Financiamentos. Já em 31 de dezembro de 2017, a queda de 51 % foi devida à redução do caixa com amortização dos empréstimos e pagamento do serviço da dívida, e ao aumento das dívidas de curto prazo, parte já renegociadas junto ao Banco do Brasil e em negociações junto à Caixa Econômica Federal, conforme demonstrado na nota explicativa nº 32 de eventos subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida líquida da Companhia totalizou R$25,7 bilhões e R$25,4 bilhões em 31 de dezembro de 2017, o que representou aumento de 1 %, decorrente principalmente da redução do caixa devido a amortização de principal e juros no montante de R$7,2 bilhões e aumento da dividas na ordem de R$6,5 bilhões, devido as captações no montante de R$2,2 bilhões e R$4,3 bilhões referente as provisões de encargos e variações cambiais conforme demonstrado na nota explicativa nº 12 Empréstimos e Financiamentos. Em 31 de dezembro de 2016, a dívida líquida totalizou R$24,8 bilhões.

O quadro a seguir reflete a condição financeira da Companhia nos últimos três exercícios:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Valores em R$ mil	2018	2017	2016
Patrimônio	10.013.440	8.288.229	7.384.521
Endividamento			
Empréstimos e financiamentos	28.827.074	29.510.844	30.441.018
(-) Caixa e equivalentes de caixa	3.143.717	4.147.284	5.631.553
Dívida Líquida	**25.683.357**	**25.363.560**	**24.809.465**

*Nota: O montante dos empréstimos e financiamentos do quadro acima inclui os custos de transação, conforme quadro constante do item 10.1 (f).

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

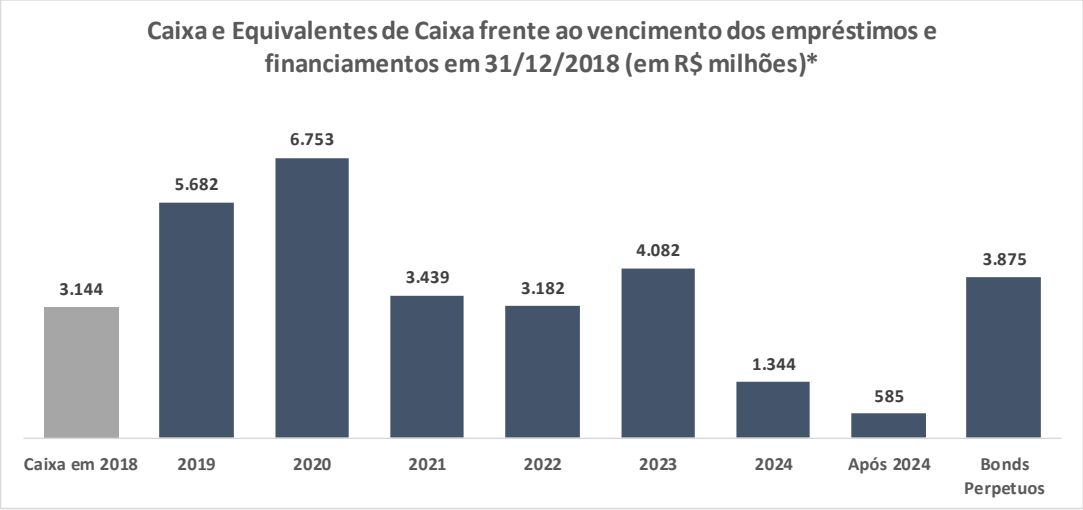
A Companhia busca a otimização da sua estrutura de capital com a finalidade de reduzir seus custos financeiros e maximizar o retorno aos seus acionistas. O quadro a seguir demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia nos últimos três exercícios, com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros:

Valores em R$ mil	2018	2017	2016
Patrimônio (capital próprio)	10.013.440	8.288.229	7.384.521
Empréstimos e financiamentos (capital terceiros)	28.827.074	29.510.844	30.441.018
Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	**2,88**	**3,56**	**4,12**

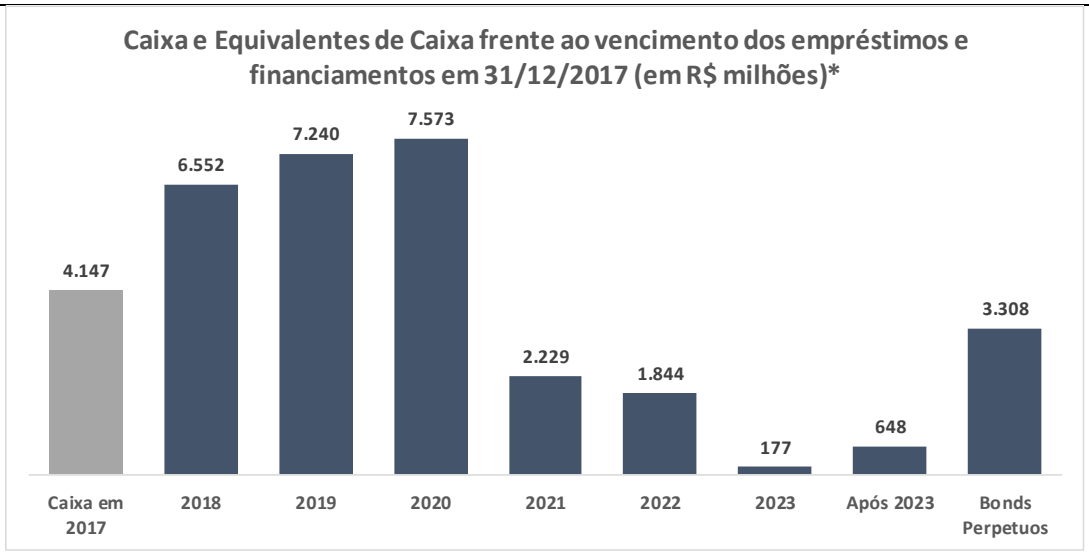
c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

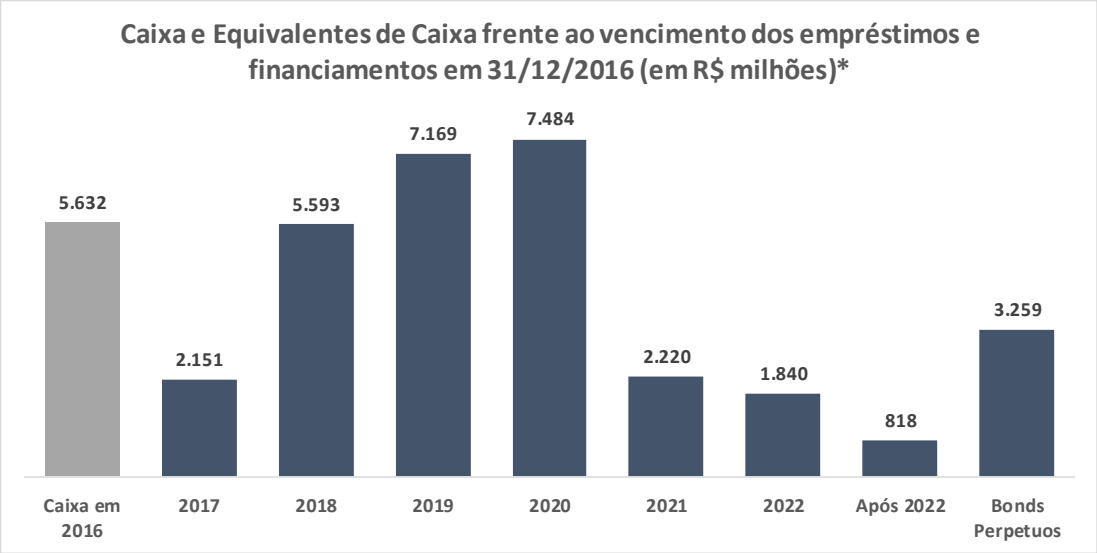
A Companhia possui atualmente uma posição de liquidez que lhe permite honrar com seus compromissos de curto prazo. O planejamento da Companhia para 2019 foca em redução de desembolsos, alongamento do endividamento e preservação de caixa.

Os gráficos a seguir demonstram o caixa e equivalentes de caixa frente aos vencimentos dos empréstimos e financiamentos em 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016.



10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais





*Valores referentes aos empréstimos e financiamentos incluem custos de transação.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizados pela Companhia foram linhas de *trade finance*, linhas de bancos de desenvolvimento, títulos de dívida emitidos em mercados externos (*bonds*), debêntures, e cédulas de crédito bancário (CCB), venda de recebíveis, cessão de crédito com fornecedores, além de recursos próprios. Essas fontes de financiamento no mercado doméstico e no mercado externo estão descritas no item 10.1(f). Em 2018 ocorreu a emissão de Bond com vencimento em 2023, os recursos foram utilizados para recompra dos Bonds com vencimento em 2019 e 2020. Adicionalmente foram realizadas captações de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) para garantir a liquidez de curto prazo da Companhia e financiamento de veículos através de CDC (Crédito Direto ao Consumidor).

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Diretoria entende que caso seja necessário cobrir uma eventual deficiência de liquidez, a Companhia poderá contratar linhas de crédito especiais, financiamentos com bancos e negociar com seus fornecedores.

Também com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a Administração está empenhada com um plano de alienação de um conjunto de ativos. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo, ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes em 31 de dezembro de 2018

Valores em R$ mil

		Consolidado				Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contratos de dívida no mercado internacional									
Juros variáveis em:									
US$									
Pré-Pagamento	(1)	1.016.737	791.163	3.830.240	4.097.509	1.016.737	791.163	3.830.240	4.097.509
Juros fixos em:									
US$									
Bons, Bonds Perpétuos e ACC	(2)	2.490.178	523.509	8.613.491	8.920.342	478.463	379.822		
Intercompany						3.070.423	1.212.880	4.610.620	9.913.410
EUR									
Outros		181.056	251.630	106.535	197.131				
		3.687.971	**1.566.302**	**12.550.266**	**13.214.982**	**4.565.623**	**2.383.865**	**8.440.860**	**14.010.919**
Contratos de dívida no Brasil									
Títulos com juros variáveis em:									
R$									
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB	(3)	1.890.450	4.982.159	10.710.678	9.702.972	1.827.769	4.212.740	9.314.315	8.375.566
Títulos com juros fixos em:									
R$									
Pré-Pagamento		103.376	3.303		100.000	103.375	3.304		100.000
		1.993.826	**4.985.462**	**10.710.678**	**9.802.972**	**1.931.144**	**4.216.044**	**9.314.315**	**8.475.566**
Total de Empréstimos e Financiamentos		**5.681.797**	**6.551.764**	**23.260.944**	**23.017.954**	**6.496.767**	**6.599.909**	**17.755.175**	**22.486.485**
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(28.358)	(24.862)	(87.309)	(34.012)	(22.379)	(21.738)	(67.967)	(31.639)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		**5.653.439**	**6.526.902**	**23.173.635**	**22.983.942**	**6.474.388**	**6.578.171**	**17.687.208**	**22.454.846**

(1) Em novembro de 2018 a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de US$250 milhões com o Banco Santander, referente a Pré-Pagamento, deslocando os vencimentos de 2019 para 2022.

(2) Em fevereiro de 2018 a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo (“Notes”), por meio de sua controlada CSN Resources S.A., no valor de US$350 milhões, com vencimento em 2023 e juros de 7,625% ao ano. Em paralelo, foi promovida oferta de recompra (“Tender Offer”) dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp. e CSN Resources S.A., controladas da Companhia, tendo sido recomprados US$ 350 milhões em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020. As Notes são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.

(3) Em fevereiro de 2018 a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de R$4,9 bilhões com o Banco do Brasil S.A. (“BB”), referente às suas próprias emissões de Notas de Crédito à Exportação somadas às emissões feitas por sua controlada CSN Mineração, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2022 para vencimentos até dezembro 2024, com garantia de parte das ações da Usiminas, de titularidade da Companhia.

Em agosto de 2018 a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R$6,8 bilhões com a Caixa Econômica Federal, referente às Células de Crédito Bancário, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2023 para vencimentos até 2024, com garantia de partes das ações da Usiminas, de titularidade da Companhia.

A tabela a seguir demonstra a taxa média de juros:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018		31/12/2018	
	Taxa de juros média (*)	Dívida Total	Taxa de juros média (*)	Dívida Total
US$	5,88%	15.950.646	4,78%	11.991.686
R$	8,19%	12.704.504	8,17%	11.245.460
EUR	3,88%	287.591	3,88%	1.014.796
		28.942.741		**24.251.942**

(*) Para determinar as taxas médias de juros dos contratos de dívida com taxas flutuantes, a Companhia utilizou as taxas aplicadas em 31 de dezembro de 2018.

Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

				Consolidado	Controladora
				31/12/2018	31/12/2018
				Principal	Principal
	Empréstimos Bancarios	Mercado de Capitais	Agencia de Desenvolvimento	Total	Total
2020	3.187.269	3.499.177	66.892	6.753.338	4.139.475
2021	3.263.810	116.003	59.455	3.439.268	3.946.004
2022	3.087.732	36.667	58.154	3.182.553	3.722.981
2023	2.669.211	1.356.180	56.985	4.082.376	2.330.012
2024	1.276.001		67.734	1.343.735	2.261.231
Após 2024			584.874	584.874	1.355.472
Bonds Perpétuos		3.874.800		3.874.800	
	13.484.023	**8.882.827**	**894.094**	**23.260.944**	**17.755.175**

Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	**29.510.844**	**30.441.018**	**29.033.017**	**30.248.775**
Captações	2.154.471	538.771	602.110	371.000
Amortização principal	(5.019.978)	(1.528.023)	(6.098.209)	(1.652.283)
Pagamentos de encargos	(2.141.710)	(2.634.931)	(1.670.988)	(2.278.089)
Provisão de encargos	2.009.688	2.438.555	1.541.639	2.136.425
Baixa - Alienação LLC	(10.544)			
Outros (1)	2.324.303	255.454	754.027	207.189
Saldo final	**28.827.074**	**29.510.844**	**24.161.596**	**29.033.017**

1. Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas.

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo captou e amortizou empréstimos conforme demonstrado abaixo:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Captações e Amortizações

		Consolidado 31/12/2018	
Natureza de captação	**Captações**	**Amortizações de principal**	**Amortizações de encargos**
Pré - Pagamento		849.654	280.923
Bonds, Bonds Perpétuos e ACC	1.749.099	1.632.464	675.370
BNDES/FINAME, Debêntures, NCE e CCB	10.792	1.948.014	1.173.380
Outros	394.580	589.846	12.037
	2.154.471	**5.019.978**	**2.141.710**

- Covenants

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos, sob pena de vencimento antecipado. A Companhia encontra-se adimplente em relação às obrigações financeiras e não financeiras (covenants) de seus contratos vigentes, não considerados eventuais descumprimentos já remediados ou que não tenham gerado a aceleração das dívidas ou qualquer tipo de provisão contábil.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui provisionado R$38.134 no Consolidado (R$30.843 em 31 de dezembro de 2017) e R$14.031 na Controladora (R$13.413 em 31 de dezembro de 2017) de comissão por assunção de riscos.

b) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Valores em R$ mil

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

		Consolidado				Controladora			
	Taxas a.a. (%)	Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
MOEDA ESTRANGEIRA									
Pré-Pagamento	1% até 3,5%	2.174	110.944	489.584	482.347	2.174	110.944	489.584	482.347
Pré-Pagamento	3,51% até 8%	788.989	438.802	3.607.925	4.290.062	788.989	438.802	3.607.925	4.290.061
Pré-Pagamento - Intercompar	3,51% até 8%					72.019	72.128	4.856.104	4.876.840
Bonds Perpétuos	7%	4.503	4.436	3.308.000	3.259.100				
Bonds	4,14% até 10%	139.184	137.126	5.612.342	5.529.380				
Bonds Intercompany	4,14% até 10%					27.450	27.044	3.436.385	3.385.587
Intercompany	Libor 6M até 3%					1.113.411	149.654	1.620.921	2.719.420
ACC	$0,03	379.822				379.822			
Outros	1,2% até 8%	251.630	95.983	197.130	259.262				
		1.566.302	**787.291**	**13.214.981**	**13.820.151**	**2.383.865**	**798.572**	**14.010.919**	**15.754.255**
MOEDA NACIONAL									
BNDES/FINAME	1,3% + TJLP e Fixa 2,5% até 6% + 1,5%	71.121	73.736	960.872	1.012.268	43.235	43.467	918.466	945.633
Debêntures	110,8% até 113,7% CDI	523.252	538.003	770.767	1.270.383	523.252	538.003	770.767	1.270.383
Pré-Pagamento (*)	109,5% até 116,5% CDI e fixa de 8%	1.789.737	570.778	3.378.333	5.080.000	1.048.204	519.806	2.093.333	3.080.000
CCB	112,5% e 113% CDI	2.601.352	181.143	4.693.000	7.200.000	2.601.352	181.143	4.693.000	7.200.000
Intercompany (*)	110,79% CDI						-		
Risco Sacado									
Outros									
		4.985.462	**1.363.660**	**9.802.972**	**14.562.651**	**4.216.043**	**1.282.419**	**8.475.566**	**12.496.016**
Total de Empréstimos e Financiamentos		**6.551.764**	**2.150.951**	**23.017.953**	**28.382.802**	**6.599.908**	**2.080.991**	**22.486.485**	**28.250.271**
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(24.862)	(33.503)	(34.011)	(59.232)	(21.737)	(29.109)	(31.639)	(53.378)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		**6.526.902**	**2.117.448**	**22.983.942**	**28.323.570**	**6.578.171**	**2.051.882**	**22.454.846**	**28.196.893**

Em 31 de dezembro de 2017, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

Valores em R$ mil

	Consolidado						
	Pré - Pagamento	Bonds	Bonds Perpétuos	CCB	Outros	Total	
2019	2.824.551	2.238.034 *		1.507.000	670.383	7.239.968	31%
2020	2.409.959	3.374.308 *		1.508.000	280.243	7.572.510	33%
2021	1.276.969			774.000	177.659	2.228.628	10%
2022	964.363			784.000	95.484	1.843.847	8%
2023				120.000	56.631	176.631	1%
Após 2023					648.369	648.369	3%
Bonds Perpétuos			3.308.000			3.308.000	14%
	7.475.842	**5.612.342**	**3.308.000**	**4.693.000**	**1.928.769**	**23.017.953**	**100%**

(*) Em fevereiro de 2018 a Companhia concluiu a rolagem da dívida com o Banco do Brasil, bem como a emissão de títulos de dívidas e recompra de US$350 milhões (Tender Offer).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Controladora

	Pré - Pagamento	Bonds	Intercompany	CCB	Outros	Total	
2019	3.469.619		1.620.921	1.507.000	551.707	7.149.247	32%
2020	3.020.790			1.508.000	171.534	4.700.324	21%
2021	1.887.800			774.000	171.534	2.833.334	13%
2022	1.244.393			784.000	91.534	2.119.927	9%
2023				120.000	54.867	174.867	1%
Após 2023	1.424.344	3.436.385			648.057	5.508.786	24%
	11.046.946	**3.436.385**	**1.620.921**	**4.693.000**	**1.689.233**	**22.486.485**	**100%**

- **Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures**

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

Valores em R$ mil

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	**30.441.018**	**34.282.515**	**30.248.775**	**33.988.090**
Captações	538.771	30.034	371.000	62.836
Captações *forfaiting* /risco sacado		78.240		78.240
Amortização principal	(1.528.023)	(695.938)	(1.652.283)	(298.015)
Amortização principal *forfaiting*/ risco sacado		(407.155)		(407.155)
Pagamentos de encargos	(2.634.931)	(3.044.342)	(2.278.089)	(2.566.293)
Pagamentos encargos *forfaiting*/ risco sacado		(5.694)		(5.694)
Provisão de encargos	2.438.555	3.156.120	2.136.425	2.661.090
Provisão de encargos *forfaiting*/ risco sacado		4.237		4.237
Outros [1]	255.454	(2.956.999)	207.189	(3.268.561)
Saldo final	**29.510.844**	**30.441.018**	**29.033.017**	**30.248.775**

1. Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas.

Em 2017 o Grupo contratou e amortizou empréstimos conforme demonstrado abaixo:

- **Captações**

Consolidado

Operação	Instituição	Data	Montante	Vencimento
CDC - ERSA	BANCO MERCEDEZ BENS	ago/17	4.265	out/21
Adto Contrato de Cambio (ACC)	BB	set/17	171.000	mai/18
Fixed Rate Notes	JP MORGAN	nov/17	163.506	nov/18
Adto Contrato de Cambio (ACC) (*)	BB	dez/17	200.000	fev/18
Total			**538.771**	

(*) Em 02 de fevereiro de 2018 a operação foi amortizada.

Consolidado

Operação	Principal	Encargos
Bonds		578.482
Fixed Rate Notes	90.028	12.736
Debêntures	479.617	201.118
Cédula de Crédito Bancário		869.717
Nota de Crédito Exportação	400.000	668.325
Pré - Pagamento Exportação	490.803	226.894
BNDES/FINAME	67.575	75.539
Adto Contrato de Cambio (ACC)		2.120
Total	**1.528.023**	**2.634.931**

- **Covenants**

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos, sob pena de vencimento antecipado. Durante referido período, a Companhia permaneceu adimplente em relação à todas as obrigações financeiras e não financeiras (*covenants*) de seus contratos vigentes.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui provisionado R$30.843 no Consolidado e R$13.413 na Controladora de comissão por assunção de riscos

Debêntures

- **Sétima emissão**

Em março de 2014, a Companhia emitiu 40.000 debêntures em série única, quirografárias e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R$10 mil, totalizando R$400 milhões, com juros remuneratórios de 111,20% a.a do CDI, vencimento final em março de 2021 e opção de resgate antecipado.

- **Oitava emissão**

Em janeiro de 2015, a Companhia emitiu 10.000 debêntures em série única, quirografárias e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R$10 mil, totalizando R$100 milhões, com juros remuneratórios de 113,70% a.a do CDI, vencimento final em janeiro de 2022 e opção de resgate antecipado.

- **Nona emissão**

Em junho de 2015, a Companhia emitiu 10.000 debêntures em série única, quirografárias e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R$10 mil, totalizando R$100 milhões, com juros remuneratórios de 113,70% a.a do CDI, vencimento final em março de 2022 e opção de resgate antecipado.

Garantias

As garantias concedidas em razão dos contratos de empréstimo e financiamento da Companhia constituem-se de bens do ativo imobilizado, avais, fianças e garantias fiduciárias sobre recebíveis, títulos e ações de sua titularidade, não contemplando garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto.

***(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras*;**

Não aplicável.

(***iii) grau de subordinação entre as dívidas*;**

As obrigações de natureza trabalhista e tributária, bem como as dívidas financeiras que possuem garantia real, contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei em caso de eventual concurso de credores da Companhia.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 o montante de R$ 26.295.084 mil, ou 70,47%, correspondia a obrigações de natureza quirografária, em comparação a R$ 36.891.433 mil, ou 99,92% em 31 de dezembro de 2017 e R$ 30.409.642 mil, ou 99,90%, em 31 de dezembro de 2016. As obrigações de natureza quirografária compreendem: (i)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dívidas sem garantia real; e (ii) dívidas com garantia fidejussória.

As obrigações quirografárias estão sujeitas (observada a preferência conferida por lei às obrigações de natureza trabalhista e tributária, em caso de eventual concurso de credores) à preferência das dívidas da Companhia que contam com garantias reais, sendo que estas totalizavam, em 31 de dezembro de 2018, R$ 11.019.000 mil, ou 29,53%, da soma do passivo circulante e não circulante da Companhia, em comparação ao montante de R$ 30.308 mil, ou 0,08% da soma apresentada em 31 de dezembro de 2017 e R$31.377 mil, ou 0,10%, da soma apresentada em 31 de dezembro de 2016.

Os mútuos e financiamentos realizados entre empresas do conglomerado econômico da Companhia (exceto aqueles destinados ao repasse de recursos oriundos de emissões de títulos de dívida no exterior, realizadas por subsidiárias da Companhia) são subordinados na prioridade de pagamento ao endividamento da Companhia para com o Banco do Brasil.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem certas cláusulas contratuais restritivas, usuais em contratos financeiros em geral e em operações de mesma natureza, as quais são exemplificadas a seguir:

Os financiamentos contratados junto ao BNDES estão sujeitos às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES". De acordo com referidas Disposições, os tomadores dos empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições, incluindo empréstimos para atender os negócios da gestão ordinária da Companhia); (ii) conceder preferência a outros créditos; (iii) realizar amortização de ações; (iv) emitir debêntures ou partes beneficiárias; (vi) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições); e (vii) sofrer alteração do seu controle efetivo, direto ou indireto.

O financiamento contratado junto à FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e alguns contratos para a emissão de seguros garantia preveem que, dentre outras disposições, eventual alteração no controle da Companhia, sem a prévia anuência da FINEP ou da seguradora, poderá acarretar no vencimento antecipado do financiamento ou seguro garantia, conforme o caso.

Nos termos dos contratos que regem a 5ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões de Debêntures da Companhia, dentre outras previsões, a Companhia não poderá fundir-se, ser incorporada, ou cindida, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas detentores de, no mínimo, 75% das debêntures em circulação (excetuadas as operações intragrupo, com previsão expressa na escritura de emissão de debêntures), ou se for assegurado aos titulares o resgate das debêntures, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração, durante pelo menos 6 meses contados da publicação da ata da assembleia geral relativa à operação.

Alguns títulos de dívida emitidos por controladas da Companhia no exterior ("Notes") preveem que, dentre outras disposições, a Companhia, na qualidade de garantidora, não poderá: (i) fundir-se, ser incorporada ou alienar a totalidade ou parcela substancial de seus ativos para terceiros, exceto se a Companhia for a

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

entidade resultante dessa reorganização societária ou se tal entidade for uma empresa sediada no Brasil, em qualquer país da União Européia ou nos Estados Unidos, e que assuma as obrigações da garantidora; (ii) onerar seus ativos, exceto nos termos permitidos nos documentos da emissão; e (iii) contratar novas dívidas, exceto nos termos permitidos nos documentos da emissão.

Alguns financiamentos contratados pela Companhia contém restrições em relação: (i) à distribuição de dividendos extraordinários provenientes da venda do controle de ativos operacionais que acarrete nas hipóteses previstas nos documentos do financiamento; (ii) à realização de cisões e/ou venda de ativos da Companhia a terceiros (não integrantes do grupo econômico do qual faz parte a Companhia) seja por meio de uma única operação ou por uma série de operações inter-relacionadas dentro de um mesmo exercício fiscal, cujas receitas líquidas e resultado operacional (EBIT) gerado, representem mais do que 10% das receitas líquidas e dos resultados operacionais consolidados do grupo da Companhia, conforme apurado nas demonstrações financeiras do exercício em que referida operação foi realizada, sem a autorização prévia e expressa do financiador; (iii) à alteração, alienação ou oneração do controle acionário da Companhia, nos termos previstos nos documentos dos financiamentose; (iv) ao nível de endividamento (Dívida Líquida/EBITDA), nos termos previstos nos documentos dos financiamentos; e (v) à alienação do controle da CSN Mineração S.A.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados.

No exercício de 2016 foi concedido pela Finep um financiamento para custear parcialmente despesas incorridas na elaboração e execução do plano estratégico de inovação. O financiamento concedido foi posto à disposição em forma de 4 parcelas de acordo com um cronograma de desembolso. Durante o ano de 2016 foi desembolsado 13% de uma das parcelas do projeto, que foi enfim liquidada antecipadamente em fevereiro de 2019. Para as demais parcelas os desembolsos poderão ocorrer ao longo de 2019.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do exercício da Companhia (consolidado) - R$ mil:

Comparação das principais contas de resultado consolidadas de 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 preparados de acordo com os IFRS e os CPCs.

Demonstração dos Resultados Consolidados (R$ mil)	2018	AV¹	AH²	2017	AV¹	AH²	2016	AV¹
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	**22.968.885**	**100%**	**24,0%**	**18.524.601**	**100%**	**8,0%**	**17.148.949**	**100%**
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(16.105.657)	-70,1%	18,5%	(13.596.141)	-73,4%	7,6%	(12.640.042)	-73,7%
Resultado Bruto	**6.863.228**	**29,9%**	**39,3%**	**4.928.460**	**26,6%**	**9,3%**	**4.508.907**	**26,3%**
Despesas/Receitas Operacionais	**83.332**	**0,4%**	**-104,3%**	**(1.944.495)**	**-10,5%**	**-24,1%**	**(2.563.431)**	**-14,9%**
Despesas com Vendas	(2.263.688)	-9,9%	24,7%	(1.815.107)	-9,8%	7,0%	(1.696.896)	-9,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(494.023)	-2,2%	18,8%	(415.841)	-2,2%	-19,8%	(518.232)	-3,0%
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	2.705.337	11,8%	1425,5%	177.342	1,0%	-142,9%	(413.221)	-2,4%
Resultado de Equivalência Patrimonial	135.706	0,6%	24,4%	109.111	0,6%	68,1%	64.918	0,4%
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**6.946.560**	**30,2%**	**132,8%**	**2.983.965**	**16,1%**	**53,4%**	**1.945.476**	**11,3%**
Receitas/(Despesas) Financeiras	(961.724)	-4,2%	-60,7%	(2.447.177)	-13,2%	-7,3%	(2.639.375)	-15,4%
Variação Cambial Líquida de Instrumentos Financeiros	(533.919)	-2,3%	3145,7%	(16.450)	-0,1%	-114,1%	116.948	0,7%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**5.450.917**	**23,7%**	**947,6%**	**520.338**	**2,8%**	**-190,2%**	**(576.951)**	**-3,4%**
IR e CSLL sobre o Lucro	(250.334)	-1,1%	-38,8%	(409.109)	-2,2%	53,5%	(266.546)	-1,6%
Lucro/ (Prejuízo) Consolidado do Período das Operações Continuadas	**5.200.583**	**22,6%**	**4575,6%**	**111.229**	**0,6%**	**-113,2%**	**(843.497)**	**-4,9%**
Lucro/ (Prejuízo) Consolidado do Período das Operações Desccontinuadas	**-**	**0,0%**		**-**	**0,0%**	**-100,0%**	**(9.561)**	**-0,1%**
Lucro/ (Prejuízo) Consolidado do Período	**5.200.583**	**22,6%**	**4575,6%**	**111.229**	**0,6%**	**-113,0%**	**(853.058)**	**-5,0%**
Atribuído aos Sócios Controladores	5.074.136	22,1%	49297,7%	10.272	0,1%	-101,1%	(934.747)	-5,5%
Atribuído aos Sócios não Controladores	126.447	0,6%	25,2%	100.957	0,5%	23,6%	81.689	0,5%

Comparação dos Resultados referentes aos exercícios sociais findos em

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

31/12/2018 e 31/12/2017:

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

No exercício social encerrado em 31/12/2018, a receita líquida atingiu R$ 22.968 milhões, 24% superior em relação àquela registrada em 2017. Esse incremento foi resultado da melhora no volume de vendas de aço, nas vendas da mineração e na melhoria do preço médio do minério de ferro em função da valorização do Platts.

Custo dos produtos e serviços vendidos

No exercício social encerrado em 31/12/2018, o custo consolidado dos produtos vendidos (CPV) atingiu R$ 16.106 milhões, um aumento de 18% quando comparado ao exercício findo de 2017. Tal incremento justifica-se pela elevação no preço das matérias-primas, pelo impacto da valorização do dólar frente ao real no período (+18,5%) e pelo aumento dos volumes comercializados.

Resultado Bruto

No exercício social encerrado em 31/12/2018, o lucro bruto totalizou R$ 6.863 milhões, uma elevação de 39% sob o montante obtido em 2017, ocasionados pelos fatores descritos acima.

Outras Receitas (Despesas), líquidas

No exercício social encerrado em 31/12/2018, os eventos ocorridos na conta de "Outras Receitas e Despesas Operacionais" somaram um valor positivo de R$2.705 milhões. O efeito positivo foi motivado pela venda da subsidiária LLC para a Steel Dynamics (SDI) com ganho líquido de R$1.164 milhões, valorização das ações classificadas como valor justo por meio do resultado, ocasionando ganho aproximado de R$1.655 milhões, e receita de R$1.102 milhões referente ao reconhecimento do trânsito em julgado da ação para a não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS de anos anteriores originando os respectivos impostos a recuperar.

Quanto as Despesas Operacionais, destacamos um aumento de R$104 milhões referente ao aditivo contratual com a controladora MRS, pela revisão do "Plano Anual de Transporte", R$278 milhões em decorrência do registro do hedge de fluxo de caixa, perda nos estoques na casa dos R$ 134 milhões, despesa com passivo ambiental de aproximadamente R$53 milhões e, R$23 milhões de provisão para reestruturação industrial.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial em 2018, foi de R$136 milhões, superior ao resultado de R$109 milhões atingido em 2017. Este resultado se deu principalmente pelos melhores resultados na MRS Logística S.A. ("MRS").

Resultado Financeiro Líquido

No exercício social encerrado em 31/12/2018, o resultado financeiro líquido da

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Companhia foi negativo em R$1.496 milhões e R$2.464 milhões em 2017.

Os fatores que influenciaram o resultado em 2018 decorrem, principalmente, da atualização monetária referente ao reconhecimento da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS de anos anteriores no montante de R$1.106 milhões. As despesas financeiras tiveram forte queda no período, em virtude da queda da SELIC, gerando uma redução de aproximadamente R$470 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

Em 2018, a redução da despesa com imposto de renda e contribuição social no período justifica-se, principalmente, pelo aumento do IR/CS diferidos devido a reversão da perda contabilizada em anos anteriores de créditos fiscais no valor de R$972 milhões.

Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado

Diante do exposto apresentado nos itens acima, no exercício social encerrado em 31/12/2018, a CSN registrou lucro líquido consolidado de R$5.201 milhões. Em 2017, a Companhia havia registrado um lucro líquido consolidado de R$111 milhões.

Comparação dos Resultados referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2017 e 31/12/2016:

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços

No exercício social encerrado em 31/12/2017, a receita líquida atingiu R$18.524 milhões, 8% superior em relação àquela registrada em 2016, resultado dos reajustes de preços dos produtos siderúrgicos (os preços médios do aço aumentaram 12% em 2017 em relação ao ano anterior), enquanto no segmento de mineração, houve redução no volume de minério comercializado, compensado pelo melhor preço realizado.

Custo dos produtos e serviços vendidos

No exercício social encerrado em 31/12/2017, o custo consolidado dos produtos vendidos ("CPV") atingiu R$13.596 milhões, 7,6% superior a 2016, acompanhando o menor volume comercializado no segmento de mineração e aumento dos preços da matéria-prima do segmento da siderurgia.

Resultado Bruto

No exercício social encerrado em 31/12/2017, o lucro bruto totalizou R$4.928 milhões, aumento de 9,3% sobre o montante obtido em 2016, pelos fatores descritos acima.

Outras Receitas (Despesas), líquidas

Em 2017, a conta de "Outras Receitas e Despesas Operacionais" somou um valor positivo de R$177 milhões, principalmente, em função do efeito positivo da correção monetária de empréstimo compulsório da Eletrobrás e em 2016 o valor negativo de R$ 413 milhões devido ao registro do *impairment* do valor justo da Transnordestina Logística S.A.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial em 2017 foi de R$109 milhões, superior ao resultado de R$65 milhões em 2016. Este resultado refere-se, principalmente, pelos melhores resultados na MRS Logística S.A. ("MRS") e forte redução nos prejuízos que refletem no resultado de equivalência da TLSA.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2017, o resultado financeiro líquido da Companhia foi negativo em R$2.464 milhões frente a um resultado financeiro líquido negativo em 2016 de R$2.522 milhões, basicamente devido a:

• Redução de R$541 milhões nas despesas financeiras, de R$3.283 milhões em 2016 para R$2.742 milhões em 2017 devido, a oscilação do CDI frente aos empréstimos e financiamentos.

• Redução de R$ 349 milhões nas receitas financeiras, de R$644 milhões em 2016 para R$ 295 milhões em 2017 devido, a oscilação do CDI frente as aplicações financeiras, redução do disponível e ganho com recompra de títulos que ocorreram em 2016.

• Variação de R$133 milhões nas despesas com variação cambial e monetárias líquidas, que passaram de uma receita de R$117 milhões em 2016, para uma despesa de R$ 16 milhões em 2017, devido principalmente a oscilação do dólar. Em 2016 foram liquidadas as operações com Dólar Futuro.

Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

O aumento da despesa com imposto de renda e contribuição social no período deve-se ao lucro antes dos impostos que resultou em uma despesa de IR e CS no valor de R$ 177 milhões e aos ajustes para refletir a alíquota efetiva. Mais detalhes, vide nota 16) das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado

Como reflexo das explicações apresentadas nos itens acima, em 2017 a CSN registrou lucro líquido consolidado de R$111 milhões. Em 2016, a Companhia havia registrado um prejuízo líquido consolidado de R$853 milhões.

Balanço Patrimonial da Companhia (consolidado) – R$ mil:

Comparação das principais contas de resultado consolidadas de 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 preparados de acordo com os IFRS e os CPC's:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanços Patrimoniais (Consolidado)	2018	AV[1]	AH[2]	2017	AV[1]	AH[2]	2016	AV[1]
ATIVO								
Ativo Circulante	**12.014.483**	**25,4%**	1,1%	**11.881.496**	**26,3%**	-4,5%	**12.444.918**	**28,2%**
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.248.004	4,7%	-34,1%	3.411.572	7,5%	-30,0%	4.871.162	11,0%
Aplicações Financeiras	895.713	1,9%	100,0%	735.712	1,6%	100,0%	760.391	1,7%
Contas a receber	2.078.182	4,4%	-5,4%	2.197.078	4,9%	10,0%	1.997.216	4,5%
Estoques	5.039.560	10,6%	12,9%	4.464.419	9,9%	12,6%	3.964.136	9,0%
Outros Ativos Circulantes	1.753.024	3,7%	63,4%	1.072.715	2,4%	25,9%	852.013	1,9%
Ativo Não Circulante	**35.313.041**	**74,6%**	**6,0%**	**33.328.474**	**73,7%**	**5,1%**	**31.708.705**	**71,8%**
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado	7.772							
Tributos diferidos	89.394	0,2%	41,6%	63.119	0,1%	-10,0%	70.151	0,2%
Outros Ativos não Circulantes	4.285.223	9,1%	69,5%	2.528.475	5,6%	50,9%	1.675.820	3,8%
Investimentos	5.630.613	11,9%	2,4%	5.499.995	12,2%	20,4%	4.568.451	10,3%
Imobilizado	18.046.864	38,1%	0,5%	17.964.839	39,7%	-0,9%	18.135.879	41,1%
Intangível	7.253.175	15,3%	-0,3%	7.272.046	16,1%	0,2%	7.258.404	16,4%
TOTAL DO ATIVO	**47.327.524**	**100%**	**4,7%**	**45.209.970**	**100%**	**2,4%**	**44.153.623**	**100%**

Balanços Patrimoniais (Consolidado)	2018	AV[1]	AH[2]	2017	AV[1]	AH[2]	2016	AV[1]
Passivo Circulante	**11.438.552**	**24,2%**	**7,2%**	**10.670.050**	**23,6%**	**94,1%**	**5.496.683**	**12,4%**
Obrigações Sociais e Trabalhistas	248.185	0,5%	-1,7%	252.418	0,6%	-0,6%	253.837	0,6%
Fornecedores	3.473.822	7,3%	38,6%	2.505.695	5,5%	42,1%	1.763.206	4,0%
Obrigações fiscais	251.746	0,5%	-4,7%	264.097	0,6%	13,9%	231.861	0,5%
Empréstimos e financiamentos	5.653.439	11,9%	-13,4%	6.526.902	14,4%	208,2%	2.117.448	4,8%
Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Civeis	106.503	0,2%	0,5%	105.958	0,2%	-2,4%	108.607	0,2%
Outras Obrigações	1.704.857	3,6%	68,0%	1.014.980	2,2%	-0,7%	1.021.724	2,3%
Passivo Não Circulante	**25.875.532**	**54,7%**	**-1,4%**	**26.251.691**	**58,1%**	**-16,1%**	**31.272.419**	**70,8%**
Empréstimos e financiamentos	23.173.635	49,0%	0,8%	22.983.942	50,8%	-18,9%	28.323.570	64,1%
Tributos diferidos	601.731	1,3%	-48,7%	1.173.559	2,6%	12,1%	1.046.897	2,4%
Outras obrigações	227.328	0,5%	75,8%	129.323	0,3%	-1,4%	131.137	0,3%
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	685.953	1,4%	-4,6%	719.133	1,6%	2,1%	704.485	1,6%
Plano de pensão e saúde	905.119	1,9%	-0,4%	908.721	2,0%	26,3%	719.266	1,6%
Provisões para passivos ambientais e desativação	281.766	0,6%	-16,4%	337.013	0,7%	-2,9%	347.064	0,8%
Patrimônio Líquido	**10.013.440**	**21,2%**	**20,8%**	**8.288.229**	**18,3%**	**12,2%**	**7.384.521**	**16,7%**
Capital social realizado	4.540.000	9,6%	0,0%	4.540.000	10,0%	0,0%	4.540.000	10,3%
Reserva de capital	32.720	0,1%	108966,7%	30	0,0%	0,0%	30	0,0%
Reservas de lucros	3.064.827	6,5%			0,0%			0,0%
Prejuízo acumulado	-	0,0%		(1.291.689)	-2,9%		(1.301.961)	-2,9%
Outros resultados abrangentes	1.065.188	2,3%	-71,8%	3.779.032	8,4%	27,8%	2.956.459	6,7%
Participação de acionistas não controladores	1.310.705	2,8%	4,0%	1.260.856	2,8%	6,0%	1.189.993	2,7%
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**47.327.524**	**100%**	**4,7%**	**45.209.970**	**100%**	**2,4%**	**44.153.623**	**100%**

Comparação entre os balanços patrimoniais de 31/12/2018 e 31/12/2017:

Caixa e Equivalentes de Caixa: composto principalmente por aplicações financeiras em títulos públicos, títulos privados, aplicações no exterior em *Time Deposit*, em bancos considerados pela administração como de primeira linha. O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 2.248 milhões, sendo 34% inferior aos R$ 3.411 milhões registrados em 31 de dezembro de 2017. Esta redução deve-se, principalmente à utilização dos recursos financeiros das controladas no exterior aplicadas em *time deposit* e títulos privados, para atender a necessidade de caixa da Companhia.

Aplicações Financeiras: Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R$ 896 milhões compõe: (i) títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos, são negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, tem rendimento Selic e liquidez imediata; e (ii) aplicação financeira vinculada em Certificado de Depósito Bancário (CDB) para garantia de carta fiança, com rendimento em CDI, liquidez imediata e registrados também na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Contas a receber: Houve uma redução de aprox. R$120 milhões na conta, onde podemos destacar a redução do prazo médio de recebimento em 8 dias. (4T17: 34 dias para 4T18: 26 dias).

Estoques: Os estoques tiveram um aumento de aprox. R$575 milhões, onde destacamos a compra de matérias-primas em geral, em sua maioria placas e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

redutores. Houve influência também do aumento no giro dos estoques em 7 dias (4T17: 95 dias para 4T18: 102dias).

Outros ativos circulantes: O aumento refere-se, principalmente, aos créditos de PIS/COFINS. Em 20 de setembro de 2018 transitou em julgado o Mandado de Segurança e Recurso Especial impetrado em 2006, no qual são partes CSN e União Federal, relacionado à discussão acerca da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, foi confirmado o direito da CSN de compensar os valores indevidamente recolhidos a título destes tributos do período de 2001 a 2013. Desta forma, a Companhia reconheceu em 2018 o montante de R$794 milhões no ativo circulante.

Ativo não circulante

Outros ativos não circulantes: No segundo semestre do exercício fiscal de 2018 foi reconhecido um crédito da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com o trânsito em julgado da ação em 20 de setembro de 2018, foi confirmado o direito da CSN de compensar os valores indevidamente recolhidos a título destes tributos. Foi reconhecido no ativo não circulante o montante de R$1.415 milhões.

Ativo imobilizado: Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de ativo imobilizado atingiu R$18.047 milhões, um aumento de 0,5% com relação a 2017. Essa variação é decorrente, principalmente, das aquisições realizadas no período no montante aproximado de R$1.328 milhões (sendo que R$1.159 milhões desse montante se refere a aquisições para projetos em andamento), parcialmente compensadas pela depreciação no período de R$1.206 milhões.

Investimentos: em 31 de dezembro de 2018, o valor da conta de investimentos é de R$ 5.631 milhões, sendo 2,4% superior ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2017, de R$ 5.500 milhões, reflexo dos melhores resultados na MRS Logística S.A. (“MRS”).

Passivo

Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo e Longo Prazo: A dívida bruta consolidada da Companhia totalizou R$ 28.827 milhões em 31 de dezembro de 2018, na qual podemos destacar:

- Em novembro de 2018, a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de US$250M com o Banco Santander, referente ao Pré-Pagamento, deslocando os vencimentos de 2019 para 2022.

- Em fevereiro de 2018, a Companhia emitiu títulos representativos de dívida no mercado externo (“Notes”), por meio de sua controlada CSN Resources S.A., no valor de US$350M, com vencimento em 2023 e juros de 7,625% ao ano. Em paralelo, foi promovida oferta de recompra (“Tender Offer”) dos Notes emitidos pelas empresas CSN Islands XI Corp. e CSN Resources S.A., controladas da Companhia, tendo sido recomprados US$ 350M em títulos cujos vencimentos eram previstos para 2019 e 2020. As Notes são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Em fevereiro de 2018, a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de R$4,9 bilhões com o Banco do Brasil S.A. ("BB"), referente às suas próprias emissões de Notas de Crédito à Exportação somadas às emissões feitas por sua controlada CSN Mineração, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2022 para vencimentos até dezembro 2024, com garantia de parte das ações da Usiminas, de titularidade da Companhia.

- Em agosto de 2018, a Companhia concluiu a negociação da rolagem da dívida de R$6,8 bilhões com a Caixa Econômica Federal, referente às Células de Crédito Bancário, deslocando os vencimentos ao longo de 2018 a 2023 para vencimentos até 2024, com garantia de partes das ações da Usiminas, de titularidade da Companhia.

Fornecedores: O grupo de fornecedores apresentou aumento de 40% (R$ 2.506milhões em 2017 frente a R$ 3.474milhões em 2018). A Companhia realizou um trabalho de negociação do prazo de pagamento com os fornecedores, o que resultou no alongamento do prazo médio em 16 dias (4T17: 62 dias para 4T18:78 dias).

Tributos diferidos: em 31 de dezembro de 2018, a conta de tributos diferidos passivo totalizava R$602 milhões, na qual destacamos:

• R$ 253 milhões referentes a IR/CS diferidos não constituídos;

• R$ 3.087 milhões de perdas estimadas para créditos de IR/CS diferidos;

• R$ 1.031 milhões de IR/CS diferidos decorrentes da combinação de negócios de mineração e logística correlata da CSN e da Namisa em 2015;

• parcialmente compensados, principalmente, por (i) R$ 1.011 milhões referentes a tributação das variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) R$ 1.326milhões de prejuízo fiscal e base negativa, (iii) R$ 363milhões ref. a perdas ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) R$276milhões ref. aos cálculos atuariais do plano de pensão e saúde e (v) Hedge accounting fluxo de caixa registro no patrimônio líquido: R$ 490milhões.

Plano de pensão e saúde: O saldo de R$ 905M em 31 de dezembro de 2018 (R$ 909M em 31 de dezembro de 2017) compõe, principalmente, ao plano de saúde dos aposentados, cuja passivo atuarial está em aproximadamente R$ 897M.

Comparação entre os balanços patrimoniais de 31/12/2017 e 31/12/2016:

Caixa e Equivalentes de Caixa: composto principalmente por aplicações financeiras em títulos públicos, privados, aplicações no exterior em *Time Deposit*, em bancos considerados pela administração como de primeira linha. O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 3.412 milhões, sendo 30% inferior aos R$ 4.871 milhões registrados em 31 de dezembro de 2016. Esta redução deve-se, principalmente, (i) à utilização dos recursos financeiros das controladas no exterior aplicadas em *Time Deposits* e títulos privados, para atender a necessidade de caixa da Companhia e (ii) queda do CDI sobre as aplicações em moeda nacional

Aplicações Financeiras: Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R$ 736 milhões

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

compõe: (i) títulos públicos (LFT - Letras Financeiras do Tesouro) administrados por fundos exclusivos, são negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, tem rendimento Selic e liquidez imediata; e (ii) aplicação financeira vinculada em Certificado de Depósito Bancário (CDB) para garantia de carta fiança, com rendimento em CDI, liquidez imediata e registrados também na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Estoques: A variação no período refere-se basicamente os "produtos em elaboração", devido ao aumento da produção de placas:3.016 mil toneladas em 2016 para 4.216 mil toneladas em 2017, um incremento de 40% no período.

Outros ativos circulantes: o aumento de 16,6%, (de R$852 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$994 milhões em 31 de dezembro de 2017), é explicado principalmente pelo PIS/COFINS e ICMS a recuperar e imposto de renda e contribuição social a compensar.

Ativo não circulante

Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos mantidos no ativo não circulante referem-se exclusivamente a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e foram limitados a 30% do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos no passivo.

Outros ativos não circulantes: o aumento de 50,9%, (de R$1.676 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$2.528 milhões em 31 de dezembro de 2017), é explicado principalmente pelo registro em 2017, da correção monetária de empréstimo compulsório da Eletrobrás no valor de R$755 milhões. Mais detalhes, vide nota 23) das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Investimentos: em 31 de dezembro de 2017, o valor da conta de investimentos é de R$ 5.500 milhões, sendo 20,4% superior ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2016, de R$ 4.568 milhões. A variação no saldo do investimento no período, deve-se principalmente, a marcação a mercado de investimentos classificados como disponíveis para venda, conversão para moeda de apresentação dos investimentos no exterior cuja moeda funcional não é o Real, ganho/perda atuarial reflexo e ganho/perda de hedge de investimentos reflexo de investimentos avaliados por equivalência patrimonial.

Ativo imobilizado: em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta de ativo imobilizado atingiu R$17.965 milhões, uma redução de 1% com relação a 2016. Essa variação é decorrente, principalmente, das aquisições realizadas no período no montante aproximado de R$1.063 milhões (sendo que R$952 milhões desse montante se refere a aquisições para projetos em andamento), parcialmente compensadas pela depreciação no período de R$1.380 milhões.

Intangível: em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta de intangível no montante de R$7.272 milhões, uma redução de R$14 milhões em relação a 2016. O saldo compõe, basicamente, o ágio e o valor justo dos ativos intangíveis da combinação

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de negócios de mineração e logística correlata da CSN e da Namisa em 2015.

Passivo

Empréstimos e Financiamentos: a dívida bruta consolidada da Companhia totalizou R$29.511 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 3% em relação aos R$30.441 milhões registrados em 31 de dezembro de 2016, principalmente em função da (i) amortização de juros dos contratos de fixed rated notes; (ii) amortização dos contratos de pré-pagamento principal e juros; (iii) amortização de juros nos contratos de CCB (iv) valorização do real frete ao dólar durante o período e (v) Amortização de principal e juros nos contratos de debêntures.

Também cabe destacar, que em fevereiro de 2018 a Companhia concluiu a rolagem da dívida com o Banco do Brasil, bem como a emissão de títulos de dívidas e recompra de US$ 350 milhões (*Tender Offer*). Mais detalhes, vide nota 32) das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Fornecedores: O grupo de fornecedores apresentou aumento de 40% (R$ 2.461milhões em 2017 frente a R$ 1.763milhões em 2016). Durante o exercício de 2017, a Companhia realizou um trabalho de negociação do prazo de pagamento com os fornecedores, o que resultou no alongamento do prazo médio em 11 dias (4T16: 51 dias para 4T17:62 dias).

Tributos diferidos: em 31 de dezembro de 2017, a conta de tributos diferidos passivo totalizava R$1,174 milhões, que compõe principalmente:

• R$ 1.894 milhões referentes a IR/CS diferidos não constituídos;

• R$ 3.054 milhões de perdas estimadas para créditos de IR/CS diferidos;

• R$ 1.041 milhões de IR/CS diferidos decorrentes da combinação de negócios de mineração e logística correlata da CSN e da Namisa em 2015;

• parcialmente compensados, principalmente, por (i) R$ 1.511 milhões referentes a tributação das variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) R$ 1.022 milhões decorrentes de perdas com ativos financeiros disponíveis para venda; e (iii) R$ 1.544 milhões de prejuízo fiscal e base negativa.

Plano de pensão e saúde: saldo de R$909 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R$ 719 milhões em 31 de dezembro de 2016). O aumento de R$189 milhões refere-se basicamente ao benefício de saúde pós-emprego, impactado principalmente pela redução da taxa real de desconto e pelo aumento do custo médico médio (*claim cost*).

Patrimônio Líquido: em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia era de R$8.288 milhões, superior em R$904 milhões ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, principalmente em função da valorização nos papéis das ações ordinárias (USIM3) e preferencias (USIM5) do investimento na Usiminas, que registrou um ganho de R$ 847 milhões registrado em outros resultados abrangentes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fluxo de Caixa da Companhia

Segue quadro comparativo dos fluxos de caixa da Companhia de 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, em R$ mil:

Fluxo de Caixa	2018	2017	2016
Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.208.105	571.851	275.918
Caixa Líquido Atividades de Investimentos	(98.459)	(1.049.224)	(2.305.168)
Caixa Líquido Atividades de Financiamentos	(3.257.186)	(993.755)	(883.012)
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	(16.028)	11.538	(77.628)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes	**(1.163.568)**	**(1.459.590)**	**(2.989.890)**

Comparação entre os fluxos de caixa de 2018 e 2017:

O fluxo de caixa livre da Companhia em 2018 foi negativo em R$1.164, frente ao fluxo de caixa negativo de R$1.460 milhões em 2017.

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional foi de R$2.208 milhões e R$572 milhões em 2018 e 2017, respectivamente. A variação de R$1.636 milhões no caixa proveniente das atividades operacionais deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- Em 2018, houve uma melhora no resultado da Companhia apresentando um lucro líquido consolidado de R$ 5.201 milhões, frente a um lucro líquido consolidado de R$111 milhões em 2017. O aumento de R$5.090 milhões deriva dos seguintes principais fatores:
  - Reconhecimento em 2018, conforme trânsito em julgado, de créditos fiscais de PIS e COFINS de R$2.208 milhões decorrentes da não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições. Os valores pagos a maior de 2001 a 2013 serão compensados dos pagamentos futuros;
  - Ganho líquido de R$1.164 milhões pela venda da subsidiária no exterior Heartland Steel Processing LLC (ex-CSN LLC) em 2018;
  - Ganho de R$1.656 milhões pelo reconhecimento da valorização acumulada das ações da USIMINAS ao valor justo por meio do resultado que até 31 de dezembro de 2017 estava classificada em Outros Resultados Abrangentes no diretamente no patrimônio líquido.
- Variação no capital de giro em R$1.346milhões.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R$98 milhões em 2018 e de R$1.049 milhões em 2017. A redução de R$951 milhões deve-se, principalmente, a ganho líquido no valor de R$1.670 milhões decorrente da venda da subsidiária CSN LLC em 2018, parcialmente compensado por investimentos de R$1.536 milhões em 2018 comparados com R$1.059 milhões em 2017, um aumento de R$477 milhões, e resgates de aplicações financeiras de R$168 milhões em 2018.

Atividades de Financiamento

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento foi de R$3.257 milhões em 2018 e R$994 milhões em 2017, uma variação de R$ 2.263 milhões.As principais movimentações são:

- Amortização de dívidas maior em R$3.492 milhões em 2018, de R$1.528 milhões em 2017 para R$5.020 milhões em 2018, parcialmente compensada em R$1.611 milhões de novas captações em 2018, de R$534 milhões em 2017 para R$2.144 milhões em 2018;
- Dividendos pagos em 2018 no montante de R$502 milhões, parcialmente compensados por recebimento de caixa de R$213 milhões pela venda de ações em tesouraria.

Comparação entre os fluxos de caixa de 2017 e 2016:

O fluxo de caixa livre da Companhia em 2017 foi negativo em R$1.460 milhões, frente ao fluxo de caixa negativo de R$2.990 milhões em 2016.

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional foi de R$572 milhões e R$276 milhões em 2017 e 2016, respectivamente. A variação de R$296 milhões no caixa proveniente das atividades operacionais deve-se ao aumento de R$2.781 milhões decorrentes da reconciliação do lucro (prejuízo) líquido consolidado pelos itens que não afetam o caixa e pelo aumento de R$744 milhões no capital de giro da Companhia, com destaque para:

- Em 2017, houve uma melhora no resultado da Companhia apresentando um lucro líquido consolidado de R$ 111 milhões face ao prejuízo líquido consolidado de R$853 milhões em 2016.
- O resultado da equivalência em 2016 foi positivo em R$ 109 milhões, um aumento com relação a R$ 65 milhões registrado em 2016. Este resultado refere-se, principalmente, pelos melhores resultados na MRS e forte redução no prejuízo que refletem no resultado da equivalência na TLSA.
- Impacto na linha de variações monetárias e cambiais, líquidas devido, a oscilação do dólar.
- Resultado reconhecido de correção monetária do empréstimo compulsório da Eletrobrás no valor de R$ 755 milhões.
- A variação no capital de giro tem destaque para os estoques. No período, houve aumento na produção de placas, um incremento de 40% em relação a 2016.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R$1.049 milhões em 2017 e de R$2.305 milhões em 2016. A variação de R$1.256 milhões deve-se, principalmente, (i) resultado das operações com derivativos e (ii) redução da aquisição de ativo imobilizado.

Atividades de Financiamento

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento foi de R$883 milhões em 2016 para R$994 milhões em 2017, onde destacamos as captações e amortizações dos empréstimos e financiamentos. Mais detalhes, vide nota 11) das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2

a) resultados das operações da Companhia, em especial

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia é uma empresa altamente integrada, atuando em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro até a produção e comercialização de bobinas, folhas metálicas para embalagens e perfis de aço. A Companhia também possui participações em ferrovias, terminais portuários e empresas de geração de energia, bem como atua na produção de cimento.

A Companhia busca sempre aperfeiçoar e maximizar o retorno das suas atividades por meio de uma atuação concentrada em cinco segmentos-chave: (i) mineração; (ii) siderurgia; (iii) logística; (iv) cimento; e (v) energia.

1. Mineração

1.1. Minério de Ferro

A CSN Mineração, empresa resultante da combinação dos negócios de mineração e logística correlata da CSN por meio da junção de Casa de Pedra, Namisa e demais minas do Grupo, comercializou em 2018 cerca de 35 milhões de toneladas de minério de ferro no total, sendo 5,2 milhões de toneladas destinadas a UPV.

A maior parcela da receita líquida da Companhia referente à comercialização de minério de ferro provém das exportações, efetuadas principalmente para a Ásia, em especial à China.

Em 2017, foram comercializadas pela CSN cerca de 33 milhões de toneladas de minério de ferro e foram direcionadas 5,2 milhões de toneladas a produção siderúrgica. Já em 2016, foram comercializadas pela CSN 37 milhões de toneladas de minério de ferro e foram direcionadas 4,1 milhões de toneladas à produção siderúrgica.

1.2. Calcário e Dolomita

A mina da Bocaina, mina de calcário localizada em Arcos/MG, é responsável pelo suprimento de calcário calcítico e calcário dolomítico, matérias-primas consumidas pela Companhia para a produção de aço e cimento.

Em 2018, a mineração Bocaina produziu 4,760 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 1,725 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a Usina Presidente Vargas; (ii) 2,562 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos/MG; (iii) não houve envio de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na Usina Presidente Vargas; e (iv) 0,382 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

Em 2017, a mineração Bocaina produziu 5,181 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 1,784 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a Usina Presidente Vargas; (ii) 2,610 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos/MG; (iii) não houve envio de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na Usina Presidente Vargas; e (iv) 0,251 milhões de

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola.

Em 2016, a mineração Bocaina produziu 3,42 milhões de toneladas de calcário e dolomita, tendo fornecido (i) cerca de 1,284 milhão de toneladas de fundentes siderúrgicos (calcário e dolomita) para a Usina Presidente Vargas; (ii) 1,508 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a fabricação de clínquer em Arcos/MG; (iii) 0,029 milhões de toneladas de calcário não siderúrgico para a produção de cimento na Unidade de Moagem localizada na Usina Presidente Vargas; e (iv) 0,158 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário vendidos como insumos para indústrias de produção de calcário agrícola. Além disso, foram estocadas 0,247 milhões de toneladas de subprodutos da produção de calcário para a utilização futura na produção de clínquer, após a implantação do novo forno de clínquer, que entrou em operação no segundo semestre de 2016.

A fábrica de clínquer, principal matéria prima para fabricação de cimento, forneceu 0,5 milhão, 0,7 milhão e 0,4 milhão de toneladas de clínquer em 2018, 2017 e 2016, respectivamente, para a Unidade de Moagem, em Volta Redonda/RJ.

1.3. Estanho

Uma das matérias-primas essenciais para a produção de folhas de flandres é o estanho, produzido pela Estanho de Rondônia S.A. ("ERSA"), controlada da CSN, com capacidade de produção instalada de aproximadamente 3,2 mil toneladas/ano de estanho. A ERSA é constituída pela Mineração Santa Bárbara, em Itapuã do Oeste, de onde se extrai a cassiterita, e por uma fundição em Ariquemes, de onde se obtém o estanho, ambas no Estado de Rondônia.

O estanho produzido pela ERSA é consumido pela Companhia na produção de folhas de flandres na Usina Presidente Vargas ("UPV"). Em 2018 foram vendidas 454 toneladas de estanho para a UPV, 360 toneladas em 2017 e 193 toneladas em 2016.

1.4. Tecar

O Terminal de Granéis Sólidos (Tecar) é responsável pelo embarque de todo o minério de ferro negociado pela Companhia no mercado transoceânico. Além disso, são desembarcados pelo Tecar outros produtos como carvão, coque de petróleo, enxofre e concentrado de zinco para consumo próprio e para clientes diversos.

Em 2018, foram embarcados pelo Tecar 29,4 milhões de toneladas de minério de ferro próprio e de terceiros e foram desembarcadas 3,4 milhões de toneladas de carvão, coque e outros redutores.

Em 2017, foram embarcados pelo Tecar 26,8 milhões de toneladas de minério de ferro próprio e de terceiros e foram desembarcadas 3,3 milhões de toneladas de carvão coque e outros redutores.

Em 2016, foram embarcados pelo Tecar 32 milhões de toneladas de ferro próprio e de terceiros e foram desembarcadas 2,3 milhões de toneladas de carvão coque e outros redutores.

2. Siderurgia

Dominando toda a cadeia produtiva do aço, a Companhia atende a diferentes segmentos da indústria, com uma diversificada linha de produtos de alto valor agregado. A Companhia produz os mais diversos tipos de materiais revestidos galvanizados, resistentes à corrosão.

Os principais mercados atendidos pela Companhia são: automotivo; construção civil;

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

grande rede (distribuição); linha branca (eletrodomésticos); OEM (bens de capital) e embalagens metálicas.

A Usina Presidente Vargas, principal unidade siderúrgica da Companhia, possui capacidade instalada de 5,6 milhões de toneladas anuais de aço bruto, contando com dois altos fornos, uma aciaria com três conversores a sopro de oxigênio, três unidades de lingotamento de placas e instalações completas de laminação a quente e a frio, revestimento e acabamento de aços planos.

A Companhia também produz folhas de flandres em sua unidade em Volta Redonda, as quais são utilizadas no setor de embalagens.

Ao final de 2013 foi inaugurada uma unidade para produção de aços longos na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, construída para atingir uma capacidade de produção de 500 mil toneladas anuais, entre vergalhões e fios-máquina. A planta possui um forno elétrico a arco, lingotamento contínuo para tarugos e um laminador a quente para produtos longos de seção redonda.

A Companhia possui cinco linhas de galvanização no Brasil, assim distribuídas: três na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, uma na filial da Companhia localizada em Porto Real, também no Estado do Rio de Janeiro e outra na filial da Companhia localizada em Araucária, no estado do Paraná.

A filial da Companhia situada em Porto Real está localizada no eixo entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, atendendo principalmente o setor automotivo, com uma ampla gama de produtos e serviços de padrão internacional. Conta com uma linha de galvanização por imersão a quente, centro de serviços para realização de cortes e produção de blanks e um moderno centro de solda a laser para produção de blanks soldados.

A filial da CSN instalada em Araucária, região metropolitana de Curitiba/PR é uma unidade que possui processos de decapagem, laminação a frio, galvanização, pré-pintura e centro de serviços para realização de cortes e produção de blanks. Seus principais produtos são o aço com revestimento de liga 55%Al-Zn, que conjuga brilho e durabilidade, e o aço pré-pintado, ambos muito aplicados nos setores de construção civil e linha branca. Ainda, esta unidade pode produzir o aço galvanizado com revestimento de zinco puro.

A CSN conta ainda com duas controladas no exterior: (i) a Lusosider Aços Planos S.A., em Paio Pires, Portugal, que atuam na decapagem, laminação a frio e galvanização de aços planos, e (ii) a Stahlwerk Thüringen GmbH (“SWT”), localizada em Unterwellenborn, na Alemanha, especializada na produção de perfis de aço, com capacidade anual de 1,1 milhão de toneladas de perfis de aço. A aquisição da SWT em janeiro de 2012 marcou a entrada da Companhia no segmento de aços longos.

2.1 - Usina Presidente Vargas

A principal unidade siderúrgica da Companhia, a Usina Presidente Vargas possui capacidade instalada de 5,6 milhões de toneladas anuais de aço bruto sendo 5,2 milhões de toneladas de aços planos e 0,4 milhão de aços longos. Em 2018, a produção de aço bruto atingiu 3,8 milhões de toneladas de aços planos e 0,2 milhão

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

de aços longos. Em 2017, a produção de aço bruto atingiu 4,4 milhões de toneladas de aços planos e 0,2 milhão de aços longos e a produção de laminados planos 3,7 milhões de toneladas. Em 2016, a produção de aço bruto atingiu 3,0 milhões de toneladas e a produção de laminados atingiu 3,2 milhões e toneladas.

2.2- Filial Porto Real

A filial da CSN em Porto Real/RJ produz galvanizados, Galvanew® e blanks, atendendo principalmente o setor automotivo. A planta tem uma capacidade anual de 350 mil toneladas de galvanizados, incluindo o Galvanew®, e 150 mil toneladas de blanks, chapas e rolos. A produção da filial Porto Real atingiu 313, 302 e 329 mil toneladas em 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

2.3 – Filial Paraná

A filial CSN Paraná produz galvanizados, Galvalume® e pré-pintados para as indústrias automotiva, de construção civil e linha branca. A planta tem a capacidade anual de produção de 330 mil toneladas de galvanizados e Galvalume®, 130 mil toneladas de pré-pintados, 150 mil toneladas de chapas e rolos e 120 mil toneladas de laminados a quente. A produção da filial Paraná totalizou 548, 530 e 491 mil toneladas em 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

2.4- Companhia Metalúrgica Prada

Fundada em 1936, a Companhia Metalúrgica Prada ("Prada") foi adquirida pela CSN em 2006. Voltada à produção de embalagens de aço e serviços de litografia, a Prada possui duas plantas localizadas em São Paulo onde está seu parque litográfico e a fabricação de embalagens para produtos químicos e aerossóis e uma em Uberlândia-MG dedicada a embalagens de alimentos, constituindo-se em importante cliente de folhas metálicas da CSN. A Prada atua também no mercado de distribuição e serviços. Atualmente, possui, na região Sudeste, um Centro de Serviços e seis centros de distribuição de produtos incluindo: chapas, *blanks*, rolos, perfis UDC, tubos com costura, *steel deck* e telhas metálicas, para os mais diversos segmentos da indústria.

Suas linhas estão capacitadas a atender os volumes e especificações técnicas demandados pelas indústrias de alimentos, química, de aerossóis e serviços.
A Prada comercializou em 2018, por meio do segmento de distribuição, 163 mil toneladas de aço. Em 2017 e 2016, foram comercializadas 174 mil e 279 mil, respectivamente.

2.5- Lusosider Aços Planos S.A.

Instalada na Aldeia de Paio Pires, Portugal, a Lusosider Aços Planos S.A. atua em laminação a frio e galvanização. No ano de 2018, a Lusosider produziu 352 mil toneladas de produtos galvanizados, laminados a frio e Decapado/Oleado, enquanto no ano de 2017 e 2016, estes volumes atingiram 376 mil e 333 mil, respectivamente.

2.6- Stahlwerk Thüringen GmbH (SWT)

Em 2012, a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen GmbH consolidando seus resultados a partir de fevereiro do mesmo ano. Localizada em Unterwellenborn, Alemanha, a

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

planta é especializada na produção de perfis de aço, utilizados na construção. No ano de 2018 a SWT comercializou 806 mil toneladas de perfis de aço e, em 2017, este volume somou 808 mil toneladas e 782 mil toneladas de perfis em 2016.

3. Logística

3.1 Portuária

O Tecon, terminal de contêineres e carga geral é administrado pela Sepetiba Tecon S.A., controlada da CSN, tendo movimentado em 2018, 247 mil contêineres, sendo 584 mil toneladas de produtos siderúrgicos, além de 210 mil toneladas de carga geral. Em 2017, 188 mil contêineres, sendo 989 mil toneladas de produtos siderúrgicos e 9 mil toneladas de carga geral. Em 2016 foram 140 mil contêineres movimentados, sendo 804 mil toneladas de produtos siderúrgicos e 14 mil toneladas de carga geral.

3.2 Ferroviária

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: a MRS Logística S.A. ("MRS"), FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL") e a Transnordestina Logística S.A. ("TLSA").

MRS

A CSN possui, direta e indiretamente, 34,94% do capital da MRS Logística, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro – São Paulo - Belo Horizonte.

O principal segmento de atuação da MRS é o de clientes chamados heavy haul (cargas de minério, carvão e coque), tendo transportado cerca de 119 milhões de toneladas em 2018, equivalente a 68,2% do total transportado pela Companhia.

No setor de contêineres a MRS manteve sua posição entre os maiores transportadores do setor ferroviário nacional, transportando 1,87 milhão de contêineres em 2018, ante o volume transportado de 1,84 milhão de contêineres em 2017 e de 1,78 milhão 2016.

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos finais. A totalidade do minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN.

FTL

A CSN detém participação de 91,69% na FTL, operadora da antiga malha nordeste da RFFSA, que percorre sete estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com extensão total de 4.238 km e com capacidade atual de transporte de cerca de 2 milhões de toneladas/ano, com destaque para o transporte de combustível, cimento, alumínio e minério, entre outros produtos.

TLSA

O projeto da ferrovia prevê a extensão de 1.753 km da malha, que interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos estados do Piauí, Pernambuco e Ceará.

A capacidade de operação projetada da ferrovia é de 30 milhões de toneladas por ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste e

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

criar uma opção logística para o desenvolvimento econômico local, nos setores de óleo e derivados, grãos, mineração e agricultura, entre outros. Em 31/12/2018 a participação da CSN na TLSA era de 46,30%, 46,30% em 31/12/2017 e 49,01% em 31/12/2016.

4. Energia

Seus ativos neste segmento são (i) a Usina Hidrelétrica de Itá, em Santa Catarina, na qual a Companhia detêm 29,5% de participação societária indireta por meio de uma participação societária de 48,75% na Itá Energética S. A., correspondente a 197 MW médios; (ii) a Usina Hidrelétrica de Igarapava, em Minas Gerais com uma participação de 24,37 MW médios, na qual a Companhia detém 17,9% no capital total; e (iii) a Central de Cogeração Termoelétrica, na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda/RJ, com capacidade instalada de 235,2 MW, e que utiliza como combustível os próprios gases residuais da produção siderúrgica.

Receita Líquida da Companhia

As tabelas e gráficos a seguir demonstram a receita líquida consolidada da Companhia:

R$ Milhões		Siderurgia	Mineração	Log. Portuária	Log. Ferroviária	Energia	Cimento	Emina./Corp.	Consolidado
2018	Mercado Interno	10.320	972	266	1.506	411	588	-2.710	11.353
	Mercado Externo	5.306	5.012	0	0	0	0	1.297	11.615
	Total	15.626	5.984	266	1.506	411	588	-1.413	22.968
2017	Mercado Interno	7.819	829	238	1.417	408	487	-2.491	8.707
	Mercado Externo	5.140	3.792	0	0	0	0	886	9.818
	Total	12.959	4.621	238	1.417	408	487	-1.605	18.525
2016	Mercado Interno	6.980	542	208	1.320	269	491	-2.080	7.730
	Mercado Externo	4.536	4.040	0	0	0	0	843	9.419
	Total	11.516	4.582	208	1.320	269	491	-1.237	17.149

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As maiores fontes de receitas da Companhia provêm da produção e comercialização de produtos siderúrgicos e minério de ferro. Assim, o nível de atividade econômica brasileira e mundial tem forte influência nos seus resultados.

A Companhia vende produtos siderúrgicos majoritariamente no mercado doméstico. Dessa forma, um dos fatores de influência nos resultados é o ritmo de crescimento da economia doméstica, em especial dos setores mais intensivos no uso de aço, como automotivo, linha branca e construção civil. Esses setores são influenciados diretamente pela disponibilidade e custo de crédito ao consumidor. As decisões de política macroeconômica, como o patamar de taxa de juros, ou que afetam o crédito, como impostos e outros mecanismos, são permanentemente acompanhadas. O impacto de obras de infraestrutura também é um fator importante, seja relacionado a eventos especiais ou ao crescimento de setores produtivos, como petrolífero ou construção civil, obras do PAC, entre outros.

Outro fator de influência é o balanço de oferta e demanda de aço no mundo, o que determina patamares de preços e influencia também o nível de importação.

No negócio de mineração, os resultados são influenciados diretamente pelo balanço de oferta e demanda mundial de minério de ferro. A maior parcela da receita líquida da Companhia referente à comercialização de minério de ferro provém das

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

exportações, efetuadas principalmente para a Ásia, em especial a China.

Do lado dos custos, os preços de carvão metalúrgico e coque, pelotas, metais como alumínio, zinco e estanho, bem como as taxas de câmbio, são fatores importantes para a produção siderúrgica. No caso da mineração e logística (transporte ferroviário), o custo do combustível é um componente importante.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Na siderurgia, além dos preços internacionais, fatores como taxas de câmbio, alíquotas de importação, oferta e demanda internas podem afetar os preços de nossos produtos. Adicionalmente, o efeito de inflação e taxa de câmbio afetam os custos e as receitas, podendo impactar a rentabilidade do negócio.

Com relação à mineração, a maior parte de nossas vendas provém das exportações de minério de ferro, estando, portanto, atrelada a demandas internacionais. O componente cambial é o fator crítico para determinação da competitividade de custos e determinação da receita.

No caso de cimento, a receita é denominada em Reais e variações inflacionárias podem impactar os resultados. Desta forma, o componente cambial é menos representativo neste segmento.

Como a maior parte das receitas da Companhia provém dos segmentos de siderurgia e mineração, a Companhia quantifica a seguir os efeitos das modificações de volumes e preços sobre as suas receitas nestes dois segmentos.

Em 2018, a receita líquida atingiu R$22,3 bilhões, 24% superior em relação àquela registrada em 2017, principalmente pelos maiores preços e volumes realizados em minério de ferro e siderurgia. A receita líquida de siderurgia somou R$15,6 bilhões, ou 67% da receita líquida consolidada, com vendas de 5,1 milhões de toneladas de aço, sendo 3,3 milhões no mercado interno e 1,7 milhões no mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A receita líquida de mineração totalizou R$5,9 bilhões, representando 25% da receita líquida consolidada, com vendas de 35 milhões de toneladas de minério de ferro.

Em 2017, a receita líquida atingiu R$18,5 bilhões, 8% superior em relação àquela registrada em 2016, principalmente pelo reajuste de preços dos produtos siderúrgicos, enquanto no segmento de mineração, o incremento ocorreu pelo maior preço realizado do minério de ferro. A receita líquida de siderurgia somou R$12,9 bilhões, ou 70% da receita líquida consolidada, com vendas de 4,9 milhões de toneladas de aço, sendo 2,8 milhões no mercado interno e 2,1 milhões no mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A receita líquida de mineração totalizou R$4,6 bilhões, representando 25% da receita líquida consolidada, com vendas de 33 milhões de toneladas de minério de ferro.

Em 2016, a receita líquida atingiu R$17,1 bilhões, 12% superior em relação àquela registrada em 2015, principalmente pelo reajuste de preços dos produtos siderúrgicos, enquanto no segmento de mineração, o incremento ocorreu pelo maior volume de minério comercializado, juntamente ao aumento no preço internacional do minério. A receita líquida de siderurgia somou R$11,5 bilhões, ou 67% da receita líquida consolidada, com vendas de 4,9 milhões de toneladas de aço, sendo 2,8 milhões no mercado interno e 2,1 milhões no mercado externo (considerando exportações e vendas no exterior por meio das subsidiárias Lusosider, CSN LLC e SWT). A receita líquida de mineração totalizou R$4.582, representando 27% da receita líquida consolidada, com vendas de 36,9 milhões de toneladas de minério de

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

ferro, predominantemente no mercado externo.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Parte dos custos e despesas da Companhia é atrelada ao Real, com cláusula de reajuste inflacionário nos contratos.

Como citado no item (a), os preços de certos insumos influenciam diretamente os resultados da Companhia, em especial:

- Carvão, coque, pelotas e metais, no caso da siderurgia, atrelados ao dólar;
- Combustíveis no caso da mineração e do transporte ferroviário e;
- Clínquer no caso de cimentos.

Além dos insumos produtivos, outro fator importante é o preço de equipamentos e serviços, uma vez que a Companhia tem uma carteira substancial de projetos de investimento em todas suas áreas de negócios.

A Companhia está exposta aos riscos da taxa de juros e de câmbio sobre seus empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras.

Os recursos financeiros disponíveis são aplicados em fundos de investimentos que incluem operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos com rendimento pré-fixados e com liquidez imediata. Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional. Além disso, a Companhia aplica também uma parcela de seus recursos financeiros no exterior em *Time Deposits* com taxas pré-fixadas.

A CSN possui dívida em moeda estrangeira e moeda nacional, pré e pós fixada

Em 31/12/2018, 43,9% da dívida era denominada em reais, e os demais 56,1% denominados em outras moedas.

Em 31/12/2017, 49,8% da dívida era denominada em reais, e os demais 50,2% denominados em outras moedas.

Em 31/12/2016, 52% da dívida era denominada em reais, e os demais 48% denominados em outras moedas.

A dívida está atrelada à Libor (*London Interbank Offered Rate*), ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Em 31/12/2018, cerca de 60,2% da dívida estava atrelada a taxa de juros flutuante (Libor, TJLP, e CDI), em comparação a 65,3% em 31/12/2017.

A exposição cambial líquida consolidada em 31/12/2018 está demonstrada no quadro abaixo:

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

	31/12/2018	
Exposição Cambial	**(Valores em US$ mil)**	**(Valores em €$ mil)**
Caixa e equivalente no exterior	376.581	3.387
Contas a receber	358.283	1.124
Outros Ativos	8.623	4.594
Total Ativo	**743.487**	**9.105**
Empréstimos e financiamentos	(4.116.508)	(48.791)
Fornecedores	(175.404)	(7.946)
Outros Passivos	(3.529)	(920)
Total Passivo	**(4.295.441)**	**(57.657)**
Exposição bruta	**(3.551.954)**	**(48.552)**
Hedge accounting de fluxo de caixa	2.076.045	
Hedge de investimento líquido no exterior		48.000
Exposição cambial líquida	**(1.475.909)**	**(552)**
Bonds Perpétuos	1.000.000	
Exposição cambial líquida excluindo Bonds perpétuos	**(475.909)**	**(552)**

Ressalta-se que a CSN utiliza diversos instrumentos para a proteção do risco cambial e do risco de taxa de juros.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 Efeitos relevantes que os eventos a seguir tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2018 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 05 de junho de 2018 a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC, empresa localizada nos Estados Unidos, com atuação na decapagem, laminação a frio e galvanização de aços planos teve sua razão social alterada para "Heartland Steel Nacional, LLC" ("Heartland LLC").

Na mesma data, foi constituída nova sociedade, sob a denominação de "Companhia Siderúrgica Nacional, LLC" (CSN LLC"), subsidiária integral da Heartland Steel Processing, LLC. Em 28 de junho de 2018 a Companhia Siderúgica Nacional, LLC, passou a ser subsidiária integral da CSN Steel.

Durante o 2º trimestre de 2018, a CSN comunicou aos seus acionistas e ao mercado, por meio de Fato Relevante, sobre a venda, por sua subsidiária integral CSN Steel S.L.U., da totalidade da participação societária na Heartland Steel Processing, LLC, ("Heartland LLC") para a Steel Dynamics, Inc. ("SDI"), aprovada na mesma data pelo Conselho de Administração.

As atividades comerciais de importação e distribuição da Companhia no mercado norte-americano foram mantidas por meio da CSN LLC.

Ainda no 2º trimestre de 2018, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda firmado com a SDI, a Companhia concluiu a operação com a transferência da participação societária e recebimento do preço base da transação de US$ 400 milhões, conforme demonstrado a seguir:

		30/06/2018	Variação do capital de giro		Em 2018
	U$$	R$	U$$	R$	R$
Recebimento pela alienação do investimento	395.661	1.525.590			1.525.590
Deposito em garantia	2.000	7.712			7.712
Despesas e taxas contratuais (d)	2.339	9.021			9.021
Preço base da alienação (a)	**400.000**	**1.542.323**			**1.542.323**
Capital de giro a receber (b) (*)	34.008	131.127	3.581	14.402	145.529
Patrimônio Liquido da LLC (c)	**133.445**	**514.537**			**514.537**
Ganho Liquido na alienação = (a+b-c-d)	**298.224**	**1.149.892**	**3.581**	**14.402**	**1.164.294**

(*) Em setembro de 2018 foi concluída a operação, tendo sido recebido o capital de giro ajustado de US$37.589 mil acima demonstrado, equivalentes a R$145.529. A alienação da LLC gerou um ganho acumulado no ano de R$1.164.294.

c) eventos ou operações não usuais

Em 2018 não ocorreu nenhum evento ou operação não usuais que afetassem significativamente os negócios da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

No quadro a seguir, estão listadas as normas e interpretações emitidas pelo IASB (Internacional Accounting Standard Board), mas que ainda não entraram em vigência e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, pois a adoção antecipada não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Até o momento, os impactos das novas normas estão em estudo e avaliação e, por conseguinte, a Administração não consegue determinar os efeitos qualitativos e quantitativos da aplicação dessas normas.

Além das listadas abaixo, não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Vigência
IFRS16 – Arrendamento mercantil	Essa nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de *leases* (arrendamento mercantil) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 / CPC 06(R1) – Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 5 e SIC 27) – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.	1º de janeiro de 2019
IFRIC 23 – Incertezas em relação a tratamentos tributários	Pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a uma determinada transação ou circunstância. Essa interpretação complementa o CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o lucro, esclarecendo como refletir os efeitos da incerteza na contabilização dos tributos sobre o lucro.	1º de janeiro de 2019
Estrutura Conceitual para relatórios financeiros	Revisão da Estrutura Conceitual estabelecendo um conjunto abrangente de conceitos visando a orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; melhores definições e orientações, destacando a definição de um passivo; e esclarecimento em áreas relevantes.	1º de janeiro de 2020

São apresentadas a seguir, as informações sobre os possíveis impactos na adoção dos IFRS 16/CPC 06 Operação de arrendamento Mercantil, e IFRIC 13 /ICPC 22 Incerteza

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro estavam disponíveis na preparação dessas demonstrações financeiras. Desta forma, estas avaliações preliminares e seus potenciais impactos estão sujeitas à alterações até que a adoção inicial seja divulgada nas demonstrações financeiras de 2019.

- IFRS 16 /CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O IFRS 16/CPC 06 (R2) tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo que os arrendatários reconheçam o ativo e passivo de todos os contratos de arrendamento pelo valor presente, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: i) contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e ii) possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia concluiu que com a adoção da norma, teremos uma redução nas despesas operacionais e um aumento nas despesas financeiras, uma vez que o ativo "direito de uso" passa a ser amortizado e o passivo de arrendamento atualizado para refletir as contraprestações a serem pagas ao longo do período de contrato.

A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2019, a Cia optou por aplicar a abordagem retrospectiva simplificada, reconhecendo o efeito cumulativo como ajuste no saldo de abertura.

A companhia estima o impacto no montante de R$ 23 milhões na controladora e R$ 578 milhões no consolidado no reconhecimento inicial do direito de uso e passivos de arrendamento.

- IFRIC 23 /ICPC 22 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta interpretação tem como objetivo esclarecer como a companhia deve avaliar as incertezas na contabilização dos tributos sobre o lucro quando a legislação aplicável não estiver não estiver clara.

A companhia avaliou fatos atuais e o tratamento contábil aplicado em cada situação à luz desta interpretação, concluímos que o IFRIC 23 não traz efeitos decorrentes de posições fiscais adotadas que possam vir a ser desafiadas pelas autoridades fiscais brasileiras.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A partir de 1/01/2018, a Companhia adotou as normas contábeis IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de Contratos com Clientes e IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros.

Com relação ao IFRS 15, a Companhia identificou após a análise do tópico "identificação das obrigações de desempenho" que o serviço de frete nas modalidades CRF e CIF será considerado um serviço distinto e, portanto, uma obrigação de desempenho separada, com alocação de parte do preço da transação reconhecido no resultado, conforme a efetiva prestação de serviço ao longo do tempo. O efeito da diferença no momento do reconhecimento da parcela da receita alocada ao frete não afeta de forma significativa o resultado do exercício da Companhia. Portanto, tal receita não será apresentada separadamente nas demonstrações financeiras da Companhia. Nos demais tópicos da nova norma, a Companhia não identificou impactos materiais de mensuração na aplicação desta norma. Os impactos observados estão relacionados a revisão de procedimentos internos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os princípios da nova norma.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Com relação ao IFRS 9, a Administração avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros oferecidas pelo novo pronunciamento com base em seu diagnóstico, modelo de negócio, expectativas de fluxo de caixa da Companhia e observando o modelo de gerenciamento dos ativos financeiros. Desta forma, concluiu que seu investimento em ações da Usiminas seria apropriadamente classificado na categoria de "valor justo por meio do resultado" e que os empréstimos e recebíveis seriam classificados na categoria de mensurados ao "custo amortizado".

Na classificação da categoria de "valor justo por meio do resultado" os ganhos ou perdas decorrentes da variação da cotação das ações passam a ser registrados diretamente no resultado no momento da adoção e ao longo de todos os períodos futuros. Por sua vez, por se tratar de uma adoção inicial, a Companhia avaliou os possíveis impactos referentes ao investimento em ações da Usiminas e o saldo credor acumulado em dezembro de 2017 em outros resultados abrangentes de R$1.559.682 foi reclassificado para o resultado a partir da vigência da nova norma.

O IFRS 9 também inclui novas práticas para a contabilização do Hedge (*hedge accounting*), que em geral não altera, porém fundamentalmente os tipos de relacionamentos de hedge ou requisitos para mensuração e reconhecimento de ineficácia. Estas alterações não trouxeram impacto para a Companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Ressalvas

Informamos que não há ressalvas nos pareceres dos auditores independentes referentes aos exercícios sociais de 2018, 2017 e 2016.

Ênfases

Nos três últimos exercícios a controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. foi mencionada no parecer dos auditores independentes, no parágrafo de ênfase. Comentamos abaixo o parecer dos auditores independentes referente ao exercício de 2018, 2017 e 2016.

1. ***Continuidade operacional da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.***

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 9.d) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve o estágio de conclusão da nova malha ferroviária da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. ("TLSA"), atualmente em fase de construção, e cujo prazo para conclusão da obra, previsto inicialmente para janeiro de 2017, está atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos governamentais responsáveis. A conclusão das obras do projeto (e o consequente início das operações) dependem da contínua disponibilização de recursos de seus acionistas e de terceiros. Esses eventos e condições, em conjunto com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da TLSA. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Comentamos abaixo os parágrafos de ênfase presentes no parecer dos auditores

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

independentes referente ao exercício de 2016.

2. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015

Ao final de 2016, a Companhia decidiu revisar o tratamento contábil dado à operação realizada pela Companhia em 30 de novembro de 2015 e concluída em 31 de dezembro de 2015, que resultou na combinação de negócios das atividades de mineração e logística correlata envolvendo sua controlada CSN Mineração S.A. (antiga Congonhas Minérios S.A.) e a Nacional Minérios S.A. (NAMISA), sem modificação da sua estrutura negocial, fato que culminou em ajustes relevantes e, por conseguinte, na necessidade de reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Vale ressaltar que tais demonstrações financeiras, por sua vez, já haviam sido reapresentadas voluntariamente em 14 de novembro de 2016 em função da mudança de interpretação na aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 15/ IFRS 3 – Combinação de Negócios identificada durante discussões que a Companhia manteve com seus auditores independentes sobre o procedimento contábil de apresentação da rubrica de participação de acionistas não controladores da CSN Mineração S.A. nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com a reabertura das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, houve uma revisão detalhada da transação da combinação de negócios mencionada, bem como uma profunda revisão de diversos componentes e transações, inclusive dos estudos que suportam o reconhecimento e manutenção dos montantes de ativos de longa duração, tais como investimentos em controladas e coligadas, ágios, imobilizado e créditos fiscais.

Como consequência dessa revisão, um ativo de longa duração cuja realização depende de projeções com premissas observáveis foi reavaliado e, por sua vez, teve sua expectativa de realização ajustada.

Desta forma, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente datadas de 28 de março de 2016 e reapresentadas em 14 de novembro de 2016 em razão de ajustes na participação de acionistas não-controladores, foram reapresentadas pela segunda vez em decorrência das revisões detalhadas mencionadas acima.

Continuidade operacional da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.

A nota explicativa nº 10.d) às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, descreve o estágio de conclusão da nova malha ferroviária da controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”), atualmente em fase de construção, e cujo prazo para conclusão da obra, previsto inicialmente para janeiro de 2017, está atualmente em revisão e discussão com os órgãos governamentais responsáveis. A conclusão das obras do projeto e o consequente início das operações dependem da continuidade de disponibilização de recursos de

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

seus acionistas e de terceiros.

Nesse sentido, a TLSA realizou um teste de recuperabilidade de seus ativos próprios de longa duração utilizando-se do método do fluxo de caixa descontado. Adicionalmente, a CSN, como investidora, realizou o seu teste de recuperabilidade da sua participação na TLSA através da capacidade de distribuição de dividendos pela TLSA, metodologia conhecida como *Dividend Discount Model*, ou DDM, para remunerar o capital investido por seus acionistas. Mais detalhes do teste de recuperabilidade e premissas utilizadas, estão apresentadas na nota explicativa n.10.d) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Como resultado do teste efetuado, a Companhia reconheceu uma perda na mais-valia do investimento da TLSA no valor de R$ 387.989 mil registrada em outras operacionais e R$ 131.916 mil de impostos diferidos.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Políticas contábeis críticas da Companhia:

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS (Normas Internacionais de Relatórios Financeiros) e com as normas emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício social. Mudanças nos fatos e circunstâncias podem levar à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros podem divergir dessas estimativas.

As premissas e estimativas significativas, que no julgamento da administração da Companhia, requerem maior julgamento e possuem maior complexidade para a preparação das demonstrações financeiras, estão assim apresentadas:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios acima não são considerados equivalentes de caixa e estão classificados como aplicações financeiras.

(b) Valor Justo de Combinação de negócios

Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelos valores justos na data da aquisição, conforme requerido pelo CPC 15(R1) “Combinação de Negócios”. Consequentemente, quando determinamos a alocação do preço de compra, os valores justos de certos itens são ajustados, tais como, estoques, imobilizado, minas, valor presente de ativos e passivos não circulantes, entre outros, que são determinados por meio de laudos de avaliação preparados por avaliadores independentes. A Companhia tem, a partir da data de aquisição, um período máximo de 12 meses (período de mensuração) para reconhecer adicionalmente melhores informações sobre o valor justo reconhecido na data de aquisição. O método de aquisição é usado para contabilizar cada

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

combinação de negócios realizada. A Companhia reconhece a participação dos não controladores em suas demonstrações financeiras, pela parcela proporcional do valor justo dos ativos líquidos da adquirida.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. Se houver um ganho por compra vantajosa a Companhia deve reconhecer imediatamente no resultado do período, na data da aquisição.

(c) Vida útil dos Ativos

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens. As vidas úteis estabelecidas inicialmente por peritos independentes são revisadas, no mínimo a cada exercício, para todas as unidades. Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

(d) Reservas Minerais e Vida Útil das Minas

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Essas reservas são determinadas utilizando técnicas de avaliação geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer a utilização de diversas premissas pela equipe de mineração e alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas prováveis e provadas registradas e na vida útil das minas.

(e) Teste de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis (Teste de *impairment*)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor reconhecido em uma perda por *impairment* corresponde ao valor contábil do ativo que excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava os instrumentos patrimoniais (ações), como disponíveis para venda, onde os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações eram registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes e a cada queda significativa do valor de

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

mercado uma perda por *impairment* era reconhecida no resultado.

A partir da entrada em vigor da norma CPC 48/ IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018, os instrumentos de patrimônio mantidos para negociação devem ser classificados a valor justo através do resultado (VJR). Dessa forma, as mudanças de valor justo serão reconhecidas diretamente no resultado.

(f)Benefícios de pensão e pós-emprego

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os valores registrados dependem de uma série de premissas que são determinadas por meio de cálculos atuariais, de acordo com o CPC 33(R1) – Benefícios a empregados. Essas premissas estão descritas na nota 26 das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e incluem, entre outros, a taxa de retorno dos investimentos e crescimento nominal do salário. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definidos imediatamente em outros resultados abrangentes, sendo posteriormente transferidos para lucros ou prejuízos acumulados. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

A Companhia e algumas controladas ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é utilizada para os planos de pensão de benefício definido.

Essas obrigações são avaliadas, anualmente, em conjunto com atuários independentes qualificados.

(g) Provisões

As provisões para processos judiciais são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável e o valor possa ser estimado com razoável segurança. Esta determinação é feita pela administração da Companhia em conjunto com assessores jurídicos. As estimativas estão devidamente reconhecidas em nossas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Companhia também está envolvida em processos judiciais e administrativos que visam a obtenção ou defesa de direitos legais em matérias tributárias que acredita serem inconstitucionais e cujo valor entende não devem ser pagos pela mesma. Os valores registrados para estas disputas fiscais e outras contingências podem sofrer

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

alterações futuras, devido aos desdobramentos de cada caso, tais como mudanças na legislação, decisões judiciais finais específicas para a Companhia, que no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolvem o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados de eventos futuros. Outros detalhes sobre provisões podem ser obtidos na nota explicativa 16 das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(h) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis editadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Anualmente é realizada uma revisão para verificar a existência de lucros futuros tributáveis e é reconhecida uma provisão para perda quando a realização desses créditos não seja provável em período inferior a 10 anos.

(i)Perdas de crédito esperadas

Com a adoção do novo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia passou a aplicar o novo modelo de perdas esperadas para a vida inteira, onde considera todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis. Essas perdas de crédito esperadas são estimadas conforme matriz de taxa de perda por faixa de vencimento adotada pela Companhia, desde o momento inicial (reconhecimento) do ativo.

A Companhia considera o histórico dos clientes, índice de inadimplência, situação financeira e a posição de seus assessores jurídicos para estimar as perdas de crédito esperadas.

(j)Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

- Instrumentos derivativos

A Companhia reconhece em seu balanço todos os instrumentos financeiros derivativos a valor justo. Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "resultado financeiro".

Com relação à mensuração do valor justo, devemos abordar fatores, tais como taxa de câmbio e de juros futuros.

- Atividades de *hedge*

A Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de *hedge* de um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge* (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica "*Hedge Accounting*". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte não efetiva são reconhecidos em outras despesas/receitas operacionais, quando aplicável.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado. Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda será reclassificado para o resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica "Outras Operacionais".

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

(iv) contratos de construção não terminada;

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia possui os seguintes passivos materiais que não estão refletidos em suas demonstrações financeiras (valores em R$ mil):

Contratos de Take-or-Pay

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía contratos de "take-or-pay", conforme demonstrado no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no período						
	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Transporte de minério de ferro, carvão, coque, produtos siderúgicos, cimento e produtos de mineração.	957.373	406.920	1.024.674	962.399	831.166	3.761.232	6.579.471
Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro, carvão, clinquer.	563.743	658.166	453.801	40.780	8.419		503.000
Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	8.880	9.467	7.074	7.074	7.074	8.842	30.064
Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	52.103	21.533	7.968	3.246	3.246	5.952	20.412
	1.582.099	**1.096.086**	**1.493.517**	**1.013.499**	**849.905**	**3.776.026**	**7.132.947**

Contratos de Concessão e Arrendamento

Os pagamentos mínimos futuros referentes às concessões governamentais, em 31 de dezembro 2018, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa / Concessão	Natureza do serviço	2019	2020	2021	Após 2021	Total
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	9.396	9.396	9.396	50.895	**79.083**
CSN Mineração S.A.	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, o contrato foi renovado e o vencimento ocorrerá em 2047.	133.021	133.021	133.021	3.458.541	**3.857.604**
Sepetiba Tecon S.A.	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001. Em 10 de Maio de 2017, foi aprovado o Decreto nº 9.048 que altera o prazo de prorrogação do prazo de concessão para exploração das operações portuárias. Neste novo decreto foi estabelecido que o período de prorrogação solicitado, quando somado ao período inicial, não poderá ultrapassar 70 anos.	33.779	35.176	36.638	175.053	**280.646**
		176.196	**177.593**	**179.055**	**3.684.489**	**4.217.333**

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não aplicável.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:
Vide item 10.6
b) natureza e propósito da operação:
Vide item 10.6
c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:
Vide item 10.6

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

(ii) fontes de financiamento dos investimentos; e

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;

Descrição Quantitativa e Qualitativa dos Investimentos em Andamento e dos Investimentos Previstos

O Orçamento de Investimento da Companhia para 2019 contempla a finalização de projetos de capital em execução e projetos de investimentos correntes fundamentais para a manutenção das condições de capacidade operacional, meio-ambiente e segurança. Novos investimentos serão avaliados considerando as condições mercadológicas, capacidade financeira e perspectiva de geração de caixa adicional de cada projeto.

Considerando essas diretrizes, os investimentos projetados para 2019 são da ordem de R$ 1,5 Bi.

Destacamos a seguir:

Siderurgia: R$ 728 milhões, em especial para projetos de investimentos correntes em altos-fornos, sinterizações e coquerias, projetos de modernização tecnológica na UPV, investimentos em segurança operacional na UPV e projetos de manutenção nas demais unidades;

Mineração: R$ 605 milhões, em especial investimentos correntes em segurança de barragens, tratamento e filtragem de rejeitos, projetos em execução no beneficiamento de minério de ferro, melhoria de qualidade do minério de ferro e projetos de investimentos correntes e manutenção nas unidades;

Cimento: R$ 66 milhões, em especial projetos de manutenção nas unidades de Arcos e Volta

Redonda;

Outros investimentos: R$ 101 milhões para investimentos correntes nas demais operações (como FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. e terminal de contêineres -Tecon, administrado pela Sepetiba Tecon S.A.) e de natureza corporativa (como TI).

Em 2018, os investimentos realizados pela Companhia totalizaram cerca de R$1,3 bilhão, com destaque para:

Siderurgia: R$ 637 milhões, em especial revamp das baterias de coque da UPV,

10.8 - Plano de Negócios

reparo geral de equipamentos da UPV, projetos de modernização tecnológica da UPV e projetos de manutenção nas demais unidades;

Mineração: R$ 505 milhões, em projetos para adição de capacidade de pellet feed utilizando rejeito disposto nas barragens, além de investimentos correntes em barragens, melhoria de qualidade do minério de ferro e projetos de investimentos correntes nas unidades;

Cimento: R$ 79 milhões, em especial finalização dos projetos de manutenção nas unidades de Arcos e Volta Redonda;

Outros investimentos: R$ 98 milhões para investimentos correntes nas demais operações (como FTL e Tecon) e de natureza corporativa (como TI).

A seguir um detalhamento dos principais investimentos planejados pela Companhia:

Mineração (minério de ferro)

Considerando as condições mercadológicas, capacidade financeira e perspectiva de geração de caixa adicional do projeto, em uma primeira fase avalia-se a ampliação da capacidade de produção, melhoria de qualidade do minério de ferro, tratamento de rejeitos e segurança de barragens na mina de Casa de Pedra e a ampliação da capacidade do Porto em Itaguaí/RJ (Tecar) para acompanhar o aumento de capacidade na mina.

Siderurgia

O plano de investimentos para os próximos anos prioriza projetos de investimentos correntes com ganhos de eficiência, como o revamp das coquerias, sinterizações, alto forno, aciaria, decapagem, lingotamento, além de execução de projetos de segurança operacional, modernização tecnológica na UPV e projetos de manutenção nas demais unidades.

Cimento

Para os próximos anos os investimentos da Companhia devem se concentrar em projetos visando a manutenção da capacidade produtiva e a segurança operacional das unidades de Volta Redonda/RJ e Arcos/MG.

FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Sociedade constituída recentemente com a finalidade de incorporar a parcela cindida da Transnordestina Logística S.A. e operar a antiga Malha Nordeste. Possui concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do Nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Os investimentos planejados são projetos de investimentos correntes e modernização da infraestrutura de via permanente, material rodante e gestão operacional, a fim de aumentar a competitividade da ferrovia e atrair novos volumes de carga.

Portos (Tecon)

O terminal de contêineres (Tecon), administrado pela Sepetiba Tecon S.A., companhia controlada pela CSN, é um porto concentrador de cargas (Hub Port).

10.8 - Plano de Negócios

Segundo a ABRATEC- Associação Brasileira de Terminais de Contêineres de Uso Público, o Tecon está posicionado como o maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil em seu segmento.

O Tecon foi expandido com a implantação do projeto de equalização do berço 301, proporcionando um cais contínuo para operação simultânea de navios de grande porte. Com esse projeto a capacidade do terminal foi elevada para cerca de 440 mil contêineres por ano.

Os investimentos planejados estão priorizados para projetos de investimento corrente, visando modernização operacional.

Fontes de Financiamento dos Investimentos

A Companhia espera financiar os investimentos por meio de recursos próprios, financiamentos com agentes públicos e privados e eventuais parcerias estratégicas.

Desinvestimentos Relevantes em Andamento e Desinvestimentos Previstos

Com o objetivo primário de reduzir a alavancagem financeira da Companhia, a administração está empenhada em executar uma agenda financeira que pode vir a contemplar a alienação de um conjunto de ativos. Entretanto, não é possível confirmar que a venda, dentro de um período de 12 meses, seja altamente provável para nenhum dos ativos contemplados. A Companhia considera diversos cenários de venda que variam em função de diferentes premissas macroeconômicas e operacionais. Nesse contexto, a Companhia não segregou e não reclassificou tais ativos nas demonstrações financeiras como operações descontinuadas de acordo com o CPC 31 (IFRS 5).

c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A CSN investe em pesquisa, desenvolvimento e inovação para o aprimoramento de produtos e processos, visando a atender às demandas do mercado e às expectativas de seus clientes. Dentre os novos produtos desenvolvidos, destacam-se:

- Ampliação da oferta dimensional do Aço Galvanizado de Alta Resistência Avançado Dual Phase, da classe DP600, no mercado automotivo brasileiro.
- Consolidação do Aço Galvanizado de Alta Resistência Avançado Ferrítico-Bainítico, da classe FB590, com espessuras acima de 2,0mm, com substratos Laminado a Frio e Laminado a Quente Galvanizados, no mercado automotivo brasileiro.
- Consolidação no mercado brasileiro da construção civil do Aço Galvanizado

10.8 - Plano de Negócios

Estrutural de Alta Resistência da classe G450.

- Consolidação do fornecimento de Aço Pré-Pintado com novas cores para exportação.
- Consolidação do aço IF (*Interstitial Free*) de Alta Resistência, IF 210 HSS Galvanizado (liga Zn-Fe GA) Pré-Pintado, na espessura 0,70mm, para aplicação em tanques de combustível, no mercado automotivo nacional.
- Aumento do portfólio de Produtos Laminados a Quente decapados de Alta Resistência destinados à produção de tubos de pequeno diâmetro submetidos a processos de trefilação e tratamento térmico.
- Customização de aços Laminado a Frio Extrafino® (BFE), especificação CSN LUM 60, para aplicação no mercado de luminárias.
- Homologação de produtos Laminados a Quente e Laminados a Frio, totalizando 5 novas especificações, para atender aos requisitos globais da Ford e PSA.
- Desenvolvimento do produto Folha de Flandres CSN-LEX TH 390, com espessura 0,17 mm e revestimento de 2g/m2, para corpos de embalagens metálicas expandidas.
- Aplicação de Folha de Flandres padrão para a produção de corpos de embalagens metálicas, diâmetro 99 mm, no segmento de lácteos desidratados, visando à maior competitividade com as embalagens sucedâneas.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.
Todas as informações relevantes e pertinentes foram identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 Projeções

A Companhia esclarece que as informações divulgadas neste item representam mera estimativa, dados hipotéticos e de forma alguma constituem promessa de desempenho por parte da Companhia e/ou de seus administradores. As projeções abaixo apresentadas envolvem fatores de mercado alheios ao controle da Companhia e, dessa forma, podem sofrer alterações.

a) Objeto da projeção.

Atualização de Projeção de Produção de Minério de Ferro em 2020. A Companhia alterou a forma como apresenta a produção de minério de ferro , que a partir do primeiro trimestre de 2020 considera produção somado a compra de terceiros, a qual espera alcançar cerca de 33 a 36 milhões de toneladas de produção de minério de ferro no período.
A CSN estima Investimentos no montante de R$1,1 bilhão.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção.

O período projetado de produção de minério compreende os anos de 2020 a 2023, sendo que os volumes anuais serão disponibilizados ao mercado nas DFPs a serem publicadas em cada um dos exercícios.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle.

Todas as premissas mencionadas abaixo estão sujeitas a fatores de influência externa, que estão fora do controle da administração da Companhia. Portanto, caso ocorra qualquer alteração relevante nessas premissas, a Companhia poderá revisar suas estimativas abaixo mencionadas, alterando-as em comparação às originalmente apresentadas.

Volume de Produção de Minério de Ferro
O volume de produção de minério considera nosso plano de lavra entre 2020 a 2023, com incremento da produção de “pellet feed”, em consonância com os projetos de investimentos anunciados no setor e amplamente divulgados por meio de Fato Relevante e Apresentação Corporativa ao mercado.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão.

Receita Líquida	2016	2017	2018	1S19	2019	2020 E	2021 E	2022 E	2023 E
Estimada	n.a.	18.000	22.230	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Atingida	17.149	18.525	22.969	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Variação %	-	3%	3%	-	-	-	-	-	-
EBITDA ajustado	2016	2017	2018	1S19	2019	2020 E	2021 E	2022 E	2023 E
Estimada	n.a.	5.000	5.574	n.a.	7.500	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Atingida	4.075	4.645	5.849	n.a.	7.251	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Variação %	-	-7%	5%	n.a.	-3%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Alavancagem	2016	2017	2018	1S19	2019	2020 E	2021 E	2022 E	2023 E
Estimada	n.a.	5,00x	n.a.	3,50x	3,00x	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Atingida	6,32x	5,66x	4,55x	3,65x	3,74X	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Variação	n.a.	0,66x	n.a.	0,15x	0,74x	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Volume de Produção de Minério de Ferro	2016	2017	2018	1S19	2019	2020 E	2021 E	2022 E	2023 E
Estimada	n.a.	n.a.	28.500	n.a.	33.000	25.000-28.000	31.200	36.600	38.000
Atingida	32.174	29.921	27.875	n.a.	32.090	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Variação %	n.a.	n.a.	-2%	n.a.	-3%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
CAPEX	2016	2017	2018	1S19	2019	2020 E	2021 E	2022 E	2023 E
Estimada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1.100	n.a.	n.a.	n.a.
Volume de Vendas de Minério de Ferro	2016	2017	2018	1S19	2019	2020 E	2021 E	2022 E	2023 E
Estimada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	40.000	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Atingida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	38.545	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Variação %	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-4%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Volume de Produção de Minério de Ferro Nova Metodologia (Compras+Produção)	2016	2017	2018	1S19	2019	2020 E	2021 E	2022 E	2023 E
Estimada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	33.000-36.000	n.a.	n.a.	n.a.
Atingida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Variação %	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

*E = estimado

**n.a. = não avaliado

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas e quais delas estão sendo repetidas.

Estimativas novas:
A CSN estima gasto com Investimentos no montante de R$1,1 bilhão.

Estimativas alteradas:
A CSN alterou estimativa anterior de volume de produção de minério de ferro em 2020 para 33-36Mton (nova metodologia).

Estimativas mantidas:
A CSN estima volume de produção de minério de ferro em 31,2 Mton em 2021, 36,6 Mton em 2022 e 38,0 Mton em 2023.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

O EBITDA Ajustado 2019 ficou 3% abaixo do projetado de R$7,5 bilhões, devido ao menor resultado da mineração pelo Platts ter ficado abaixo do nosso orçado, bem como o frete acima das projeções.
A CSN estimava alavancagem medida pela razão dívida líquida pelo EBITDA ajustado próxima a 3,5 vezes ao final de 2019, quando atingimos 3,74 vezes, ou seja, materialmente abaixo de nossas estimativas iniciais em virtude da variação cambial que influenciou fortemente nossa dívida em dólar, do CAPEX um pouco acima do esperado, bem como do resultado de mineração abaixo do esperado em virtude do aumento do frete e queda do Platts a partir do terceiro trimestre.
A produção de minério de ferro ficou 3% abaixo da projeção de 33Mton em virtude de chuvas na região sudeste em novembro e dezembro de 2019.
As vendas de minério de ferro ficaram 4% abaixo da projeção de 40Mton em virtude de menor produção de minério no quarto trimestre de 2019.

Receita Líquida	2016	2017	2018	1S2019	2019
Estimada	n.a.	18.000	22.230	n.a.	n.a.
Atingida	17.149	18.525	22.969	n.a.	n.a.
Variação %	n.a.	3%	3%	n.a.	-
EBITDA ajustado	2016	2017	2018	1S2019	2019
Estimada	n.a.	5.000	5.574	n.a.	7.500
Atingida	4.075	4.645	5.849	n.a.	7.251
Variação %	n.a.	-7%	5%	n.a.	-3%
Alavancagem	2016	2017	2018	1S2019	2019
Estimada	n.a.	5,00x	n.a.	3,50x	3,00x
Atingida	6,32x	5,66x	4,55x	3,65x	3,74X
Variação %	n.a.	13%	n.a.	0,15x	0,74x
Volume de Produção de Minério de Ferro	2016	2017	2018	1S2019	2019
Estimada	n.a.	n.a.	28.500	n.a.	33.000
Atingida	32.174	29.921	27.875	n.a.	32.090
Variação %	n.a.	n.a.	-2%	n.a.	-3%
Volume de Vendas de Minério de Ferro	2016	2017	2018	1S19	2019
Estimada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	40.000
Atingida	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	38.545
Variação %	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-4%

*E = estimado
**n.a. = não avaliado

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Estimativas em curso e válidas:
A CSN estima volume de produção (nova metodologia) de minério de ferro em 33-36 Mton em 2020

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

A CSN estima volume de produção (antiga metodologia) de minério de ferro em, 31,2 Mton em 2021, 36,6 Mton em 2022 e 38,0 Mton em 2023. A redução do volume de produção esperado em 2020 se deve a alta pluviometria na região no 1T20 e atrasos em novas frentes de lavra.
A CSN estima gasto com Investimentos no montante de R$1,1 bilhão.

Acompanhamento e alterações de projeções divulgadas
O resultado do primeiro trimestre de 2020 não traz nenhuma outra variação material para as projeções de resultado previamente apresentadas, que, por conseguinte, p

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12 – Assembleia Geral e Administração

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a) Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

COMITÊ de AUDITORIA

O Comitê de Auditoria é o único comitê permanente que se reporta ao conselho de administração e possui um regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em 26 de março de 2012, que pode ser consultado no website de Relações com Investidores da Companhia (www.csn.com.br/ri), bem como no website da CVM.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atualmente, o Conselho de Administração não tem um regimento interno do Conselho de Administração, mas, a despeito disso, todas as responsabilidades, atribuições e regras para o funcionamento do referido órgão se encontram estabelecidas em seu Estatuto Social, mais especificamente do artigo 14 ao 19, conforme apresentadas abaixo:

Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições fixadas em lei:

a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, suas subsidiárias integrais e sociedades controladas;
b) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os projetos de expansão e programas de investimento, bem como acompanhar a sua execução e o seu desempenho;
c) convocar a assembleia geral;
d) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva fixando-lhes as atribuições;
e) eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria e, em caso de vacância, eleger substituto para concluir o período de gestão do substituído;
f) atribuir a um Diretor Executivo a função de diretor de relações com investidores, que poderá ou não ser exercida cumulativamente a outras atribuições executivas, cujas atribuições são fixadas em lei;
g) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, após ouvida a recomendação do Comitê de Auditoria;
h) nomear e destituir o responsável pela auditoria interna, que deverá ser empregado da Companhia, legalmente habilitado, e que ficará vinculado à presidência do Conselho de Administração;
i) deliberar sobre aumento de capital dentro do limite do capital autorizado, observado o disposto no Art. 7º do Estatuto Social;
j) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento;
k) fixar os termos e demais condições de colocação de debêntures, inclusive conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures e as espécies e classes das ações que poderão ser emitidas, bem como

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII, do art. 59 da Lei nº 6.404/76, e sobre a oportunidade da emissão;

l) deliberar sobre a emissão, pela Companhia, de "commercial papers", "bonds", "notes" e demais títulos e valores mobiliários destinados à captação de recursos mediante a distribuição, primária ou secundária, em mercado de capitais doméstico ou internacional;

m) delegar e fixar alçadas da Diretoria Executiva para a prática dos seguintes atos, independentemente de autorização do Conselho de Administração:
   a. aquisição ou alienação de qualquer bem da Companhia;
   b. realização de qualquer operação, transação, contrato ou acordo, de qualquer natureza, incluindo empréstimos e financiamentos, por operação isolada ou em conjunto de operações, observadas as matérias cuja competência foi atribuída à Diretoria Executiva nos termos do Art. 21 do Estatuto Social; e
   c. constituição de qualquer espécie de garantia ou a oneração de qualquer bem da Companhia, inclusive em benefício ou em favor de terceiros, desde que tais terceiros sejam pessoas jurídicas subsidiárias, controladas ou coligadas da Companhia;
   d. representação da Companhia nas Assembleias Gerais, reuniões de sócios e/ou equivalentes das sociedades, consórcios e outras entidades nas quais a Companhia detenha participação, bem como a respeito das matérias submetidas a tais assembleias e reuniões;

n) deliberar a respeito de operação ou ato que implique em transferência de recursos da Companhia para terceiros a título gratuito, inclusive associações de empregados, entidades assistenciais recreativas, fundos de previdência privada, fundações e pessoas jurídicas de direito público;

o) deliberar a respeito de atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação ou extinção de sociedades nas quais a Companhia possua participação societária, direta ou indiretamente, bem como a respeito da constituição de sociedades, no Brasil ou no exterior, pela Companhia ou por qualquer de suas empresas controladas;

p) deliberar sobre a participação da Companhia (i) em outras sociedades ou empreendimentos, como sócia ou acionista, inclusive por meio de consórcio ou sociedade em conta de participação, (ii) em acordos de associação, acordos de acionistas ou acordos de sócios; e (iii) em aumentos de capital nas sociedades nas quais a Companhia detenha participação;

q) nomear e destituir o secretário geral do Conselho de Administração e definir-lhes as funções;

r) estabelecer políticas para utilização de incentivos fiscais;

s) fixar a remuneração, determinar as atribuições e aprovar as regras operacionais para o funcionamento do Comitê de Auditoria, bem como de quaisquer outros comitês que venham a ser criados para seu assessoramento;

t) resolver os casos omissos e exercer outras atribuições legais que não conflitem com aquelas definidas no Estatuto Social da Companhia ou pela lei;

u) deliberar sobre quaisquer das matérias listadas no item "m" acima, ressalvada a possibilidade de o Conselho delegar e fixar alçadas para a Diretoria Executiva nos termos do referido item.

ii. informar, sobre o Comitê de Auditoria estatutário, as suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria foi criado em 2005, é formado por 3 (três) membros independentes e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

integrantes do Conselho de Administração com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo um deles denominado presidente do comitê.

O referido Comitê tem autonomia no que se refere às disposições do *Sarbanes-Oxley Act* – Seções 301 e 407. Tem, ainda, um orçamento anual próprio e suficiente para que possa cumprir com as suas funções, podendo contratar consultores, advogados, peritos e outros profissionais externos, conforme entenda ser apropriado para assisti-lo no cumprimento de suas funções.

O Comitê de Auditoria é o único comitê instalado pela Companhia, sendo um órgão de assessoramento do Conselho de Administração, a quem reporta as discussões realizadas no âmbito do Comitê.

Tem como atribuições, dentre outras, o monitoramento e controle de qualidade das demonstrações financeiras, de controles internos, gerenciamento de riscos e compliance e acompanhamento de denúncias realizadas por meio de seus canais de denúncia, além de outras atribuições previstas em seu próprio regimento interno, quais sejam:

a) rever as demonstrações financeiras e demais informações públicas sobre o desempenho operacional e a situação financeira da Companhia e suas controladas;

b) rever as declarações da administração constantes das informações trimestrais e anuais;

c) antes da data de entrega do relatório sobre controles internos, prevista no *Sarbanes-Oxley Act* – Seção 404, solicitar informações à administração da Companhia, à área de Riscos Corporativos, e aos auditores internos e externos sobre a situação da Companhia em relação à adequação e eficácia dos controles financeiros e contábeis internos da Companhia, bem como o respectivo parecer dos auditores;

d) discutir com a administração e com os auditores externos sobre:

   i. as demonstrações trimestrais e questões significativas que possam afetar a confiabilidade dessas demonstrações antes da divulgação formal dos resultados das operações.

   ii. o escopo da auditoria, a avaliação do auditor com relação à qualidade dos princípios contábeis da Companhia (incluindo questões financeiras relevantes reportadas e avaliações sobre a elaboração das demonstrações financeiras) e todos e quaisquer problemas ou dificuldades encontradas no curso do trabalho de auditoria e a resposta da administração.

e) avaliar a realização e a qualidade das auditorias e revisões financeiras e contábeis realizadas pelos auditores independentes externos e internos;

f) acompanhar as funções e práticas financeiras e de controladoria da Companhia, incluindo o acompanhamento das obrigações dos administradores com relação à manutenção de controles internos financeiros e contábeis efetivos;

g) buscar informações sobre o cumprimento do Código de Ética na Companhia e suas controladas, bem como acompanhar o cumprimento pela Companhia de requisitos legais e regulamentares;

h) rever a forma com que o CEO, o CFO e os demais Diretores Executivos avaliam a adequação e efetividade dos controles internos, financeiros e contábeis e avaliar se a administração incentiva e mantém um ambiente que permita a elaboração de demonstrações financeiras de qualidade;

i) obter informações da administração sobre relatórios recebidos de órgãos reguladores e autoridades (por exemplo, CVM, Receita Federal, BACEN, Agências Reguladoras, SEC) e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a resposta dada a esses relatórios;

j) discutir orientações e políticas que disciplinem o processo pelo qual a Companhia analisa e administra a sua exposição a riscos financeiros e contábeis;

k) acompanhar os procedimentos adotados pela Companhia para condução das denúncias referentes a questões contábeis, de auditoria e financeiras, incluindo procedimentos para a confidencialidade e sigilo nas submissões das preocupações externadas;

l) questionar a administração e os auditores internos e externos sobre a existência ou não de conhecimento da ocorrência de fraudes cometidas pelos funcionários, pagamentos suspeitos ou ilegais ou descumprimento de leis e regulamentos;

m) discutir com a área de Riscos e com os auditores internos e externos quaisquer recomendações para melhoria dos controles internos;

n) acompanhar a remuneração do auditor externo, incluindo a resolução de divergências entre o auditor externo e a administração com relação a relatos financeiros e contábeis;

o) avaliar o processo de rotatividade de empresas de auditoria externa para rever e garantir a continuidade dos serviços;

p) avaliar, no mínimo anualmente, a independência do auditor externo;

q) conduzir autoavaliação do desempenho do Comitê de Auditoria para identificar oportunidades de aprimoramento;

r) fornecer ao Conselho de Administração relatórios das reuniões do Comitê, trimestralmente ou em outra periodicidade, a critério dos membros do Comitê de Auditoria;

s) preparar atas de todas as reuniões e distribuir as respectivas minutas a todos os membros para comentários antes de serem emitidas em forma final;

t) aprovar previamente todo serviço de auditoria e outros serviços (conforme determinado pela regulamentação da *U.S. Security*) a serem prestados por auditor externo, bem como estabelecer políticas e procedimentos para a aprovação prévia de tais serviços, caso o Comitê de Auditoria entenda necessário.

Dos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto, o Comitê de Auditoria somente não adota o critério que trata dos mandatos consecutivos, pois entende que cabe a cada Conselheiro indicado avaliar se este parâmetro afeta ou não a sua independência, conforme disposto nas próprias orientações do item 2.2 do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

Todos os membros do comitê de auditoria respeitam os requisitos de independência impostos pela regulamentação americana, sendo qualificados como especialistas financeiros e possuem ampla experiência comprovada, além de rico histórico profissional, atuando enquanto diretores e membros do conselho de administração de diversas empresas e, ainda, possuindo graduação e pós-graduação em instituições de renome no Brasil e no exterior, conforme pode-se observar detalhadamente no item 12.5 do presente Formulário de Referência, que dispõe a respeito da formação e experiência profissional consolidada dos mesmos.

iii. forma em que o Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

de extra auditoria com o auditor independente, bem como o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, os locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Os trabalhos da auditoria independente são acompanhados pelo Comitê de Auditoria, analisando sua abrangência e datas de divulgação dos pareceres, assim como sua independência, além de avaliar e discutir o plano anual de trabalho dos auditores independentes. O Comitê de Auditoria é composto por membros que também integram o Conselho de Administração da Companhia e reportam ao Conselho de Administração as discussões havidas no âmbito do Comitê.

Ademais, o Comitê de Auditoria deve opinar e recomendar ao Conselho de Administração sobre a contratação e substituição do auditor independente, bem como acompanhar a atuação da auditoria externa.

A Companhia não adota uma política específica, formalmente aprovada, de contratação de serviços de extra-auditoria. Entretanto, há outras normas internas relacionadas à contratação de serviços, delegação de alçadas e atribuição do Comitê de Auditoria, que estabelecem as diretrizes para a contratação de tais serviços, tendo, ainda, o Comitê estabelecido os procedimentos a serem observados quando da contratação de serviços de extra-auditoria, cabendo ao Comitê de Auditoria autorizar previamente a contratação, aprovando somente aqueles serviços de extra-auditoria que não comprometam a independência dos auditores externos.

Além das definições estabelecidas no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, a "Política de Alçadas e Responsabilidades - Delegação de Autoridade" estabelece que qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria externa contratada pela Companhia (os serviços de auditoria propriamente ditos e outros serviços não relacionados à auditoria - conforme SOX) deve ser previamente aprovado pelo Comitê de Auditoria.

b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, tem poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos e realizar todas as operações que se relacionem com o objeto social da Companhia, observadas as limitações de alçada estabelecidas pelo Conselho de Administração e as demais disposições previstas no Estatuto Social da Companhia. Além disso, possuem as seguintes atribuições:

a) designar Diretor Executivo ou procurador com poderes específicos para representar singularmente a Companhia em atos determinados, ressalvado o disposto no Art. 25, II do Estatuto Social;

b) autorizar a abertura, transferência ou encerramento de filiais, sucursais, agências, escritórios de representação ou estabelecimentos de qualquer outro tipo da Companhia, em qualquer parte do território nacional ou no exterior; e

c) aprovar os nomes a serem indicados pela Companhia para integrar as diretorias e os conselhos de administração, consultivo, fiscal e deliberativo de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, ou a ela coligadas, assim como de associações, fundações e outros tipos de agrupamentos sociais de que a Companhia

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

participe.

Ainda, compete aos Diretores Executivos, sempre em conjunto de dois, independentemente de reunião de Diretoria Executiva ou de reunião do Conselho de Administração:

a) autorizar a realização de auditorias em sociedades, associações, fundações e entidades assemelhadas, de que a Companhia participe;
b) celebrar contratos de confidencialidade;
c) contratar serviços bancários de rotina, sob qualquer modalidade, que estejam em linha com as práticas da Companhia;
d) celebrar contratos de mútuo e pré-pagamentos de exportação (recebimento antecipado de exportação) entre a Companhia e suas controladas nas quais a participação da Companhia seja de, no mínimo, 99%; e
e) autorizar a prestação de fiança em contrato de locação de imóveis para empregados e Diretores Executivos.

As atribuições específicas de cada diretor da Companhia estão descritas abaixo:

Compete ao Diretor-Presidente:

a) presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

b) exercer a direção executiva da Companhia, cumprindo-lhe para tanto coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores Executivos, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

c) organizar, coordenar e supervisionar as atividades das áreas que lhe estiverem diretamente subordinadas;

d) atribuir a qualquer dos Diretores Executivos, atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhe couberem ordinariamente, *ad referendum* do Conselho de Administração;

e) manter o Conselho de Administração informado das atividades da Companhia;

f) elaborar, com a colaboração dos demais Diretores Executivos, e apresentar ao Conselho de Administração, proposta para (i) definição das atribuições dos demais Diretores Executivos; e (ii) fixação de critérios de valor ou alçada financeira para a prática de atos de cada um dos Diretores Executivos; e

g) elaborar, junto com os demais Diretores Executivos, o relatório anual e levantar o balanço patrimonial geral.

Compete a cada Diretor Executivo, no âmbito da área específica de atuação que lhe foi definida pelo Conselho de Administração:

a) representar a Companhia, nos termos da lei e do Estatuto Social;

b) organizar, coordenar e supervisionar os serviços que lhe competem;

c) participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela Companhia e relatando os assuntos da sua respectiva área de supervisão e coordenação; e

d) cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração, sendo cada Diretor Executivo

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

responsável pela sua área específica de atividades.

Atualmente, a Diretoria Executiva não tem um regimento interno, todavia, o funcionamento, papéis e funções da Diretoria Executiva da Companhia estão estabelecidos em seu Estatuto Social, mais especificamente do artigo 20 ao 27, conforme detalhado acima.

c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Conselho Fiscal da Companhia, de funcionamento não permanente, foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2019 e tem mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2020. O Regimento Interno do Conselho Fiscal foi aprovado pelo próprio órgão em 05 de novembro de 2018 e está disponível nos websites da CVM e de Relações com Investidores da Companhia (www.csn.com.br/ri).

d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

Atualmente, a Companhia não dispõe de um mecanismo formal de avaliação dos membros do Conselho de Administração, entretanto a Assembleia de Acionistas quando delibera sobre a (re)eleição dos membros do conselho de administração, leva em consideração o seu bom desempenho durante o período e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior, bem como sua experiência e nível de independência.

Além disso, apesar do Conselho de Administração não possuir um processo formal de avaliação de desempenho, tem total autonomia para discutir o desempenho individual de cada membro e com isso propor medidas de aprimoramento durante o mandato.

O desempenho dos Diretores Executivos é avaliado em função do reconhecimento de trabalhos específicos, projetos ou metas diferenciadas. Esse mecanismo de avaliação é levado em consideração para determinação da remuneração variável dos Diretores Executivos, estando essas informações detalhadas no Item 13 deste formulário.

Com relação ao Comitê de Auditoria, há um procedimento anual de autoavaliação de desempenho a fim de identificar oportunidades de aprimoramento. Cada membro faz sua autoavaliação, com base em um questionário específico e as respostas individuais são discutidas entre todos os membros do Comitê de Auditoria. Como resultado dessa autoavaliação e das discussões realizadas, medidas de aprimoramento são implementadas, sempre que é identificada a necessidade aprimoramento.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a) prazos de convocação
A Companhia não adota prática diferenciada daquela prevista na legislação societária com relação a prazos de convocação para assembleias gerais. As assembleias gerais da Companhia são convocadas com no mínimo 30 dias corridos de antecedência em primeira convocação e 08 dias corridos de antecedência em segunda convocação. Além disso, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a Companhia, a CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.
b) competências
O Estatuto Social da Companhia não prevê matérias específicas cuja deliberação seja de competência da Assembleia Geral, sendo, portanto, seguidas as regras gerais previstas no artigo 122 da Lei das Sociedades Anônimas.
c) endereço (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise
A documentação relativa às matérias da ordem do dia das assembleias gerais fica à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima, 3400, 19º e 20º andares , CEP 04538-132, bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A Brasil Bolsa Balcão (http://www.b3.com.br), e da Companhia (www.csn.com.br/ri) na rede mundial de computadores.
d) identificação e administração de conflitos de interesses
A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse relacionados às assembleias gerais, aplicando-se as regras constantes da legislação brasileira a respeito. Neste sentido, a Lei nº 6.404/76 dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.
e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto
A Companhia não possui regras, políticas ou práticas específicas para solicitação de procurações pela administração para o exercício de direito de voto nas assembleias gerais, sendo seguida, quando aplicável, a legislação vigente.
f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas,

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procurador constituído há menos de um ano, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos e outro acionista, administrador da companhia, advogado ou instituição financeira representar acionistas que sejam pessoas físicas.

Conforme orientação do Colegiado da CVM, em reunião realizada em 04 .11.2014 (Processo CVM RJ2014/3578), os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados nas assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Desta forma, não há necessidade de o procurador de pessoa jurídica ser acionista, administrador da companhia ou advogado.

A cópia autenticada ou via original do instrumento de procuração deve ser depositado na sede social da Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral, com a firma devidamente reconhecida. Para os acionistas domiciliados no exterior, a Companhia solicita que o instrumento de procuração seja notarizado e legalizado perante o Consulado brasileiro em seu país de origem ou, caso seja signatário, seja apresentado com a devida Apostila de Haia e acompanhado da tradução juramentada (devendo ser apresentada a cópia autenticada ou via original dos referidos documentos).

A procuração deve estar acompanhada dos documentos que comprovem a qualidade do representante e do representado (cópia autenticada do documento de identidade, se pessoa física; e cópia autenticada do estatuto/contrato social e da ata de eleição dos administradores, se pessoa jurídica), juntamente com poderes específicos para participação na assembleia.

A Companhia solicita aos acionistas, cujas ações estejam sob custódia, que apresentem extrato atualizado expedido pelo órgão custodiante em até 4 (quatro) dias úteis contados da data da realização das Assembleias Gerais, demonstrando a titularidade das ações detidas pelo acionista.

A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista poderá optar por exercer seu direito de voto a distância por meio do envio do Boletim de Voto a Distância ("BVD") diretamente à Companhia, aos cuidados do Diretor de Relação com Investidores, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 20º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-132. Nesse caso, serão exigidos os seguintes documentos: (i) via física do BVD referente à Assembleia Geral devidamente preenchido, rubricado, assinado e com firma reconhecida; e (ii) cópias autenticadas dos seguintes documentos:

a) Acionista pessoa física

• Documento de identidade com foto (Documento de identidade será considerado RG, RNE, CNH, Passaporte e carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais).

b) Acionista pessoa jurídica ou fundo de investimento

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

• Último estatuto social, contrato social ou regulamento do fundo consolidados, conforme o caso;

• Estatuto ou contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo;

• Ato que demonstre a representação legal do acionista (i.e.: ata de eleição dos diretores e/ou procuração com poderes específicos);

• Documento válido de identidade com foto do representante legal (Documento de identidade será considerado RG, RNE, CNH, Passaporte e carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais).

Caso o BVD seja assinado por um procurador, devem ser observadas as formalidades previstas no item 12.2 "f" deste Formulário de Referência para aceitação de procurações.

Se o acionista for pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos apresentados devem ser traduzidos e legalizados perante o consulado brasileiro em seu país de domicilio ou, caso seja signatário, sejam apresentados com a devida Apostila de Haia, de forma que todas as cópias sejam autenticadas e todas assinaturas possuam reconhecimento de firma.

O BVD deve ser recebido pela Companhia em até 07 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral, sendo que os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados.

h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

De acordo com o art. 21-L da Instrução CVM 481/09, conforme alterada pela Instrução CVM 561/15 ("ICVM 481/09"), é facultado aos acionistas incluírem no boletim de voto a distância ("BVD"),: (i) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal; e (ii) propostas de deliberação, observados os percentuais de determinada espécie de ações previstos no Anexo 21-L-I e 21-L-II da ICVM 481/09.

O acionista que optar por incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no BVD, deverá enviar seu pedido no prazo estabelecido pela regulamentação vigente, diretamente à Companhia, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores no seguinte endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400, 20° andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-132. O referido pedido de inclusão deve ser apresentado com o reconhecimento de firma do acionista ou de seu representante legal.

As solicitações de inclusão mencionadas acima devem (i) ser formuladas de acordo com o artigo 21-G da ICVM 481/09; e (ii) vir acompanhadas dos seguintes documentos: (a) as informações relacionadas nos artigos 8º a 21 da referida Instrução, a depender da matéria; (b) indicação das vagas a serem ocupadas pelos candidatos indicados, se eleitos; (c) documentos que comprovem a qualidade de acionista, observados todos os requisitos previstos no item 12.2"g" deste Formulário de Referência, bem como os documentos que comprovem a participação acionária atualizada requerida para a referida solicitação; e (d) no caso de inclusão de proposta, as

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

informações solicitadas no Anexo 21-M-II da ICVM 481/09.
j) se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias
A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.
k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância
Além das instruções disponibilizadas acima, bem como das regras previstas na ICVM 481/09, a Companhia não possui outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Em 2018 foram realizadas 12 reuniões do Conselho de Administração, das quais 04 foram ordinárias e 08 extraordinárias.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os conflitos de interesse são identificados e administrados nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Código de Ética da Companhia. A Lei das S.A. proíbe, por exemplo, o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, a natureza e extensão do seu interesse. Não há vedação que o administrador contrate com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, similares às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

O Código de Ética da Companhia prevê regras específicas de conflito de interesses aplicáveis aos seus colaboradores, dentre eles os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, os quais assinam Termo de Adesão ao Código de Ética ao serem empossados em seus respectivos cargos.

d. se a Companhia possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

Atualmente, a Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

Não há cláusula compromissória no estatuto social da Companhia prevendo resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
PEDRO GUTEMBERG QUARIGUASI NETTO	03/12/1965	Pertence apenas à Diretoria	25/09/2019	25/09/2021	3
945.380.777-04	Engenheiro Metalúrgico	19 - Outros Diretores	25/09/2019	Não	0.00%
Não aplicável		Diretor Executivo			
David Moise Salama	22/11/1966	Pertence apenas à Diretoria	25/09/2019	25/09/2021	5
085.725.298-45	Contador	19 - Outros Diretores	25/09/2019	Sim	0.00%
		Diretor Executivo			
Marcelo Cunha Ribeiro	12/11/1977	Pertence apenas à Diretoria	25/09/2019	25/09/2021	2
829.510.041-68	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	25/09/2019	Sim	0.00%
Diretor Executivo de Finanças					
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ	03/11/1963	Pertence apenas à Diretoria	25/09/2019	25/09/2021	5
055.978.608-52	Engenheiro Metalurgista	19 - Outros Diretores	25/09/2019	Sim	0.00%
Não aplicável		Diretor Executivo			
YOSHIAKI NAKANO	30/08/1944	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	até AGO de 2021	15
049.414.548-04	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	26/04/2019	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria					
ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA	15/07/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	até AGO de 2021	6
510.578.677-72	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	26/04/2019	Sim	90.00%
Membro do Comitê de Auditoria					
Fabiam Franklin	28/06/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	até AGO de 2021	3
899.230.907-44	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/04/2019	Não	100.00%
Não aplicável					
MIGUEL ETHEL SOBRINHO	23/09/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	até AGO de 2021	0

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
332.816.028-00	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	26/04/2019	Sim	0.00%
N/A					
BENJAMIN STEINBRUCH	28/06/1953	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	26/04/2019	até AGO de 2021	26
618.266.778-87	Administrador	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	26/04/2019	Sim	100.00%
Diretor Presidente					
Maria Aparecida Metanias Hallack	01/05/1961	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até AGO de 2021	0
045.824.818-50	Engenheira Civil	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2020	Não	0.00%
N/A					
André Coji	04/02/1964	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até AGO de 2021	2
051.271.338-30	Administrador de Empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2020	Sim	83.33%
Tufi Daher Filho	14/03/1960	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até AGO de 2021	2
323.142.486-00	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2020	Sim	100.00%
Beatriz Santos Martini	04/10/1954	Conselho Fiscal	30/04/2020	até AGO de 2021	2
007.749.248-02	Engenheira de Produção	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2020	Sim	16.66%
Angélica Maria de Queiroz	05/04/1957	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até AGO de 2021	2
592.216.667-00	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2020	Sim	0.00%
Valmir Pedro Rossi	10/06/1961	Conselho Fiscal	30/04/2020	Até AGO de 2021	0
276.266.790-91	Contador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2020	Não	0.00%
N/A					
Experiência profissional / Critérios de Independência					

PEDRO GUTEMBERG QUARIGUASI NETTO - 945.380.777-04

Ocupa o cargo de Diretor Executivo da Companhia desde 11 de maio de 2016, sendo responsável pela área de produção do segmento de siderurgia. Nos últimos anos, ele atuou como CEO da Vale Moçambique e como Diretor Global de Carvão da Vale S.A. em Moçambique e na Austrália, respectivamente, no período de março de 2014 a abril de 2016 e como Sócio e Diretor Comercial e Marketing na B&A Mineração, no período de maio de 2012 a setembro de 2013. Foi, ainda, Diretor Global de Marketing na Vale S.A. e CEO do negócio Manganês, além de possuir passagens pela Rio Tinto e McKinsey & Co. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. (controlada em conjunto pela CSN) e da CSN Mineração S.A. (controlada da CSN). Foi Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense, no período de 1992 e 2015. É graduado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Engenharia Metarlúrgica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, doutor em Engenharia Metalúrgica pela McGill University em Montreal – Canadá, e possui Especialização em Finanças, Estratégia Corporativa e Micro-Economia pela McKinsey & Company. O Sr. Pedro Gutemberg Quariguasi Netto declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

David Moise Salama - 085.725.298-45

Ocupa o cargo de Diretor Executivo da Companhia desde 02 de agosto de 2011, sendo atualmente responsável pelas áreas de seguros, crédito e patrimônio. Trabalha na CSN desde 2006, tendo exercido anteriormente a função de Diretor Executivo de Relações com Investidores. É Diretor da Estanho de Rondônia S.A., e da Companhia Florestal do Brasil, membro do Conselho de Administração da CBSI-Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura, CSN Mineração S.A., Itá Energética S.A., , Lusosider – Aços Planos S.A., Lusosider – Productos Siderúrgicos S.A., e Lusosider Ibérica S.A e membro suplente do Conselho de Administração da FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (todas empresas controladas pela CSN) e da Transnordestina Logística S.A. (controlada em conjunto da CSN), membro do Conselho Deliberativo da Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional – CBS. Anteriormente atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia Florestal do Brasil, Sepetiba Tecon S.A.,. e diretor da Minérios Nacional S.A. (controlada da CSN). Antes de ingressar na CSN, foi Diretor de Controladoria e Finanças da Tecnisa Engenharia e Comércio, Birmann Comércio e Empreendimentos e Goldfarb Comércio e Construções. Foi Chefe de Informações Financeiras Consolidadas da Unilever Brasil e Auditor Sênior da PWC. Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) com MBA em Finanças pela FEA-USP. Complementou sua formação acadêmica com os cursos Oxford Advanced Management and Leadership Programme na Saïd Business School, da Universidade de Oxford, Inglaterra, e Program on Negotiation na Harvard Law School, da Universidade de Harvard, Estados Unidos. O Sr. David Moise Salama declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Marcelo Cunha Ribeiro - 829.510.041-68

Ocupa o cargo de Diretor Executivo da Companhia desde 29 de setembro de 2017, sendo responsável pelas áreas de tesouraria, controladoria, tributária de contabilidade, cumulando as funções de Diretor Executivo de Relações com Investidores desde 26 de março de 2018. Atualmente é diretor da Minérios Nacional S.A. e da CSN Equipamentos S.A., membro do Conselho de Administração da FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (sociedades controlas pela CSN) e da Transnordestina Logística S.A. (controlada em conjunto pela CSN), membro do Conselho Deliberativo da Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional – CBS. Antes de ingressar na CSN foi CFO do Grupo St. Marche, Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A., CFO do Grupo SBF (GP Investimentos Ltd), Managing Director na área de Private Equity da GP Investimentos Ltd e CFO da San Antonio International Ltd. Também foi membro do Conselho de Administração do Hopi Hari S.A., Telemar Norte Leste S.A. (Oi S.A.), Contax Participações S.A., Estácio Participações S.A., Magnesita Refratários S.A., BR Towers SPE1 S.A.. É bacharel em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo e possui MBA pela Harvard Business School. O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ - 055.978.608-52

Ocupa o cargo de Diretor Executivo da Companhia desde 02 de agosto de 2011, sendo atualmente responsável pelas áreas comerciais e de logística dos segmentos de siderurgia, cimentos e vendas especiais. Trabalha na CSN desde 2002, tendo exercido anteriormente a função de Diretor Comercial. É membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração – ABM. É Diretor da CSN Equipamentos S.A., Estanho de Rondônia S.A., , CSN Energia S.A. e Companhia Metalúrgica Prada, membro do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A., e membro suplente do Conselho de Administração da FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (todas sociedades controladas pela CSN) e da Transnordestina Logística S.A. e membro do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. (controlada em conjunto pela CSN). Também é membro do Conselho Deliberativo da Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional – CBS. Desde 23 de março de 2017 atua como membro da Diretoria da Câmara de Comércio e Indústria Brasil – Alemanha. Anteriormente, foi conselheiro da Nacional Minérios S.A., Companhia Florestal do Brasil, Companhia Metalúrgica Prada. e da Sepetiba Tecon S.A. Antes de ingressar na CSN, foi Diretor Comercial da Alcan Alumínio do Brasil S.A., companhia onde atuou durante 14 anos em áreas de processos, qualidade, desenvolvimento de produtos/mercados e comercial. Ocupou cargos de Diretor Executivo do CBCA - Centro Brasileiro de Construção em Aço e ABCEM – Associação Brasileira de Construção Metálica e foi Presidente da Associação Brasileira de Embalagem de Aço - ABEAÇO. Recebeu "Prêmio Barão de Mauá - Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) como Destaque Profissional e de Mercado, em 2016". É graduado em Engenharia Metalúrgica pelo IMT – Instituto Mauá de Tecnologia, pós-graduado em Administração Industrial pela Escola de Engenharia de Produção da Universidade de São Paulo e formado no Corporate Management Development Program pela Alcan Aluminum Limited, Montreal, Canadá. O Sr. Luiz Fernando Barbosa Martinez declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

YOSHIAKI NAKANO - 049.414.548-04

É integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 29 de abril de 2004 e membro do Comitê de Auditoria desde 24 de junho de 2005, ocupando a função de presidente do Comitê de Auditoria desde 30 de outubro de 2017. Atua também como membro do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A. (controlada em conjunto pela CSN) e, nos últimos 5 anos, atuou como professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas e Diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, membro do Conselho Superior de Economia (COSEC) da FIESP/IRS e integrou o Conselho de Administração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP até 2015. Anteriormente, foi Secretário especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda e Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e com Mestrado e Doutorado na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. O Sr. Yoshiaki Nakano declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Membro independente de acordo com os seguintes critérios: (i) não possui qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não possui laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da companhia; (iii) não atua/atuou nos últimos 3 (três) anos como administrador ou empregado da Companhia, de acionista com participação relevante ou de controladores, de auditoria independente que audite ou tenha auditado a Companhia; (iv) não atua como administrador ou empregado de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da Companhia ou de suas partes relacionadas; (v) não atua/atuou, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia; e (vi) não recebe outra remuneração da Companhia além da remuneração recebida em decorrência de exercer a função de conselheiro e membro do Comitê de Auditoria da Companhia.

ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA - 510.578.677-72

É integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 30 de abril de 2013 e do Comitê de Auditoria desde 08 de agosto de 2013, tendo ocupado a função de Presidente do Comitê de Auditoria de 06 de maio de 2014 até 30 de outubro de 2010. Também integrou o Comitê Financeiro de 07 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2016. É Diretor Presidente da BRG Capital Ltda. desde julho de 2005. Anteriormente, foi membro do Conselho de Administração da Transnordestina Logística S.A. (controlada em conjunto pela CSN), da FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. e da CSN Mineração S.A. (controladas pela CSN), diretor do Credit Suisse / Banco Garantia de Investimentos S.A. de abril de 1995 a maio de 2005. Iniciou a carreira no Citibank Brasil como estagiário em 1982 e mudou-se para o Citibank de Nova York em 1986, onde atuou como Analista de investimentos Institucionais do Citigroup para a América Latina, até tornar-se Diretor do Citibank de Nova York. Foi associado do Banco Bozano Simonsen de Investimentos no período de agosto de 1979 a dezembro de 1981 e membro do Conselho do Banque Bénédict Hentsch & Cie SA, Geneva, Switzerland de abril a dezembro de 2006. Formado em 1981 em Negócios e Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. O Sr. Antonio Bernardo Vieira Maia declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Membro independente de acordo com os seguintes critérios: (i) não possui qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não possui laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da companhia; (iii) não atua/atuou nos últimos 3 (três) anos como administrador ou empregado da Companhia, de acionista com participação relevante ou de controladores, de auditoria independente que audite ou tenha auditado a Companhia; (iv) não atua como administrador ou empregado de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da Companhia ou de suas partes relacionadas; (v) não atua/atuou, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia; e (vi) não recebe outra remuneração da Companhia além da remuneração recebida em decorrência de exercer a função de conselheiro e membro do Comitê de Auditoria da Companhia.

Fabiam Franklin - 899.230.907-44

É integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 28 de abril de 2016. Ocupa o cargo de Presidente do Conselho Consultivo do CSN Invest Fundo de Investimento em Ações desde 4 de abril de 2016, é membro do Conselho de Administração da ABM (Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração) desde abril de 2015, coordena o Programa de Educação Financeira da CSN desde 2008, e atua como Gerente Geral de Altos Fornos da Companhia desde novembro de 2002. Formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal Fluminense, com especialização em Metalurgia de Redução pela MC Master University em Ontário, Canadá e pós-graduação (MBA) pela Fundação Dom Cabral e atualmente cursa mestrado profissional em Economia no IBMEC. O Sr. Fabiam Franklin declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

MIGUEL ETHEL SOBRINHO - 332.816.028-00

É integrante do Conselho de Administração da Companhia desde 26 de abril de 2019 e do Comitê de Auditoria desde 03 de maio de 2019. Além disso, desde 2016 é integrante do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A. (empresa controlada pela CSN), diretor e acionista da Participa – Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., atuando como empresário e desenvolvedor de atividades que visam participações em shopping centers, projetos de energia hídrica e a gás e em redes de fast food. É formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade São Paulo, mestre em Administração (MBA) pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade São Paulo, foi Professor de Análise de Investimentos e Projetos na Faculdade de Economia e Administração da Universidade São Paulo e membro do Conselho Curador e fundador da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo. O Sr. Miguel Ethel Sobrinho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
Membro independente de acordo com os seguintes critérios: (i) não possui qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não possui laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da companhia; (iii) não atua/atuou nos últimos 3 (três) anos como administrador ou empregado da Companhia, de acionista com participação relevante ou de controladores, de auditoria independente que audite ou tenha auditado a Companhia; (iv) não atua como administrador ou empregado de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da Companhia ou de suas partes relacionadas; (v) não atua/atuou, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia; e (vi) não recebe outra remuneração da Companhia além da remuneração recebida em decorrência de exercer a função de conselheiro e membro do Comitê de Auditoria da Companhia.

BENJAMIN STEINBRUCH - 618.266.778-87

É integrante do Conselho de Administração desde 23 de abril de 1993, ocupando, desde 28 de abril de 1995, o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Ocupa também o cargo de Diretor Presidente da CSN desde 30 de abril de 2002, sendo também responsável pelas institucional e participações minerárias e ferroviárias. É Presidente do Conselho de Administração do Jockey Club de São Paulo, Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Membro do Conselho Administrativo da Câmara Portuguesa e membro do CCI – Conselho Consultivo Interinstitucional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Também é Presidente do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A. (controlada pela CSN) e Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação CSN. Além disso, é Presidente do Conselho de Administração da Textília S.A., Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários, Banco Fibra S.A., Elizabeth S.A. – Indústria Têxtil e Vicunha Steel S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vicunha Aços S.A., membro do Conselho de Administração da Vicunha Participações S.A., Diretor da Rio Purus Participações S.A., Rio Iaco Participações S.A., BS Holdings S.A. (antiga Ibis II Empreendimentos Ltda.), e administrador da Fazenda Alvorada de Bragança Agro-Pastoril Ltda., Ibis Agrária Ltda. e Ibis Participações e Serviços Ltda. (todas essas sociedades fazem parte do grupo controlador da CSN). Nos últimos 5 anos, foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Vicunha Siderurgia S.A. (incorporada pela Vicunha Aços S.A. em 2015), 1º Vice-Presidente da FIESP, membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP, Conselheiro do Instituto Robert Simonsen e Presidente do Conselho de Administração da Nacional Minérios S.A. (incorporada pela CSN Mineração S.A. em 2015), Transnordestina Logística S.A. e FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A., e administrador do Haras Phillipson Ltda. Formado em Administração pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – SP, com pós-graduação em Marketing e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas - SP. O Sr. Benjamin Steinbruch declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Maria Aparecida Metanias Hallack - 045.824.818-50

É Conselheira de Administração e Fiscal certificada pelo IBGC, com experiência como membro do quadro de conselheiros independentes da PREVI, Conselheira de Administração suplente da Paranapanema S.A., membro do Comitê de Estratégia da Paranapanema S.A., presta assessoria ao Conselho de Administração da Hultec Terramix (Estados Unidos) no desenvolvimento de negócios inovadores e é Conselheira Consultiva da Embrast Indústria e Comércio de Embalagens. Foi Executiva C-level por mais de 25 anos, responsável por 11 unidades de negócios da América do Sul e do Norte. Foi Vice-Presidente de Negócios Internacionais da Tigre, CEO da Joint Venture Tigre ADS, CEO da Tigre Argentina, CEO da Tigre Paraguai, CEO da Tigre Uruguai e Gerente Geral da Tigre Chile. Promoveu a melhoria dos resultados das unidades com parcerias com empresas de classe mundial, realizou aquisições e implementou metodologias inovadoras de gestão como plataformas especializadas de produção de acordo com a vocação de cada unidade, benchmarking e adoção de melhores práticas
Fundou e dirige a Hallack Consultoria, firma independente e diferenciada que atua em Governança Coporativa, definição de modelos de negócio e gestão por resultados. Foi responsável pela condução de plano para alavancar o cartão corporativo do banco Tribanco; pela elaboração de plano de inovação da Logística do Grupo Martins; reestruturação e acompanhamento da gestão industrial e comercial da Artecola Consumo e da Artecola Extrusão; avaliação estratégica e posicionamento do Grupo Rotoplas (México) no setor de materiais de construção na Argentina, Brasil e Peru; avaliação de novo negócio para a Heads Propaganda, com a definição de um modelo inovador de atuação no mercado de relações públicas; elaboração de plano de modernização da gestão da Sociedade de Cardiologista do Estado de São Paulo – SOCESP; condução de Progama de Desenvolvimento de Líderes do SEBRAE-SC; diagnóstico e plano de ação para melhoria na gestão da Metalúrgica Wetzel; análise da localização de plantas no Peru e Colômbia da Artecola Química; projeto de instalação no Brasil da Ham-Let Instrumentação Industrial (Israel). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE, com ênfase em Planejamento Estratégico; cursou o Executive Scholars Program da Kellogg Shcool of Management, com ênfase em Governança Corporativa, Fusões e Aquisões e Estratégia Competitiva.Pós-graduada na Escola de Negócios da Universidad Austral de Buenos Aires pelo PDD-Programa de Desarollo Directivo. Possui especialização em Administração Financeira pela Universidade de Joinville e Faculdade Católica de Administração e Economia do Paraná e especialização em Planejamento Empresarial pelo INPG – Instituto Nacional de Pós-Graduação e Universidade de Joinville. A Sra. Maria Aparecida Metanias Hallack declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

André Coji - 051.271.338-30

É membro do Conselho Fiscal da CSN desde julho de 2018. Além disso, realiza operações estruturadas financeiras no mercado imobiliário em renomadas empresas. Nos últimos 5 anos exerceu atividades filantrópicas de tesouraria e arrecadação de fundos para a União Brasileiro-Israelita do Bem Estar Social, uma organização sem fins lucrativos e foi membro do Conselho de empresas familiares no setor imobiliário. É graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, além de possuir o Certificado de Conselheiro de Administração do IBGC. Atualmente, compõe o Conselho de Administração da Via Varejo S.A. Além disso, é Diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). O Sr. André Coji declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tufi Daher Filho - 323.142.486-00

É membro do Conselho Fiscal da CSN desde julho de 2018. Além disso, é proprietário da TDF Consultoria Empresarial Ltda., sócio da The Empreendimentos e Construtora Ltda. e dono das franquias Loungerie, Osklen e Richards em Uberlândia (MG). Nos últimos 5 anos atuou como Conselheiro da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, Conselheiro Técnico da Hidrovias do Brasil S.A., Diretor Executivo da Companhia, Diretor da Cia. Metalic Nordeste; Presidente do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. e Conselheiro da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Católica de Minas Gerais, participou de curso profissionalizante ministrado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão com tema voltado ao Planejamento de Transporte, além disso, possui MBA Empresarial pela Fundação Dom Cabral, e participou do Programa de Gestão Avançada em parceria com a INSEAD, na França. O Sr. Tufi Daher Filho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Beatriz Santos Martini - 007.749.248-02

É membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde julho de 2018. Além disso, é fundadora e Sócia Diretora da BSM & Associados Ltda., com 26 anos de atuação no mercado especializado em consultoria de Mudança Organizacional (Change Management), onde atua como sócia fundadora, líder de prática e consultoria sênior, desde 1993. Nos últimos 5 anos prestou consultoria, em parceria ou não com outras consultorias de processos, em empresas tais como Makro, Casas Pernambucanas, Kroton Anhanguera, Marina Linhares Arquitetura, Supermercado CSD/Amigão (M&A). É graduada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, com especialização em Criatividade e em Tecnologia Educacional pela FAAP e Coaching pelo Leading Group (Argentina). A Sra. Beatriz Santos Martini declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Angélica Maria de Queiroz - 592.216.667-00

É membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia desde julho de 2018. Além disso, é membro do Corpo Consultivo do IBGT (Instituto Brasileiro de Gestão e Turnaround) desde 2005, sócia fundadora da Clear Horizon (2002), consultora em estratégia de empresas nacionais e internacionais, atuando nas áreas de suprimentos e distribuição, produção e vendas, administrativa e financeira e membro do Conselho Fiscal/Auditoria da ONG Américas Amigas. Foi consultora independente do Comitê de Auditoria da Companhia Siderúrgica Nacional de 2011 até 2017. É formada em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeira e pós-graduada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. A Sra. Angélica Maria de Queiroz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Valmir Pedro Rossi - 276.266.790-91

É graduado em Ciências Contábeis pela Universidade de Passo Fundo (RS), com pós graduação em Finanças pela Universidade de Caxias do Sul (RS) e em Marketing pela PUC Rio de Janeiro (RJ) e MBAs em Administração pela USP São Paulo (SP) e em Gestão de Negócios pela UNB-Brasília (DF). É Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Atuou como Contador nas empresas Casfor Org. Contábeis e Bertol S.A., como consultor no Sebrae RS, por 30 anos no Banco do Brasil S.A., ocupando diversos cargos, com destaque para Superintendente Estadual do Pará, Superintendente Estadual do RS, Superintedente de Varejo SP, Superintendente Corporate e Regional para a América Latina. Atuou também como Presidente do Banco da Amazônia, banco público federal, de capital aberto com sede em Bélem (PA). Atuou como Conselheiro de Administração ou Fiscal nas seguintes empresas: Metalúrgica Gerdau S.A., Brasilprev S.A., BB Seguridade S.A., Fucapi S.A., Banco da Amazônia S.A., além de diversas entidades e associações. Atualmente, é Conselheiro de Administração titular na empresa Kepler Weber S.A. e Conselheiro Fiscal titular na empresa KaMin Cadam S.A. O Sr. Valmir Pedro Rossi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
PEDRO GUTEMBERG QUARIGUASI NETTO - 945.380.777-04	
N/A	
David Moise Salama - 085.725.298-45	
N/A	
Marcelo Cunha Ribeiro - 829.510.041-68	
N/A	
LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ - 055.978.608-52	
N/A	
YOSHIAKI NAKANO - 049.414.548-04	
N/A	
ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA - 510.578.677-72	
N/A	
Fabiam Franklin - 899.230.907-44	
N/A	
MIGUEL ETHEL SOBRINHO - 332.816.028-00	
N/A	

BENJAMIN STEINBRUCH - 618.266.778-87

N/A

Maria Aparecida Metanias Hallack - 045.824.818-50

N/A

André Coji - 051.271.338-30

N/A

Tufi Daher Filho - 323.142.486-00

N/A

Beatriz Santos Martini - 007.749.248-02

N/A

Angélica Maria de Queiroz - 592.216.667-00

N/A

Valmir Pedro Rossi - 276.266.790-91

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	15/07/1959	03/05/2019	até AGO de 2021
510.578.677-72		Administrador		03/05/2019	6	90.00%
Membro efetivo do Conselho de Administração						
MIGUEL ETHEL SOBRINHO	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	23/09/1946	03/05/2019	Até AGO de 2021
332.816.028-00		Engenheiro		03/05/2019	0	0.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						
YOSHIAKI NAKANO	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	30/08/1944	03/05/2019	até AGO de 2021
049.414.548-04		Administrador		03/05/2019	14	100.00%
Membro efetivo do Conselho de Administração						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA - 510.578.677-72						
MIGUEL ETHEL SOBRINHO - 332.816.028-00						
YOSHIAKI NAKANO - 049.414.548-04						

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA - 510.578.677-72	
N/A	
MIGUEL ETHEL SOBRINHO - 332.816.028-00	
N/A	
YOSHIAKI NAKANO - 049.414.548-04	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia mantém apólice de seguro de responsabilidade civil ("Seguro D&O"), tendo por objeto o pagamento de custos de defesa e indenização aos administradores da Companhia e de suas controladas com relação às perdas incorridas por esses em decorrência de atos ou omissões culposas que tenham sido praticados no exercício de suas funções, nos termos da referida apólice, incluindo acordos, bem como pagamento de multas e penalidades cíveis e administrativas impostas aos administradores em procedimentos que sejam conduzidos por órgãos estatais ou autogeridos em virtude de regulação e fiscalização das atividades do Tomador do Seguro, Controlada ou Subsidiária. O limite máximo de garantia vigente é de US$ 80.000.000,00, limitado à perda total anual agregada. O período de vigência é de 13/03/2019 até 13/03/2020. A apólice cobre reclamações apresentadas contra os segurados com retroatividade ilimitada para fatos desconhecidos dos segurados no momento de contratação. Embora a Companhia tenha contratado a apólice descrita, existem determinados tipos de risco que não estão cobertos pela mesma, tais como atos dolosos, despesas de limpeza e despoluição causados por danos ambientais, fundo de pensão, run-off, violação de obrigações impostas pelo estatuto social da Companhia e qualquer tipo de dano relacionado a barragens de qualquer natureza, incluindo mas não se limitando a procedimentos administrativos ou judiciais de qualquer natureza, direta ou indiretamente relacionado a este evento. Na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais, observando o quanto disposto no compromisso de indenidade, conforme abaixo.

Ademais, a Companhia renova anualmente a apólice do Seguro D&O, entretanto as ofertas de cobertura pelo mercado segurador estão vinculadas ao apetite de riscos e resultados de suas carteiras de negócio, podendo, eventualmente, ocorrer períodos (ano) em que determinadas coberturas deixem de ser ofertadas.

Deste modo, apesar de não haver previsão estatutária, a Companhia mantém compromisso de indenidade para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que representa maior garantia para seus administradores, sendo que este compromisso de indenidade visa eximir de responsabilidade e indenizar o administrador por quaisquer despesas necessárias incorridas pelo mesmo em sua defesa ou por valores que este seja condenado a pagar, em virtude de inquérito, processos judiciais, arbitrais ou administrativos, independentemente da jurisdição, que venham a ser sofridos, incorridos, devidos, cobrados ou imputados ao administrador, no exercício das suas funções na Companhia ou em empresas controladas e/ou coligadas da Companhia ("Sociedades").

As indenizações incluem, mas não se limitam a: encargos, despesas legais e administrativas, custas, depósitos judiciais, honorários advocatícios, de assistentes técnicos, periciais, árbitros e outros especialistas contratados em bases de mercado, e quaisquer outros valores que o administrador seja condenado a pagar (inclusive em decorrência de responsabilidade por danos ambientais).

O administrador não fará jus à proteção conferida pelo compromisso de indenidade, caso as suas despesas ou condenação pecuniária decorram de:

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

(i) ato ou omissão dolosa ou com culpa equiparável ao dolo, má-fé, fraude, divulgação de informações estratégicas/confidenciais ou prática de ato tipificado como crime;

(ii) derivem de atuação fora das competências do cargo para o qual foi nomeado, atuação em descumprimento de seus deveres fiduciários para com as Sociedades ou abandono do cargo;

(iii) sejam relacionadas a qualquer processo movido pelo administrador contra as Sociedade; ou

(iv) sejam cobertos pelo Seguro D&O.

Além disso, a proteção prevista no compromisso de indenidade abrange todos os atos praticados pelo administrador durante o exercício do(s) cargo(s) nas Sociedades, incluindo quaisquer despesas ou condenações pecuniárias verificadas após o término de seu mandato/gestão.

A celebração de compromisso de indenidade, com as pessoas elegíveis, mencionadas acima, foi aprovada pelo Conselho de Administração e, assinado o contrato de indenidade, não há qualquer outra formalidade a ser observada, uma vez verificada a obrigação de indenização. No caso de existência de conflitos ou dúvidas, cada caso específico será submetido à deliberação do Conselho de Administração.

A Companhia entende que o exercício das funções dos administradores importa na assunção de responsabilidades, que podem acarretar na obrigação de pagamento de indenizações e/ou penalidades a terceiros, pelo administrador, não coberta pelo Seguro D&O. Além disso, em razão da relevância do papel exercido pelo administrador, a Companhia tem interesse em proporcionar-lhe condições para que continue atuando com a segurança necessária ao bom desempenho de suas atribuições e no melhor interesse da Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não há.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, QUANTO AOS SEGUINTES ASPECTOS:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia adota as práticas abaixo mencionadas:

Conselho de Administração:

A Companhia tem como prática a compatibilidade entre a remuneração oferecida e a responsabilidade exercida/tempo de dedicação do cargo. O Conselho de Administração estabelece diretrizes da Companhia, controlando a sua implementação pelos executivos da empresa.

Conselho Fiscal

A Companhia segue o quanto disposto na legislação aplicável e a remuneração é fixada pela assembleia-geral que elege o Conselho Fiscal, não sendo a remuneração, de toda forma, inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Diretoria Estatutária:

A Companhia tem como prática garantir uma remuneração competitiva em relação ao mercado de altos executivos, sendo compatível com a responsabilidade exercida pelo cargo, considerando a sua responsabilidade e o seu comprometimento em cumprir os objetivos estratégicos da Companhia, dentro do cenário crescentemente competitivo e globalizado em que desenvolve sua atividade.

Diretoria Não Estatutária:

A Companhia tem como prática de remuneração propiciar o equilíbrio interno (entre membros do corpo de executivos) e externo (de forma competitiva com relação ao mercado), permitindo atrair, reter e motivar seus executivos, a fim de que a Companhia possa cumprir seus objetivos estratégicos dentro do cenário crescentemente competitivo e globalizado em que desenvolve sua atividade.

Comitê de Auditoria:

A Companhia tem como prática de remuneração a compatibilidade da responsabilidade exercida pelo cargo, considerando as atribuições do Comitê de Auditoria.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a remuneração fixa, isto é, honorários mensais fixados em reunião do próprio Conselho de Administração, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga. Todos os membros recebem o mesmo valor, exceto os que fazem parte do Comitê de Auditoria, que recebem um valor diferenciado devido ao exercício de duas funções.

No caso do Conselho Fiscal a remuneração mensal de cada membro em exercício segue a determinação legal, especificamente o o § 3º do art. 162 da Lei das Sociedades por Ações e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária da CSN, no montante de 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa dos Diretores Executivos da Companhia, não computados os benefícios, verbas de representação e

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

participação nos lucros. Além da remuneração acima fixada, os membros em exercício do Conselho Fiscal terão direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

Diretoria Estatutária:

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração anual global composta por remuneração fixa (honorários mensais) e remuneração variável (bônus baseado em metas e outros bônus*) com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

* Outros Bônus: A Companhia pode eventualmente atribuir remuneração extra estruturada sob a forma variável, em função do reconhecimento de trabalhos específicos, projetos ou metas diferenciadas, e de forma vinculada a tais projetos. Esta remuneração variável adicional está atrelada usualmente ao honorário nominal ou eventualmente a outra forma de remuneração compatível com o resultado esperado do correspondente projeto e as metas atribuídas ao Diretor Estatutário.

Fazem jus também aos seguintes benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar e *Check Up* Anual. O Diretor Presidente tem direito a helicóptero e a 2 veículos blindados.

Diretoria Não Estatutária:

Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a remuneração fixa e variável. A remuneração fixa é composta por salário nominal mensal**,** mais férias e décimo terceiro salário, conforme previsto pela legislação trabalhista, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga. A remuneração variável oferece oportunidade de ganho além do salário nominal em decorrência dos resultados da empresa e da área específica do executivo, bem como em decorrência de seu desempenho individual ou estratégia de atração e retenção. O componente variável é pago anualmente na forma de participação nos resultados, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

Fazem jus também aos seguintes benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida, Previdência Complementar, Vale Alimentação, Vale Refeição, *Check Up* Anual e Bonificação de férias voluntárias.

Comitê de Auditoria:

Os membros do Comitê de Auditoria fazem jus somente a remuneração fixa, isto é, honorários mensais fixados em reunião do Conselho de Administração, com o objetivo de garantir a compatibilidade da função com a remuneração paga.

(ii) a proporção de cada elemento na remuneração total;

No caso do Conselho de Administração, Fiscal e do Comitê de Auditoria, a proporção da remuneração fixa representa 100% da remuneração total.

No caso da Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária, a remuneração global fixa em geral representará 100% da remuneração total, sendo que para alguns casos poderá ser composta por 50% de remuneração fixa e 50% de remuneração variável, ou ainda outra proporção que melhor se adequar às funções desempenhadas pelo executivo e às condições negociadas com ele pela Companhia.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Conselho de Administração e Fiscal:

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A remuneração fixa do Conselho de Administração e Fiscal é paga em 12 parcelas mensais, sem que haja uma definição prévia de reajuste.

Diretoria Estatutária:

O componente fixo da remuneração anual é pago em 12 parcelas mensais, além da possibilidade de parcela variável mencionada acima.

A remuneração variável é paga no ano calendário em mês específico definido, de forma diferenciada, em contrato de cada Diretor Estatutário, havendo maior concentração no mês de abril de cada ano após apuração das metas.

A remuneração global (honorários + variável) definida no início do mandato tem validade de 2 anos, podendo ser renegociada na renovação do contrato, se for de interesse de ambas as partes.

Diretoria Não Estatutária:

A remuneração fixa da Diretoria Não Estatutária é paga anualmente em treze parcelas mensais. Também são pagos um adicional de 33,33% do salário nominal referente a bonificação de férias legais, e mais 36,67% do salário nominal a título de bonificação de férias voluntárias.

O reajuste da remuneração é definido com base na variação do crescimento de Mercado Executivo ou por meio da inflação acumulada dos últimos 12 meses. O reajuste é aplicado anualmente. A remuneração variável é paga, em regra, no mês de abril de cada ano, após apuração das metas, podendo o executivo perceber até 12 salários nominais.

Comitê de Auditoria:

A remuneração fixa do Comitê de Auditoria é paga em 12 parcelas mensais e sem uma definição prévia de reajuste.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: remuneração fixa com base na prática de mercado.

CONSELHO FISCAL: remuneração fixa com base no montante de 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa dos Diretores Executivos da Companhia, conforme disposição legal.

DIRETOR ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado, remuneração variável atrelada aos resultados das metas de empresa, negócio, individual e avaliação de competências.

DIRETOR NÃO ESTATUTÁRIO: remuneração fixa com base na prática de mercado, remuneração variável atrelada aos resultados das metas de empresa, negócio, individual e avaliação de competências.

COMITÊ DE AUDITORIA: remuneração fixa com base na prática de mercado.

(v) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não há.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Remuneração fixa: responsabilidades atribuídas ao cargo, por meio de avaliação baseada em metodologia específica realizada por consultoria externa especializada em remuneração.

Remuneração variável: considera os resultados das metas de empresa, negócio e/ou área sob responsabilidade do Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário e, também, meta individual e avaliação de competências de cada Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário. Também poderá ser paga, eventualmente, parcela variável adicional em função do reconhecimento de trabalhos específicos, projetos ou metas diferenciadas.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No início de cada ano, são definidas as metas globais da Companhia. Em seguida, estas metas são segregadas, conforme aplicável, às diferentes áreas operacionais da Companhia, de maneira que com cada um dos Diretores Estatutários ou Diretor Não Estatutário seja possível pactuar as metas específicas que cada uma das diferentes áreas operacionais deverá cumprir. Adicionalmente, são pactuadas as metas individuais a serem cumpridas no decorrer do mesmo exercício social. O atendimento a essas metas é acompanhado de forma periódica durante o ano e finalmente apurado ao término do exercício social, sendo esse resultado final a base para o cálculo da remuneração variável, considerando o nível de atendimento de cada indicador. A remuneração variável máxima é definida com base em unidades de salários nominais recebidos pelo Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário, de forma que lhe será finalmente pago o valor de remuneração variável atribuído para aquele nível de atendimento às metas que for verificado, conforme a escala pactuada com o Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário.

Vale notar, ainda, que todas as metas traçadas para cada Diretor Estatutário ou Diretor Não Estatutário terão um peso relativo na avaliação de atendimento às metas mencionadas acima.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da companhia por meio do Ciclo de Gestão da Estratégia no qual ocorre o desdobramento das metas estabelecidas por meio do planejamento estratégico, planejamento orçamentário, acompanhamento da performance e avaliação dos resultados, estabelecendo a remuneração por desempenho. Esta prática é sustentada pelos seguintes pontos:

- Foco nos objetivos estratégicos, representando ações que tenham impacto significativo na melhoria contínua do desempenho da empresa.
- Medição e avaliação dos objetivos de resultado da organização previstos em seu orçamento e sua variação devendo refletir o alcance ou não desses objetivos.
- Definição a partir do desdobramento de metas da empresa.
- Descrição clara, fórmulas e fontes previamente definidas, sendo de fácil entendimento e aferição.
- Comparação das melhores práticas e uniformização da avaliação.

Estes elementos visam a excelência dos resultados da companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração recebida por administradores em função do cargo que ocupam na Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

h. práticas e procedimento adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A remuneração do conselho de administração é definida pelo próprio conselho de administração, por proposta do presidente do conselho de administração, e a remuneração da diretoria executiva é aprovada pelo Presidente do Conselho de Administração, através de documentos e apresentações sobre o assunto.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

São elaborados estudos de prática de mercado por consultorias especializadas em remuneração e os mesmos são levados para tomada de decisão do Presidente do Conselho de Administração. A metodologia utilizada é da empresa Korn Ferry Hay Group com painéis de empresas específicos como critério de comparação com abrangência nacional.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia.

A cada 2 a 3 anos é realizado um estudo de prática de mercado e submetido apreciação do Presidente do Conselho de Administração.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,33	9,00	3,00	20,33
Nº de membros remunerados	8,33	9,00	3,00	20,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.890.000,00	20.521.675,00	601.115,00	23.012.790,00
Benefícios direto e indireto	0,00	2.887.640,00	0,00	2.887.640,00
Participações em comitês	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00
Outros	450.000,00	4.104.335,00	120.223,00	4.674.558,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	42.606.081,00	0,00	42.606.081,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	8.521.216,00	0,00	8.521.216,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	609.714,00	0,00	609.714,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.700.000,00	79.754.662,00	721.338,00	83.176.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,58	5,08	1,58	12,24
Nº de membros remunerados	5,58	5,08	1,58	12,24
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.206.000,00	10.138.812,00	300.558,00	11.645.370,00
Benefícios direto e indireto	0,00	2.434.389,00	0,00	2.434.389,00
Participações em comitês	465.000,00	0,00	0,00	465.000,00
Outros	334.200,00	3.027.762,00	60.112,00	3.422.074,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	13.234.665,00	0,00	13.234.665,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.646.933,00	0,00	2.646.933,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	105.360,00	0,00	105.360,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.005.200,00	30.587.923,00	360.669,00	32.953.792,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,42	4,83	0,00	11,25
Nº de membros remunerados	6,42	4,83	0,00	11,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.384.800,00	10.259.726,00	0,00	11.644.526,00
Benefícios direto e indireto	0,00	2.254.118,00	0,00	2.254.118,00
Participações em comitês	540.000,00	0,00	0,00	540.000,00
Outros	384.960,00	2.053.421,00	0,00	2.438.381,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	19.037.589,00	0,00	19.037.589,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.807.518,00	0,00	3.807.518,00

Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego	0,00	109.786,00	0,00	109.786,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	[1]O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item “10.2.13.b”. Remuneração dos administradores (seção 13) ” do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2018. Número de membros do Conselho de Administração 2017: 77/12 meses = 6,42 membros. Número de membros da Diretoria Estatutária 2017: 58/12 meses = 4,83 membros	[1]O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item “10.2.13.b”. Remuneração dos administradores (seção 13) ” do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2018. Número de membros do Conselho de Administração 2017: 77/12 meses = 6,42 membros. Número de membros da Diretoria Estatutária 2017: 58/12 meses = 4,83 membros		
Total da remuneração	2.309.760,00	37.522.158,00	0,00	39.831.918,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,42	5,83	0,00	12,25
Nº de membros remunerados	6,42	5,83	0,00	12,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	913.200,00	13.081.307,00	0,00	13.994.507,00
Benefícios direto e indireto	0,00	2.460.147,00	0,00	2.460.147,00
Participações em comitês	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00
Outros	254.640,00	2.616.261,00	0,00	2.870.901,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	43.472.094,00	0,00	43.472.094,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	8.694.419,00	0,00	8.694.419,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego	0,00	305.747,00	0,00	305.747,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	[1]O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item “10.2.13.b”. Remuneração dos administradores (seção 13) ” do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2018. Número de membros do Conselho de Administração 2016: 77/12 meses = 6,42 membros. Número de membros da Diretoria Estatutária 2016: 70/12 meses = 5,83 membros	[1]O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membro de cada órgão apurado mensalmente com 2 casas decimais, conforme determinado no item “10.2.13.b”. Remuneração dos administradores (seção 13) ” do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2018. Número de membros do Conselho de Administração 2016: 77/12 meses = 6,42 membros. Número de membros da Diretoria Estatutária 2016: 70/12 meses = 5,83 membros		
Total da remuneração	1.527.840,00	70.629.975,00	0,00	72.157.815,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	5,83	N/A	5,83
Nº de membros remunerados	N/A	5,83	N/A	5,83
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração[2]	N/A	R$ 0	N/A	R$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração[1]	N/A	R$ 53.800.217	N/A	R$ 53.800.217
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R$ 53.800.217	N/A	R$ 53.800.217
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$ 43.472.094	N/A	R$ 43.472.094
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	4,83	N/A	4,83
Nº de membros remunerados	N/A	4,83	N/A	4,83
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração[2]	N/A	R$ 0	N/A	R$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração[1]	N/A	R$ 36.948.031	N/A	R$ 36.948.031
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R$ 36.948.031	N/A	R$ 36.948.031
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$ 19.037.589	N/A	R$ 19.037.589
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	5,00	N/A	5,00
Nº de membros remunerados	N/A	5,00	N/A	5,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração[2]	N/A	R$ 0	N/A	R$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração[1]	N/A	R$ 57.907.975	N/A	R$ 57.907.975
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R$ 43.712.739	N/A	R$ 43.712.739
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R$ 13.234.665	N/A	R$ 13.234.665
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2019)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	N/A	9,00	N/A	9,00
Nº de membros remunerados	N/A	9,00	N/A	9,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração[2]	N/A	R$ 0	N/A	R$ 0
Valor máximo previsto no plano de remuneração[1]	N/A	R$ 45.375.606	N/A	R$ 45.375.606
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	R$ 42.606.081	N/A	R$ 42.606.081
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

[1]O valor máximo previsto para a remuneração variável considera a superação do resultado de todas as metas de empresa, negócio, individual e avaliação de competências.

[2]Não há mínimo garantindo.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não há.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não há.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 INFORMAÇÕES A RESPEITO DAS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

Não há.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções):

Não há.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

COMPANHIA		31/12/2018			
Sociedade	Tipo	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Companhia Siderúrgica Nacional	Ações Ordinárias	1.502	0	0	1.502

CONTROLADORAS		31/12/2018			
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
CFL Participações S.A.	Ações	327.838.304	0	0	327.838.304
Rio Purus Participações S.A.	Ações	1.000*	0	0	1.000
Vicunha Têxtil S.A.	Ações	2650*	0	0	2650

*Inclui eventuais ações detidas por membros da Diretoria que também integram o Conselho de Administração

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 INFORMAÇÕES SOBRE PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS:

A Companhia patrocina aos Diretores Estatutários o plano de previdência complementar da entidade CBS Previdência - Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional, pelo qual os participantes podem contribuir de 3% a 6% do salário nominal/honorários e a patrocinadora contribui com 100% do valor do participante.

	CBS Previdência – Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros (1)	**N/A**	**3,00**
Nº de membros remunerados		3,00
Nome do plano (2)	**N/A**	Plano Misto de Benefício Suplementar e Plano de Benefícios CBSPREV
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	**N/A**	**2**
Condições para se aposentar antecipadamente(3)	**N/A**	(3)
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	**N/A**	R$ 1.696.386,02
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	**N/A**	R$ 100.561.,36
Possibilidade de resgate antecipado e condições	**N/A**	Sim, basta estar desligado da Patrocinadora e não estar em gozo de benefícios na CBS

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

(1) Diretores Estatutários participantes do plano, em 31/12/2018
(2) O Plano Misto de Benefício Suplementar está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, enquanto que o Plano CBSPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Definida pura (sem componentes de riscos atuariais).
(3) Aposentadoria Antecipada: O benefício de aposentadoria antecipada será concedido ao participante mediante requerimento e será pago em parcelas mensais e sucessivas, observadas as condições previstas no regulamento do plano que se encontra disponível na Intranet da empresa, bem como aprovado pela PREVIC e publicado no DOU – Diário Oficial da União, tendo seu valor inicial fixado de acordo com a opção pela forma de recebimento e o montante acumulado em seu respectivo FGB.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018
Nº de membros	5,08	4,83	5,83	5,58	6,42	6,42	1,58
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	5.038.790,00	4.915.361,00	4.560.000,00	475.200,00	396.000,00	264.000,00	120.223,00
Valor da menor remuneração(Reais)	556.771,00	543.132,00	503.866,00	259.200,00	216.000,00	144.000,00	10.019,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.994.520,00	2.122.702,00	2.243.792,00	345.600,00	266.306,00	198.421,00	227.791,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não há.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecido no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2016		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	11,31%	74,72%	N/A

	2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	11,22%	70,08%	N/A

	2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual	25,85%	59,07%	N/A

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DA COMPANHIA COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS:

Não há.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS:

Exercício social 2016 - remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	R$ 13.712,00	N/A	N/A	R$ 13.712,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2016 - demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2017 - remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	R$ 13.712,00	N/A	N/A	R$ 13.712,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Exercício social 2017 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2018 – remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	R$ 11.397,00	N/A	N/A	R$ 11.397,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2018 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não há.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14 – Recursos Humanos

14.1. Descrever os recursos humanos da Companhia, fornecendo as seguintes informações:

a. Número de colaboradores (total por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Empresas	Categorias	Efetivo Próprio em Exercício		
		dez/18	dez/17	dez/16
Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (Filiais):		13.949	13.769	12.802
Filiais Sul	Subtotal	648	638	648
	1. Gerenciamento	6	7	7
	2. Especialista	85	83	88
	3. Administrativo / Operacional	557	548	553
Filiais Minas Gerais	Subtotal	651	608	707
	1. Gerenciamento	9	9	13
	2. Especialista	105	95	118
	3. Administrativo / Operacional	537	504	576
Filiais São Paulo	Subtotal	662	572	596
	1. Gerenciamento	93	83	92
	2. Especialista	517	461	476
	3. Administrativo / Operacional	52	28	28
Filiais Rio de Janeiro	Subtotal	11.893	11.858	10.744
	1. Gerenciamento	101	105	111
	2. Especialista	1.232	1.214	1.219
	3. Administrativo / Operacional	10.560	10.539	9.414
Filiais Nordeste	Subtotal	95	93	107
	1. Gerenciamento	2	2	2
	2. Especialista	15	15	20
	3. Administrativo / Operacional	78	76	85
Estanho de Rondônia S.A.	Subtotal	246	239	196
	1. Gerenciamento	13	3	1
	2. Especialista	209	31	24
	3. Administrativo / Operacional	24	205	171
CSN Mineração S.A.	Subtotal	6.203	6.351	6.147
	1. Gerenciamento	105	49	54
	2. Especialista	4.495	659	674
	3. Administrativo / Operacional	1.603	5.643	5.419
Sepetiba Tecon S.A.	Subtotal	828	823	667
	1. Gerenciamento	15	9	8
	2. Especialista	630	114	109
	3. Administrativo / Operacional	183	700	550
Transnordestina Logística S.A.	Subtotal	191	197	346

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

	1. Gerenciamento	34	14	24
	2. Especialista	117	127	192
	3. Administrativo / Operacional	40	56	130
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	Subtotal	963	910	995
	1. Gerenciamento	59	6	8
	2. Especialista	828	93	97
	3. Administrativo / Operacional	76	811	890
Companhia Metalúrgica Prada	Subtotal	1.136	1.571	1.648
Unidade de Distribuição	1. Gerenciamento	42	8	11
	2. Especialista	213	85	93
	3. Administrativo / Operacional	20	244	254
Unidade de Embalagens	1. Gerenciamento	52	8	7
	2. Especialista	642	80	82
	3. Administrativo / Operacional	167	1.146	1.201
Minérios Nacional S.A.	Subtotal	183	182	30
	1. Gerenciamento	3	1	1
	2. Especialista	149	8	2
	3. Administrativo / Operacional	31	173	27
Lusosider Aços Planos S.A.	Subtotal	209	184	197
	1. Gerenciamento	27	29	29
	2. Especialista	21	21	21
	3. Administrativo / Operacional	161	134	147
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC	Subtotal	209	227	225
	1. Gerenciamento	27	37	25
	2. Especialista	21	34	43
	3. Administrativo / Operacional	161	156	157
CSN MINING Portugal	Subtotal	5	5	0
	1. Gerenciamento	1	1	0
	2. Especialista	4	4	0
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Mining Holding	Subtotal	3	2	0
	1. Gerenciamento	1	1	0
	2. Especialista	2	1	0
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Mining GmbH	Subtotal	0	0	13
	1. Gerenciamento	0	0	2
	2. Especialista	0	0	11
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Steel Holdings 1	Subtotal	0	1	1
	1. Gerenciamento	0	0	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

	2. Especialista	0	1	1
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Europe, Lda	Subtotal	0	0	2
	1. Gerenciamento	-	0	0
	2. Especialista	-	0	2
	3. Administrativo / Operacional	-	0	0
Namisa International Minerios, S.L.U.	Subtotal	0	0	2
	1. Gerenciamento	0	0	1
	2. Especialista	0	0	1
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Americas, S.L.U.	Subtotal	0	1	1
	1. Gerenciamento	0	0	0
	2. Especialista	0	1	1
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Export Europe, S.L.U.	Subtotal	0	1	1
	1. Gerenciamento	0	0	0
	2. Especialista	0	1	1
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Metals, S.L.U.	Subtotal	0	1	2
	1. Gerenciamento	0	0	0
	2. Especialista	0	1	1
	3. Administrativo / Operacional	0	0	1
CSN Minerals, S.L.U.	Subtotal	0	1	1
	1. Gerenciamento	0	0	0
	2. Especialista	0	1	1
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Steel, S.L.U.	Subtotal	5	3	3
	1. Gerenciamento	0	0	0
	2. Especialista	5	3	3
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Productos Siderúrgicos	Subtotal	0	1	1
	1. Gerenciamento	0	0	0
	2. Especialista	0	1	1
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
CSN Resources S.A.	Subtotal	2	2	2
	1. Gerenciamento	1	1	0
	2. Especialista	0	0	1
	3. Administrativo / Operacional	1	1	1
Stahlwerk Thüringen GmbH	Subtotal	716	709	703
	1. Gerenciamento	43	42	40
	2. Especialista	158	150	152
	3. Administrativo / Operacional	515	517	511

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

CSN Mining Asia	Subtotal	9	9	8
	1. Gerenciamento	1	4	3
	2. Especialista	8	5	5
	3. Administrativo / Operacional	0	0	0
Total contemplado	Subtotal	**24.857**	**25.189**	**23.993**

OBS: informações referentes à Companhia e suas controladas

	Categoria	**Efetivo Próprio em Exercício**		
		dez/18	**dez/17**	**dez/16**
Total	Subtotal	**24.857**	**25.189**	**23.993**
	1. Gerenciamento	635	419	439
	2. Especialista	9.456	3.289	3.439
	3. Administrativo / Operacional	14.766	21.481	20.115

As categorias referem-se às seguintes subcategorias:

1. Gerenciamento	Diretores, Assessores, Gerentes Gerais, Gerentes, Coordenadores e Supervisores.
2. Especialista	Cargos de nível superior (ex. Analistas, Especialistas, Engenheiros).
3. Administrativo/Operacional	Cargos técnicos, administrativos e operacionais (Técnicos, Assistentes, Auxiliares, Operadores).

b. Número de terceirizados (total por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Empresas	**Terceiros (Total)**		
	dez/18	**dez/17**	**dez/16**
Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (Filiais):	6.979	5.947	8.426
Filiais Sul	150	184	156
Filiais Minas Gerais	432	419	1.112
Filiais São Paulo	158	73	81
Filiais Rio de Janeiro	6.199	5.218	7.041
Filiais Nordeste	40	53	36
Estanho de Rondônia S.A.	34	27	10
CSN Mineração S.A.	3.384	3.268	3.061
Companhia Metalic Nordeste	0	0	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Sepetiba Tecon S.A.	399	554	377
Transnordestina Logística S.A.	71	98	431
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	265	263	160
Companhia Metalúrgica Prada	280	247	238
Unidade de Embalagens	162	155	139
Unidade de Distribuição	118	92	99
Minérios Nacional S.A	155	105	26
Lusosider Aços Planos S.A.	0	60	57
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC	0	3	3
CSN MINING Portugal	0	0	0
CSN Mining Holding	0	0	0
CSN Mining GmbH	0	0	0
CSN Steel Holdings 1	0	0	0
CSN Europe, Lda	0	0	0
Namisa International Minerios, S.L.U.	0	0	0
CSN Americas, S.L.U.	0	0	0
CSN Export Europe, S.L.U.	0	0	0
CSN Metals, S.L.U.	0	0	0
CSN Minerals, S.L.U.	0	0	0
CSN Steel, S.L.U.	0	0	0
CSN Productos Siderúrgicos	0	0	0
CSN Resources S.A.	0	0	0
SWT	0	0	0
CSN Mining Asia	0	0	0
Total	**11.567**	**10.572**	**12.789**

OBS: informações referentes à Companhia e suas controladas

c. Índice de Rotatividade

Empresas	***Turnover* (Média)**		
	2018	**2017**	**2016**
Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (Filiais):			
Filiais Sul	0,23%	1,10%	1,27%
Filiais Minas Gerais	0,98%	1,05%	0,90%
Filiais São Paulo	1,84%	2,86%	1,60%
Filiais Rio de Janeiro	0,65%	1,67%	1,38%
Filiais Nordeste	1,02%	2,14%	0,92%
Estanho de Rondônia S.A.	1,34%	1,83%	1,26%
CSN Mineração S.A.	1,01%	1,70%	1,28%
Companhia Metalic Nordeste	0,00%	0,00%	0,77%
Sepetiba Tecon S.A.	1,12%	1,95%	0,99%
Transnordestina Logística S.A.	0,68%	3,64%	3,34%
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	1,15%	1,63%	0,72%
Companhia Metalúrgica Prada			
Unidade de Embalagens	2,61%	2,61%	1,78%

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Unidade de Distribuição	1,53%	1,54%	1,13%
Minérios Nacional S.A	2,66%	6,69%	0,85%
Lusosider Aços Planos S.A.	0,38%	0,70%	1,11%
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC	0,34%	0,59%	0,63%
CSN Handel, GmbH	0,00%	0,00%	0,00%
Namisa Handel, GmbH	0,00%	0,00%	0,00%
CSN Mining GmbH	0,00%	0,00%	0,60%
CSN Steel Holdings 1	0,00%	0,00%	4,17%
CSN Europe, Lda	0,00%	0,00%	0,00%
CSN MINING Portugal	0,00%	0,00%	-
CSN Mining Holding	0,00%	0,00%	-
Namisa Europe, Lda	-	-	-
CSN Ibéria, Lda	-	-	-
Namisa International Minerios, S.L.U.	0,00%	0,00%	0,00%
CSN Americas, S.L.U.	0,00%	8,33%	0,00%
CSN Export Europe, S.L.U.	0,00%	0,00%	0,00%
CSN Metals, S.L.U.	0,00%	2,08%	6,25%
CSN Minerals, S.L.U.	0,00%	0,00%	0,00%
CSN Steel, S.L.U.	1,43%	0,00%	4,17%
CSN Productos Siderúrgicos	0,00%	4,17%	9,72%
CSN Resources S.A.	0,00%	2,78%	0,00%
SWT	0,38%	0,23%	0,31%
CSN Mining Asia	0,00%	0,46%	0,00%
Total	**1,06%**	**1,81%**	**1,18%**

OBS: informações referentes à Companhia e suas controladas

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Nos anos de 2015 e 2016, houve um processo de fusão de parte das Filiais de Minas Gerais (Casa de Pedra), Filiais Rio de Janeiro (Itaguaí) e da empresa Nacional Minérios S.A., resultando na absorção de parte dos colaboradores destas unidades pela empresa CSN Mineração e na criação de novas vagas de trabalho na empresa Minérios Nacional.

Em Dez/2016, a empresa Metalic deixou de pertencer ao grupo CSN, sendo vendida para o Grupo Can-Pack e a empresa Namisa Europe, Unipessoal Lda foi liquidada

A empresa Namisa Ásia mudou de denominação social em setembro 2016 para CSN Mining Ásia.

A partir de 2016 estamos reportando informações da empresa SWT.

Em 2017 a Namisa Internacional Minerios, SLU mudou sua nomenclatura para CSN Mining Holding, mantendo os mesmos colaboradores.

Em Julho/17 surge uma nova empresa CSN Mining Portugal composta por 5 colaboradores, sendo que 4 provêm de CSN Mining GmbH que foi liquidada e 1 da CSN Europe que também foi liquidada. Além disso, a CSN Ibéria, Lda também foi liquidada em julho/2017

Em 06/02/18 o órgão registral mercantil espanhol reconhece a fusão por absorção das empresas CSN Americas, CSN Minerals, CSN Metals e CSN Export Europe pela CSN Steel, data a partir da qual as empresas foram consideradas legalmente extintas, contudo perante terceiros e para efeitos de direito mercantil, a fusão retroage à data de 28/12/17.

Em 05 de junho de 2018 a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC, empresa localizada nos Estados Unidos, teve sua razão social alterada para “Heartland Steel Nacional, LLC”. Na mesma data, foi constituída nova sociedade, sob a denominação de “Companhia Siderúrgica Nacional, LLC’, subsidiária integral da Heartland Steel Processing, LLC. Em 28 de junho de 2018 a Companhia Siderúgica Nacional, LLC (“LLC”), passou a ser subsidiária integral da CSN Steel S.L.U. Em 29 de junho de 2018, a Heartland Steel Processing, LLC., foi vendida para a Steel Dynamics, Inc., sendo que as atividades comerciais de importação e distribuição no mercado norte-americano foram mantidas por meio da Companhia Siderúrgica Nacional, LLC.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos colaboradores da Companhia, informando:

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia e suas controladas têm como prática de remuneração propiciar o equilíbrio interno (entre os colaboradores) e externo (de forma competitiva com relação ao mercado), buscando compatibilizar a remuneração oferecida com a responsabilidade exercida pelo cargo, de forma a atrair, reter e motivar seus colaboradores.

Os colaboradores fazem jus à remuneração fixa e variável.

A remuneração fixa é composta por salário nominal mensal, férias e décimo terceiro salário, conforme previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas, com o objetivo de garantir a compatibilização da função exercida com a remuneração paga.

A remuneração variável oferece oportunidade de ganho de remuneração adicional além do salário nominal do colaborador em decorrência dos resultados das metas de empresa, negócio, bem como de sua meta individual ou coletiva e avaliação de competências. Esta remuneração variável é paga anualmente na forma de participação nos resultados com o objetivo de garantir a compatibilização da função exercida com a remuneração paga.

A remuneração variável da Transnordestina Logística S.A. e da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. é aplicável somente aos executivos (Gerência, Alta gerência e Diretores).

A Companhia e suas controladas efetuam reajustes salariais de acordo com a data-base dos acordos ou convenções coletivas aplicáveis. Além disso, concedem aumentos salariais em decorrência de enquadramentos, bem como de méritos e promoções de acordo com o desempenho e nível de engajamento dos colaboradores.

b. política de benefícios

Os benefícios concedidos pela Companhia e por suas controladas estão em linha com a prática de mercado, sendo eles:

Automóvel: aplicável somente ao Diretor Presidente da Companhia, que tem à sua disposição dois veículos blindados.

Auxílio Creche: oferecido na forma da lei, acordo coletivo e/ou convenções coletivas aos colaboradores da Companhia e de suas controladas, com exceção das filiais que não apresentam número mínimo de mulheres para a aplicabilidade do benefício.

Bonificação de Férias: aplica-se o percentual de 36,67% do salário nominal. Esse benefício não é oferecido às filiais da CSN localizadas no Paraná e no Nordeste (Jaboatão dos Guararapes e Camaçari), bem como às controladas Companhia Metalúrgica Prada (“Prada” - Unidades de Distribuição e Embalagens), Sepetiba Tecon S.A. (“Tecon”), Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”) e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“FTL”)

Cesta e Brinquedos de Natal: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores.

Check Up Anual: oferecido somente aos executivos da Companhia e de suas controladas, com exceção da Companhia Metalúrgica Prada - Unidade de Embalagens.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Kit Escolar: oferecido pela Companhia e suas controladas, na forma da lei, dos acordos coletivos ou das convenções coletivas.

Helicóptero: oferecido somente ao Diretor Presidente da Companhia.

Plano de Saúde: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores. A Companhia mantém ainda plano de saúde pós-emprego para um grupo de aposentados existentes na época da privatização, conforme determinado no edital de privatização.

Plano Odontológico: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores, com exceção da Estanho de Rondônia S.A.

Previdência Complementar: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores, com exceção das empresas: TLSA, FTL, Tecon e Prada.

Seguro de Vida: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores.

Vale Alimentação: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores, com exceção da Estanho de Rondônia S.A. e da Companhia Metalúrgica Prada - Unidade de Embalagens.

Vale Refeição ou Refeitório: oferecido pela Companhia e suas controladas a seus colaboradores, com exceção da TLSA e FTL.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos colaboradores não-administradores, identificando:

Não há.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Descrever as relações entre a Companhia e sindicatos

A Companhia e suas controladas mantêm um bom relacionamento com seus colaboradores e com os sindicatos das categorias presentes em cada região. A negociação tem sido o método utilizado para solução de impasses, sempre pautada na busca pelo atendimento aos interesses mútuos.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Não há.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A.					
06.990.482/0001-50		Não	Sim	19/08/2014	
Não					
58.193.503	4,194%	0	0,000%	58.193.503	4,194%
VICUNHA AÇOS S.A.					
04.213.131/0001-08		Não	Sim	31/03/2019	
Não					
679.522.254	48,974%	0	0,000%	679.522.254	48,974%
CFL Participações S.A.					
60.078.045/0001-00		Não	Não	31/03/2019	
Não					
1.000	0,001%	0	0,000%	1.000	0,001%
OUTROS					
642.398.790	46,299%	0	0,000%	642.398.790	46,299%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
7.409.500	0,534%	0	0,000%	7.409.500	0,534%
TOTAL					
1.387.525.047	100,000%	0	0,000%	1.387.525.047	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
CFL Participações S.A.				**60.078.045/0001-00**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
LEO STEINBRUCH					
110.885.048-09	Brasileira	Não	Não		
Não					
327.838.304	33,333	0	0,000	327.838.304	33,333
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
655.677.484	66,667	0	0,000	655.677.484	66,667
TOTAL					
983.515.788	100,000	0	0,000	983.515.788	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
RIO IACO PARTICIPAÇÕES S.A.				**06.990.482/0001-50**	
OUTROS					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A					
60.078.060/0001-59		Não	Sim	19/08/2014	
Não					
602.165.499	99,999	0	0,000	602.165.499	99,999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
602.165.500	100,000	0	0,000	602.165.500	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
VICUNHA AÇOS S.A.				**04.213.131/0001-08**	
OUTROS					
0	0,000	110.521.137	100,000	110.521.137	32,072
TOTAL					
234.073.661	100,000	110.521.137	100,000	344.594.798	100,000
VICUNHA STEEL S.A.					
04.169.992/0001-36		Não	Sim	30/06/2015	
Não					
234.073.661	100,000	0	0,000	234.073.661	67,927

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A				**60.078.060/0001-59**	
BENJAMIN STEINBRUCH					
618.266.778-87		Não	Sim		
Não					
1.000	0,002	0	0,000	1.000	0,002
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Elisabeth Steinbruch Schwarz					
006.990.838-93		Não	Sim		
Não					
1.000	0,002	0	0,000	1.000	0,002
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Espólio de Dorothéa Steinbruch					
		Não	Sim		
Não					
702.191.372	50,005	0	0,000	702.191.372	50,005
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
702.046.223	49,990	0	0,000	702.046.223	49,990

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A				**60.078.060/0001-59**	
Ricardo Steinbruch					
030.626.328-95		Não	Sim		
Não					
1.000	0,001	0	0,000	1.000	0,001

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000

TOTAL					
1.404.240.595	100,000	0	0,000	1.404.240.595	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VICUNHA STEEL S.A.				04.169.992/0001-36	
CFL Participações S.A.					
60.078.045/0001-00		Não	Não	24/10/2016	
Não					
92.509.520	40,000	0	0,000	92.509.520	40,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A					
60.078.060/0001-59		Não	Sim	30/06/2015	
Não					
138.764.278	60,000	0	0,000	138.764.278	60,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
231.273.798	100,000	0	0,000	231.273.798	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
RIO PURUS PARTICIPAÇÕES S.A				**60.078.060/0001-59**	
OUTROS					
1.404.240.595	100,000	0	0,000	1.404.240.595	100,000
TOTAL					
1.404.240.595	100,000	0	0,000	1.404.240.595	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	26/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	31.529
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	701
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	701

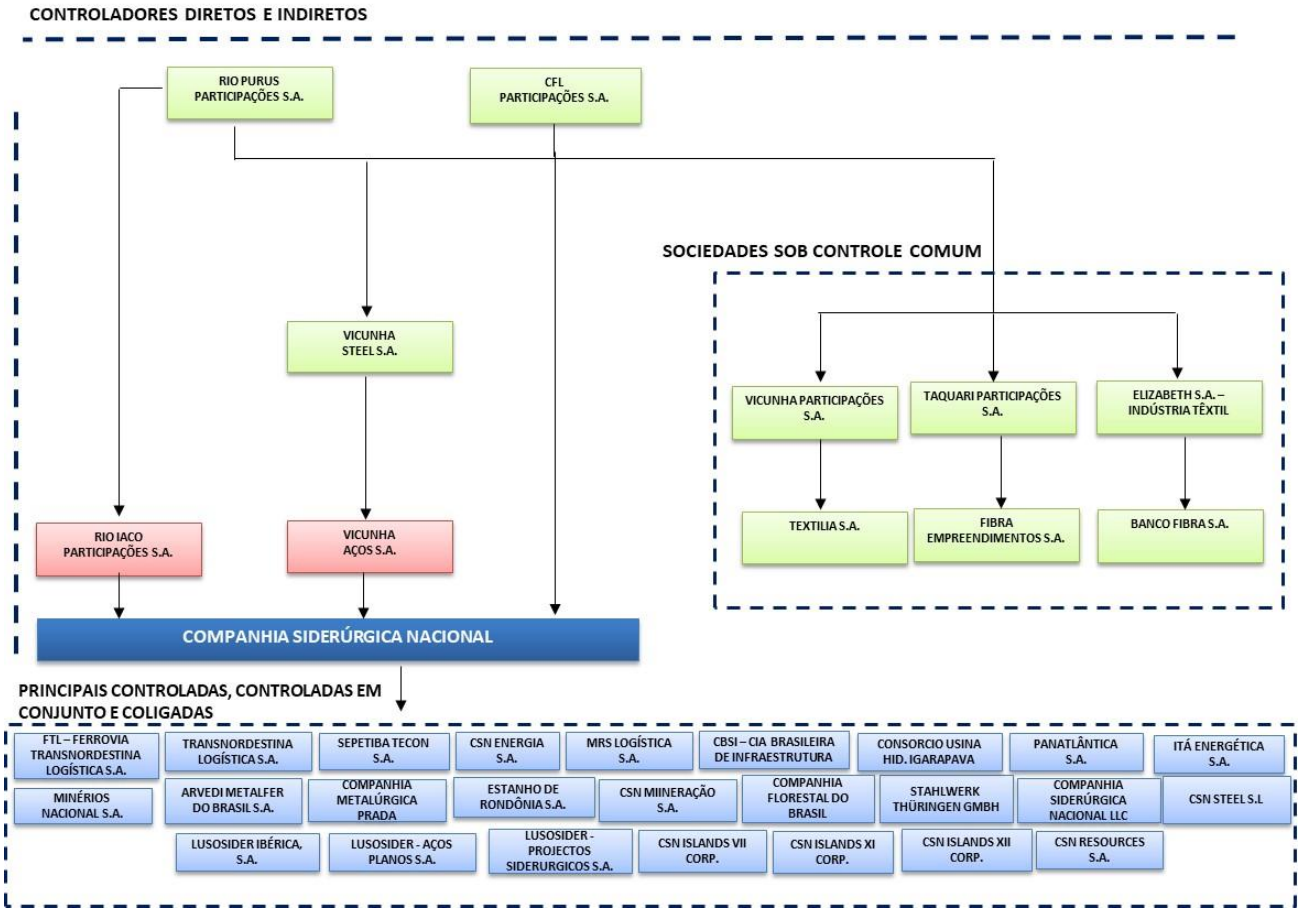
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	642.387.288	46,297%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	642.387.288	46,297%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando: (i) todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações; (ii) principais controladas e coligadas do emissor; (iii) participações do emissor em sociedades do grupo; (iv) participações de sociedades do grupo no emissor; (v) principais sociedades sob controle comum.



Além das participações descritas acima, a Companhia possui uma participação minoritária na Usiminas, que, em 31 de março de 2019, era de 15,19% ações ordinárias e 20,29% ações preferenciais.

Em 09 de abril de 2014, o CADE expediu decisão sobre a participação acionária da Companhia na Usiminas e um Termo de Compromisso de Desempenho (TCD) foi celebrado entre o CADE e a CSN. De acordo com a decisão do CADE e com o TCD, a Companhia deverá reduzir sua participação na Usiminas dentro de um prazo especificado. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos da Companhia na Usiminas deveriam permanecer suspensos até que fosse atingido o limite de participação estabelecido no TCD. Em 20 de março de 2019 a Companhia e o CADE celebraram um aditivo ao TCD, estabelecendo um novo prazo para redução da participação detida pela CSN na Usiminas. O novo prazo e o percentual de redução continuam confidenciais.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

Não há acordo de acionistas arquivado na sede da companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia:

Não há.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

Evento:	Alienação da Cia. Metalic Nordeste
Principais Condições do Negócio:	Em 30 de novembro de 2016, a Companhia concluiu a venda de 100% das ações de emissão de sua controlada Cia. Metalic Nordeste, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.183.070/0001-95, para a Can-Pack Brasil Indústria de Embalagens Ltda., subsidiária brasileira da companhia polonesa de embalagens metálicas Can-Pack S.A. O valor recebido pela Companhia foi de R$ 372.536.929,29, pago à vista em moeda corrente nacional. Tal valor está sujeito a um ajuste pós-fechamento previsto no contrato de compra e venda de ações celebrado entre a Companhia e a Can-Pack S.A.
Sociedades envolvidas:	Companhia, Cia Metalic Nordeste, Can-Pack Brasil Indústria de Embalagens Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia:	Não houve.
Quadro societário antes e depois:	Após a conclusão da operação, a Companhia deixou de deter qualquer participação societária na Cia. Metalic Nordeste.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

Evento:	Alienação da COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, LLC (atualmente denominada Heartland Steel, LLC)
Principais Condições do Negócio:	Em 05 de junho de 2018 a Companhia Siderúrgica Nacional, LLC, empresa localizada nos Estados Unidos, com atuação na decapagem, laminação a frio e galvanização de aços planos teve sua razão social alterada para “Heartland Steel Nacional, LLC”. Na mesma data, foi constituída nova sociedade, sob a denominação de “Companhia Siderúrgica Nacional, LLC”, subsidiária integral da Heartland Steel Processing, LLC. Em 28 de junho de 2018 a nova Companhia Siderúgica Nacional, LLC (“LLC”), passou a ser subsidiária integral da CSN Steel, SLU, subsidiária integral da Companhia. Em 29 de junho de 2018, a Heartland Steel Processing, LLC., foi vendida para a Steel Dynamics, Inc., indústria siderúrgica estadunidense. O valor total recebido pela Companhia foi de US$400.000.000,00, o qual convertido à cotação da época resulta em aproximadamente R$1.500.000.000,00, pago à vista em moeda corrente nacional. Tal montante foi posteriormente ajustado, conforme previsto no contrato firmando entre as partes, tendo a Companhia recebido, em 24 e 25 de setembro de 2018, um valor complementar de aproximadamente US$91.390.000,00 (noventa e um milhões trezentos e noventa mil dólares),

15.7 - Principais Operações Societárias

	o qual convertido à cotação da época resulta em aproximadamente R$371.955.000,00 (trezentos e setenta e um milhões novecentos e cinquenta e cinco mil reais).
Sociedades envolvidas:	Companhia, COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, LLC ((atualmente denominada Heartland Steel, LLC), CSN Steel, SLU e Steel Dynamics, Inc.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia:	Não houve.
Quadro societário antes e depois:	Como parte da operação, foi constituída uma nova COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, LLC, a qual absorveu parte dos ativos não adquiridos pela Steel Dynamics, e a qual permanece como controlada da CSN Steel, SLU. A Companhia deixou de deter qualquer participação societária na antiga COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, LLC (atualmente denominada Heartland Steel, LLC).
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16 – Transações com Partes Relacionadas

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

A despeito da Companhia não adotar uma política de transações com partes relacionadas formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, a realização de transações com partes relacionadas respeitará o disposto no Código de Ética, na regulamentação específica da CVM, na Lei das Sociedades por Ações, bem como na regulamentação contábil do CPC05, que determinam, entre outras regras, a vedação ao acionista ou ao administrador, conforme o caso, de: (i) realizar qualquer ato de liberalidade à custa da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou da assembleia; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores.

Além disso, apesar do estatuto social da Companhia não possuir previsão expressa a respeito das transações com partes relacionadas, o mesmo estabelece todas as matérias que são de competência exclusiva do Conselho de Administração, bem como aquelas que podem ser delegadas à Diretoria Executiva, incluindo transações com partes relacionadas e a deliberação dessas matérias respeitará o disposto no Código de Ética, na regulamentação específica da CVM, na Lei das S.A., bem como a regulamentação contábil do CPC05.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração delegar e fixar alçadas à Diretoria Executiva para a prática de determinados atos, incluindo aqueles celebrados com parte relacionada. Os atos que estejam fora das alçadas fixadas para a Diretoria Executiva deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração.

As políticas financeiras e operacionais da Companhia estabelecem regras a fim de assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia, baseando-se nos principais parâmetros utilizados pelo mercado. Em tais regras, estão abrangidas a contratação, contabilização e tramitação de documentos relativos a mútuos, contas-correntes e adiantamentos para futuros aumentos de capital, com todas as empresas nas quais a Companhia detém participação, situadas no Brasil e no Exterior, definindo o fluxo da operação desde o seu planejamento até a remessa de numerários e seus respectivos registros, controles e aprovações.

Adicionalmente, a Companhia estabelece um controle interno orientado para detectar, prevenir e combater potenciais conflitos de interesses, garantindo que as transações entre partes relacionadas sejam completamente registradas, devidamente classificadas e contabilizadas.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Mineracao S.A.		1,00	1		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Mineracao S.A.		10.642.916,00	10.642.916		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contas a Receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Mineracao S.A.		1,00	1		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Mineracao S.A.		3.008.174,00	3.008.174		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Cessão de Creditos Fiscais						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Cessão de Creditos Fiscais						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Mineracao S.A.		116.943.654,00	116.943.654		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Mineracao S.A. (2)		220.722.620,00	220.722.620		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	13/06/2005	745.317.780,00	756.438.274		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	30/09/2005	77.476.626,00	78.632.614		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Resources S.A. (4)	29/06/2006	1.085.445.559,00	1.098.779.485		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	24/09/2007	724.781.340,00	735.841.195		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	07/01/2008	83.259.537,00	84.530.042		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	14/01/2008	15.499.200,00	15.735.711		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	12/05/2008	154.929.399,00	157.293.556		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	28/11/2008	181.302.634,00	184.069.235		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	01/12/2009	360.356.400,00	362.751.268		01/06/2047	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fixed Rate Notes						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Fixed Rate Notes / 9,13%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	06/01/2011	387.342.871,00	393.253.558		18/08/2022	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 4,07% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Resources S.A. (4)	27/11/2013	525.468.796,00	525.468.796		15/01/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento /6,57% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	11/06/2014	9.687.000,00	96.870.000		15/04/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,35% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	27/06/2014	232.488.000,00	233.018.157		04/02/2025	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,46% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	22/07/2014	19.374.000,00	20.025.093		04/02/2025	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,51% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	25/07/2014	98.032.440,00	98.256.693		04/02/2025	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento /7,49% a.a.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)		60.354.548,00	60.354.548		17/05/2027	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,56% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Resources S.A. (4)	15/04/2024	51.962.615,00	53.023.802		15/04/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 7,50% a.a.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Steel	26/12/2018	427.938.905,00	435.847.192		15/04/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 3,88%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Steel	26/12/2018	369.268.145,00	374.352.711		15/04/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 3,88%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Steel	26/12/2018	200.601.966,00	204.597.629		15/04/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Pré-Pagamento						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Pré-Pagamento / 3,88%						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	27/07/2016	2.343.985,00	2.384.842		15/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	06/09/2016	662.431,00	835.264		15/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	12/09/2016	1.019.124,00	1.282.759		15/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	26/09/2016	1.324.861,00	1.657.820		15/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	21/03/2017	1.511.445,00	1.851.148		15/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	26/05/2017	2.015.676,00	2.318.212		15/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,00%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Estanho de Rondônia S.A.	14/06/2018	6.980.998,00	7.672.154		15/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,00%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.	10/10/2018	2.038.248,00	2.129.517		15/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,00%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.		1.062.871,00	1.062.871		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.		1.766.219,00	1.766.219		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.		562.909,00	562.909		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Estanho de Rondônia S.A.		2.309.394,00	2.309.394		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.		13.322.235,00	13.322.235		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ferrovia Transnordestina Logística S.A.		14.500.661,00	14.500.661		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Cessão de Creditos Fiscais						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Cessão de Creditos Fiscais						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Fundação CSN		251.045,00	1.829.408		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Outros						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Fundos Exclusivos (9)		0,00			N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Derivativos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Derivativos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Lusosider Aços Planos, S.A.		138.678.751,00	138.678.751		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Lusosider Aços Planos, S.A.		880,00	880		N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Comissões						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Comissões						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Minérios Nacional S.A.		1,00	1		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Minérios Nacional S.A.		1.519,00	1.519		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MRS Logística S.A.		23.091.192,00	23.091.192		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MRS Logística S.A.		72.456,00	72.456		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contas a Receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Panatlântica		15.642.852,00	15.642.852		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento ao fornecedor						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Sepetiba Tecon S.A.		12.252.497,00	12.252.497		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Cessão de Creditos Fiscais						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Cessão de Creditos Fiscais						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sepetiba Tecon S.A.		29.481.900,00	29.481.900		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Sepetiba Tecon S/A		102.412.310,00	102.412.310		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contas a receber						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A.		218.840.031,00	218.840.031		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	02/01/2018	39.644.392,00	3.964.392		02/01/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	09/01/2018	952.881,00	952.881		09/01/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	12/01/2018	2.462.203,00	2.661.502		13/01/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	18/01/2018	2.659.913,00	2.871.265		20/01/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	26/01/2018	2.852.528,00	3.072.841		27/01/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	09/02/2018	3.066.544,00	3.292.092		10/02/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos/130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	19/02/2018	2.497.873,00	2.678.039		17/02/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	26/02/2018	2.020.923,00	2.163.098		17/02/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos/ 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	07/03/2018	3.793.179,00	4.050.621		16/03/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	14/03/2018	4.651.281,00	4.958.734		16/03/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	20/03/2018	1.723.338,00	1.834.816		16/03/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	27/03/2018	3.055.333,00	3.247.703		16/03/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	29/03/2018	1.762.065,00	1.871.812		16/03/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	02/04/2018	3.475.212,00	3.690.479		15/04/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	09/04/2018	867.274,00	867.274		15/04/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	13/04/2018	2.484.624,00	2.630.953		15/04/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	19/04/2018	1.668.306,00	1.764.302		15/04/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	27/04/2018	2.725.137,00	2.876.426		15/04/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	03/05/2018	1.325.880,00	1.398.147		15/05/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	14/05/2018	3.161.322,00	3.326.181		15/05/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	18/05/2018	1.230.083,00	1.292.577		15/05/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	29/05/2018	1.930.221,00	2.023.753		15/05/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	01/06/2018	1.194.413,00	1.251.491		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	07/06/2018	3.572.019,00	3.737.946		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	11/06/2018	764.343,00	799.335		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	14/06/2018	4.764.404,00	4.977.746		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	19/06/2018	1.185.241,00	1.237.128		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	15/06/2020						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	26/06/2018	4.267.072,00	4.446.763		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	15/06/2020						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	29/06/2018	6.488.762,00	6.755.532		15/06/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	02/07/2018	3.171.131,00	3.279.634		15/07/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	06/07/2018	2.695.583,00	2.801.925		15/07/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	13/07/2018	2.761.826,00	2.866.199		15/07/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	19/07/2018	2.744.501,00	2.844.581		15/07/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	27/07/2018	1.574.546,00	1.628.838		15/07/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	30/07/2018	2.547.810,00	2.634.818		15/07/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (7)	02/08/2018	952.881,00	984.478		17/08/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	09/08/2018	1.737.606,00	1.792.358		15/08/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos/ 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	13/08/2018	2.922.847,00	3.013.020		17/08/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 17/08/2020						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	17/08/2018	1.870.092,00	1.925.324		17/08/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (7)	29/08/2018	1.482.825,00	1.522.722		17/08/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Vicunha Servicos Ltda.		1.438,00	1.438		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	26/12/2017	510,00	510	N/A	26/12/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 1,25 % do CDI						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Fibra (2)	06/02/2018	60.010.965,00	60.010.965		06/02/2028	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Aplicações Financeiras						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Aplicações Financeiras / 8,13%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Banco Fibra		89.057,00	89.057	N/A	Não Aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Conta Corrente						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Conta Corrente						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Fibra	02/03/2017	14.384,00	14.384	N/A	06/03/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Aplicações Financeiras						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Aplicações Financeiras / 98% do CDI						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Fibra (2)	06/02/2018	32.005.848,00	32.005.848		06/02/2028	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Aplicações Financeiras						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Aplicações Financeiras / 8,13%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CIA EMBALAGENS METÁLICAS MMSA		29.504,00	29.504		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Cia Florestal do Brasil		1.103.423,00	1.103.423		N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contas a Receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Cia Florestal do Brasil		500.000,00	500.000		N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Metalúrgica Prada		1,00	1		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Metalúrgica Prada		254.462.410,00	254.462.410		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Contas a Receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Companhia Metalúrgica Prada		4.957,00	4.957		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento ao fornecedor						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento ao fornecedor						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Companhia Metalúrgica Prada		11.975.292,00	11.975.292		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Companhia Metalúrgica Prada		121.336.190,00	121.336.190		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Debentures						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Debentures						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC		5.046.905,00	5.046.905		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento ao fornecedor						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Adiantamento ao fornecedor						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC		82.622,00	82.622		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC		283.736.959,00	293.736.959		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Comissões e despesas com logistica						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Comissões e despesas com logistica						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Companhia Siderúrgica Nacional, LLC (3)		357.246.804,00	357.246.804		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Energia S.A.		14.308.616,00	14.308.616		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Energia S.A.		13,00	13		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	AFAC						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	AFAC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Energia S.A.		100.330.614,00	100.330.614		N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	27/12/2017	3.118.519,00	3.383.712	N/A	27/12/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Panatlântica		1.500.000,00	1.500.000	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Despesas a Apropriar						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Despesas a apropriar						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Islands XI Corp (5)	21/08/2015	179.676.754,00	179.676.754		19/08/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Partifib Projetos Imobiliários		263.366,00	263.366	N/A	Não Aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CSN Islands XII Corp (6)	18/08/2015	30.998.400,00	30.998.400		19/08/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	08/11/2013	98.763.888,00	138.781.769	N/A	15/03/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
CSN Islands XII Corp (6)	19/08/2015	38.748.000,00	387.480.000		19/08/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XII Corp (6)	21/08/2015	127.868.400,00	127.868.400		19/08/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XII Corp (6)	21/08/2015	10.163.816,00	10.163.816		19/08/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XII Corp (6)	25/08/2015	387.480,00	387.480.000		19/08/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CSN Islands XII Corp (6)	26/08/2015	38.748.000,00	387.480.000		19/08/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos Intercompany						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos Intercompany						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	16/04/2013	149.735.829,00	246.221.445	N/A	15/03/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	28/12/2017	3.183.743,00	3.453.295	N/A	27/12/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)		248.260,00	248.260	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Comissões						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Comissões						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Transnordestina Logística S.A. (1)	17/11/2017	173.251,00	189.136	N/A	18/11/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	27/11/2017	594.149,00	647.250	N/A	27/11/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	29/11/2017	2.176.101,00	2.368.908	N/A	29/11/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	01/11/2017	611.474,00	669.903	N/A	01/11/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	09/11/2017	1.222.949,00	1.337.439	N/A	11/11/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	07/12/2017	2.955.459,00	3.221.146	N/A	09/12/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	14/12/2017	5.291.291,00	5.757.060	N/A	16/12/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Fundação CSN		251.045,00	251.045	N/A	Não Aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Fundos Exclusivos (2)		6.988.618,00	6.988.618	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Aplicações Financeiras						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Aplicações Financeiras						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Fundos Exclusivos (2)		103.640.053,00	103.640.053	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Investimentos						
Objeto contrato	Investimentos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Investimentos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CBS Previdência		85.414.765,00	85.414.765	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Ativo Atuarial						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Ativo Atuarial						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CBSI Companhia Brasileira de Serviços e Infrestrutura		3.474,00	3.474	N/A	Não Aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Panatlântica		51.527.478,00	51.527.478	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CBSI Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura		28.212.078,00	28.212.078	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
MRS Logística S.A		45.074.102,00	45.074.102	N/A	Não Aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	Take or pay pelos volumes anuais contratados						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Arverdi Metalfer do Brasil S.A		29.030.201,00	29.030.201	N/A	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Fornecimento de Bens e Serviços						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de Bens e Serviços						
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	08/12/2017	1.350.339,00	1.350.339	N/A	09/12/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CBS Previdência		7.981.711,00	7.981.711	Não aplicável	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Passivo Atuarial						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Passivo Atuarial						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	19/12/2017	3.442.600,00	3.442.600	N/A	19/12/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	08/05/2014	31.582.729,00	31.582.729	N/A	15/04/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Arverdi Metalfer do Brasil S.A	12/04/2013	1.281.191,00	2.675.529	N/A	15/03/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outros						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 100,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	28/09/2017	2.979.576,00	3.293.105	N/A	30/09/2019	SIM	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	30/10/2017	2.610.204,00	2.861.644	N/A	30/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	25/10/2017	1.606.580,00	1.763.272	N/A	25/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	02/10/2017	2.945.822,00	3.253.273	N/A	02/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	16/11/2017	2.588.575,00	2.826.912	N/A	18/11/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos /125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	08/07/2014	1.791.492,00	2.999.248	N/A	15/03/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Joint VentureControlada Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	28/07/2014	3.289.449,00	5.468.053	N/A	15/03/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 130,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Transnordestina Logística S.A. (1)	16/10/2017	3.472.031,00	3.821.029	N/A	16/10/2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimos						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Este contrato poderá ser resolvido mediante consenso entre as partes atraves de cominicação por escrito						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos / 125,0%						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionadas no item 16.2 acima, ocorridas no último exercício social:

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses
Uma das medidas adotadas pela Companhia para tratar de conflito de interesses foi estabelecer em seu Estatuto Social competência exclusiva ao Conselho de Administração para delegar e fixar alçadas à Diretoria Executiva para celebração de quaisquer negócios jurídicos entre a Companhia e as sociedades por ela controladas, direta ou indiretamente, incluindo a contratação de empréstimos e financiamentos. Nos termos do Estatuto Social, os negócios jurídicos que estejam fora das alçadas fixadas para a Diretoria Executiva deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração. Neste contexto, havendo possibilidade de conflito de interesses envolvendo administrador da Companhia, este deverá abster-se de votar em qualquer deliberação que envolva a transação objeto do conflito, cabendo à decisão aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Tanto os administradores, quanto todos os colaboradores da Companhia estão vinculados ao Código de Ética, que possui regras e princípios norteadores que visam proteger a Companhia contra qualquer tomada de decisão que possa prejudicar os seus interesses. Especificamente sobre as transações indicadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia tomou as seguintes medidas para tratar de conflito de interesses: Operações Mercantis (contratos de fornecimento, contas a receber, adiantamento de cliente, etc.): as transações foram realizadas entre partes relacionadas respeitando os mesmos termos e condições usualmente negociados pela Companhia com terceiros, inclusive no que refere ao preço e aos prazos de pagamento. Os saldos indicados (contas a receber) são pontualmente liquidados conforme as datas fixadas nas respectivas ordens de compra, mediante fechamento de contratos de câmbio. Operações Financeiras (empréstimos, pré-pagamento, etc.): os contratos financeiros celebrados entre a Companhia e partes relacionadas estão sujeitos a taxas de juros praticadas no mercado. Os saldos são regularmente atualizados pelos encargos contratados e acrescidos de variação cambial, quando aplicável.
b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado
As principais informações relacionadas às operações com partes relacionadas são submetidas aos auditores independentes e divulgadas aos acionistas e ao mercado em geral, em notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, conforme regras aplicáveis. Essas informações divulgadas devem discriminar (i) as partes e sua relação com a Companhia; (ii) o montante das transações; (iii) o montante dos saldos existentes; (iv) seus termos e condições, incluindo se possuem garantia; (v) a natureza do montante a ser pago; (vi) informações de quaisquer garantias dadas ou recebidas; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes e (ix) despesa reconhecida durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de liquidação duvidosa de partes relacionadas. Este procedimento adotado pela Companhia demonstra que as transações com partes relacionadas são realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e são precedidas por avaliações adequadas de suas condições, sempre observando o estrito interesse da Companhia em sua realização.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
25/03/2010	4.540.000.000,00	Não aplicável	1.387.524.047	0	1.387.524.047
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
25/03/2010	4.540.000.000,00	Não aplicável	1.387.524.047	0	1.387.524.047
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
25/03/2010	4.540.000.000,00		1.387.524.047	0	1.387.524.047
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
25/03/2010	0,00	Não Aplicável	2.400.000.000	0	2.400.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve aumento de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramentos, grupamentos ou bonificações de ações nos últimos três exercícios sociais.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 – Outras informações relevantes:

Não há.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei nº 6.404/76, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativas às ações detidas na proporção de suas participações no capital social. De acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, serão distribuídos como dividendos, em cada exercício social, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas deverão receber os pagamentos relativos a reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social, após pagamento de todas as obrigações. Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em AGE poderão retirar-se da Companhia, nos termos previstos na Lei nº 6.404/76. O valor de reembolso das ações é o quociente da divisão do valor patrimonial da Companhia, pelo número total das ações emitidas, excluídas as ações em tesouraria.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Não há possibilidade de resgate de ações, exceto aquelas previstas na Lei nº 6.404/76.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei nº 6.404/76, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei nº 6.404/76; (iv) ter preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei nº 6.404/76; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei nº 6.404/76. Fórmula de cálculo do valor de resgate: Não há
Outras características relevantes	Não há

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

Não há quaisquer exceções e/ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.260.130.868	11,33	8,10	R$ por Unidade	9,89
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.117.020.501	9,80	7,35	R$ por Unidade	8,65
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.703.474.425	10,04	7,53	R$ por Unidade	8,77
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.423.618.824	10,32	8,32	R$ por Unidade	9,28

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.196.666.760	12,70	9,11	R$ por Unidade	11,46
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.155.064.210	9,29	6,02	R$ por Unidade	7,23
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.649.604.620	11,22	7,06	R$ por Unidade	8,56
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.151.690.980	10,86	7,26	R$ por Unidade	8,52

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.465.349.532	8,23	3,17	R$ por Unidade	5,13
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.601.522.130	13,66	6,37	R$ por Unidade	8,98
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.951.952.030	11,35	8,01	R$ por Unidade	9,63
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.252.205.700	13,34	9,42	R$ por Unidade	10,81

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	10ª Emissão de Debêntures CSN
Data de emissão	26/12/2018
Data de vencimento	26/12/2023
Quantidade (Unidades)	1.950.000
Valor total (Reais)	1.950.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Sim, nos termos previstos na Instrução CVM nº 476/2009
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipóteses de resgate: resgate antecipado facultativo permitido, a qualquer tempo. Fórmula de cálculo do valor de resgate: o resgate antecipado facultativo será realizado mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a data de 1ª integralização ou a data de pagamento de juros imediatamente anterior, a que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo, acrescido de prêmio, nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto outros quóruns previstos na Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, exceto no caso de alteração dos juros remuneratórios, datas de pagamento de quaisquer valores previstos, vencimento, inclusão de novas hipóteses de resgate antecipado e/ou amortização extraordinária, quórum; garantias e hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, pelo menos, 90% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Todas as características relevantes já foram previamente descritas.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão de Debêntures CSN
Data de emissão	28/03/2014
Data de vencimento	28/03/2021
Quantidade (Unidades)	40.000
Valor total (Reais)	400.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	326.292.640,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos previstos na Instrução CVM nº 476/2009.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipóteses de resgate: resgate antecipado facultativo permitido, a qualquer tempo a partir do 37º mês a contar da data de emissão. Fórmula de cálculo do valor de resgate: O resgate antecipado facultativo será realizado mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a data de 1ª integralização ou a data de pagamento de juros imediatamente anterior, a que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo, acrescido de prêmio, nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto outros quóruns previstos na Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, exceto no caso de alteração dos juros remuneratórios, datas de pagamento de juros, data de vencimento e hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, pelo menos, 90% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Todas as características relevantes já foram previamente descritas.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures CSN
Data de emissão	20/07/2011
Data de vencimento	20/07/2019
Quantidade (Unidades)	115
Valor total (Reais)	1.150.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	778.290.473,43
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos previstos na Instrução CVM nº 476/2009.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipóteses de resgate: resgate antecipado facultativo permitido, a qualquer tempo. Fórmula de cálculo do valor de resgate: o resgate antecipado facultativo será realizado mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a última data de pagamento de juros até a data do efetivo resgate antecipado facultativo, acrescido de prêmio, nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto outros quóruns previstos na Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em Circulação, exceto no caso de alteração dos juros remuneratórios, datas de pagamento de juros, vencimento e hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, pelo menos, 90% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Todas as características relevantes já foram previamente descritas.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	8ª Emissão de Debêntures CSN

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Data de emissão	09/01/2015
Data de vencimento	09/01/2022
Quantidade (Unidades)	10.000
Valor total (Reais)	100.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	104.359.448,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos previstos na Instrução CVM nº 476/2009.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipóteses de resgate: Resgate antecipado facultativo permitido, a qualquer tempo a partir do 37º mês a contar da data de emissão. Fórmula de cálculo do valor de resgate: o resgate antecipado facultativo será realizado mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a data de 1ª integralização ou a data de pagamento de juros imediatamente anterior, a que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo, acrescido de prêmio, nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto outros quóruns previstos na Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, exceto no caso de alteração dos juros remuneratórios, datas de pagamento de juros, data de vencimento e hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, pelo menos, 90% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Todas as características relevantes já foram previamente descritas.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	9ª Emissão de Debêntures CSN
Data de emissão	25/06/2015
Data de vencimento	30/03/2022
Quantidade (Unidades)	10.000
Valor total (Reais)	100.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	84.975.822,68
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos previstos na Instrução CVM nº 476/2009.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Hipóteses de resgate: resgate antecipado facultativo permitido, a qualquer tempo a partir de 1º de maio de 2019. Fórmula de cálculo do valor de resgate: o resgate antecipado facultativo será realizado mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a data de integralização ou a data de pagamento de juros imediatamente anterior, a que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo, acrescido dos eventuais encargos devidos e de prêmio, nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Exceto outros quóruns previstos na Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, exceto no caso de alteração dos juros remuneratórios, datas de pagamento de juros, data de vencimento e hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, pelo menos, 90% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Todas as características relevantes já foram previamente descritas.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação:

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação na B3S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código CSNA3.

As debêntures da 5ª emissão da Companhia que se encontram em circulação foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela B3.

As debêntures da 7ª emissão da Companhia que se encontram em circulação foram registradas para negociação no mercado secundário no CETIP21, administrado pela B3.

As debêntures da 8ª emissão da Companhia que se encontram em circulação foram registradas para negociação no mercado secundário no CETIP21, administrado pela B3.

As debêntures da 9ª emissão da Companhia que se encontram em circulação foram registradas para negociação no mercado secundário no CETIP21, administrado pela B3.

As debêntures da 10ª emissão da Companhia que se encontram em circulação foram registradas para negociação no mercado secundário no CETIP21, administrado pela B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	**Data de admissão**	**Data de Início listagem**	**Percentual**
Descrição de Segmento de Negociação		**Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior**	
Descrição do Banco Depositário		**Descrição da Instituição Custodiante**	
ADR	ADR	Estados Unidos	Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE)
Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE)	14/11/1997	14/11/1997	0.000000%
Sim:		Sim:	
Sim:		Não	

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	Eurobond CSN Resources Jurisdição: Nova York, Estados Unidos
Data de emissão	17/04/2019
Data de vencimento	13/02/2023
Quantidade (Unidades)	400.000
Valor nominal global (Reais)	400.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas podem ser vendidas somente para investidores institucionais qualificados e investidores não residentes nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, até que transcorra o prazo previsto na mesma regra.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate antes do vencimento permitido a qualquer tempo, com notificação de 30 a 60 dias de antecedência da data de liquidação. Caso o resgate ocorra antes de 13 de fevereiro de 2021, deverá ser pago valor igual ao maior dentre (A) 100% do valor de principal dos títulos resgatados e (B) a soma do valor presente na data de resgate (i) do preço de resgate dos títulos e (ii) de todos os juros incorridos sobre o mesmo até a data de 13 de fevereiro de 2021 (excluídos os juros acumulados mais ainda não pagos na data do resgate), mais, em cada caso, quaisquer juros incorridos e ainda não pagos e demais valores devidos. Ocorrendo o resgate após 13 de fevereiro de 2021, deverá ser feito o pagamento do preço de resgate dos títulos, acrescido juros incorridos e ainda não pagos até a data do referido resgate.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Consentimento da maioria dos detentores das notas ou sem o consentimento destes, desde que de forma satisfatória ao Agente Fiduciário.
Outras características relevantes	Restrição a constituição de garantias, exceto as permitidas pelo contrato da emissão.

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	Eurobond CSN Resources Jurisdição: Nova York, Estados Unidos
Data de emissão	17/04/2019
Quantidade (Unidades)	600.000
Valor nominal global (Reais)	600.000.000,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas podem ser vendidas somente para investidores institucionais qualificados e investidores não residentes nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, até que transcorra o prazo previsto na mesma regra.
Conversibilidade	Não

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate antes do vencimento permitido a qualquer tempo, com notificação de 30 a 60 dias de antecedência da data de liquidação. Caso o resgate ocorra antes de 17 de abril de 2022, deverá ser pago valor igual ao maior dentre (A) 100% do valor de principal dos títulos resgatados e (B) a soma do valor presente na data de resgate (i) do preço de resgate dos títulos e (ii) de todos os juros incorridos sobre o mesmo até a data de 17 de abril de 2022 (excluídos os juros acumulados mais ainda não pagos na data do resgate), mais, em cada caso, quaisquer juros incorridos e ainda não pagos e demais valores devidos. Ocorrendo o resgate após 17 de abril de 2022, deverá ser feito o pagamento do preço de resgate dos títulos, acrescido juros incorridos e ainda não pagos até a data do referido resgate.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Consentimento da maioria dos detentores das notas ou sem o consentimento destes, desde que de forma satisfatória ao Agente Fiduciário.
Outras características relevantes	Restrição a constituição de garantias, exceto as permitidas pelo contrato da emissão.

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	Eurobond CSN Islands XII Perpetual Jurisdição: Nova York, Estados Unidos
Data de emissão	23/09/2010
Quantidade (Unidades)	1.000.000
Valor nominal global (Reais)	1.000.000.000,00
Saldo devedor em aberto	1.001.555.555,56
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas podem ser vendidas somente para investidores institucionais qualificados e investidores não residentes nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, até que transcorra o prazo previsto na mesma regra
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate antes do vencimento permitido nas datas de pagamento de juros a partir de 23/09/2015 com notificação de 30 a 60 dias de antecedência à data de liquidação antecipada, mediante pagamento do saldo devedor total da emissão, acrescido dos juros incorridos e ainda não pagos e demais valores devidos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Consentimento da maioria dos detentores das notas ou sem o consentimento destes, desde que de forma satisfatória ao Agente Fiduciário.
Outras características relevantes	Restrição a constituição de garantias, exceto as permitidas pelo contrato, para garantia de quaisquer títulos negociados fora do Brasil sem que, ao mesmo tempo ou antes das mesmas, seja garantida esta nota e suas demais obrigações. Os Eurobonds são perpétuos, com juros trimestrais.

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	Eurobond CSN Resources Jurisdição: Nova York, Estados Unidos
Data de emissão	21/07/2010
Data de vencimento	21/07/2020

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Quantidade (Unidades)	1.000.000
Valor nominal global (Reais)	1.000.000.000,00
Saldo devedor em aberto	1.028.888.888,89
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas podem ser vendidas somente para investidores institucionais qualificados e investidores não residentes nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, até que transcorra o prazo previsto na mesma regra.
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	As notas podem ser vendidas somente para investidores institucionais qualificados e investidores não residentes nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, até que transcorra o prazo previsto na mesma regra.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate antes do vencimento permitido a qualquer tempo, com notificação de 30 a 60 dias antes da data de liquidação, mediante pagamento do saldo devedor total da emissão, acrescido de prêmio pela liquidação antecipada e de juros incorridos e ainda não pagos e demais valores devidos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Consentimento da maioria dos detentores das notas ou sem o consentimento destes, desde que de forma satisfatória ao Agente Fiduciário.
Outras características relevantes	Restrição a constituição de garantias, exceto as permitidas pelo contrato, para garantia de quaisquer títulos negociados fora do Brasil sem que, ao mesmo tempo ou antes das mesmas, seja garantida esta nota e suas demais obrigações.

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	Eurobond CSN Resources Jurisdição: Nova York, Estados Unidos
Data de emissão	13/02/2018
Data de vencimento	13/02/2023
Quantidade (Unidades)	350.000
Valor nominal global (Reais)	350.000.000,00
Saldo devedor em aberto	360.230.208,33
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas podem ser vendidas somente para investidores institucionais qualificados e investidores não residentes nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, até que transcorra o prazo previsto na mesma regra.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate antes do vencimento permitido a qualquer tempo, com notificação de 30 a 60 dias antes da data de liquidação. Caso o resgate ocorra antes de 13 de fevereiro de 2021, deverá ser pago valor igual ao maior dentre (A) 100% do valor de principal dos títulos resgatados e (B) a soma do valor presente na data de resgate (i) do preço de resgate dos títulos e (ii) de todos os juros incorridos sobre o mesmo até a data de 13 de fevereiro de 2021 (excluídos os juros acumulados mais ainda não pagos na data do resgate), mais, em cada caso, quaisquer juros incorridos e ainda não pagos e demais valores devidos. Ocorrendo o resgate após 13 de fevereiro de 2021, deverá ser feito o pagamento do preço de resgate dos títulos, acrescido juros incorridos e ainda não pagos até a data do referido resgate.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Consentimento da maioria dos detentores das notas ou sem o consentimento destes, desde que de forma satisfatória ao Agente Fiduciário.
Outras características relevantes	Restrição a constituição de garantias, exceto as permitidas pelo contrato da emissão.

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	Eurobond CSN Islands XI Jurisdição: Nova York, Estados Unidos
Data de emissão	21/09/2009
Data de vencimento	21/09/2019
Quantidade (Unidades)	547.094
Valor nominal global (Reais)	547.094.000,00
Saldo devedor em aberto	557.541.975,69
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate antes do vencimento permitido a qualquer tempo, com notificação de 30 a 60 dias antes da data de liquidação, mediante pagamento do saldo devedor total da emissão, acrescido de prêmio pela liquidação antecipada e de juros incorridos e ainda não pagos e demais valores devidos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Consentimento da maioria dos detentores das notas ou sem o consentimento destes, desde que de forma satisfatória ao Agente Fiduciário.
Outras características relevantes	Restrição a constituição de garantias, exceto as permitidas pelo contrato, para garantia de quaisquer títulos negociados fora do Brasil sem que, ao mesmo tempo ou antes das mesmas, seja garantida esta nota e suas demais obrigações.

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	Eurobond CSN Resources Jurisdição: Nova York, Estados Unidos
Data de emissão	03/02/2012
Data de vencimento	21/07/2020
Quantidade (Unidades)	52.906
Valor nominal global (Reais)	52.906.000,00

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Saldo devedor em aberto	54.434.395,56
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas podem ser vendidas somente para investidores institucionais qualificados e investidores não residentes nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, até que transcorra o prazo previsto na mesma regra.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate antes do vencimento permitido a qualquer tempo, com notificação de 30 a 60 dias antes da data de liquidação, mediante pagamento do saldo devedor total da emissão, acrescido de prêmio pela liquidação antecipada e de juros incorridos e ainda não pagos e demais valores devidos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Consentimento da maioria dos detentores das notas ou sem o consentimento destes, desde que de forma satisfatória ao Agente Fiduciário.
Outras características relevantes	Restrição a constituição de garantias, exceto as permitidas pelo contrato, para garantia de quaisquer títulos negociados fora do Brasil sem que, ao mesmo tempo ou antes das mesmas, seja garantida esta nota e suas demais obrigações.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia:

A Companhia realizou nos últimos 3 exercícios as seguintes Ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de sua emissão:

8ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, emitida em 09 de janeiro de 2015;

2ª Emissão de Notas promissórias comerciais para distribuição pública com esforços restritos de colocação, emitida em 30 de março de 2015 e resgatadas com os recursos da 9ª Emissão de debêntures;

9ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, emitida em 25 de junho de 2015.

Em 13 de fevereiro de 2018, houve a captação de recursos adicionais no exterior pela CSN Resources S.A., sociedade controlada pela Companhia, via emissão de Euro Bonds no valor de US$350 milhões, com taxa de 7.625% ao ano.

Para mais informações sobre essas ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários da Companhia, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:

Os recursos líquidos captados foram destinados ao refinanciamento de dívidas e liquidação total ou parcial de valores mobiliários emitidos pela Companhia;

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não houve desvios relevantes na aplicação dos recursos.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não houve.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro:

Não há.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes:

Não

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
31/03/2015	01/04/2015 à 30/06/2015	1.895.492.473,49	Ordinária		32.770.055	5,190000	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; Spinelli S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Cambio: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 4º andar, Pinheiros, São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5thAvenue – 50thFloor – Nova York									
30/12/2014	31/12/2014 à 31/03/2015	724.241.544,53	Ordinária		34.611.155	5,480000	1.841.100	5,10	R$ por Unidade	5,320000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; Spinelli S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Cambio: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 4º andar, Pinheiros, São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5thAvenue – 50thFloor – Nova York									
29/09/2014	29/09/2014 à 29/12/2014	1.373.307.527,97	Ordinária		56.369.755	8,920000	21.758.600	7,49	R$ por Unidade	38,600000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; Spinelli S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Cambio: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 4º andar, Pinheiros, São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5thAvenue – 50thFloor – Nova York									
19/08/2014	19/08/2014 à 25/09/2014	1.373.307.527,97	Ordinária		63.161.055	10,000000	6.791.300	9,82	R$ por Unidade	10,750000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; Spinelli S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Cambio: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 4º andar, Pinheiros, São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5thAvenue – 50thFloor – Nova York									
18/07/2014	18/07/2014 à 18/08/2014	1.490.052.050,32	Ordinária		64.205.661	10,000000	240.400	11,40	R$ por Unidade	0,370000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; Spinelli S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Cambio: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 4º andar, Pinheiros, São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5thAvenue – 50thFloor – Nova York									
26/06/2014	26/06/2014 à 17/07/2014	2.052.925.762,02	Ordinária		26.781.661	3,810000	26.781.661	10,42	R$ por Unidade	100,000000

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5thAvenue – 50thFloor – Nova York										
23/05/2014	26/05/2014 à 25/06/2014	2.052.925.762,02	Ordinária		58.326.161	8,310000	31.544.500	9,21	R$ por Unidade	54,080000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5th Avenue – 50th Floor – Nova York										
15/04/2014	16/04/2014 à 23/05/2014	2.052.925.762,02	Ordinária		67.855.661	9,670000	9.529.500	8,97	R$ por Unidade	14,040000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5th Avenue – 50th Floor – Nova York.										
13/03/2014	14/03/2014 à 14/04/2014	2.052.925.762,02	Ordinária		70.205.661	10,000000	2.350.000	9,34	R$ por Unidade	3,350000
O objetivo da Companhia na operação foi maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e do acompanhamento das oscilações no mercado. Itaú Corretora de Valores S.A.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 – 10º andar - São Paulo/SP; BTG Pactual Corretora de Mercadorias Ltda.: Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 10º andar – São Paulo/SP; e Itaú USA Securities Inc.: 767 5º Avenue – 50º Floor – Nova York.										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 31/12/2018

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	30.391.000	
Quantidade adquirida	0	9,29
Quantidade alienada	22.981.500	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	7.409.500	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2017

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	30.391.000	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	30.391.000	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2016

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	30.391.000	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	30.391.000
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações que a Companhia julga relevantes

Alienação de Ações em Tesouraria

A Companhia divulgou fato relevante em 20 de abril de 2018 informando que o Conselho de Administração autorizou, a alienação, pela Companhia, de até 30.391.000 ações ordinárias de sua própria emissão, mantidas em tesouraria. As operações de alienação foram realizadas entre 20 e 23 de abril de 2018, mediante negociações em Bolsa de Valores, a preço de mercado totalizando 22.981.500 ações no valor total de R$213.494 milhões (cotação média R$9,29), reconhecendo um ganho de R$32.690 milhões no patrimônio líquido da Companhia.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**15/12/2016**
Órgão responsável pela aprovação	Política aprovada pelo Conselho da Admin
Cargo e/ou função	As normas e procedimentos para a negociação de Valores Mobiliários previstas na Política de Negociação devem ser observadas pela Companhia e por: (i) Administradores; (ii) Acionista Controlador; (iii) membros do Conselho Fiscal e dos demais Órgãos Técnicos e Consultivos; (iii) Consultores, Colaboradores e Executivos com Acesso a Informação Relevante; e, ainda, (iv) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, no Acionista Controlador, nas Controladas e Coligadas, tenha acesso a Informação Relevante. As normas da Política de Negociação também se aplicam nos casos em que as negociações sejam realizadas pelas pessoas sujeitas à Política de Negociação por meio de (i) sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, (ii) por quaisquer terceiros com quem for mandatado contrato de fidúcia ou administração de carteira de ações e (iii) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as), filhos(as) e quaisquer dependentes incluídos.

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação da Companhia estabelece as regras para negociação de Valores Mobiliários, determinando as normas de conduta e os procedimentos a serem observados pela Companhia, Pessoas Vinculadas e Pessoas Ligadas quando da negociação de Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, de forma a afastar a presunção de uso inadequado de Informação Relevante e demonstrar ao Público Investidor que a Companhia está atenta à lisura e transparência de operações envolvendo seus Valores Mobiliários.
Esta Política define os períodos nos quais a Companhia, Pessoas Vinculadas e Pessoas Ligadas deverão abster-se de negociar Valores Mobiliários, direta ou indiretamente.
A Política de Negociação define os períodos nos quais a Companhia, Pessoas Vinculadas e Pessoa Ligadas deverão abster-se de negociar Valores Mobiliários, direta ou indiretamente e tem como princípios fundamentais os valores da boa-fé, lealdade, veracidade e transparência, de forma que as operações e a situação econômico-financeira da Companhia são refletidas no mercado de forma fiel. Assim, as informações relevantes são divulgadas pela Companhia sempre que necessário, de forma clara, precisa e nos momentos oportunos, assegurando a igualdade e a transparência dessa divulgação a todos os interessados, sem privilegiar alguns em prejuízo dos outros, evitando, assim, o uso indevido de Informações Privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, dos mercados de Valores Mobiliários e da própria Companhia.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	É vedada a negociação de Valores Mobiliários: a) antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante por parte da Companhia, Pessoas Vinculadas, Pessoas Ligadas e por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, em seu acionista controlador, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante, até que a CSN divulgue tal informação ao mercado; b) ao acionista controlador, direto ou indireto, bem como aos administradores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; c) à Companhia, às Pessoas Vinculadas e às Pessoas Ligadas sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; d) à Companhia, às Pessoas Vinculadas e às Pessoas Ligadas após a divulgação de ato ou fato relevante caso a negociação possa, a juízo da CSN, interferir nas condições dos negócios com ações da CSN, de maneira a resultar prejuízo à própria CSN ou a seus acionistas. Sempre que a CSN decidir pela manutenção da vedação de negociação, o Diretor de Relações com Investidores divulgará tal decisão por meio de comunicação por escrito a essas pessoas; e) aos ex-administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação de informação relevante originada durante seu período de gestão, estendendo-se esta vedação até o encerramento do prazo de 06 (seis) meses contado da data de seu afastamento, ou até a divulgação, pela CSN, do ato ou fato relevante ao mercado, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação com as ações da CSN, após a divulgação do ato ou fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da CSN ou dela própria, prevalecendo sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar entre as alternativas acima referidas; e f) à Companhia, às Pessoas Vinculadas e às Pessoas Ligadas no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM. Durante os períodos previstos acima a Companhia não poderá, em nenhuma hipótese, proceder com negociações com as próprias ações. Além dos períodos de vedação estabelecidos na Instrução CVM nº 358/2002, o Diretor de Relações com Investidores (“DRI”) poderá, a seu exclusivo critério, fixar períodos em que as Pessoas Vinculadas não poderão negociar com os Valores Mobiliários, por meio de comunicação interna via e-mail. g) locais onde a política pode ser consultada A Política de Negociação está disponível do site de Relações com Investidores da Companhia, assim como na página da CVM na rede mundial de computadores.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 Outras informações relevantes:

Os Administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer Órgãos Técnicos e Consultivos ficam obrigados a informar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com Valores Mobiliários emitidos pela Companhia, por seu Acionista Controlador ou por Controladas que sejam companhias abertas. Essa comunicação também deverá abranger as negociações com derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos Valores Mobiliários de emissão da Companhia, de seu Acionista Controlador ou de suas Controladas, desde que estas sejam companhias abertas.

Na comunicação também devem ser indicados os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, de seu Acionista Controlador ou de suas Controladas, desde que estas sejam companhias abertas de propriedade do seu cônjuge, de seu companheiro(a), de qualquer dependente incluído na sua declaração de imposto sobre a renda e de sociedades por eles controladas direta ou indiretamente.

A comunicação deverá ser efetuada pelas pessoas mencionadas acima nos seguintes momentos: (a) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a realização de cada negócio; e (b) no primeiro dia útil após a investidura no cargo.

O DRI é o responsável pela transmissão à CVM das informações referidas acima, bem como das informações relativas às negociações realizadas pela própria Companhia, suas Controladas ou Coligadas, no prazo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificarem alterações das posições detidas, ou do mês em que ocorrer a investidura no cargo das pessoas acima citadas.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21 – Política de Divulgação de Informações

21.1 Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva, a Companhia adota os procedimentos previstos na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2016 e na Instrução CVM nº 358/02, conforme alterada ("Política de Divulgação").

A divulgação do Ato ou Fato Relevante tem por objetivo assegurar a disponibilidade, em tempo hábil, das informações necessárias às decisões de investimento. Para isso, a Companhia deve sempre apresentar os fatos de modo claro, preciso, e em momentos oportunos, assegurando a igualdade e a transparência e evitando, portanto, o uso indevido de informações privilegiadas e o prejuízo do público investidor.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores ("DRI") centralizar as informações sobre Ato ou Fato Relevante e zelar pela ampla e imediata disseminação simultânea das informações relevantes em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação. Nesse sentido, as áreas da Companhia têm o dever de fornecer espontânea e prontamente, informações completas ao DRI que, em conjunto com a diretoria jurídica e as diretorias envolvidas em operações que originaram a potencial divulgação, julgará se trata-se de Ato ou Fato Relevante, Comunicado ao Mercado ou se não é o caso de ser tornado público.

Caso as Pessoas Vinculadas tenham conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante e constatem a omissão do DRI no cumprimento de seu dever de divulgação, somente se eximirão de responsabilidade se comunicarem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

Caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o DRI deverá verificar internamente se teria ou não ocorrido algum tipo de vazamento de informação, em especial junto às pessoas com acesso a Informações Relevantes, e agirá imediatamente de forma a corrigir quaisquer desvios eventualmente detectados em relação às determinações da Política de Divulgação.

Em caso de vazamento de Informações Relevantes, o DRI deverá ser prontamente informado, para que possa avaliar a extensão e gravidade do fato e providenciar a divulgação ao mercado que entender cabível em tais circunstâncias, evitando que perdure situação de assimetria de informações.

Caso se pretenda veicular, por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, em reunião de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, informação relevante ainda não divulgada, o DRI deverá ser avisado antes de tal veiculação, por quem tenha conhecimento da informação e seus detalhes, para que possa providenciar prévia ou simultaneamente sua divulgação ao mercado.

A divulgação deverá ocorrer simultaneamente na CVM, SEC (*Securities and Exchange Commission*), Bolsa de Valores e ao Público Investidor em geral, imediatamente após sua ocorrência e, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, mas preferencialmente após o encerramento de tais negócios. Também é de responsabilidade do DRI a prestação de quaisquer esclarecimentos adicionais aos órgãos competentes, quando solicitado, bem como a correção ou esclarecimento de informação sobre ato ou fato relevante perante a CVM, a SEC e às Bolsas de Valores.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada.

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia se coaduna com as normas legais vigentes, em especial a Lei nº 6.404/76, a Instrução CVM nº 358/02 e o *Securites Act* de 1934 e disciplina a divulgação de informações que representem Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia e Controladas, e se fundamenta nos princípios da transparência, simetria de informação, equidade de tratamento e respeito aos direitos do público investidor.

Canal de comunicação utilizado para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes

A divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia é feita por meio de disponibilização no Portal de Notícias no endereço eletrônico http://publicidadelegal.folha.uol.com.br.

Procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Com relação aos procedimentos para manutenção de sigilo das informações, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante prevê que os acionistas controladores, administradores, membros do Conselho Fiscal, colaboradores e executivos com acesso a informação relevante, qualquer integrante dos demais órgãos técnicos e consultivos, consultores ou ainda, quem quer que, em virtude de seu cargo ou função tenha firmado o Termo de Adesão, têm o dever de guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua ampla divulgação ao mercado nos termos desta Política, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento. Da mesma forma, terão o dever de observar a regulamentação que versa sobre a disponibilização de Informação Privilegiada, bem como sobre o seu uso na negociação dos Valores Mobiliários.

Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, deve-se entrar em contato com o DRI a fim de sanar a dúvida.

Adicionalmente, a Companhia:

a) zelará para que somente as pessoas consideradas imprescindíveis nas ações que compreendam informação privilegiada sejam envolvidas, as quais deverão assinar um termo de confidencialidade;

b) evidenciará aos envolvidos sua responsabilidade legal, alertando-os de que as operações, atos ou fatos em desenvolvimento são sigilosos e não devem ser comentados ou discutidos em locais públicos, como em elevadores, restaurantes, eventos, etc., nem com quaisquer pessoas não envolvidas em tais assuntos, inclusive membros da família, parentes e amigos.

c) zelará para que os meios em que as informações se encontram armazenadas, seja em papel ou em mídia magnética, sejam mantidos em segurança, restringindo o acesso somente às pessoas necessárias e autorizadas, que serão orientadas a não transferi-las ou transmiti-las a terceiros de forma não adequadamente protegida; e

d) manterá na sede da Companhia a relação das pessoas que tomaram conhecimento da informação relevante antes da sua divulgação ao mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Locais onde a política pode ser consultada

A Política de Divulgação está disponível do site de Relações com Investidores da Companhia, assim como na página da CVM na rede mundial de computadores.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

O Diretor Executivo de Relações com Investidores será responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 Outras informações relevantes:

Não há outras informações relevantes.